



# A CAMINHADA DE LUTA DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS RECUPERADAS

Maria Alejandra Paulucci



# A CAMINHADA DE LUTA DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS RECUPERADAS

Maria Alejandra Paulucci



UFSC  
Florianópolis  
2018

Copyright © 2018 Maria Alejandra Paulucci

**Coordenação de edição**

Carmen Garcez

**Projeto gráfico**

5050com

**Editoração eletrônica**

Flavia Torrezan

**Capa**

Carmen Garcez

Foto: Maria Alejandra Paulucci

**Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da Universidade Federal de Santa Catarina**

P333c

Paulucci, Maria Alejandra

A caminhada de luta dos trabalhadores das  
empresas recuperadas [recurso eletrônico] /  
Maria Alejandra Paulucci. – Florianópolis :  
Editoria Em Debate (UFSC), 2018.

272 p. : gráfs., tabs.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-45535-22-5

1. Empresas recuperadas pelos trabalhadores
2. Administração de empresas – Trabalhadores.
3. Cooperativismo I. A caminhada de luta dos  
trabalhadores das empresas recuperadas.

CDU: 658.102:331.1

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Dirce Maris Nunes da Silva – CRB 14/333

Todos os direitos reservados à

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046

Florianópolis – SC

[www.editoriaemdebate.ufsc.br](http://www.editoriaemdebate.ufsc.br) / [www.lastro.ufsc.br](http://www.lastro.ufsc.br)

O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos do  
acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.

## NOTA EDITORIAL

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, tanto nas editoras comerciais como nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não acompanha a demanda existente, em contradição, portanto, com essa demanda e a produção acadêmica exigida. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, frente à tendência de se valorizar a produção intelectual conforme as publicações, em uma difícil relação entre quantidade e qualidade.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Documentos, periódicos e livros continuam sendo produzidos e impressos, e continuarão em vigência, conforme opinam estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas podem contribuir de forma complementar e oferecer maior facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e estudantes na produção de conhecimento, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação também como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulga-

ção aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica, conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação –, e por iniciativa e empenho do prof. Fernando Ponte de Sousa, a Editoria Em Debate (ED) completa sete anos de realizações, sempre com o apoio do Middlebury College/Vermont, que acreditou no projeto. Criada com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa da UFSC e outras instituições, conveniadas ou não, sob orientação e acompanhamento de uma Comissão Editorial, a ED publicou 52 livros desde 2011.

*Os editores*

### *Coordenador*

Jacques Mick

### *Conselho editorial*

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Fernando Ponte de Sousa

Iraldo Alberto Alves Matias

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Laura Senna Ferreira

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Müller

Valcionir Corrêa

## LA RECUPERADA

(Arbolito)

La mañana tiene otro olor,  
porque suena el despertador,  
y salgo para la fábrica  
bien pintadito de sol

Recuerdo esos días de ayer,  
solo quedábamos diez,  
seis meses sin cobrar  
y al patrón ni se lo ve.

Y un día no dio pa' más,  
el negro dijo "Ya fue,  
a esta planta la tomamos  
que sea nuestro lo que nos dé"

Y vuelvo a la fábrica,  
vuelvo a creer.  
Obrero soy sin patrón,  
Que esta fiebre se haga ley.

Las deudas que nos dejó  
no las quiso pagar Dios,  
y entre peñas y changas  
la moneda se juntó.

Y nos mandaron patrullas  
queriendo desalojar,  
y toditos nos quedamos  
varias noches a aguantar.

Porque el barrio se movió  
la esperanza creció,  
como una florcita agreste  
nuestro corazón se abrió.

Y vuelvo a la fábrica  
vuelvo a creer.  
Obrero soy sin patrón  
que esta fiebre se haga ley.

Arbolito é uma banda de música criada em 1997 por estudantes de música formados na Escola de Música Popular de Avellaneda, Buenos Aires. A banda se caracteriza por misturar diferentes estilos de músicas folclóricas da Argentina (*chacarera*, *huayno*, *saya*, *zamba*, *candombe*, entre outros) com *rock* e *reggae*. Os integrantes da banda se destacam por suas habilidades multi-instrumentistas, sendo outra característica importante as letras com forte conteúdo social.

O nome da banda está inspirado na história de um indígena *ranquel* chamado Arbolito. De acordo com o que narra Osvaldo Bayer em seu livro *Rebeldía y esperanza*, esse indígena teria decapitado o Coronel Rauch em vingança pelo genocídio contra os membros de sua comunidade. O oficial prussiano Rauch foi contratado em 1826 pelo governo de Bernardino Rivadavia, com a finalidade de matar os indígenas *ranquels*.

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	13
<b>1 Propostas alternativas ao modo de produção capitalista</b> .....	27
Novo cenário socioeconômico: a reestruturação produtiva e suas repercussões.....	28
O desenvolvimento da Economia Solidária .....	30
Breve descrição das teorias dos socialistas utópicos .....	35
<i>Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon</i> (1760-1825).....	35
<i>Robert Owen (1771-1858)</i> .....	37
<i>François Marie Charles Fourier (1772-1837)</i> .....	40
<i>Pierre Joseph Proudhon (1809-1865)</i> .....	42
As práticas autogestionárias .....	48
O trabalho no interior dos empreendimentos autogestionários .....	51
Conclusão .....	58
<b>2 O direito do trabalhador ao trabalho, novos espaços de resistência: as ERTs no Brasil</b> .....	61
O contexto sociopolítico e econômico na década de 1990 .....	61
O surgimento das empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs).....	67
As primeiras experiências de ERTs no Brasil.....	69
As alianças com os movimentos sociais.....	75

As políticas públicas .....	80
A relação com os sindicatos.....	86
Marco legal e econômico.....	89
Organização do trabalho .....	91
A participação de mulheres obreiras nas ERTs .....	93
Relação com a sociedade e a universidade .....	99
Conclusão.....	102
<b>3 As experiências de ERTs que reivindicam a estatização:</b>	
<b>Cipla/Interfibra, Flaskô, Profiplast .....</b>	<b>105</b>
Breve resenha histórica do processo de industrialização catarinense .....	105
Formação do grupo econômico Hansen.....	110
A Cipla.....	112
Interfibra.....	117
Profiplast/Unipol .....	119
Flaskô .....	123
Os diferentes caminhos andados.....	127
As parcerias do Movimento de Fábricas Ocupadas (MFO).....	133
Conclusão.....	139
<b>4 As experiências de luta das ERTs no estado de Santa Catarina: autogestão e cooperação .....</b>	<b>141</b>
Cooperminas.....	141
Coopermetal.....	149
Coopermaq.....	160
CDM – Cooperativa Produção Metalúrgica de Brusque.....	164
Conclusão.....	173
<b>5 Sementes de esperança: o movimento das ERTs na América do Sul .....</b>	<b>175</b>
As estratégias sociopolíticas da Região Sul da América Latina .....	175
As experiências de ERTs na Argentina .....	181

A formação legal dos empreendimentos .....	189
Perfil dos trabalhadores.....	192
A produção.....	193
Relação com o governo, os movimentos sociais e os sindicatos .....	194
Relações com a comunidade e a universidade .....	200
As ERTs no Uruguai .....	202
O contexto favorável para as ERTs na Venezuela .....	213
Conclusão.....	217
<b>Considerações finais .....</b>	<b>219</b>
<b>Referências .....</b>	<b>223</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>257</b>
<b>Lista de siglas .....</b>	<b>271</b>



# INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho causadas principalmente, a partir da década de 1990, pela intensidade das medidas de corte neoliberal aplicadas pelos governos de vários países da América Latina trazem como consequência o fato de que uma enorme proporção da classe trabalhadora seja deslocada das relações salariais tradicionais e forçada, dessa forma, a criar novas formas alternativas de empregos.

Nessa conjuntura, surgem na década de 1980, as primeiras experiências contemporâneas de empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs) no Brasil e na Argentina, convertendo-se em uma forma de resistência da classe trabalhadora diante o desemprego. Inseridas em um contexto econômico capitalista e submetidas ao jogo político do Estado burguês, os trabalhadores dessas experiências são persuadidos a lutar contra as normas e as leis estabelecidas, para levar adiante o processo de recuperação das empresas onde trabalham e dar continuidade à produção sobre suas próprias decisões com práticas autogestionárias e democráticas.

Perante o desafio de administrar coletivamente as unidades produtivas, os trabalhadores buscam apoio e estabelecem alianças e parcerias com outros sujeitos sociais tais como: dirigentes políticos e sindicais, pesquisadores e a comunidade. Dessa forma, se organizam com o intuito de fundar organizações e movimentos sociais, em busca

de legitimidade, em um contexto adverso. Em virtude disso, nos últimos anos foram aumentando gradualmente o número de instituições e os programas de apoio e fomento às ERTs no Brasil, na Argentina e no Uruguai.

Embora estes três países se apresentem com processos econômicos similares durante os anos 1990 (aplicação de políticas neoliberais, precarização das condições laborais, aumento do desemprego, fechamento de pequenas e médias empresas) em cada um deles, as ERTs se desenvolvem de um modo particular, condicionadas por seu próprio contexto cultural, político, econômico, jurídico e social. Diante dos diversos contextos, os trabalhadores, os dirigentes políticos e os movimentos sociais adotam diferentes ferramentas com a finalidade de dar continuidade aos empreendimentos e construir alternativas frente às crises provocadas pelo capitalismo global.

No decorrer dos últimos anos, e com o intuito de enfrentar as adversidades, se organizam vários encontros e congressos sobre as seguintes temáticas: as ERTs, autogestão, cooperativismo e Economia Solidária. Nesses encontros, participam trabalhadores, dirigentes sindicais e políticos, jornalistas e pesquisadores, de diversos países de distintas regiões do mundo, com o objetivo de relatar e intercambiar suas experiências, conhecimento, avanços e retrocessos na luta dos trabalhadores pela autogestão.

Esses encontros cumprem um papel fundamental, pois os trabalhadores percebem que não estão sozinhos, descobrem que existem outras experiências de recuperadas no âmbito regional, nacional e internacional, as quais vivenciam obstáculos e desafios semelhantes. Portanto, com esses encontros se promove o debate e a possibilidade de criar laços de solidariedade e redes de apoio.

Nesse sentido, com as ERTs, surgem novos laços sociais, não isentos de conflitos, em um ambiente social formado pelos distintos espaços (mercado, Estado, sociedade civil) e fatores (econômicos, sociais, políticos e jurídicos), onde os sujeitos, engajados em diferentes escalas

de poder, tentam ter acesso a diversos recursos e ferramentas para dar continuidade aos empreendimentos recuperados. A perspectiva inicial de preservar de postos de trabalho como alternativa ao desemprego foi ganhando progressivamente um significado político. Dessa forma, em volta do movimento das ERTs, se abre um conjunto de processos sociais, dinâmicas políticas, estratégias jurídicas e desenvolvimentos econômicos que proporcionam a esta problemática uma grande complexidade e riqueza.

Embora o movimento das ERTs já tenha surgido há mais de duas décadas, as experiências se sustentam ao longo dos anos com vários tipos de avanços, desafios, contradições tanto na produção quanto na organização do trabalho. Estas experiências estão em permanente definição e redefinição, pois são dinâmicas com disputas constantes, tanto internamente quanto externamente, e devem uma e outra vez resistir para se sustentar e se adaptar às circunstâncias. Nesse sentido, consideramos que as estratégias adotadas nas ERTs não podem ser olhadas de uma maneira rígida e linear, como se fossem processos inalteráveis, pois uma de suas peculiaridades é o dinamismo. Em outras palavras, elas estão permanentemente em construção e se apresentam com muitas oscilações.

Existem diversas pesquisas sobre as ERTs<sup>1</sup> em distintas áreas: economia, engenharia, sociologia, administração. Note-se, que podemos analisar a relação das ERTs com Estado e as políticas públicas, as transformações e as mudanças nas relações de produção, as relações de trabalho, a relação das ERTs com a sociedade e com a universidade, o

---

<sup>1</sup> Holzzmann, 1992; Fantin, 1992; Tiriba, 1994; Wabner Pupe, 1996; Sardá de Faria, 1997; Souto, 1997; Martins, 1998; Candido Giraldez Vieitez e Neusa Maria Dal Ri, 2001; Machado da Silva, 2001; De Fátima Maciel, 2001; Holzzmann, 2001; Tadashi Oda, 2001; Hecksher, 2002; Parra, 2002; Hillesheim, 2002; Lima, 2003; Esteves, 2004; Nunes Galvão, 2004; Nascimento, 2004; Rufino, 2005; Nascimento, 2005; Gracieli Rambo, 2006; Amaral Marques, 2006; Novaes, 2007; Henriques, 2007; Bandeira Antunes de Azevedo, 2007; Paulucci, 2007; Kleinman, 2008; Chaves, 2008; Pereira Caramelo, 2009; Esteves, 2010; Schumacher Bail, 2010; Camargo da Fontoura, 2010; Lombardi Verago, 2011; Pinheiro Leal, 2011; Da Cunha Toledo, 2011; Henriques, 2013.

papel dos sindicatos na formação das ERTs, o papel pedagógico dos conselhos operários como lutas anticapital, a nova cultura do trabalho associado etc.

Diante do exposto, este livro centra-se em abordar as características do movimento de empresas recuperadas pelos trabalhadores no Brasil, Argentina e Uruguai. Para atingir as características das recuperadas tomamos como referência de análise e caso de estudo as experiências de cinco ERTs localizadas no Estado de Santa Catarina. Para analisar as experiências Argentinas e Uruguaias utilizamos as pesquisas realizadas em ambos os países.

Com o intuito de realizar a construção conceitual das ERTs, consideramos fundamental analisar parte da discussão histórica sobre as experiências alternativas que se apresentam ao longo do desenvolvimento do capitalismo. A ocupação de espaços fabris e as cooperativas tem sido uma estratégia do movimento operário em diferentes épocas e lugares. Nesse sentido, busca-se estabelecer nexos entre as diversas lutas da classe operária com a finalidade de encontrar fatos permanentes no desenvolvimento da história de luta que é presente. Em outras palavras, poder estabelecer nexos históricos permite que cada experiência de luta não apareça como um acontecimento isolado, e sim, como estratégias dos trabalhadores e expressões de um conjunto de relações históricas frente às crises estruturais do capitalismo.

Para analisar a emergência atual do movimento de ERTs, é necessário, em primeiro lugar, reconstruir as condições históricas que fizeram possíveis estas práticas, ou seja, situar o horizonte onde adquirem significado. Daí a importância de apresentar as principais características, contradições e pontos de inflexão do regime social de acumulação no Brasil, que conseqüentemente, causará os primeiros processos de recuperação de empresas, junto com o surgimento do movimento da Economia Solidária e das praticas cooperativistas.

Em segundo lugar, será apresentada a descrição da constituição e estrutura das ERTs, com ênfases nas diferentes estratégias e ações de

enfrentamento adotadas pelos trabalhadores para conseguir se apropriar dos meios de produção e da retomada dos postos de trabalho. De fato, os trabalhadores, além de preservar os postos de trabalho, começam a estabelecer elementos de autonomia e ação coletiva no interior das unidades produtivas, o que implica o início de novas relações de trabalho e mudanças na gestão dos empreendimentos. Em virtude desses processos, os trabalhadores mudam sua situação de assalariados para cooperados-associados.

Nosso interesse é frisar e ponderar sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas recuperadas na luta pela sobrevivência, tais como: os desafios relativos à gestão dos empreendimentos; a nova cultura de trabalho; a relação com o mercado; as relações de trabalho.

Perguntamo-nos sobre as relações de forças, que se desenvolvem conjuntamente com o movimento, analisando as políticas públicas aplicadas pelos distintos governos, as relações que se estabelecem com as organizações e movimentos sociais, com os sindicatos e as universidades e também as alianças e parcerias estabelecidas entre as ERTs no âmbito regional, nacional e internacional.

Estruturamos este livro em cinco capítulos, de modo que todos eles possuem uma abordagem considerando, principalmente, três perspectivas: o contexto socioeconômico e político onde se desenvolvem as experiências de ERTs, as estratégias adotadas pelos sujeitos sociais, e as relações e laços sociais traçados entre eles (trabalhadores, dirigentes políticos e sindicais, comunidade, universidade).

No primeiro capítulo analisam-se as transformações estruturais no mercado de trabalho e conseqüentemente as alternativas econômicas que surgem como resposta ante a crise de desemprego na década de 1990: as práticas cooperativistas e autogestionárias e os empreendimentos solidários que se aglutinam na Economia Solidária. Contudo, verifica-se que estes tipos de experiências formam parte da história do modo de produção capitalista e se caracterizam por incentivar os seguintes valores: solidariedade, equidade, trabalho associado, autonomia.

No segundo capítulo, aborda-se o contexto sociopolítico e econômico no qual emergem as experiências das ERTs. A ênfase está colocada na definição conceitual e no significado das empresas recuperadas, assim como também, será apresentada a descrição das características da ERTs no Brasil, baseadas principalmente nos dados obtidos a partir da pesquisa realizada coletivamente com outros pesquisados.

No terceiro capítulo, discorre-se sobre a história do “Movimento das Fábricas Ocupadas” no Brasil e o cerne das experiências de ERTs que fizeram parte dele.

No quarto capítulo, analisamos cinco experiências de ERTs no Estado de Santa Catarina. Resgatamos sua história, suas características, suas dificuldades e desafios para dar início e continuidade ao empreendimento, retomando a palavras dos próprios trabalhadores.

Por fim, no quinto capítulo, abordamos o movimento de ERTs do Uruguai e da Argentina, da mesma forma que realizamos, ao longo dos outros capítulos, tentamos resgatar as histórias, as características, identificar as estratégias de luta dos trabalhadores, a relação destes com os sindicatos e com a comunidade. Também daremos ênfase às políticas públicas adotadas pelos diferentes governos e as alianças e parcerias estabelecidas, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

## **Minha trajetória, motivação pela pesquisa e percurso metodológico**

Em minha dissertação de mestrado “O internacionalismo e as Fábricas Recuperadas” realizada dentro do programa de pós-graduação de Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em 2007, realizei um estudo de caso sobre a empresa recuperada Cipla, localizada na cidade de Joinville. Esta empresa chamou minha atenção por ser uma experiência singular. Junto com outras empresas recuperadas do Brasil, ela fazia parte do “Movimento de Fábricas Ocu-

padas” (MFO) que reivindicava ao governo a estatização sobre controle operário e se diferenciavam da maioria das outras ERTs brasileiras que optaram pela formação de uma cooperativa.

Naquele momento, a proposta da minha pesquisa foi analisar as rupturas e continuidades no processo produtivo da empresa, assim como o significado da luta pela estatização. A pesquisa também tinha como ênfase analisar as parcerias do movimento social, que possibilitaram a formação de redes de apoio financeiro e técnico no âmbito nacional e internacional.

Não obstante, embora a recuperada Cipla tivesse, naquela época, um lugar no mercado interno e internacional, uma das maiores dificuldades que teve para dar continuidade a seu funcionamento foi a recusa, por parte do governo em estatizá-la. Depois de cinco anos de gestão sobre o controle obreiro e a luta pela estatização, em maio de 2007, a empresa sofreu um processo de intervenção que desarticulou a luta que os trabalhadores vinham gestando. A decisão de intervenção veio do governo federal, do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e do Ministério da Previdência Social, com a justificativa de cobrar as dívidas acumuladas pelos antigos donos desde 1998.

Após finalizar a pesquisa e concluir o mestrado retornei à Argentina, meu país de origem. Lá começaram novamente minhas inquietudes e questionamentos em relação ao que estava acontecendo com as ERTs. Que representam hoje as empresas recuperadas? Quais são seus maiores obstáculos e desafios? Quais são suas alianças com os governos, os sindicatos e a sociedade? Como continua a questão legal e jurídica da propriedade dos meios de produção? Vem se implementando políticas públicas tendentes que considerem as novas necessidades dos trabalhadores das empresas recuperadas? Os trabalhadores possuem conhecimento sobre o cooperativismo e sobre as práticas autogestórias? Que tipo de parcerias existem para sustentar o processo de recuperação e a capacidade produtiva das ERTs?

Diante do exposto acima, decidi realizar o doutorado e pesquisar

novamente as experiências de ERTs, principalmente as brasileiras, e comecei a me interessar pelas diferentes práticas e formas de participação que foram se gestando durante a última década e, das quais, emergiam novos sujeitos sociais e novos vínculos sociais e políticos.

Tanto na minha dissertação de mestrado quando na tese de doutorado pude identificar nos estudos de casos realizados em experiências de empresas geridas por trabalhadores no Brasil<sup>2</sup> a presença de inovações organizacionais. Tais inovações apresentam as soluções adotadas por trabalhadores que conduzem seus empreendimentos sem a estrutura hierárquica tradicional, e permitem identificar possibilidades de construção de uma nova lógica de organização e relações de trabalho.

Em 2011 surgiu a oportunidade de participar como pesquisadora no levantamento das empresas recuperadas no Brasil, coordenado pelo professor titular Renato Dagnino, da Universidade Estadual de Campinas. O projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) envolveu diversos pesquisadores de distintas áreas (engenharia, sociologia, economia, administração)<sup>3</sup> e núcleos universitários: Grupo de Análise de Política de Inovação (Gapi/Unicamp), Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ), Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (Nesol/USP), UFOP/Ouro Preto e João Monlevade, Cefet-RJ/Nova Iguaçu, Organizações & Democracia (Org & Demo) Unesp-Marília, Núcleo de Estudos em Tecnologias Sociais (Nets/UFVJM) e Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incubes/UFPB).<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Os estudos de caso foram realizados na empresa recuperada Cipla e Interfibra situadas na cidade de Joinville, Santa Catarina.

<sup>3</sup> Flávio Chedid Henriques, Vanessa Moreira Sígolo, Sandra Rufino, Fernanda Santos Araújo, Vicente Nepomuceno, Mariana Baptista Giroto, Maria Alejandra Paulucci, Thiago Nogueira Rodrigues, Maíra Rocha Cavalcanti, Maurício Sardá de Faria, Renato Peixoto Dagnino.

<sup>4</sup> Para mais informação sobre os núcleos ver: [www.ige.unicamp.br/gapi/](http://www.ige.unicamp.br/gapi/); [www.soltec.ufrj.br](http://www.soltec.ufrj.br); [cirandas.net/nesol-sp](http://cirandas.net/nesol-sp); [www.prac.ufpb.br/copac/incubes](http://www.prac.ufpb.br/copac/incubes); [www.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo](http://www.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo).

Durante esse período oficializamos o Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores (GPERT/CNPq)<sup>5</sup>. Atualmente nosso grupo se articula com o Programa de Faculdade Aberta da Universidade de Buenos Aires e com o site [www.workerscontrol.net/](http://www.workerscontrol.net/) com o intuito de consolidar a rede Latino-americana sobre ERTs e organizar os diferentes encontros regionais e internacionais sobre as empresas recuperadas.

Entre os anos 2010 e 2013 realizamos uma pesquisa nacional para produção de conhecimento sobre as ERTs<sup>6</sup> com o objetivo de contribuir para a inserção da temática do trabalho associado nas ciências exatas aplicadas e administrativas; e com a construção de políticas públicas que ajudem a viabilizá-las social e economicamente.<sup>7</sup>

Para iniciar a pesquisa realizamos um longo trabalho de identificação das experiências existentes, pois acreditávamos que havia mais casos do que aqueles assessorados pela Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e pela Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), que totalizavam apenas 41 experiências. Utilizamos dados antigos dessas entidades e o mapeamento nacional de Economia Solidária<sup>8</sup>, além da estratégia da “bola de neve”, na qual perguntamos às experiências visitadas se conheciam outras iniciativas para além daquelas que estavam listadas.

Com esse levantamento registramos um total de 67 casos de ERTs em funcionamento, das quais, a equipe de pesquisa conseguiu visitar 52, com o intuito de conhecer as unidades produtivas e aplicar um questionário aos trabalhadores, baseado no modelo original utilizado no mapeamento das ERTs na Argentina, com algumas adaptações. No

---

<sup>5</sup> Hoje o GPERT é formado por membros das seguintes universidades: UFRJ, Cefet, Unirio, UFRN, USP, UFVJM, Unesc, Unicamp e UFRB.

<sup>6</sup> A pesquisa se inspirou e tomou como base os sucessivos levantamentos realizados na Argentina: Ruggeri et al., 2005, Ruggeri et al., 2010; Fajn, 2004).

<sup>7</sup> Dita pesquisa resultou no livro: *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

<sup>8</sup> Denominado Sies – Sistema de Informação da Economia Solidária.

questionário, se abordavam diferentes questões, tais como: o início dos processos de recuperação, organização do trabalho, aspectos legais, sobre a produção, relação com o sindicato, movimentos sociais, estado, comunidade e universidade.<sup>9</sup>

Embora não tivéssemos feito uma análise comparativa desses dados ao longo do tempo, pois foi o primeiro mapeamento realizado em âmbito nacional, tínhamos como hipótese que, pelo número de casos encerrados e por haver poucos casos recentes, as experiências de ERTs no Brasil tendiam à diminuição, o que contrastava com as experiências da Argentina e do Uruguai, que apresentavam um aumento das iniciativas nos últimos anos.

Logo, em 2017 nosso grupo de pesquisa (GPRT) se propôs atualizar os dados com o intuito de acompanhar a tendência das ERTs no Brasil. Pois, desde 2013, com a crise econômica e política recebemos notícias do encerramento ou crises de muitas experiências que havíamos visitado durante a primeira pesquisa.

A partir do contexto exposto anteriormente, nosso objeto de pesquisa, em termos teóricos e metodológicos, está definido como processo, ou seja, ao ritmo das circunstâncias que podem ser registradas e analisadas na medida em que vão ocorrendo. Porém, o fato de pesquisar processos em curso traz alguns problemas de captação e registro, e também de conceitualização, devido principalmente, no que tange à análise das condições sociais e suas potencialidades. Ou seja, estamos pretendendo simultaneamente, conhecer o que realmente existe e ao mesmo tempo, estabelecer as condições possíveis.

Por sua vez, a definição do processo impõe uma perspectiva compreensiva, que considera que seus insumos não são dados objetivos, acessíveis pela simples observação, senão que, segundo Habermas, o processo requer uma participação em um processo de entendimento e

---

<sup>9</sup> Sobre todo o procedimento metodológico da pesquisa e a totalidade dos dados ver: Henriques et al., 2013.

desentranhamento de significados (Habermas, 1988).

Ao longo de minha pesquisa tive a oportunidade de conhecer o funcionamento de várias ERTs (brasileiras, argentinas uruguaias e venezuelanas) e participar de algumas reuniões e assembleias. A observação direta e a observação participante me permitiram ter uma visão ampla das diferentes situações pelas quais os trabalhadores percorrem no seu caminho de luta. Realizei algumas entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores das recuperadas e atores-chave do Brasil Respeitando a confidencialidade e preservando a identidades dos trabalhadores entrevistados, optamos por mudar os nomes, pois ao longo da pesquisa, se transcrevem testemunhos provenientes das entrevistas. O uso textual das entrevistas (limitado porque apenas faremos uso de alguns trechos) tem a finalidade de ilustrar ou aclarar os temas abordados, para colocar a força das palavras de quem faz parte do processo.

Alem disso, tive a possibilidade de participar em vários encontros regionais e internacionais me permitiram conhecer trabalhadores de distintas experiências de ERTs brasileiras, argentinas, uruguaias, venezuelanas, mexicanas, gregas, colombianas, chilenas, entre outros; assim como também dirigentes dos movimentos sociais, sindicalistas e pesquisadores de outras universidades. Seguem alguns dos encontros dos quais participei:

- O Encontro Pan-Americano em defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, organizado nas instalações da Cipla, em Joinville, Santa Catarina, Brasil, em 2006. Convêm salientar, que a partir deste momento conforma-se uma aliança entre as empresas recuperadas de Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

- Em 2009 se realizou o segundo encontro na Venezuela com a finalidade de dar continuidade ao I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas realizado em Caracas, Venezuela em 2005. O Encontro foi organizado pelo Movimento de Fábricas Ocupadas do Brasil, por militantes trotskistas do Partido dos Trabalhadores (PT) e apoiado por movimentos como: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais

sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) e a Central Sindical PIT-CNT (Plenário Intersindical de Trabalhadores – Convenção Nacional de Trabalhadores do Uruguai). Nessa ocasião, participaram representantes dos países de Argentina, Uruguai, Brasil, Turquia, México, Canadá, Austrália e Espanha.

- A primeira edição do Encontro Internacional “A economia dos trabalhadores”, realizado na cidade de Buenos Aires em Julho de 2007, convocado pelo Programa Faculdade Aberta da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires e co-organizado por instituições acadêmicas, organizações sociais e trabalhadores da Argentina e de outros países. Participaram desse evento, aproximadamente trezentas pessoas, entre trabalhadores, dirigentes e militantes de organizações sociais e políticas, pesquisadores, provenientes de diversos países, tais como: Argentina, Cuba, México, Peru, Colômbia, Chile, Brasil, África do Sul, Alemanha, Croácia, Estados Unidos e Canadá. O objetivo do encontro foi debater o papel dos trabalhadores na gestão da economia a partir de suas experiências na autogestão, construindo um espaço de intercâmbio entre acadêmicos, militantes e trabalhadores acerca dos problemas e das possibilidades da autogestão e da regeneração de um projeto político-econômico.

- Em 2009 se realizou a segunda edição do Encontro Internacional “A economia dos trabalhadores” novamente na cidade de Buenos Aires, organizado pelo Programa de Faculdade Aberta.

- Em 2011, se organizou o III Encontro Internacional “A economia dos trabalhadores” na cidade de México, através de uma parceria entre o Programa de Faculdade Aberta com o departamento de Relações Sociais da Universidade Autônoma Metropolitana, Unidade Xochimilco.

- Em 2013, o IV Encontro Internacional aconteceu nas instalações da Universidade Federal da Paraíba. Nessa oportunidade foi organizado pelo núcleo de pesquisa Incubes/UFPB, o Programa Faculdade Aberta, o Soltec/UFRJ e o Departamento de Relações Sociais da UAM-Xochimilco (México). Participaram aproximadamente 300 pessoas, en-

tre trabalhadores, pesquisadores, militantes de movimentos sociais de Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela, Colômbia, Porto Rico, México, Cuba, Espanha, Inglaterra, Austrália e África do Sul. O encontro analisou questões relacionadas com a luta dos trabalhadores, nas diferentes perspectivas e contextos nacionais, articulando o mundo acadêmico comprometido com essas lutas. Este encontro se estruturou em torno de diversas mesas temáticas e grupos de trabalho. As mesas temáticas foram: a crise global e as respostas dos trabalhadores; autogestão e sindicalismo; empresas recuperadas na América do Sul; o trabalho informal e precário; os avanços e dificuldades em experiências de autogestão; a autogestão e as novas formas de organização do trabalho; os movimentos sociais em América latina e o ressurgimento do projeto socialista.

- 2º Encontro Regional Sudamericano: “La Economía de los/as trabajadores/as”, realizado na cidade de Montevideo, em 2016.

- VI Encontro Internacional, “La economía de los/as Trabajadores/as”, realizado nas instalações da empresa recuperada Textiles Pigüé, situada na cidade de Pigüé, província de Buenos Aires.



# 1

## PROPOSTAS ALTERNATIVAS AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

*La historia del capitalismo  
es la historia de la piratería  
organizada de unos pocos  
apropiándose del trabajo de unos muchos*

Ernesto Che Guevara

**N**este primeiro capítulo busca-se analisar o contexto no qual estão inseridas as empresas recuperadas no Brasil: o desenvolvimento da denominada Economia Solidária (ES) junto com o aumento das práticas cooperativistas. Estas práticas formam parte da história do modo de produção capitalista, por isso, consideramos necessário analisar o surgimento do cooperativismo como um processo histórico em desenvolvimento.

Nesse sentido, é importante apontar que o debate em torno dos sistemas alternativos de produção, as quais, por meio da Economia Solidária vêm ganhando destaque em vários países da América Latina e da Europa, já está colocado há mais de duzentos anos na história. Retomar um pouco da trajetória histórica desses sistemas pode auxiliar-nos para o entendimento das discussões atuais sobre o cooperativismo e as experiências autogestionárias.

## **Novo cenário socioeconômico: a reestruturação produtiva e suas repercussões**

As transformações no mundo do trabalho causadas, principalmente, a partir da década de 1990 tanto no Brasil quanto em outros países de América Latina, pela intensidade das medidas de corte neoliberal<sup>1</sup> aplicadas pelos distintos governos, trazem como consequência o fato de que uma enorme proporção da classe trabalhadora seja deslocada das relações salariais tradicionais, e forçada, dessa forma, a criar alternativas para obter uma fonte de renda e poder sobreviver.

As alterações da economia mundial nos últimos anos vêm modificando as formas de produção e as relações de trabalho, assim como também, as relações entre o Estado e a sociedade. Por um lado, a crise do regime fordista de acumulação iniciada a partir dos anos 1970 produz um conjunto de transformações da estrutura produtiva dando origem a um novo modo de acumulação que vem sendo por muitos autores denominados de acumulação flexível (Harvey, 1992).

Por outro lado, a quebra do pacto fordista entre capital e trabalho e o abandono das políticas econômicas keynesianas deram lugar a um conjunto não menos significativo de mudanças, entre as quais, cumpre ressaltar: a adoção de políticas de privatização de importantes setores da economia, concentrados até então nas mãos do Estado; a abertura dos mercados nacionais ao grande capital internacional, sem qualquer política de proteção à indústria nacional; o fim das políticas de emprego; o ataque às políticas de proteção ao mercado de trabalho.

Além disso, podemos mencionar que os impactos das transformações do capitalismo mundial sobre o trabalho provocam que a ação das

---

<sup>1</sup> As políticas neoliberais foram aplicadas por primeira vez na América Latina no Chile, no período do ditador Pinochet. Depois se transformaram em paradigma dos organismos de regulação internacional como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. O ideário neoliberal se sistematizou durante um encontro realizado em novembro de 1989 na capital de Estados Unidos, que ficou conhecido como o "Consenso de Washington".

empresas transnacionais, que converte as economias nacionais em economias locais, dificulta os mecanismos sindicais de regulação nacional.

Como alerta Antunes (2006), desde meados da década de 1980 o padrão de acumulação, centrado no tripé produtivo estatal, capital nacional e capital internacional começou a sofrer as primeiras alterações. Dessa forma, ocorrem os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, obrigando aos empresários a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização do trabalho, e consequentemente a reduzir a força de trabalho nas empresas.

A incorporação da tecnológica micro-eletrônica, juntamente com o fim das políticas de emprego e a difusão de políticas macro-econômicas recessivas centradas no combate à inflação e na contenção do crescimento econômico, acabou provocando sensíveis elevações das taxas de desemprego, causando, assim, efeitos devastadores sobre as relações do trabalho e o mercado de trabalho. Segundo Mészáros (2006, p. 31), “atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é sua característica dominante”.

Vários fatores confluíram para a precarização do trabalho. Conforme Pochmann (2006) três são os principais componentes da desestruturação do mercado de trabalho durante esse período: o primeiro está associado à presença do desemprego em quase todos os segmentos sociais; o segundo diz respeito à regressão dos postos de trabalho formais; finalmente o terceiro, refere-se ao processo de destruição de postos de trabalho de melhor qualidade.

Nesse contexto, como observa Pochmann (1998), as políticas governamentais voltaram-se para a flexibilização das regras de contratação. O Brasil viveu, durante a década de 1990, a crise mais grave do emprego de toda sua história. O efeito disso foi o crescimento da pobreza junto como uma rápida retração de todos os segmentos da indústria.

## O desenvolvimento da Economia Solidária

Nas sociedades onde o mercado e o Estado deixam de garantir a reprodução social e abandonam certos âmbitos da produção, vão se propagando formas de cooperação que recebem diversas denominações: Economia popular, Economia social e solidária, empreendimentos sociais e solidários, cooperativas, empresas autogestionadas. Estas se convertem em opções socioprodutivas frente ao desemprego e a exclusão, em sociedades que são prejudicadas pela pretensão dos defensores do livre mercado de desvincular a economia da sociedade.

Nessas circunstâncias, na década de 1990 surge no Brasil a Economia Solidária, principalmente como uma alternativa ao desemprego, ao êxodo rural, como forma de trabalho para mulheres, agricultores familiares, empobrecidos, enfim como forma de superar a exclusão social em territórios rurais e urbanos, recuperando os princípios originários do cooperativismo.

De fato, o movimento da Economia Solidária vem se fortalecendo, tanto no Brasil quanto em outros países latino-americanos, e ganhando força com a mobilização internacional. A organização do primeiro Fórum Social Mundial (FSM)<sup>2</sup>, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2001 em Porto Alegre, sob o lema: “Outro mundo é possível!” permitiu articular os diversos sujeitos que emergem nos distintos continentes e atravessam

---

<sup>2</sup> O Fórum Social Mundial (FSM) consiste em um evento organizado por movimentos sociais de distintos países, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. O número de participantes tem crescido nas sucessivas edições do Fórum: durante o primeiro fórum participaram aproximadamente 15.000 pessoas e em 2009, umas 120.000 pessoas. O Fórum se realizou em várias oportunidades 2001, 2002, 2003 e 2005, 2012 no Brasil na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Em 2004 se realizou na Índia, na cidade de Mumbai. Em 2006 foi realizado de forma policêntrica, ou seja, ocorreu de forma descentralizada, em três cidades: Bamako (Mali); Caracas (Venezuela), e Karachi (Paquistão). A sétima edição foi realizada em Nairóbi, no Quênia. Em 2009 se realizou novamente no Brasil, em Belém, capital do Estado do Pará. No seu décimo ano, o Fórum descentraliza-se em pelo menos 27 eventos espalhados pelo mundo. Em fevereiro de 2011 aconteceu em Dakar, Senegal; o último foi em Túnis. Ver: [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br).

uma transição da resistência na busca de alternativas.<sup>3</sup>

A partir dos Fóruns Sociais Mundiais, desde 2000, se criaram os fóruns de Economia Solidária (regional e estadual). Estes fóruns não possuem uma formalização jurídica; nem é uma federação e não desempenham um papel de representação dos empreendimentos solidários diretamente. Somente procuram ser um espaço sociopolítico de elaboração das pautas de reivindicações políticas, de controle social dos programas governamentais e de articulação entre os empreendimentos e gestores públicos ligados a programas governamentais de Economia Solidária.

É importante sublinhar que, não existe qualquer tipo de unanimidade no que se refere ao conceito de Economia Solidária. Atualmente o campo da Economia Solidária é amplo e heterogêneo, e encontrou apoio nos movimentos sociais, urbanos e rurais que incluíam em suas estratégias o desenvolvimento de iniciativas ancoradas no trabalho associado e na autogestão.

Nota-se, que existem diversos teóricos e pesquisadores sobre esta temática que, com suas diferenças teóricas e epistemológicas analisam as heterogêneas realidades regionais, nacionais e internacionais.

De um modo geral podemos ponderar a Economia Solidária marcada por uma tripla determinação: 1) um conjunto de iniciativas de distintos atores sociais que tratam de elaborar alternativas econômicas que garantam a reprodução ampliada de sua vida (Coraggio, 2007; Gaiger, 2004); 2) um projeto de transformação social que procura construir uma economia alternativa à dominante (Singer, 2001; Gaiger, 2004; Razeto, 2007); 3) uma disciplina teórica que considera a solidariedade e a cooperação como forças econômicas relevantes (Razeto, 2007).

---

<sup>3</sup> Nota-se que, dentro do fórum, foi organizada a oficina “Economia Solidária e autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda”. De lá para cá, o crescimento e a difusão da ES em vários países é notório, convertendo-se em um fenômeno internacional.

Entre estes autores mencionados, podemos diferenciar principalmente a perspectiva de análise da Economia Solidária de Paul Singer<sup>4</sup>, quem considera que a é um modelo econômico que vai transformar as relações de produção capitalistas, mediante os princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados nas práticas cooperativistas com a ideia de autogestão e de controle operário sobre a produção.

Interessa-nos destacar que, segundo Paul Singer (2003), se começa a falar de Economia Solidária no Brasil a partir da década de 1980 e durante a segunda metade de 1990 toma impulso crescente como resultado de movimentos sociais que reagem à crise do desemprego em massa e à precarização das condições laborais. Segundo Singer (2003) a Economia Solidária:

Surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente. [...] O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos (p. 13).

A unidade produtiva da Economia Solidária materializa-se, principalmente, pela cooperativa de produção. Conforme Paul Singer (2002),

A cooperativa consiste em um agrupamento de indivíduos para exercer uma atividade econômica de forma autogestionária. Em outras palavras, pessoas unidas para trabalhar e gerar renda sem ter patrões. Uma cooperativa não visa ao lucro: todos os participantes são sócios e têm direito a voto nas decisões e nas eleições de sua diretoria. Além disso, não

---

<sup>4</sup> Uma das principais figuras representativas relacionadas ao ressurgimento da Economia Solidária no Brasil, professor sociólogo e economista. Foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de junho de 2003, Singer foi denominado titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre muitas de suas contribuições no campo acadêmico podemos mencionar como exemplo sua ajuda na criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP em 1998.

existe o vínculo empregatício – os ganhos são repartidos de forma igualitária e não existe a figura dos donos dos meios de produção

Os princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação, repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado (p. 26).

No entanto, a Economia Solidária, também está conformada por iniciativas econômicas dos mais diferentes tipos: empresas recuperadas autogestionadas; bancos comunitários ou sistemas de micro finanças que atuam fomentando e organizando o comércio local de comunidades de baixa renda; associações de pequenos produtores agrícolas.

As práticas cooperativistas se remetem às diversas propostas e experiências como formas alternativas de produção, sob a influência das teorias do associativismo, que emergiram na Europa início do século XIX como mecanismo de resistência à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramentas e do motor a vapor no início do século XIX.<sup>5</sup> Em geral, a luta associativista aglutinava artesãos e camponeses que viravam compulsoriamente submissos a pagamento de salários para sobreviverem, e estavam insatisfeitos com a mercantilização de todas as esferas da vida.

---

<sup>5</sup> Cabe mencionar que, na Inglaterra, com a introdução da máquina a vapor na indústria, se modificaram intensamente as relações de produção e a organização do trabalho, provocando, ao mesmo tempo, grandes transformações dentro da sociedade. De fato, a mecanização da indústria, na medida em que formava uma nova classe assalariada, promovia a exploração do trabalho e as condições subumanas de vida: extensas jornadas de trabalho, de dezesseis a dezoito horas; condições insalubres de trabalho; arregimentação de crianças e mulheres como força de trabalho mais barata etc.

As primeiras cooperativas que surgiram na Inglaterra e na França baseavam-se especialmente nas ideias dos chamados socialistas utópicos: Fourier (1772-1837), Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858) e Proudhon (1809-1865).

A denominação de “utópicos” foi dada por Engels, segundo Teixeira (2002), com o intuito de mostrar a ambigüidade destas teorias, as quais apresentavam projetos de superação da sociedade sem dar atenção aos aspectos políticos, práticos e concretos da mesma. <sup>6</sup>

Nesse sentido, estes pensadores, além de fazerem uma crítica ao sistema vigente, idealizavam um novo modelo de sociedade fundamentada em valores contrários aos da sua época. Eles aspiravam uma reforma política e social da sociedade em direção ao socialismo. Deste modo, os socialistas utópicos viam no desenvolvimento da cooperativa uma via alternativa ao capitalismo ascendente. Segundo Teixeira (2002),

Os socialistas utópicos foram reformadores sociais que conceberam fantásticos sistemas de organização da sociedade; sua pretensão era defender os interesses da humanidade como um todo, impondo o império da razão e da justiça eterna (p. 28).

Assim sendo, as primeiras ideias cooperativistas tinham como objetivo incorporar outros valores no processo produtivo, partindo de uma nova e diferente concepção do trabalho, onde se desenvolveriam os benefícios da cooperação como: a participação, a democracia, a

---

<sup>6</sup> Marx e Engels em “Do socialismo utópico ao socialismo científico” designaram estes autores dessa maneira para mostrar a ambigüidade de suas ideias e propostas. A palavra socialismo surgiu quase simultaneamente na França e na Inglaterra, na década de 1830, com um significado pouco preciso, mas em geral usada em oposição ao individualismo. Posteriormente passou a ser associada ao movimento de formação de cooperativas, só mais tarde adquiriu seu conteúdo atual, para designar um sistema social contrastado ao capitalismo. Já a palavra “utopia” faz referência ao livro “Utopia” Thomas Morus (1478-1535), publicado em 1516. Nesse sentido, “Os utópicos tinham não só uma consciência crítica dos males do presente, como apresentavam um projeto de futuro que implicava a superação da sociedade de seu tempo”. Ver: Teixeira, 2002, p. 29.

solidariedade, a equidade e a justiça. Segundo Buber (1971), os socialistas utópicos

São considerados frutos de uma época em que a indústria e, portanto também o proletariado, ainda não se havia desenvolvido. Foi a impossibilidade de compreender e dominar o “problema” proletariado que deu ação ao aparecimento desses sistemas, que só poderiam ser imaginários, fantásticos e utópicos e que, no fundo, propunham a abolição de uma diferença de classes que estava apenas começando a processar-se e que, um dia, iria provocar a “transformação geral da sociedade (p. 10).

## Breve descrição das teorias dos socialistas utópicos

### *Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825)*

Saint-Simon nasceu o dia 17 de outubro em Paris, dentro de uma família aristocrata. Aos dezessete anos entrou no exército, onde combateu como capitão da artilharia em Yorktown na Guerra da Independência dos Estados Unidos, entre os anos 1779 e 1783. Quando retornou à França, abandonou o seu título nobiliário e aderiu aos ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa (Garteiz-Aurrecoa, 2012).

Após sua participação na Revolução Francesa, fundou o jornal “L’industrie”. Tornou-se crítico do iluminismo, pois acreditava que este movimento não refletia suficientemente sobre as condições históricas e sociais da sociedade de sua época.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> O período que antecede ao movimento de Saint-Simon na vida política refere-se ao momento em que a Revolução Francesa guinou rumo à reação, fato que tornou possível a ascensão de Luis Bonaparte (1778-1846) e a concentração da riqueza nas mãos de um número pequeno de burgueses.

A partir de 1802, Saint Simon começou a escrever sobre política, filosofia e economia, e, no mesmo ano, enquanto estava em Genebra, na Suíça, publicou seu primeiro livro: “Lettres d’un habitant de Genève à l’humanité”, que, em 1803 ganhou uma nova versão, intitulada “Lettres d’un habitant de Genève à ses contemporains”.

Para Saint-Simon, a ciência e o progresso humano eram de grande importância para a sociedade. Acreditava que a classe industrial era fundamental, pois “alimenta a sociedade” (Teixeira, 2002, p. 47). Segundo ele, a classe industrial conglomerava todos os homens envolvidos na produção de bens materiais, como camponeses, artesãos e banqueiros.

De acordo com Teixeira (2002), Saint-Simon acreditava na virtude das elites e considerava a desigualdade natural e benéfica. Entretanto, foi crítico da ordem social vigente no que se referia à melhoria da “existência moral e física da classe mais pobre” (Teixeira, 2002, p. 48). Saint-Simon contestava a ordem da sociedade vigente, porquanto proclamava claramente a “transformação do governo político sobre os homens numa administração das coisas e na direção dos processos da produção”. Ou seja, Saint-Simon sugeria a proposta de um socialismo de Estado dirigido por macroestruturas produtivas públicas, coletivizando a propriedade dos meios de produção.

Na análise dos reformistas sociais saint-simonianos, a abolição da propriedade teria que ser alcançada gradualmente por meio da aplicação de uma série de medidas adequadas, que, aliás, a Grande Revolução já tinha iniciado. Essas medidas consistiam na aplicação de altos impostos sobre a herança, o que permitiria ao Estado se apropriar de uma parte das propriedades outrora transmitidas por via hereditária de uma geração à outra. A herança individual, por efeito dessas medidas, ir-se-ia sensivelmente reduzindo.

O abandono voluntário da propriedade por parte de seus possuidores e a supressão legal da herança viriam assim a constituir o Estado saint-simoniano regulador supremo do trabalho, chefe e diretor abso-

luto das três grandes funções da vida social: arte, ciência e indústria (Kropotkin, 1916, p. 155).

No texto “A Parábola”, de 1810, Saint-Simon manifestou seu desprezo e sua crítica aos militares, aos políticos e aos representantes da Coroa, que segundo ele, não deixavam a França progredir nas ciências, nas artes e nos ofícios. As doutrinas sociais de Saint-Simon influenciaram, segundo Kropotkin (1916), todos os reformadores sociais de sua época, que acreditavam que, com o fim do trabalho assalariado, desapareceria também, a propriedade individual dos meios de produção e acreditava que o trabalho em cooperativas e o uso de conhecimentos das ciências poderiam proporcionar maior felicidade social.

### **Robert Owen (1771-1858)**

Robert Owen considerado o ‘pai’ da cooperação moderna, empregou-a no sentido econômico, descendente de uma família pobre, filho de pai ferreiro e encarregado de correio, nasceu o dia 14 de maio em Newton, País de Gales. Owen trabalhou durante vários anos como gerente de uma fábrica de algodão na cidade de Manchester, até convencer os sócios a adquirirem outra fábrica de algodão em New Lanark, (Inglaterra). Assim, se converteu em empresário, proprietário de um imenso complexo têxtil. Ele fazia parte de um grupo de industriais que propunham leis de proteção aos trabalhadores, imaginava o fim da propriedade privada e da divisão social do trabalho.

Nessa nova fábrica, a proposta de Owen foi criar um modelo em contrariando ao modelo de sociedade capitalista emergente: ao invés de explorar aos operários buscou tratá-los de tal modo que eles não se sentissem apenas como uma parte da produção, e sim como parte de um ambiente agradável, sem conflitos e desigualdades (Garteiz-Aurrecoa, 2012).

Owen conseguiu colocar em prática suas ideias reformistas, sempre no sentido de melhorar a vida dos trabalhadores e seus familiares,

por exemplo: reduzir a jornada de trabalho a 10 horas diárias (quando o habitual era de 15 a 16 horas), decretar a primeira lei que limitou o trabalho da mulher e das crianças nas fábricas, (prática muito comum na Inglaterra naquela época), e inibir o consumo de bebida alcoólica. Além disso, ele tinha o foco na educação como meio de transformação social, combate o lucro e o ideário da concorrência, por isso fundou escolas para os filhos dos trabalhadores. Organizou algumas cooperativas de consumo e de produção com o intuito de vender bens e produtos alimentícios a preços justos, calculados conforme o número de horas trabalhadas na produção; fundou caixas de previdência para assistência médica e amparo à velhice.

Owen creia numa uma sociedade mais igualitária e pelo fim da propriedade privada, por isso, mudou-se para os EUA para tentar lá aplicar as “aldeias cooperativas”, assim foi que fundou a comunidade New Harmony: “a primeira aldeia cooperativa experimental de que se tem notícia” (Motta, 1987, p. 12). Na comunidade pessoas podiam viver em comunidade e produzir coletivamente, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras aldeias cooperativas, sendo que algumas deveriam ser agrícolas e outras industriais. As aldeias estariam situadas do lado das fábricas e os meios de produção seriam coletivos. Praticar-se-ia a remuneração igualitária e os vínculos seriam de solidariedade na produção, no consumo e em todas as áreas da vida social. A base de seu ideal comunista consistia em que todos os membros da comunidade seriam considerados como parte de uma imensa e mesma família, na qual todos teriam direito à alimentação, ao vestuário, à educação e à moradia.

Em 1817, Robert Owen apresentou um plano, ao governo britânico para que os fundos de sustento aos pobres, cujo número estava se multiplicando fossem invertidos na compra de terras e construção de aldeias cooperativas, produzindo para sua própria subsistência. Em pouco tempo o Estado teria de volta os fundos investidos (Singer, 2002, p. 25-26). A proposta de Owen não foi aceita, pois alterava o “sistema social, abolindo a empresa lucrativa capitalista”.

Em 1829, de volta à Inglaterra, Owen aproximou-se das associações de artesãos e aderiu ao movimento sindical, onde atuou durante trinta anos, representando todos os movimentos sociais de interesse da classe trabalhadora. Ao contrário de seus contemporâneos, Owen buscava testar suas propostas baseadas na valorização, organização e na distribuição do trabalho na prática social e econômica. Graças à sua posição social, ele conseguiu financiar seus próprios projetos e, dessa forma, suas propostas tiveram maior destaque e prestígio entre os socialistas utópicos.

Entretanto, ao formular sua teoria comunista, ele apresentou três obstáculos no caminho para a reforma social: a propriedade privada <sup>8</sup>, a religião e o matrimônio. Estes fatores o levaram a perder a posição social que ele detinha até então, passando a ser ignorado pela imprensa e arruinado devido às suas fracassadas experiências comunistas, as quais, inclusive, o levou a sacrificar toda sua fortuna.

Em 1825, os seguidores owenistas mudam suas ideias e iniciam defesa de um cooperativismo extensivo, pelo qual os trabalhadores se organizariam em cooperativas de produtores ou de consumidores, como tipos separados de cooperativas, as quais se espalhariam por todas as categorias. Aos poucos estas foram se tornando rentáveis. Somente em 1840, surgem, nos diversos países europeus cooperativas de consumo, do trabalho, crédito e agricultura. <sup>9</sup>

Em 1844, os princípios de Owen embasaram o início da *cooperativa de Rochdale*, onde 28 artesãos (inclusive uma mulher) se cotizam (1 libra cada) para maximizar suas compras, barateando-as no atacado. Os Pioneiros fundaram diversas cooperativas de produção, de crédito e de consumo, tais como: fábrica de sapatos e tamancos, fiação e

---

<sup>8</sup> Owen sugeria o trabalho coletivo, destacando a importância do cooperativismo e criticando a propriedade individual, porque considerava que esta última era a causa da pobreza e do egoísmo.

<sup>9</sup> Singer (2002) faz um levantamento destas primeiras experiências, deste crescimento e destacam sua proliferação em diversos países.

tecelagem, uma cooperativa de habitação e uma sociedade de beneficência que prestava assistência médica, entre outras atividades. Os princípios elencados por estas cooperativas, embora com algumas variações, vigoram até hoje. São eles: a adesão voluntária e livre dos cooperados; a gestão democrática; a participação econômica; a autonomia e independência; a intercooperação; a educação e o interesse pela comunidade.

A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale cresceu imensamente, alcançando um considerável número de sócios. Em 1848 eram 140 membros, e em 1849, passou a ter 390 membros, o que representava um significativo mercado consumidor. A sociedade provou durante um tempo uma enorme capacidade de adaptação às oportunidades e aos riscos do mercado e fez tudo isso sem abrir mão dos princípios cooperativistas. Foi a harmonização entre os aderentes da ideia de Rochdale que possibilitou o crescimento do cooperativismo, tornando-o assim um modelo, e ao mesmo tempo, um espelho para as gerações cooperativistas futuras. Dessa forma, o exemplo de Rochdale irradiou pela Inglaterra. Seus seguidores sugeriam que houvesse uma defesa econômica dos trabalhadores contra um capitalismo concorrencial e excludente.

Este movimento culminou e contribuiu para a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), fundada em 1895. A ACI reforçou estes princípios originários e ampliou para um conjunto de 11 princípios: “adesão aberta; controle democrático; divisão dos excedentes entre os cooperados; juros limitados (capital) neutralidade política; educação; reserva inalienável, etc.” (Lopes, 2012, p. 66).

### *François Marie Charles Fourier (1772-1837)*

Nasceu o dia 7 de abril 1772, em Besançon, França. No plano das ideias, ele foi o primeiro a formular o conceito de associação como forma ideal de organização econômica. Segundo este pensador, o trabalho associado era a forma essencial do trabalho humano. Ele concebeu uma comunidade ideal denominada “falanstério”, em que os trabalha-

dores realizariam rodízio nas suas funções e o trabalho seria voluntário. Ou seja, assim, o trabalho não seria considerado um sofrimento e sim uma atividade atraente, prazerosa e plena. Conforme Fourier, a finalidade da ordem societária consistia em associar o passional com o material, conciliando, dessa forma: as paixões, os gostos, o caráter, os instintos e as desigualdades (S. Thiago, 1995).

Crítico do capitalismo, este autor acreditava que o cooperativismo poderia combater desigualdades sociais. Formulou projetos para comprovar suas teses: comunidades livres, unidades autossustentáveis, propriedades divididas proporcionalmente ao trabalho, ao talento, ao capital investido e outros mecanismos de distribuição de riquezas.

Este projeto de Fourier foi chamado de Falanstério<sup>10</sup> e visava dispor o “trabalho” das pessoas (numa região ou unidade) de tal forma que o tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento de produtividade e de produção. Necessitava de uma comunidade suficientemente grande para oferecer, a cada um, uma escolha livre diante de uma gama de diversas opções de trabalhos (Singer, 2002, p. 36).

Assim, esta proposta não funcionaria como um sistema cooperativado ou coletivo como as aldeias de Owen, onde os meios de produção são de todos os membros sob a forma de sociedade acionária.

O sistema que propôs Fourier é uma variedade de socialismo de mercado, centrado na liberdade individual, na livre escolha dos trabalhos, organizados em equipes e na propriedade por ações dos meios de produção. Dessa forma, a ideia de que todos deveriam viver em comunidades autogeridas torna o Estado dispensável (Singer, 2002, p. 37).

A sociedade imaginada por Fourier estaria formada por falanges nas quais grupos de homens e mulheres trabalhariam para um fundo comum e a divisão das riquezas seria em função da contribuição de cada indivíduo. As falanges deveriam ser constituídas por, no máximo, umas

---

<sup>10</sup> Desenvolveram-se comunidades baseadas em seus ideais no sul do Brasil, em São Francisco do Sul (SC), conhecido como Falanstério do Saí.

1800 pessoas, porque Fourier acreditava que um grupo de mais de 2000 pessoas geraria confusão e complicação, enquanto que um de menos de 1600 pessoas, deixaria a falange frágil em suas ligações e sujeita a falhas no mecanismo com lacunas de atração industrial (S.Thiago, 1995).

As falanges conformar-se-iam por uma associação de várias famílias e as funções seriam divididas por diferentes atividades, como por exemplo: domésticas, agrícolas, manufatureiras, comerciais, ensino, estudo e emprego das ciências e das artes. Também as falanges possuiriam, em cada uma delas, seu próprio falanstério: espaço criado especialmente para abrigar, além de todos os membros, a biblioteca o berçário, a escola, o teatro e o armazém para uso de toda a comunidade.

De acordo com Kropotkin (1916), as falanges resolveriam o problema da troca e da distribuição dos produtos de primeira qualidade. Porém, a comuna não seria proprietária dos produtos armazenados, mas sim sua depositária, atuando como intermediária de recepção e distribuição, sem fins lucrativos; uma espécie de cooperativa de consumo e comercialização.

### *Pierre Joseph Proudhon (1809-1865)*

Nasceu em 1809 na cidade de Besançon. Seu pai era cervejeiro e sua mãe cozinheira. Começou seus estudos no colégio real de Besançon graças ao apoio financeiro de uma bolsa de estudos, mas logo foi obrigado a interromper os seus estudos em 1827 para trabalhar como tipógrafo em uma imprensa situada na cidade de Bellevaux (Teixeira, 2002).

Proudhon é considerado o principal autor anarquista que contribuiu para a construção de propostas "autogestionárias". Segundo Proudhon, a autogestão é a negação da burocracia e de sua heterogestão, que separa artificialmente uma categoria de dirigentes de uma categoria de dirigidos. Conforme Teixeira (2002, p. 39) foi um "reformador social e um anarquista que sonhava com uma França povoada por artesãos e pequenos proprietários".

Durante o período em que Proudhon viveu e realizou suas críticas ao modelo de sua época, a França atravessou duas fases muito diferentes: durante a primeira metade prevaleceu uma sociedade pouco desenvolvida e ainda camponesa; na segunda metade, o desenvolvimento industrial tornou-se mais acelerado. O país vivia um período marcado pela herança dos “25 anos revolucionários” (Teixeira, 2002, p. 38).

Em 1838, Proudhon reforçou a tese de que os próprios trabalhadores deveriam atingir uma transformação social, mas isso não se empreenderia através da revolução política, e sim, pela vivência e organização direta de instituições sociais alternativas, como a formação de cooperativas. Ele propôs o fim do arrendamento de terras e colocou a autogestão do Estado, sobre bases mutualistas.

Segundo Proudhon, o responsável pela apropriação da riqueza por poucas pessoas, e, por conseguinte, o principal problema da sociedade, era o sistema de crédito e juros. Por isso, ele imaginava um sistema de empréstimo sem juros. Segundo Teixeira (2002), Proudhon pode ser caracterizado como pré-capitalista e não anticapitalista, porque, segundo suas análises, a propriedade privada torna possível a apropriação do trabalho dos outros, através dos juros. Por isso, um dos principais objetivos de sua teoria era abolir os juros no sistema capitalista e não a propriedade capitalista. Em 1840, Proudhon publicou seu livro “Qu’est-ce que la Propriété?” no qual define a propriedade como um roubo.

Entre as ideias de Proudhon que influenciaram o movimento anarquista, podemos mencionar: o horror à democracia e ao Estado e a aversão à autoridade. Conforme Proudhon, a formação de uma sociedade contratual, em que as forças econômicas realizariam suas próprias trocas em relações recíprocas livremente debatidas, a ordem entre elas viria espontaneamente da ação dos produtores e de sua autogestão. As instituições do mutualismo, segundo Proudhon seriam: os seguros mútuos, os créditos mútuos, o ensino mútuo, as garantias recíprocas de escoamento, a troca, o trabalho, o produto de boa qualidade e de justo preço (Teixeira, 2002).

Essa sociedade contratual poderia ser formada no próprio sistema capitalista, já que Proudhon considerava que, mesmo nas sociedades autoritárias, a sociedade econômica pode criar o seu próprio organismo, sua própria constituição social. Ou seja, a proposta seria criar uma sociedade autogestionada e dessa forma abolir o Estado. Os poderes políticos seriam substituídos pelas forças econômicas, os contratos entre cidadãos, comunidades e as empresas substituiriam as leis, as profissões e funções especiais supririam as antigas classes hierarquizadas. A força pública seria substituída pela força coletiva, os exércitos pelas companhias industriais e a repressão policial seria substituída pela identidade de interesses (Motta, 1981).

Na sociedade concebida por Proudhon, cada indivíduo, grupo social, município, companhia operária teria sua própria soberania, se autogovernaria e se relacionaria livremente com outros indivíduos ou agrupamentos. Nesse sistema, o valor dos produtos deveria ser colocado de acordo com a quantidade de trabalho social necessário para sua produção, e todas as trocas entre produtores poderiam ser efetuadas por intermédio de um Banco Nacional ou Banco do Povo, que aceitaria como pagamento “bônus de trabalho”. O Banco do Povo estaria também habilitado a facilitar empréstimos às associações de trabalhadores para incrementar a produção, empréstimos tais que seriam dados em “bônus de trabalho”, sem objetivo de lucro. Consistiria apenas em uma taxa anual como cobertura de despesas administrativas.

Nessas condições, o capital emprestado sem juros perderia inteiramente o seu caráter pernicioso e não poderia, portanto, ser empregado como instrumento de exploração.<sup>11</sup> Proudhon acreditava que seria possível criar, por esses meios, uma rede de artesãos independentes, camponeses e associações de operários que, desse modo, sairiam do sistema capitalista e chegariam, eventualmente, a uma transformação pacífica da

---

<sup>11</sup> Proudhon fundou o Banco do Povo em 1849, reunindo 27 mil membros. Porém, o banco nunca chegou a funcionar, por imprevistos na carreira jornalística e política do autor, segundo Woodcock (2002).

sociedade (Kropotkin, 1916; Motta, 1981).

Em 1848, Phoudhon foi representante na Assembleia Nacional e em 1849, foi acusado por ter desferido ataques violentos ao então presidente eleito Luis Napoleão. De acordo com Woodcock (2002), Proudhon fugiu após ter apelado à sentença de sua prisão e então, antes de ser preso definitivamente por três anos, liquidou o Banco do Povo com receio de que caísse em mãos erradas.

Na prisão, Proudhon escreveu o livro “Ideia Geral da Revolução no Século XIX”, considerado por Teixeira (2002), uma obra-prima do pensamento anarquista no qual ele apresenta a revolução como um fenômeno necessário, uma consequência que não pode ser evitada. Nesta obra, Proudhon argumenta que a revolução seria necessária no século XIX, já que a Revolução Francesa de 1789 teria conseguido realizar metade das tarefas propostas, pois ela apenas se preocupou com as transformações políticas e não deu atenção às mudanças econômicas exigidas pelo fim do feudalismo.

O principal problema, para Proudhon, encontrava-se dentro do Governo, por isso seria necessário construir um novo “edifício das instituições industriais” para substituir o domínio governamental. Para Proudhon, tal edifício seria construído por meio da associação, porém, “quando considerada um fim em si mesma, a Associação representa um perigo para a liberdade, mas, quando encarada apenas como um meio para atingir um fim maior, a libertação do indivíduo, ela pode ser benéfica” (Proudhon apud Woodcock, 2002, p. 148).

A Revolução é uma força que nenhum poder consegue vencer, seja ele divino ou humano; sua tendência é crescer em função da própria resistência que encontra. Quanto mais a reprimires, mais aumentarás sua reação e mais irresistível tornarás sua ação, de tal modo que, para que uma ideia triunfe, não faz a menos diferença que tenha sido perseguida, atormentada e combatida desde o início ou que tenha surgido e se desenvolvido sem encontrar obstáculos (Proudhon apud Woodcock, 2002, p. 147).

Essa ideia de Revolução serve à concepção anarquista que vê a sociedade como parte do mundo da natureza, governada por forças determinantes que representam o domínio do destino, dentro de fronteiras nas quais o homem deve trabalhar para alcançar sua liberdade.

Sua obra “A Revolução Social”, publicada em 1852, foi apontada por socialistas da época como uma adesão a Napoleão III. Após este episódio, Proudhon voltou à oposição e foi novamente condenado e perseguido, tendo que se refugiar na Bélgica (Teixeira, 2002). Em 1862 foi anistiado e conseguiu retornar à França.

Teixeira (2002) considera que todos os socialistas utópicos tinham consciência dos males da sociedade de sua época e um projeto de sociedade futura que superava a sociedade de seu tempo. Os pensadores acreditavam que bastava a educação e a universalização do conhecimento científico para transformar a sociedade e o homem. Nesse sentido também, segundo Buber (1971)

Vimos que a finalidade do chamado socialismo utópico é substituir, tanto quanto possível, o estado pela sociedade e efetivamente por uma sociedade autêntica que não seja um estado dissimulado. Para o advento de uma sociedade autêntica são necessárias as seguintes condições: ela não pode constituir-se de um agregado de indivíduos que não estejam estreitamente vinculados entre si, pois sua coesão, nesse caso, só poderia ser mantida a custa de um princípio político de domínio e coação; deve compor-se de pequenas sociedades comunitárias e das federações dessas mesmas sociedades e tanto as relações entre os membros dessas sociedades como as das sociedades e federações entre si, devem ser determinado, na medida do possível pelo princípio societário e pelo de vinculação íntima, colaboração e auxílio mútuo. Dito com outras palavras: somente uma sociedade profundamente estruturada poderá substituir ao Estado. Esse objetivo, por sua própria natureza, não pode ser alcançado, exclusivamente através de uma mudança na ordem do governo, isto é, daqueles que detêm o poder em suas mãos e, tampouco, unicamente através de uma modificação no sistema de propriedade, a saber, dos detentores dos meios

de produção, nem por qualquer instituição ou lei que regule, exteriormente, as formas sociais de vida e, tampouco, pela ação conjunta de todos esses meios (p. 103).

Percebemos então, que desde o início do processo de industrialização e do capitalismo incipiente, surgem questionamentos e críticas ao sistema, colocando propostas alternativas para alcançar a emancipação social através da organização do trabalho, o fim da propriedade privada e o fomento do trabalho autogestionário e associativo.

Naquela época, a cooperativa era uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por uma dupla natureza: uma entidade social e uma unidade econômica; e também uma sociedade de pessoas com o objetivo de desenvolver-se livremente.<sup>12</sup>

Segundo Teixeira (2002, p. 10), as experiências cooperativistas são recorrentes, mas as novas ideias se afirmam negando as anteriores, as quais acabam, por sua vez, condenadas ao esquecimento. Tempos depois, quando as ideias se tornam velhas, as anteriores são reinventadas, sobretudo, nas épocas de crise, quando se retomam velhas práticas de luta da classe trabalhadora, como a busca de soluções para os problemas de desemprego e para a ausência de alternativas governamentais de geração de renda. Conforme Mészáros (2002), as crises que o capitalismo apresenta são decorrentes de sua própria transformação histórica. Embora a crise constitua um desafio à sua superação é pretexto para a edificação de um possível novo modelo.

---

<sup>12</sup> O cooperativismo, enquanto prática econômica, tem se baseado em um conjunto de sete princípios que são: o vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros; o controle democrático por parte dos membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa; a participação econômica dos membros – tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proveitos; a autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa (Birchall apud Souza Santos, Rodriguez, 2002, p. 34).

## As práticas autogestionárias

A palavra autogestão é relativamente recente no dicionário, tendo aparecido na língua francesa no início dos anos 1960. Ela é tradução literal da palavra servocroata “samoupravlje”: “samo” sendo o equivalente a escravo do prefixo grego “auto” e “upravlje”, significa “gestão”. No entanto, a autogestão não pode ser considerada apenas como uma ferramenta administrativa de gerenciamento, uma vez que engloba o plano econômico, político e social.

O conceito de autogestão se difunde na França durante as décadas de 1960 e 1970, pois foi utilizada para caracterizar as medidas sociopolíticas e econômicas promovidas pelo governo comunista de Tito na Iugoslávia (1945-1980), em ruptura com o stalinismo.

Desde o fim dos anos 1960, a ideia de autogestão tornou-se, de forma crescente, assunto das discussões políticas em vários países e teve seu apogeu em maio de 1968, com o movimento estudantil e, depois, com as empresas recuperadas geridas por operários, onde se aplicaram mecanismos democráticos de gestão; o exemplo mais famoso, durante esse período, foi a experiência da fábrica recuperada de relógios Lip.<sup>13</sup> Segundo Gutiérrez Gustavo Luis (1997),

As formas autogestionárias de organização da produção são uma constante no interior da produção capitalista, caracterizadas especificamente pela oposição aos seus valores e às suas práticas. As experiências de autogestão, em toda sua diversidade, se apresentam como um elemento constitutivo fundamental das lutas dos trabalhadores na história (p. 15)

Vale salientar que, vários países da Europa durante todo o século XIX foram cenários de diversas formas de organização associativas operárias, assim como também, de trabalhadores que ocuparam as instalações das unidades produtivas diante da fuga dos patrões ou aban-

---

<sup>13</sup> Sobre as experiências dos trabalhadores da empresa Lip e sobre a Revolução dos Cravos, ver Sardá de Faria (2011).

dono do controle produtivo, a saber: o episódio da Comuna de Paris (1871); a Revolução Russa (1917); a Guerra Civil Espanhola, de 1936 até 1939; a Revolução Húngara, de 1956, quando surgiram os conselhos na revolução; o movimento de Maio de 1968, na Europa; a Revolução dos Cravos, em 1974, em Portugal quando eclodiram as comissões de trabalhadores e as experiências coletivistas; e a criação do sindicato Solidariedade, na Polônia, em 1978 (Sardá de Faria, 2005; Gracia, 2012).

Decerto, a autogestão esteve sempre presente no horizonte da luta de classes, nas organizações e conflitos onde os trabalhadores buscam romper com a disciplina e a fragmentação que fundamentam as relações sociais do capital. Nesse sentido, perguntamo-nos o que significa que a Economia Solidária promova uma cultura do trabalho fundada na autogestão, como alternativa ao desemprego e à precarização do trabalho?

Podemos afirmar que, em termos gerais, não há autogestão sem Economia Solidária e não pode haver Economia Solidária sem autogestão. O sentido democrático da Economia Solidária encontra-se na centralidade da autogestão, pois propõe uma lógica distinta que não é similar nem ao funcionamento do mercado nem ao do Estado. De fato, a autogestão faz referência a uma forma democrática dos empreendimentos produtivos e inclusive de toda a economia, na qual os meios de produção são socializados, e os trabalhadores passam a participar das tomadas de decisões, por meio de conselhos e assembleias. Nascimento (2011) define a autogestão da seguinte forma:

A autogestão é a construção permanente, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (p. 93).

Podemos destacar três aspectos gerais dessa definição de autogestão: a) a propriedade coletiva dos meios de produção; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem aos trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento é realizada pela comunidade de trabalho que organiza o processo produtivo, opera as estratégias planejadas e dispõe sobre o destino dos rendimentos.

A fim de analisar o significado da autogestão no contexto atual, Novaes e Sardá de Faria (2011) o definem como uma utopia militante, termo utilizado por Paul Singer (1998) para designar um projeto de organização societária que está em processo de produção da vida material, a chave para a superação do modo de produção capitalista e a transformação do mundo social. Ou em outras palavras o que deveria ser. Pois, a autogestão busca ampliar as formas da democracia direta no interior dos empreendimentos produtivos, combinando-a, com instâncias de representação.

Neste sentido, as práticas autogestionadas surgem, a maioria das vezes, quando um grupo de pessoas, aliadas por uma mesma perspectiva ou necessidade, encontram-se e desenvolvem atividades conjuntas em busca de uma saída para a crise do emprego e também para melhorar suas condições de vida e de trabalho. Nestas experiências, a solidariedade só pode existir pela organização igualitária dos que se associam para produzir, poupar, trocar e consumir. Os empreendimentos devem aplicar os princípios básicos da propriedade coletiva do capital e a liberdade individual.

Segundo Sardá de Faria (2005), a autogestão exige a superação da condição parcializada, fragmentada e inferiorizada dos trabalhadores no interior do processo de produção das condições materiais de existência. A parcialização das atividades é substituída pelo trabalho coletivo e pelo rodízio dos trabalhadores nos diferentes postos de trabalho, além da revogabilidade dos cargos, para que todos os trabalhadores conheçam todas as etapas do processo produtivo e haja a sociabilização com

os colegas de trabalho. Além disso, destaca que os trabalhadores em empreendimentos autogestionários adquirem a possibilidade de circular livremente por todas as instalações.

Dessa forma, as práticas solidárias se caracterizam pela participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo. Incorpora-se a isso, a necessidade de construir uma matriz organizacional e institucional. Por isso, a necessidade de formar redes dos movimentos sociais e de organizações que possibilitam o fortalecimento desse ideário, seja como redes de comércio justo<sup>14</sup>, seja pelo fortalecimento dessas organizações através da troca permanente de informações e produtos que resultam na formação das redes globais de Economia Solidária.

## O trabalho no interior dos empreendimentos autogestionários

Ao longo da história, o trabalho sempre teve um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades. Sua concepção tem evoluído segundo o modo de organizar a produção e a reprodução da vida. Com uma perspectiva histórica dialética, entendemos que a organização do trabalho, assim como as relações de produção, se constroem e se deconstroem, e conseqüente a organização da sociedade vai se transformando. Ou seja, em outras palavras, o modo de produção capitalista não é estático nem invariável.

Em linhas gerais, no desenvolvimento dos diversos padrões de acumulação capitalista (revolução industrial, taylorismo-fordismo, toyotismo etc.) se busca: a separação entre o trabalho manual e o trabalho

---

<sup>14</sup> É a articulação das relações econômicas baseadas na solidariedade e não apenas uma relação comercial. Onde a troca entre os envolvidos produtor, distribuidor e consumidor é norteada para o desenvolvimento solidário e sustentável na qual o pequeno produtor e/ou a agricultura familiar tenha projeção em sua condição econômica resultando em preço justo aos produtores, educação para os consumidores e desenvolvimento humano para todos. Ver: [www.justatrama.com.br/](http://www.justatrama.com.br/) [www.sebrae.com.br/COTERA](http://www.sebrae.com.br/COTERA), A. 2009, p. 60-67.

de concepção (impossibilidade de criar, pensar ou controlar processo produtivo em sua totalidade); o aumento da produtividade e eficiência; o controle dos ritmos de trabalho com a incorporação da cadeia de montagem provocando assim, a mecanização e repetição do exercício dos trabalhadores. Conforme Neffa (1998),

A autonomia responsável e o compromisso do involucramento com o trabalho, atitudes que haviam caracterizado os artesãos de ofício, vão ser substituídos pela obrigação de realizar de maneira individual um trabalho, prescrito e definido em seus mínimos detalhes, com ritmos impostos, submetidos ao controle direto da intensidade do trabalho por parte da direção das empresas (p. 104).

Desta forma, no modo de produção do capital, o trabalho está subordinado à organização técnica da produção, sob o paradigma da divisão de tarefas e operações, é racionalizada ao máximo as intervenções humanas, deixando fora à capacidade de seu aporte intelectual e cognitivo. A mecanização da indústria, ao mesmo tempo em que formava uma nova classe assalariada promovia a exploração do trabalho e as condições subumanas de vida.

Destarte, o trabalhador se especializa em um determinado número de tarefas, muito simples e repetitivas, que podiam ser executadas por qualquer pessoa, perdendo assim a parte subjetiva e criativa. A ideia da precisão transformou-se na paranoia da pontualidade, da produtividade, da competitividade, dos prazos, dos controles, das avaliações e dos confrontos.

Historicamente, o desenvolvimento das forças produtivas tem acentuado uma cultura de trabalho em que cada vez mais, o trabalhador e a própria natureza se encontram submetidos ao imperativo do capital. Conforme Benini (2011),

Sendo o trabalho reduzido a um mero fator de produção, remunerado conforme o seu dispêndio ou gasto no tempo- o trabalho assalariado- há também uma inversão no propósito organizacional, que passa a estar centrado na produção de

valores de troca para a acumulação, e não na produção de valores de uso para os seres humanos (p. 73).

Nesse sentido, em contraposição a esta cultura organizacional fortemente impregnada pela lógica da eficiência, produtiva e de acumulação mediante uma gestão heterogestionária e burocrática de controle e dominação, a autogestão se apresenta como modelo alternativo de produção e reprodução da vida social.

A autogestão como proposta de resistência se caracteriza por promover uma relação de trabalho diferente à relação capital – trabalho assalariado. Segundo os autores Vietez e Giraldez (2001),

No sistema autogestionário, o controle do trabalho, que é uma categoria de exercício despótico da burguesia na fábrica, é modificado. As empresas autogestionadas começam a construir uma nova categoria, que se denominara, regulação do trabalho. As principais modificações que serão abordadas referem-se a quatro temas sobre os quais a regulação incide, a saber: a divisão do trabalho fabril em funções intelectuais e manuais, o parcelamento minucioso das funções, o ritmo e a análise do processo de trabalho (p. 50).

Nota-se que, nesta proposta de gestão autogestionária todos os trabalhadores podem decidir o “quê, como e quando produzir e para quem, como e quando deve ser distribuído” (Faria, 2004a, p. 22). Portanto, a nova relação de trabalho instaurada nesse tipo de organização implica a conversão das relações verticais de hierarquia em relações horizontais de solidariedade e de decisões coletivas. Para que isto se aplique no dia a dia, os trabalhadores precisam se re-educar, pois se busca passar de uma sociabilidade baseada na competitividade, para outra que tem a solidariedade como referência.

De fato, nos empreendimentos, tanto as cooperativas quanto as ERTs, os trabalhadores vão-se habituando pouco a pouco, a administrar e aprendem na prática, com muitas contradições e desafios. Nesse sentido, vale salientar que a transformação de antigo vínculo estabelecido entre operário-patrão para uma igualdade entre cooperados é um pro-

cesso complexo que requer um verdadeiro processo de aprendizagem e que permite aos trabalhadores assumir uma nova posição dentro das relações de produção, assim como também, a possibilidade de construir uma nova subjetividade.

Em vários trabalhos, Lia Tiriba (1994, 2001) destaca o potencial pedagógico do trabalho associado e autogestionado. A autora enfatiza nos condicionamentos culturais para a sustentabilidade dos empreendimentos e nas necessidades vinculadas na formação dos sujeitos para sua construção. A autora adverte que o desenvolvimento da nova cultura do trabalho requer tempos e recursos amplos, e por isso, esse processo está diretamente vinculado à possibilidade da ação estatal neste campo.

Em relação ao processo específico da transformação cultural, Tiriba (2001) analisa a importância dos processos pedagógicos e de aprendizagem a partir da prática produtiva e participativa, para uma gradual apropriação por parte dos trabalhadores dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento, o fortalecimento e sustentabilidade dos empreendimentos. Por isso, é necessário reassumir o trabalho como 'principio educativo'. Este espaço de produção de saberes no trabalho deve entender-se em um sentido amplo:

En este nuevo tiempo, además de las actividades prácticas para 'hacer que funcione' el emprendimiento, aún están presentes los momentos de reflexión, de socialización del saber, de la creación de nuevos conocimientos y valores, de articulación con la comunidad y con los demás movimientos asociativos (Tiriba, 2007, p. 209).

A autora entende que uma nova cultura do trabalho "não se produz somente a partir do espaço da produção, senão também nos diversos espaços/redes que constituem o sujeito" (Tiriba, 2007, p. 201). Tendo em vista isto, a autora menciona a necessidade de integrar, re-direcionar, transformar o sistema educativo formal em função desta proposta, assim como, também, fortalecer e articular os processos de educação popular e formação contínua existente (Tiriba, 2000).

Tiriba (2008) destaca que o processo de trabalho constitui um momento de geração de saber. Para a autora, o processo de construção e interpretação da realidade não ocorre autonomamente, mas historicamente pelos grupos e classes sociais. Assim, é também com relação ao processo de trabalho. Por meio dele, o ser humano pode interagir com a natureza, já que o trabalho é “a forma pela qual, nos processos de criação e recriação da realidade humano-social se dá a mediação dos seres humanos com a natureza e consigo mesmo” (p. 03). Desta forma, o trabalho associado contribui para criar uma nova cultura do trabalho e um novo tipo de sociedade, isto porque ele se constitui como “uma escola de produção de uma cultura do trabalho inspirada nos princípios da autogestão” (p. 4).

Contudo, as ERTs se caracterizam, antes de tudo, como um processo em construção onde as relações de trabalho entre as pessoas devem ponderar o seu dimensionamento humano enquanto trabalhadores que produzem e tomam decisões. Quando falamos em gestão democrática dentro dos empreendimentos, significa que os trabalhadores devem poder decidir e opinar sobre todas as questões que acontecem no interior da cooperativa, tanto administrativas quanto econômicas, como, por exemplo: metas de produção, política de investimentos, modernização, retiradas e fornecedores. Assim como também decidir sobre a rotatividade nas funções e nas tarefas, e a possibilidade de revogar em qualquer momento os mandatos dos representantes e das pessoas eleitas para cargos de coordenação

Segundo Tiriba (2008), o trabalho autogestionado pode ser entendido como “uma atividade econômica caracterizada pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens e serviços e pela participação ativa dos trabalhadores nas decisões da organização” (p. 83). Também Singer (2007) enfatiza que a prática da autogestão em uma organização econômica implica em propriedade do capital repartida entre todos os sócios por igual e os mesmos direitos de participar nas decisões e na eleição de representantes e autoridades.

A experiência do trabalho associado e autogestionado se propõe motivar os processos de formação, construção de novos saberes, assim como o avaliar e a revalorizar saberes prévios dos trabalhadores envolvidos. Isto significa um recurso muito valioso, fundamental para o desenvolvimento das iniciativas deste tipo. Além disso, segundo Tiriba (2007), as experiências abrem a possibilidade para uma formação de uma “nova cultura do trabalho”, alternativa à assalariada e capitalista predominante e hegemônica, sobre a qual podem apoiar-se os diversos projetos e instituições que apontam para a construção de outras formas de fazer economia, mais democráticas.

Na perspectiva de uma nova cultura do trabalho, os saberes do trabalho associado e autogestionado necessitam ser identificados, reconhecidos e legitimados.

Concebimos a la cultura del trabajo como un conjunto de prácticas, valores y conocimientos que se materializan en el proceso de trabajo propiamente dicho, que se refleja no sólo en las relaciones de mercado, sino también en las de convivencia internas y externas al emprendimiento. Desde el punto de vista político e ideológico, los supuestos que nos señalan los marcos fundamentales de una cultura del trabajo de nuevo tipo serían las relaciones de producción caracterizadas por la perspectiva del valor de uso y no del valor de cambio, por las cuales el trabajador recupera el sentimiento de productor y sujeto-creador de sí mismo y de la historia y en las cuales tienden a diluirse la propiedad individual de los medios de producción y la jerarquía asegurada por los que ‘saben’ (Tiriba, 2007, p. 200).

Tiriba (2007) considera necessária a participação de “um novo tipo de intelectuais” comprometidos com esta construção coletiva, e convoca nesse sentido:

La producción asociada es instancia educativa y espacio de producción de nuevas concepciones de trabajo, de vida y de mundo. Como parte integrante de los movimientos populares, los procesos productivos cuya lógica es la hegemonía del trabajo sobre el capital pueden contener, aunque de

forma contradictoria, los gérmenes de una nueva cultura del trabajo y de relaciones económico sociales de nuevo tipo. En ese proceso, le cabe también al intelectual vincularse visceralmente con la praxis cotidiana y redescubrir que, como inmensa mayoría, podemos transformar nuestra vida y nuestra sociedad (p. 222).

Na proposta de autogestão, existe a possibilidade de viabilizar a dignidade da existência do trabalhador, e na produção, atuam não apenas sob a lógica de reprodução do capital, mas, principalmente, sob a lógica do desenvolvimento humano através do trabalho. Participação e comprometimento com os objetivos do grupo são as palavras-chave no empreendimento autogestionário típico (Tauile, 2005).

Então, entendemos que na formação das ERTs percebe-se a tentativa de incorporar outros valores em contraposição aos valores individualistas e de concorrência, característicos do modo de produção capitalista. Nas experiências, se desvendam uma forma alternativa na construção de relações sociais e laços comerciais, mediante a adoção sistemática de condutas dirigidas ao reconhecimento e à amplificação da reciprocidade.

De fato, os princípios cooperativistas procuram estabelecer uma relação horizontal entre o capital e o trabalho, com o objetivo de garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da atividade econômica.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Os sete princípios que orientam o funcionamento das cooperativas em todo o mundo são: 1) vínculo aberto e voluntário; 2) controle democrático por parte dos membros; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência em relação ao Estado e outras organizações; 5) Compromisso com a educação dos membros; 6) cooperação entre cooperativas (através de organizações locais, nacionais e mundiais); 7) contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa (Singer, 2011).

## Conclusão

De acordo com as páginas anteriores foi possível elucidar que, as experiências cooperativistas e a recuperação de empresas pelos trabalhadores formam parte da longa história de resistência e de luta dos trabalhadores. Estas se apresentam como alternativas sociopolíticas e econômicas diante o desemprego, especialmente em períodos de crises econômicas.

Em contrapartida, estas práticas colocam em evidência, especialmente em suas contradições, as relações sobre as quais se sustenta a reprodução do modo de produção capitalista: a exploração e a subordinação do trabalho assalariado; a propriedade privada dos meios de produção, promotoras de desigualdades e concentração de riqueza.

Embora as primeiras iniciativas de práticas cooperativistas tivessem propostas revolucionárias e reformadoras da sociedade, inspiradas em valores tais como a democracia participativa, a igualdade, a equidade e a solidariedade, não conseguiram transformar o modo de produção de capital. Estas experiências históricas revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho é preciso de outras ferramentas, além da apropriação dos meios de produção para lutar contra o capital. Porém, como propostas alternativas socioeconômicas e contra-hegemônicas significaram importantes avanços na luta pelos direitos dos trabalhadores

Diferenciando-se desse período, as cooperativas e as práticas autogestionárias contemporâneas estão inseridas numa conjuntura socioeconômica e política muito diferente, e não surgem com o intuito de transformar o modo de produção de capital.

As ERTs se apresentam como um espaço de luta, de construção de possibilidades a partir da prática da autogestão e a emergência de um novo trabalhador coletivo autogestionário que apresenta características diferentes do trabalhador assalariado. Por isso, consideramos importante ressaltar o processo de aprendizagem que vivem os trabalhadores,

quando percebem suas habilidades para agir e inovar (como produtores de riqueza), e aprender a relacionar-se com base em outros valores.

Então podemos dizer, que os trabalhadores diante um novo cenário: tomam decisões, reinventam, se organizam coletivamente, debatem sobre controle operário e compartilham suas experiências. Nota-se que a autogestão apresenta-se como um desafio permanente e um aprendizado cotidiano que permite aos trabalhadores descobrir um novo mundo de ação. Como toda aprendizagem, isso leva tempo, paciência, perseverança e esforço para atravessar os obstáculos e desafios que se apresentam no caminho.

Esse conjunto de reflexões nos traz um alento no sentido de que poderíamos entender o momento atual como sendo não só de crise, mas também de surgimento de novas experiências que poderiam estar apontando para novos caminhos de convivência social, novas formas de produção e novas relações sociais, tanto no interior dos empreendimentos quanto nas parcerias com organizações sociais e a comunidade. Pois, junto com ERTs, também a Economia Solidária, traz à tona valores que fazem parte da cultura de movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia e cooperação.



# 2

## O DIREITO DO TRABALHADOR AO TRABALHO, NOVOS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: AS ERTs NO BRASIL

*Al principio... en la tierra no hay caminos  
Pero cuando muchos hombres marchan  
En la misma dirección,  
Se hace el camino*

Lu Sin

O objetivo deste capítulo é analisar o contexto econômico político no qual surgem as ERTs no Brasil e suas características, desenvolvimento e sustentabilidade ao longo de sua trajetória. Com este fim, destacamos as modalidades e as estratégias adotadas pelos diferentes atores envolvidos no processo, tais como os operários, dirigentes sindicais, dirigentes políticos, movimentos sociais e a sociedade civil.

### O contexto sociopolítico e econômico na década de 1990

O fim da ditadura militar no Brasil (1985) deu passo a governos democráticos que nasceram fortemente condicionados pela herança econômica, política e social do período autoritário. Essa herança facilitou a aplicação das recomendações promovidas pelo Consenso de Washington, que propiciou o passo atrás do Estado na regulação das economias.

De um modo geral, as principais políticas aplicadas foram a desregulação financeira e econômica, as privatizações, e a abertura da economia. Esta última significou a redefinição das estruturas administrativas e produtivas das empresas, como solução para enfrentar o aumento da concorrência, com o prejuízo da diminuição de postos de trabalho e o fechamento de numerosas empresas, principalmente pequenas e medianas.

Decerto, no Brasil o surgimento das ERTs está intimamente ligado às medidas econômicas de abertura financeira e comercial iniciadas durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e aprofundadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Segundo os estudos de Pochmann (2001), o Brasil viveu, durante a década de 1990, a crise mais grave do emprego de toda sua história. O efeito disso foi o crescimento da pobreza junto com uma rápida retração de todos os segmentos da indústria. Como observa Tauile (2002),

Ao mesmo tempo em que a atual revolução tecnológica traz um aumento da eficiência e da capacidade produtivas, observa-se o crescimento dos índices de desemprego, subemprego e informalidade. Resulta daí que setores da sociedade para os quais não se tinham políticas públicas que fossem além da assistência social, começam a encontrar na economia popular solidária e na autogestão uma possibilidade para melhorar sua qualidade de vida (p. 1).

O movimento sindical, como instituição representativa da classe trabalhadora, que na época anterior à década de 1990 cumpria um papel fundamental na negociação do conflito laboral e eram os atores centrais na definição da orientação das políticas econômicas e sociais junto com os empresários e o Estado, encontraram muitas dificuldades em adequar suas práticas e estruturas à nova realidade socioeconômica. Nesse sentido, foi notória a perda da capacidade material e organizativa dos sindicatos para realizar estratégias de negociação e confrontação, tanto com os governos quanto com os empresários. Assim como também se perdeu, em termos de ação coletiva, o que era antigamente

o repertório clássico da classe trabalhadora: o protesto por meio da greve e a mobilização (Basualdo, 2001). Conforme Ramalho (2004)

As formas de ação coletiva e de associativismo sindical construída ao longo do século XX, no período de padrão fordista, se mostraram defasadas diante das novas estratégias gerenciais e diante do modo de como se reconstituiu o mercado de trabalho, e as novas práticas coletivas passaram a enfrentar as dificuldades relativas a uma desfiguração gradativa do trabalho como fator fundamental para a formação de uma identidade e de um sentimento de pertencimento social.

No interior da fábrica, a introdução de mecanismo de controle com exigência de qualidade e trabalho de time, a intensificação das tarefas no cotidiano fabril e a flexibilização das relações de trabalho, aliados a ameaças reais de desemprego, dificultaram a atuação dos sindicatos e colocaram em xeque práticas anteriores de ação política. As instituições de representação operária – sindicato e comissões de fábrica – tiveram que se dividir entre negociações pela manutenção de empregos e das atividades econômicas na região, com as atividades habituais de negociar salários e exigir melhores condições de trabalho (p. 104-105).

Em contrapartida, com a falta de empregos, os trabalhadores passam muito tempo fora do mercado de trabalho, fazendo bicos enquanto esperam por uma nova oportunidade laboral para ingressar novamente no mercado. É notório, durante este período, a redução nas taxas de filiação, o que tende a enfraquecer a identificação sindical, com impacto negativo sobre a capacidade dos sindicatos de empreender ações voltadas para conter o processo de remercantilização da força de trabalho (Antunes, 2000; Pochmann, 2003). Segundo Leite (2009),

Nos últimos anos tem-se assistido a uma sensível diminuição do trabalho industrial e do setor público, dois dos principais baluartes do movimento sindical atuante e combativo que marcou o século passado até anos recentes: a um significativo crescimento das taxas de desemprego esvaziando as principais formas de luta sindical, com as greves e paralisações do trabalho, a um expressivo crescimento de formas de

trabalho menos suscetíveis de sindicalização, como o trabalho temporário, por tempo determinado, em tempo parcial, sem registro, etc. Este conjunto de transformações, aliado ao constante esforço empresarial no sentido de fragmentar e evitar a organização dos trabalhadores tem colocado os sindicatos na defensiva, perdendo nos últimos anos uma quantidade não pouco significativa de seus quadros, bem como de sua capacidade de luta (p. 19)

Diante deste contexto, o sindicato teve que adaptar sua organização, sua estrutura e sua ação à heterogeneidade do mundo do trabalho. Conforme Ramalho (2004),

A análise sociológica sobre o sindicalismo brasileiro nos últimos vinte anos tem mostrado um movimento de crescimento institucional e político, iniciado com as greves do ABC paulista no final dos anos 1970 e confirmado no início dos anos 1980 com a criação das centrais, principalmente a CUT. 1. A conjuntura em que esses processos se deram permitiu o desdobramento da ação sindical para além do muro das fábricas, associando reivindicações econômicas a questões políticas, participando do processo de redemocratização do país e produzindo um tipo de sindicalismos que procurou romper com o atrelamento ao Estado e enfatizou uma prática construída sobre a organização nos locais de trabalho (p. 31).

Nessas circunstâncias, o movimento sindical ressurgiu nos anos 1970, quando os trabalhadores das grandes montadoras do ABC Paulista<sup>1</sup> iniciaram uma importante greve que marcou um giro na história do sindicalismo. Dessa forma, o período inaugura-se como uma fase

---

<sup>1</sup> O ABC paulista abrange a região sudeste do estado de São Paulo e inclui os distritos de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema. Durante a década de 1990 era uma das regiões industriais mais importantes de todo o Brasil, destacando-se pelo intenso desenvolvimento do setor automobilístico. A região sofreu, a partir dos anos 90, um intenso processo de mudanças, entre as quais podemos mencionar: “[...] o fechamento de plantas industriais, o deslocamento da produção para outras regiões do país, reestruturação da forma na qual se organiza a produção e o trabalho, enxugamento das grandes estruturas verticalizadas, redução da mão-de-obra, etc. Como consequência, mais de 243 mil pessoas encontravam-se desempregadas em maio de 2000, significando um patamar de 20,4% da sua População Economicamente Ativa (PEA)” (Oda, 2001, p. 13-14).

chamada de “novo sindicalismo” causando uma ruptura do antigo corporativismo sindical. O papel social e político do “novo sindicalismo” se consolida com a fundação, em 1980, do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como principal figura sindicalista: Luiz Ignácio da Silva. Segundo Guimarães (2004),

Ao final dos anos 1980 (a chamada década perdida) uma profunda recessão inaugura o ingresso do Brasil nos anos 90, momento de inflexão política decisivo: um candidato de origem operária, Lula, dirigente emblemático do “novo sindicalismo”, disputa com chances reais de ganhar a presidência da república. Sua derrota abre caminho para um novo arranjo político entre as elites sob um novo projeto de direção política, que integra abertura comercial, redefinição do papel do Estado (p. 58).

Dessa forma, a década dos anos 1980 se caracteriza pelo processo de redemocratização do país e pelo crescimento de diversos movimentos sociais rurais e urbanos e pelo fortalecimento do sindicalismo no Brasil.

Em 1983, surge a CUT (Central Única dos Trabalhadores) uma nova organização sindical de unificação nacional dos trabalhadores fundada pelos sindicatos: de São Bernardo dos metalúrgicos, bancários de Porto Alegre e de São Paulo, petroleiros de Paulínia e pelos setores mais avançados dos movimentos sindicais rurais. Diferenciando-se das épocas anteriores, a CUT deixa de estar subordinada ao Estado, colocando-se como um dos pilares básicos da autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos (Antunes, 2006). Após 1996/1997 a CUT passou a debater de forma mais explícita as experiências de autogestão dos trabalhadores e o cooperativismo. Segundo Marques (2006),

A partir das experiências de empresas recuperadas e transformadas em cooperativas autogestionárias no ABC Paulista, o tema é introduzido com mais força na CUT, maior central sindical do país. Ao identificar as potencialidades dos processos autogestionários para o fortalecimento do movimento dos trabalhadores, surgem nos debates da CUT,

questões importantes, principalmente de ordem teórico-ideológicas (p. 57).

Nesse sentido, em 1999 a CUT cria, em âmbito nacional, a Agência de Desenvolvimento Solidário ADS/CUT que está em permanente diálogo com outras entidades da própria CUT, “tendo como objetivo a elaboração de propostas de políticas para a CUT, relativas aos temas de desenvolvimento local e Economia Solidária” (Silva e Oda, 2005, p. 17).

Também, em março de 2000 inaugura-se a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol Cooperativas). A constituição da Unisol Cooperativas foi uma iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC <sup>2</sup>, a partir da experiência da empresa recuperada Conforja e do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Segundo Marques (2006), a formação da Unisol foi um passo decisivo do sindicalismo em direção ao cooperativismo.

Em 2004, com o apoio da CUT e da ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário), surge a Unisol Brasil, o que permite ampliar sua atuação, tanto em termos geográficos como na quantidade de atividades organizadas por seus assessores. O número de empreendimentos filiados aumentou consideravelmente e estavam distribuídos pelos diversos estados do país (AM, PA, CE, PB, BA, MG, SP, PR, SC, e RS). Segundo os estatutos, a Unisol Brasil se define como uma:

Associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos reais interesses da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pesso-

---

<sup>2</sup> Durante a década de 1990 era uma das regiões industriais mais importantes do Brasil no estado de São Paulo, destacando a importância do setor automobilístico. Essa região sofreu a partir dessa década um processo intenso de mudanças, entre as quais: “[...] fechamento de plantas industriais, deslocamento da produção para outras regiões do país, reestruturação da forma na qual se organiza a produção e o trabalho, enxugamento das grandes estruturas verticalizadas, redução da mão-de-obra, etc. Como consequência, mais de 243 mil pessoas encontravam-se desempregadas em maio de 2000, significando um patamar de 20,4% da sua População Economicamente Ativa (PEA)” (Oda, 2001, p. 13-14).

as, a eficiência econômica e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira, com base nos valores da democracia e da justiça social (Artigo 2º, Estatuto da Unisol, 2004).

Seu principal objetivo é descrito no artigo 3:

A Unisol/Brasil, com base em laços de solidariedade e cooperação, tem por objetivo principal reunir as entidades, empresas coletivas constituídas por trabalhadores e qualquer outra modalidade de pessoas jurídicas, que atendam às finalidades do presente Estatuto, a fim de promover efetivamente a melhoria socioeconômica de seus integrantes, lhes garantido trabalho e renda com dignidade.

## O surgimento das empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs)

Entendemos que o surgimento das ERTs não é resultado de um suposto “fim do trabalho” (Castel, 1995), nem a consequência de uma insuficiente acumulação capitalista e, sim, uma resposta a outras causas complexas que requerem uma análise exaustiva das dimensões econômicas, sociais e políticas de cada país em que surgem.

Os trabalhadores, frente à falência ou ao processo pré-falimentar das empresas onde trabalham, decidem permanecer no lugar de trabalho com o intuito de defender e preservar seus empregos. Dessa forma, o ato de dar início ao processo de recuperação se apresenta como uma saída alternativa para evitar o desemprego, a exclusão e a marginalidade.<sup>3</sup>

Sobre a base da revisão bibliográfica das experiências de ERTs,

---

<sup>3</sup> Quando as empresas fecham ou quebram torna-se extremamente difícil para os trabalhadores inserir-se novamente no mercado de trabalho. Entre os fatores que contribuem nesta direção é que a maioria desses trabalhadores são pessoas de idade avançada e a conjuntura socioeconômica de falta de empregos disponíveis. Ver: Di Loreto e Slutzky (2006); Rebón (2004).

optamos por denominá-las empresas e não fábricas, visto que estas experiências não se limitam exclusivamente a espaços fabris, pois existem: clínicas, escolas, hotéis, supermercados, artes gráficas, entre outros.

Além disso, nos referimos ao conceito de recuperada e não ocupada, porque o conceito de recuperada inclui todo o processo de ocupação e a posterior recuperação para dar continuidade à produção, sendo assim, um processo e não um mero acontecimento espontâneo. Coincidimos com a definição de Ruggeri (2005) das empresas recuperadas,

Un proceso social y económico que presupone la existencia de una empresa anterior, que funcionaba bajo el modelo de una empresa capitalista tradicional, cuyo proceso de quiebra, vaciamiento o inviabilidad llevó a sus trabajadores a una lucha por su funcionamiento bajo formas autogestionarias (p. 23).

Segundo Ruggeri (2005), no desenvolvimento e no exercício das ERTs, surgem práticas de inovação social que, sem pensar em mudanças tecnológicas ou de organização da produção, conseguem esboçar estruturas empresariais com padrões diferentes ao modelo empresarial capitalista. A essas rupturas do conceito de empresa o autor chama “inovações sociais”.

Estas inovações sociais vão além do fato da gestão coletiva e do igualitarismo das relações entre os trabalhadores que as protagonizam; trata-se principalmente da abertura social da empresa, da socialização do segredo empresarial, da constituição de redes solidárias. Ou seja, o conceito de inovação compreende as estratégias e métodos adotados pelos trabalhadores para originar empresas de um novo tipo, num complexo processo destinado a promover unidades produtivas fora dos caminhos pautados pela organização econômica capitalista. Em outras palavras, o conceito de inovação social significa que, no contexto da iniciativa dos empreendimentos autogestionados, os trabalhadores:

Deben romper para ello la lógica empresarial del capitalismo. A esas rupturas del concepto de empresa las llamamos innovaciones sociales. No son, no suelen ser, innovaciones tecnológicas, sino mecanismos sociales diferentes en el funcionamiento de una empresa que sigue operando en el contexto del mercado (Ruggeri, 2005, p. 6).

A análise das ERTs pode ser dividida principalmente em dois momentos. O primeiro momento, quando os trabalhadores adotam uma atitude defensiva com o principal objetivo de preservar seus empregos. É necessário lembrar que o fato de recuperar as empresas não nasce com o componente utópico de modificar o sistema econômico, legal e social, ou seja, com o intuito de transformar o modo de produção de capital. Nasce, como foi mencionado acima, da simples defesa por parte dos trabalhadores de sua fonte laboral como meio de sobrevivência. O segundo momento inicia quando o processo de recuperação converte-se em um ato que envolve uma nova proposta de ação coletiva, trabalho associado e de movimento social, em um contexto adverso.

## As primeiras experiências de ERTs no Brasil

As empresas pioneiras de ERTs no Brasil se apresentam na década de 1980 como casos isolados, pois não havia naquela época apoio para sua viabilização, havendo mais resistência do que ajuda dos movimentos sociais, dos sindicatos e do governo. Podemos mencionar entre as primeiras experiências: a COMTERN (Cooperativa Mista dos Têxteis do Rio Grande do Norte, 1982), no Rio Grande do Norte; a Cooperminas (Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma, 1988), em Santa Catarina; CALÇADOS MAKERLY (1991) localizada na cidade de Franca, em São Paulo.<sup>4</sup>

Posteriormente, durante os anos 1990 e início dos anos 2000, houve um aumento e concentração na quantidade de ERTs em diferentes

---

<sup>4</sup> Para mais informação sobre as experiências ver: Sardá de Faria, 1997.

regiões do Brasil. Em 47% dos casos iniciou-se o processo de recuperação na década de 1990 e em 43% depois de 2000. A seguir, no Gráfico 1 se representa o período/década em que se concentra a maior parte dos processos de recuperações de empresas.

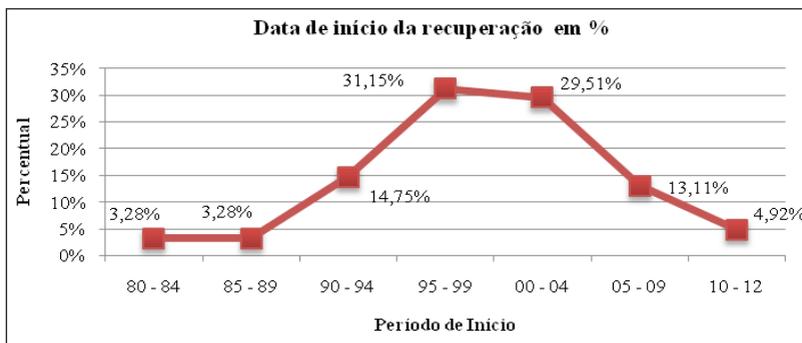


Gráfico 1– Data de início da recuperação. Amostra: 61.

Fonte: Henriques et al., 2013.

Tendo em vista o aumento do número de ERTs, em novembro de 1991, se organizou em Rio de Janeiro o primeiro encontro de ERTs no qual participaram quatro representantes da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA – Cooperminas), de Criciúma (SC), junto com os trabalhadores da Remington a fim de trocar suas experiências e traçar perspectivas de crescimento.

Em setembro de 1993, para dar continuidade aos vínculos pré-estabelecidos, realizou-se na cidade de Criciúma o 1º Seminário de Autogestão. Nesta ocasião, verificou-se uma ampliação do número de empresas: além da Remington e da CBCA, estavam presentes representantes da Caraíba Mineração (BA), da Companhia Brasileira de Cobre (RS), da Coomec – ex-Wallig Fogões (RS) (Sardá de Faria, 1997).

Entre os anos 2011-2013, realizamos junto com pesquisadores de outras universidades o levantamento de todas as ERTs no Brasil. Nossa

equipe visitou 52<sup>5</sup> empresas com a finalidade de conhecer as unidades produtivas e aplicar um questionário aos trabalhadores (da diretoria e da produção), baseado no modelo original utilizado no mapeamento das ERTs na Argentina, com algumas adaptações. Concluímos que existiam 67 ERTs funcionando, com um total de 11.704 trabalhadores e trabalhadoras.<sup>6</sup>

Também encontramos outros 78 casos de empresas que foram recuperadas pelos trabalhadores, mas já não operavam mais sob o regime de autogestão.<sup>7</sup>

Com a atualização de dados realizada em 2007, encontramos quatro casos de recuperação de empresas que não havíamos conseguido confirmar a existência no mapeamento anterior (2011-2013). Além desses, apesar de um número significativo de ocupações de empresas no período recente, só conseguimos registrar a consolidação de um novo caso de recuperação.

Dos 67 casos que havíamos mapeado no primeiro relevamento em 2011-2013, conseguimos confirmar o encerramento de 20. Nem todas estas experiências apresentaram uma parada completa das atividades produtivas, pois houve casos em que os ativos foram vendidos

---

<sup>5</sup> Das 15 empresas não visitadas conseguimos algumas respostas por comunicação telefônica.

<sup>6</sup> Cabe destacar que entre os casos pesquisados encontramos uma ERTs que possui mais de 3000 trabalhadores contratados, sendo a maioria mulheres. Com o intuito de analisar o perfil dos trabalhadores, os dados desse caso foram retirados, pelo fato de que daria um panorama equivocado da realidade. Assim, verificamos entre os casos estudados que em 27% ERTs todos os trabalhadores são cooperados, em 29% os contratados não passam de 20% do total de trabalhadores e apenas 26% de ERTs têm mais contratados do que cooperados. Esse é um elemento importante, pois indica que em boa parte das empresas a propriedade é partilhada o que tende a contribuir com a gestão coletiva do empreendimento. Além disso, verificamos que em 74% das empresas houve incorporações de novos sócios desde o processo de recuperação, ou seja, outros trabalhadores, além dos que participaram do processo de luta pela retomada da produção, foram integrados como sócios do novo empreendimento (Henriques et al., 2013).

<sup>7</sup> Algumas delas foram vendidas para outros donos e voltaram a funcionar da maneira tradicional, outras simplesmente voltaram a falir e fecharam suas portas (Henriques et al., 2013).

para empresários, o que conseqüentemente não se configura uma nova recuperação nos moldes que analisamos, pois não foram realizadas pelos trabalhadores da empresa. Houve dois relatos de empresas em que as atividades produtivas foram continuadas, todavia com outro nome e apenas por alguns dos trabalhadores, seguindo o modelo de gestão da iniciativa privada.

Com esses dados, concluímos que cerca de 30% das experiências mapeadas entre 2011 e 2013 deixaram de existir em 2017. Este quadro representa o aprofundamento do que chamamos em 2013 de “refluxo das experiências de ERTs”, hipótese que não tínhamos como comprovar naquele momento, por não termos informação do número dessas iniciativas no Brasil em anos anteriores.<sup>8</sup>

O perfil produtivo das ERTs é majoritariamente fabril, em 2013 existiam: 30 casos (44,7%), ou seja, quase a metade, do ramo metalúrgico. A atividade têxtil era o segundo ramo mais frequente, compreendendo 11 empresas (16,4%). Em seguida, destacam-se 9 empresas (13,4%) no ramo alimentício e 7 empresas (10,4%) que atuam na indústria química e de plástico. Por fim, as empresas restantes estavam distribuídas em uma diversidade maior de ramos de atividades, incluindo: 2 casos em hotelaria (2,9%), 2 casos no ramo sucroalcooleiro (3%) e 6 casos singulares (somando 10%), nos ramos de educação, cerâmica, papel, calçados, mineração e moveleiro (Henrique et al., 2013).

Comparando com os dados atualizados de 2017, a relação que tínhamos anteriormente entre os setores não se alterou muito: 27 empresas do setor metalúrgico, 8 do setor têxtil, 6 do setor alimentício, 5 do setor químico, 2 do setor hoteleiro, 1 do setor de mineração, 1 empresa do setor sucroalcooleiro, 1 empresa do setor moveleiro e 1 empresa do setor vidreiro.

---

<sup>8</sup> As empresas cujos processos de recuperação foram encerrados encontram-se no Anexo 1. Das 20 empresas das quais consideramos finalizado o processo de recuperação pelos trabalhadores, 8 eram do setor metalúrgico, 5 do setor têxtil, 3 do setor alimentício, 1 do setor químico, 1 do setor ceramista, 1 do setor educacional e 1 agroindústria.

Observando por região do país, verificamos que a maioria das ERTs está concentrada nas regiões: Sudeste (55%) e Sul (32%), sendo as mais industrializadas. Também foram localizadas ERTs nas demais regiões (com exceção da região Centro-Oeste onde não foram encontrados casos), Nordeste (10%) e Norte (3%). Este cenário não se modifica ao longo dos anos.

O principal motivo que leva aos trabalhadores a recuperar a empresa refere-se à falta de pagamento de salários e dos direitos trabalhistas dos funcionários (43%), a demissão do pessoal (23%), a falência da empresa (15%), o processo de esvaziamento (15%) e outras causas (4%). Frente a essas circunstâncias, os trabalhadores, com o objetivo de preservar seus empregos, optam por uma estratégia diferente das formas de luta sindical tradicional. São homens e mulheres sem nenhum tipo de preparação prévia, sem conhecimento sobre como dirigir uma empresa ou sobre as práticas autogestionárias e cooperativistas.

Na maioria dos casos, os únicos que empreendem o caminho da recuperação são os operários, aqueles que possuem vários anos de experiência dentro da empresa e conhecem detalhadamente o processo produtivo e a organização do trabalho (os demais níveis hierárquicos geralmente não se envolvem no processo de recuperação) (Henriques, 2013; Sardá de Faria, 2011)

A maioria das iniciativas de ERTs (85%), logo após a recuperação, foi no sentido de formar uma cooperativa, e há uma razão para isso. A formalização de uma cooperativa é a saída judicial com maior facilidade para dar continuidade à empresa anterior. Existem casos que escolhem outras opções: formalizar uma empresa (10%), criar uma associação (3%) e formar uma comissão de fábrica (2%).<sup>9</sup>

É importante salientar que é que o maior percentual das ERTs refere-se a empresas que tiveram a falência decretada (46%), incluindo

---

<sup>9</sup> Entretanto, algumas empresas encontram-se num longo e contínuo processo de recuperação devido à espera de um decreto de quebra ou de reconhecimento da cooperativa (Henriques et al., 2013).

vários casos em que o processo foi concluído muito tempo depois de os trabalhadores assumirem a gestão. Por sua vez, 24% das experiências enfrentam processo judicial em tramitação, o que causa uma situação de incerteza para os trabalhadores, fornecedores e clientes. Em 26% dos casos, não houve pedido de falência, seja porque apenas parte do parque fabril foi desativado, seja porque os antigos proprietários decidiram encerrar as atividades. Em apenas dois casos (4%) as empresas realizaram uma concordata, mas os trabalhadores impediram que elas fossem à falência (Henriques et al., 2013).

A passagem da administração realizada pelos proprietários capitalistas para “as mãos” dos trabalhadores não sucede de um dia para outro. Em termos gerais, se desenvolve um longo processo de intensas negociações entre os proprietários das empresas, os trabalhadores, representantes do governo e os dirigentes sindicais. Segundo Fajn e Rebón (2005),

El proceso de recuperación de empresas se conforma como fuerza social. Se constituye una fuerza material que tiene un origen y un efecto social, y que como tal produce el desplazamiento de un conjunto de relaciones sociales por otras, posibilitando el avance y afianzamiento sobre los espacios semi-abandonados por la dirección capitalista de la producción, comenzando su reemplazo parcial. La defensa del trabajo nutre su fuerza moral, su capacidad de convertirse en argamasa de relaciones sociales en una confrontación. Su desarrollo es producto de la articulación de una embrionaria alianza que trasciende a las identidades presentes en las empresas (p. 6).

Em outros casos, já com a empresa recuperada, os antigos donos continuam reclamando o direito de posse da empresa, o que resulta em mais um problema a ser enfrentado pelos trabalhadores. Devido à indefinição legal, não é raro no cotidiano das ERTs a convivência com a presença de forças policiais na porta: ora é um antigo dono que se apóia na polícia para entrar na fábrica; ora é um credor que também se apóia nas forças policiais e jurídicas para retirar as máquinas. Em todas estas situações, o confronto é inevitável e nem sempre a negociação é suficiente (Novaes e Sardá de Faria, 2011; Ruggeri, 2011).

Ao longo de todo o processo de recuperação, as ERTs enfrentam, inclusive depois de vários anos de recuperada, diferentes entraves para viabilizar suas atividades produtivas: dificuldades na comercialização de seus produtos; baixa produtividade do processo de produção; dificuldades para o acesso ao crédito; falta de capital para comprar no maquinário; maquinaria e tecnologia obsoleta e sem manutenção<sup>10</sup>; dívidas acumuladas com as companhias fornecedoras de luz e água; falta de capacitação de seus trabalhadores para o desenvolvimento de novas competências fundamentais para a manutenção e renovação da empresa.

## As alianças com os movimentos sociais

Diante o processo de luta e conquista dos trabalhadores surge a necessidade de fortalecer o movimento das ERTs. Deste modo, durante a década de 1990 se criaram as primeiras organizações de representação e iniciativas de fomento, assim como também se organizaram os primeiros eventos para reunir os trabalhadores de diversas experiências de ERTs.

Em maio de 1994, realizou-se na cidade de São Paulo o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias. Nesse encontro participaram os trabalhadores de diversas ERTs<sup>11</sup>, assim como também, contou-se com a presença, nessa oportunidade, com alguns sindicalistas e intelectuais como Paul Singer e Herbert de Souza.

Na ocasião, constituiu-se oficialmente a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão) com apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

---

<sup>10</sup> Em muitos casos de ERTs, o maquinário da empresa está penhorado devido às dívidas acumuladas pela antiga gestão.

<sup>11</sup> Estavam presentes no encontro representantes de 11 empresas: Makerli Calçados (Franca/SP); Remington (Rio de Janeiro/RJ); Cobertores Parahyba (São José dos Campos/SP); Cerâmica Matarazzo (São Caetano/SP); CBCA (Criciúma/SC); Skillcoplast (Diadema/SP); Hidrophoenix (Sorocaba/SP), entre outras (Sardá de Faria, 2005).

(Dieese) e o fundo de greve da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo. A Anteag logo se converterá em uma das entidades fundadoras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)<sup>12</sup> e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária (Hintze, 2010; Sardá de Faria, 2011).

É importante ressaltar que a Anteag nasceu com o fim de fundar uma associação civil, sem fins lucrativos, que agrupasse associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão, tendo como principal objetivo coordenar, reunir e assessorar os diversos empreendimentos. Assim sendo, constitui-se como um órgão de consultoria para viabilizar a reabertura de empresas em processos falimentares por meio da transferência do controle acionário para os trabalhadores.

Entre os principais objetivos da Anteag, podemos mencionar: discutir os princípios da autogestão, ajudar as empresas recuperadas a alcançarem a viabilidade econômico-financeira, apoiar os trabalhadores das empresas nos aspectos jurídicos e nas negociações necessárias com antigos fornecedores e clientes; executar um projeto educativo pautado na autogestão das empresas; discutir o processo de negociação entre os diferentes grupos de trabalhadores existentes no interior da fábrica; apurar a tecnologia nas novas empresas; ensinar aos trabalhadores as práticas autogestionárias; capacitação dos trabalhadores na organização, planejamento e execução de metas voltadas à empresa enquanto

---

<sup>12</sup> O Fórum é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país. O FBES tem duas finalidades principais: 1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais; 2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases. O Fórum está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de Economia Solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. Para mais informação ver: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

unidade produtiva; acompanhamento das empresas, prestando assessorias pontuais; estímulo à participação das empresas numa estratégia de desenvolvimento coletivo não só enquanto unidade produtiva, mas através de inter-relação com outras atividades econômicas e sociais como a participação em rede (de troca e/ ou de saber) e atividades inscritas nos fóruns de Economia Solidária.

Dessa forma, a Anteag ofereceu ajuda aos trabalhadores na luta para preservar seus postos de trabalho, assegurou jurídica e tecnicamente os novos empreendimentos solidários.

No que dizem respeito ao surgimento das ERTs, os assessores da Anteag consideram o movimento como o resultado da “crise conjuntural/estrutural do sistema capitalista aliada à incapacidade administrativa empresarial”.<sup>13</sup> Para os representantes da Anteag, conforme consta nos documentos da entidade, os conceitos de autogestão, empresas autogestionárias ou cogestão definem-se através do modelo de gestão sob controle dos trabalhadores. Este envolve democratização da gestão, viabilidade e rentabilidade do projeto, modernização tecnológica, integração empresarial em rede de negócios e parceria com os sindicatos, quando estes apóiam o projeto. Além disso, a autogestão refere-se, especificamente, embora não exclusivamente, à recuperação de empresas em situação falimentar que são reorganizadas pelos trabalhadores em regime de autogestão.

Segundo os assessores da Anteag, é necessário combinar a propriedade coletiva, reorganização do modo de produção e a democracia de gestão, no campo das relações dentro das fábricas, constituindo modelos de empresas que, mesmo inseridas dentro de um mercado competitivo, possuem no seu interior relações de transparência e solidariedade (Anteag, 2008).

A partir de 2000, a Anteag foi contratada por alguns governos es-

---

<sup>13</sup> Anteag. Como salvar o emprego. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995.

taduais que decidiram dar prioridade à Economia Solidária, por exemplo, o governo de Olívio Dutra, em Rio Grande do Sul. O convenio ajudou a criar uma centena de novas cooperativas, o que permitiu gerar dezenas de milhares de postos de trabalho.

A Anteag atravessou por um período uma grave crise, sem recursos financeiros, sem disponibilidade de pessoal nem sede própria. A instituição não contava com recursos públicos, visto que o Governo Federal tem disponibilizado investimentos para o fomento do cooperativismo popular e não para projetos cujo foco seja a gestão das ERTs. Por isso, de modo desafortunado a Anteag teve de cerrar as portas (Henriques et al., 2013). Atualmente o único movimento que agrupa as ERTs é a Unisol.

No que diz respeito à relação entre as ERTs e os movimentos sociais, podemos afirmar, a partir da pesquisa realizada, que 29 ERTs mantêm algum tipo de contato com organizações que atuam na Economia Solidária, e 15 casos não mantêm nenhum tipo de contato. Entre as empresas que responderam positivamente à questão (48 do universo total de 67 casos), a maioria (47%) das ERTs é associada e estabelece um vínculo com a Unisol, 29% com a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), 22% com a Anteag, e 2% com o Movimento de Fábricas Ocupadas.

Dentre estas 48 empresas que relatam ter uma relação com alguma organização de representação, obteve-se 39 respostas acerca do tipo de relação que existe entre a ERT e a organização. Dentro dessa amostra, observamos que a maioria, 56% dos casos, mantém uma relação esporádica, 25% uma relação intensa e 13% afirmam ter outro tipo de relação. Dentro da categoria "outro", distinguimos as seguintes informações: 3 casos informaram que tiveram apoio só no começo do processo de recuperação; uma ERT afirma que possui uma relação intensa com uma organização e esporádica com outra; e outra empresa informa que não tem uma relação boa com a organização de representação.

Com o intuito de detalhar a análise dos dados, foram destacadas as respostas apresentadas sobre as relações entre as ERTs e a Anteag e depois, destas com a Unisol.

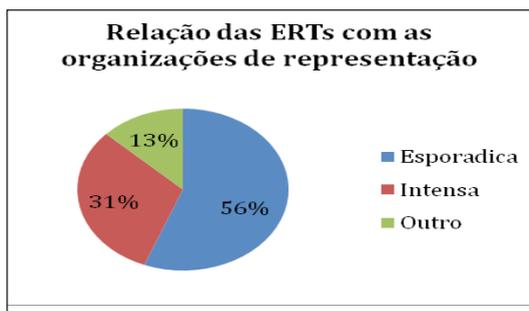


Gráfico 2 – Como caracteriza a relação com as organizações? Amostra: 39. Fonte: Henriques et al., 2013.

Na análise dos dados do relacionamento com a Anteag, podemos afirmar que dos 10 casos, 70% mantêm uma relação esporádica e 30% uma relação intensa.

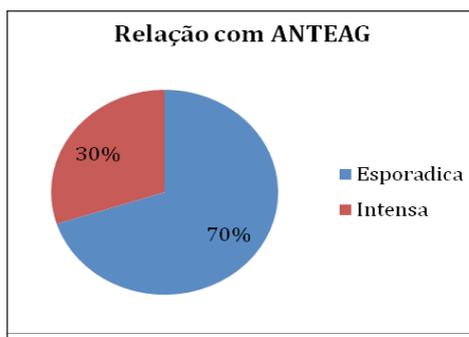


Gráfico 3 – Entre aquelas que possuem vínculo com a Anteag, como caracterizam a relação? Amostra: 10. Fonte: Henriques et al., 2013.

Observa-se que com a Unisol, 23 ERTs, 44% afirmam ter uma relação intensa, 39% uma relação esporádica, 17% possuem outro tipo de relação.

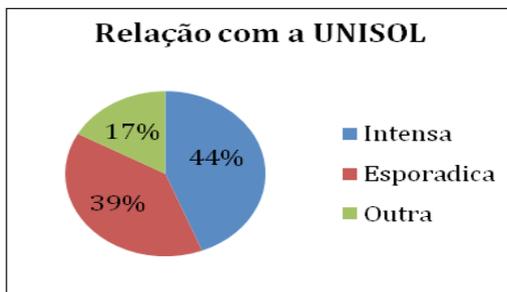


Gráfico 4 – Entre aquelas que têm vínculo com a Unisol: Como caracterizam a relação? Amostra: 23. Fonte: Henrique et al., 2013.

Do total das ERTs que estão vinculadas com alguma organização, 32 empresas responderam sobre os benefícios ou ganhos dessa participação. Entre elas, 34% mencionam como uma vantagem a possibilidade de realizar cursos de formação, 22% de receber assessoria e se beneficiar com a articulação política, 12% de obter benefícios para comercializar os seus produtos. Há 13% dos casos que identificam benefícios na captação de recursos e também identificam outras vantagens, como: uma empresa relatou que a organização prepara viagens, intercâmbios, palestras, mas, segundo foi informado na entrevista, “nada de efetivo para a cooperativa”; e dois casos afirmam que o fato de participarem da organização não traz benefícios para suas cooperativas e que só no início receberam ajuda com cursos de formação. Segundo um entrevistado, de uma ERTs, a relação com a organização nunca foi boa e nunca ofereceu benefícios.

## As políticas públicas

Durante o seu primeiro mandato de governo de Luiz Inácio da Silva, o presidente instituiu como política pública, o incentivo à formação de cooperativas de produção e de consumo, aderindo à proposta alter-

nativa da Economia Solidária. Portanto, diante do quadro de falências e do aumento da taxa de desemprego, o trabalho associado ressurgiu<sup>14</sup> como alternativa de geração de renda para milhares de trabalhadores. Conforme o relatório final do projeto “Uma tipologia da Economia Solidária e Autogestão”, realizado em 2005:

A adoção de políticas de liberalização da vida econômica no Brasil, a partir do início dos anos noventa, trouxe muitas baixas nos agentes econômicos privados, em particular nas empresas familiares, de propriedade de capital de origem nacional. Como consequência, contingentes de trabalhadores perderam seus postos de trabalho, seu emprego, sua renda. Em reação a este fato, diversos movimentos ordenados se configuraram para lutar pela manutenção dos postos de trabalho através da recuperação de empresas e incubação de empreendimentos autogeridos – a maioria na forma de cooperativas – pelos próprios trabalhadores, fossem eles empregados da antiga empresa em estado falimentar ou pré-falimentar, ou fizessem parte de massas de desempregados em determinadas regiões (p. 25).

Em virtude disso, a formação das ERTs coloca-se na realidade brasileira como uma alternativa de geração de trabalho e renda para os trabalhadores.

Podemos afirmar que as primeiras iniciativas de empreendimentos autogestionários provenientes de empresas em situação (pré) falimentar, com esses contornos, algumas organizadas, hoje, inclusive em redes, apareceram em solo brasileiro a partir de 1982. [...] O que notamos é que, a partir dessa época, o surgimento dessas experiências começou a pulular pelo Brasil, em diferentes estados da Federação, setores de economia e categorias de trabalhadores, suscitando a questão da recuperação de empresas falidas ou em estado pré-falimentar, por empreendimentos de trabalhadores que nessas empresas trabalhavam. Ato contínuo, revela-se a necessidade de reconhecimento institucional e tratamento especial a partir da criação de instrumentos para que os ato

---

<sup>14</sup> Sobre as experiências históricas de associação de trabalhadores ver: Singer, 2002.

res inovadores possam operar de acordo com suas condições sociais e econômicas.<sup>15</sup>

Segundo Singer (2003), a organização de cooperativas junto com o apoio externo dos sindicatos, das organizações e dos movimentos sociais possibilitam a expansão da Economia Solidária no Brasil. De fato, esta opção ganhou muitos adeptos, suscitando a necessidade de constituir organizações sociais e entidades governamentais para apoiar e fortalecer o desenvolvimento dessas iniciativas.

As instituições e organizações criadas com a finalidade de aplicar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do cooperativismo e da Economia Solidária no Brasil são: Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego do Governo, e ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares).

Em junho de 2003 foi criada a Senaes<sup>16</sup> como resultado da proposta apresentada ao presidente pelo movimento da sociedade civil, organizado em torno do Grupo de Trabalho (GT) da Economia Solidária. O objetivo da Senaes é difundir e fomentar a Economia Solidária em todo Brasil, dando apoio material e político às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, à rede de gestores municipais e estaduais de ES, assim como a outras associações de empreendimentos solidários do país.

Desde seu início, ela vem desenvolvendo ações de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil, com os diversos setores do próprio MTE e com outros órgãos governamentais, através de políticas de fomento e estímulo às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão.

A Senaes empreende cursos de formação para servidores públicos das esferas municipal, estadual e federal, que desempenham atividades

---

<sup>15</sup> Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massas Falidas. Uma tipologia da Economia Solidária e Autogestão (Relatório Final). Convênio: MTE/Ipea/Anpec 2003. Brasília, 2005, p. 132.

<sup>16</sup> Criada pela Lei n. 10.883, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto n. 4.764. Ver: <[www.portal.mte.gov.br/ecosolidaria/](http://www.portal.mte.gov.br/ecosolidaria/)>.

na função pública relacionadas à Economia Solidária, e fornece apoio material para a comercialização de produtos produzidos nos empreendimentos solidários organizados em feiras locais, regionais e estaduais.

Em 2004, a Senaes, criou o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” coordenado pelo (MTE). Este programa tinha como objetivo principal promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda e a inclusão da organização produtiva autogestionária dos trabalhadores de empresas recuperadas ou em crise. A proposta do programa era realizar capacitações, oficinas temáticas, seminários, estágios cooperativos e outras atividades com vistas a fortalecer a organização coletiva dos empreendimentos, bem como seu processo de gestão. Na execução dessas ações a Senaes estabeleceu parcerias com a Anteag e a Unisol.

Além disso, em 2005 o governo federal, por meio da Senaes, criou dois programas específicos de apoio as ERTs: o primeiro foi o “Programa de Ação de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão”, que objetivava fortalecer os empreendimentos autogestionários com assessoria, capacitação, intercâmbio entre os empreendimentos; o segundo foi o “Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários”, que tinha como fim o apoio financeiro dos empreendimentos com a ajuda e parceria do Banco Nacional de Desenvolvimentos Econômico e Social (BNDES) (Henriques, 2013; Ruffino, 2011).

A Senaes também contempla uma linha de “projetos especiais”, não incluídos nos anteriores, de demanda particular pela sociedade civil, e desenvolvidos em parceria com outros organismos públicos incluindo: (i) *Formação*: incorporação da Economia Solidária na formação, especialmente de jovens e adultos, formação para gestores públicos municipais, estaduais e de ministérios e órgãos do governo federal; sistematização dos processos de formação; criação de uma Oficina Nacional sobre formação em Economia Solidária (junto com o Fórum Brasilei-

ro de Economia Solidária); apoio a projetos de formação relacionados com os programas Fome Zero, educadores em saúde popular e agentes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados; (ii) *Mobilização e articulação* (apoio aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária em suas atividades; (iii) *Divulgação* (apoio a Campanha Nacional de Economia Solidária junto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a criação de um Centro de Documentação – Cedoc – em Economia Solidária; (iv) Estudos e investigações (apoio via subsídios à implementação de políticas públicas de Economia Solidária; (v) Programa Nacional de Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares (em associação com os Ministérios de Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Social, a Fundação Banco do Brasil) (Hintze, 2010).

No Brasil, o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento” executado desde o ano 2004 pela Senaes orienta a organização da comercialização de produtos e serviços das cooperativas; incentiva o fomento das incubadoras, realiza cursos de formação, oferece assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários; incentiva a criação de redes de cooperação; contribui para o desenvolvimento de um marco jurídico específico para a Economia Solidária; oferece apoio à ERTs organizados em autogestão; fomenta o avanço no conhecimento de tecnologias apropriadas para a Economia Solidária. Também se ocupa do estímulo à institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária em três áreas: a formação de formadores e funcionários públicos; a construção de uma estratégia de desenvolvimento local apoiada em uma rede de agentes de desenvolvimento local em todo Brasil, e o mapeamento da Economia Solidária, para ampliar e melhorar a base do Sistema de Informação sobre a Economia Solidária.<sup>17</sup>

A proposta consiste em realizar capacitações, oficinas temáticas, seminários, estágios cooperativos e outras atividades com vistas a for-

---

<sup>17</sup> Ver: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-economia-solidaria-em-desenvolvimento>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

talecer a organização coletiva dos empreendimentos, bem como seu processo de gestão. Estão previstos também, a elaboração de estudos de cadeias produtivas, a elaboração de projetos de viabilidade econômica e de projetos de financiamento, peças fundamentais para a construção da sustentabilidade econômica dos empreendimentos

Encontramos uma proposta interessante no documento base da II Conferência Nacional de Economia Solidária, organizada no Brasil em 2010, que inclui um quesito sobre os “Direitos sociais do trabalho associado”. Nesta conferência, participaram integrantes da sociedade civil e funcionários públicos, com o objetivo de mostrar que o acesso à seguridade social (saúde, bem-estar e previsão social) é uma condição fundamental para o avanço e o êxito da Economia Solidária no país, e um direito universal que também deve cobrir os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários. Coloca a necessidade de regulamentações que reconheçam uma nova categoria de cobertura para o trabalho associado, ou seja, a combinação da situação individual com a organização associativa coletiva, adequando as formas de contribuição e de acesso aos benefícios como um direito de cidadania.<sup>18</sup>

Fora do âmbito governamental são instituídas pelas universidades as ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares). A primeira Incubadora Universitária foi fundada em 1998 no centro de pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/Coope). As ITCPs têm como principal objetivo vincular de forma interativa e dinâmica, as Incubadoras com os empreendimentos solidários, favorecendo a transferência de tecnologias e conhecimentos.

A partir da primeira experiência de ITCPs, a Fundação Banco do Brasil abriu um programa de financiamento para as cooperativas, e foi criado pelo governo federal, o Proninc (Programa Nacional de Incuba-

---

<sup>18</sup> Quando Michel Temer assumiu como presidente, em agosto de 2016, com a destituição da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) mediante um golpe institucional (processo de impeachment), Paul Singer foi substituído do cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho por Natalino Oldakoski, escritor de polícia aposentando pelo Estado do Paraná.

doras de Cooperativas). Por meio deste recurso, novas incubadoras foram sendo criadas e foram formando redes abrangendo, na atualidade, várias universidades distribuídas em diferentes regiões do país. Como exemplo, podemos mencionar as seguintes: em 1997, a Rede Inter-universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), constituiu um Grupo de Trabalho (GT) de Economia Solidária, e os professores convidados para sua coordenação foram: Candido Vieitez (Universidade Estadual Paulista – Unesp), Newton Briand (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp) e Paul Singer (Universidade de São Paulo – USP). Este grupo impulsiona pesquisas sobre essa temática e também a criação, em 1998, da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), com as primeiras unidades formadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na USP (Guimães, 2003; Singer; Souza, 2003). Tal rede conta com o fundamental apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

## A relação com os sindicatos

Frente às recuperações das empresas, os sindicatos não tiveram uma única forma de operar. Alguns tentaram mediar os conflitos, outros refutaram a ocupação ou atuaram favoravelmente outorgando apoio. Sem dúvida, os processos de recuperações das empresas provocam inovações dentro do movimento sindical, incentivando aos dirigentes sindicais a repensarem tanto seus papéis como representantes da classe trabalhadora quanto à necessidade de dar respostas adequadas frente ao novo fenômeno e nova conjuntura socioeconômica e política.

Em muitas das experiências, depois de formada a cooperativa, o sindicato continua ocupando um lugar essencial: oferece assessoria, apoio e acompanha aos trabalhadores durante todo o processo de re-

cuperação, participa em todas as assembleias, ajudando e tomando decisões junto aos trabalhadores e acompanhando todos os processos de negociações. Alguns dirigentes sindicais, até adquirem funções específicas dentro das cooperativas, e, em alguns casos, se convertem em associados da cooperativa.

Houve casos nos quais o sindicato só ofereceu apoio no início do processo de recuperação e logo mudou sua resposta inicial frente a esses processos, assim como também, houve experiências nas quais o sindicato, desde o início da recuperação, se manteve totalmente afastado de todo o processo, sem prestar qualquer tipo de apoio aos trabalhadores. Aliás, inclusive, até se colocando a favor dos empresários (Henriques et al. 2013).

Conforme os dados da pesquisa realizada do universo de 67 empresas, 49 responderam sobre o apoio do sindicato prévio à recuperação. Dentro dessa amostra, 61% das experiências receberam apoio do sindicato, com 30 ocorrências, e 39 % não receberam, com 19 ocorrências.

Desses 61% dos casos que receberam apoio, observa-se que, por um lado, 49% informaram ter recebido muito apoio por parte do sindicato e 13% pouco apoio. Nas experiências em que o sindicato ofereceu muito apoio, podemos mencionar os seguintes aspectos: ele disponibilizou as suas instalações aos trabalhadores, tanto para reorganizarem as atividades da empresa, quanto para realizar reuniões; doou cestas básicas de alimentos para os trabalhadores e seus familiares; prestou auxílio com assessoria jurídica e administrativa e, além disso, emprestou o seu serviço de transporte.

Ademais desses tipos de apoio, em alguns casos (6 ocorrências) foi o sindicato quem introduziu a proposta aos trabalhadores de formar uma cooperativa. Foram relatados também, alguns casos de empresas nas quais o sindicato mantém uma presença muito forte até a atualidade na gestão da nova empresa recuperada, ou seja, está inserido, dessa forma, em todos os processos de decisões e presente em todas as assembleias da cooperativa. Há ainda dois casos, em que foi aponta-

do, que os trabalhadores receberam apoio de outro sindicato, diferente daquele no seu ramo de atividade.

Dentro desta análise vale destacar que, existem ERTs que cultivaram contato com o sindicato durante o início do processo de recuperação e logo depois, por diferentes razões, o vínculo foi se deteriorando ao longo do tempo, até se romper completamente. Por exemplo, existem experiências em que os sindicatos estiveram presentes no momento de negociar as dívidas com os antigos donos, mas logo acabaram se afastando por divergências internas e, até políticas. Também, existem casos em que os trabalhadores estão afiliados, mas o sindicato não interfere nas decisões dentro da empresa. Ou seja, não foi necessariamente pelo fato de os trabalhadores estarem sindicalizados que os sindicatos ofereceram apoio no início da recuperação, ou depois, quando a ERT já havia retomado a produção.

Há estudos que discutem a relação das ERTs com o Sindicato, entre eles, podemos mencionar, por exemplo: Marques (2006) e Pereira (2011). Ambos os estudos analisam o histórico que levou aos sindicatos a apoiarem os processos de recuperação de empresas no Brasil. Essa mudança de atuação dos sindicatos frente ao novo fenômeno está envolvida também com o aprofundamento do debate sobre cooperativismo e autogestão no movimento sindical, reforçado pelo agravamento da crise do emprego e pelo reconhecimento dessas experiências como forma de resistência dos trabalhadores para manterem seus postos de trabalho.

Percebemos, nesse sentido, que não existe uma única tendência nem homogeneidade na forma de agir dos sindicatos frente às recuperações de empresas no Brasil. Não obstante, podemos ressaltar que a CUT, da região do ABC paulista e do setor metalúrgico, ofereceu apoio e incentivo para a formação de cooperativas.

## Marco legal e econômico

No momento de iniciar a produção, cada unidade produtiva apresenta diferentes circunstâncias que podem ocasionar um processo de negociação de vários meses até que as atividades sejam retomadas. Em algumas ocasiões, a demora ocorre devido a uma situação jurídica indefinida com respeito à titularidade do local da empresa e à propriedade dos maquinários. Em outras ocasiões, já com a fábrica recuperada, os antigos donos continuam reclamando o direito de posse da empresa e, isso, resulta em mais um problema a ser enfrentado.

O processo de formação da cooperativa costuma ser demorado, desgastante, burocrático e na maioria dos casos envolve ações judiciais. Em muitos casos, o arrendamento do terreno, dos equipamentos e do maquinário da antiga empresa é negociado com o objetivo de liquidar os débitos trabalhistas. Os primeiros meses são os mais difíceis, pois os trabalhadores não possuem capital para comprar matéria prima, nem para iniciar a produção, inclusive nem para alimentar suas famílias.

A maioria das experiências estava em condições financeiras muito difíceis e abandonadas pelos antigos donos. Outra dificuldade que se apresenta é a quase nula possibilidade de se obter crédito para poder adquirir maquinários ou arrumar as máquinas antigas. A maioria dos empreendimentos opera com os equipamentos da empresa falida, que são antigos e deteriorados, e em alguns casos estão penhorados pelas dívidas acumuladas da antiga gestão. Além disso, somam-se dificuldades para o pagamento de impostos ao governo e às empresas prestadoras de água e luz. A essa falta de crédito geral soma-se o descrédito de fornecedores e clientes e, sobretudo, a desconfiança em relação à nova administração. Isto produz graves dificuldades para conseguir comercializar os produtos da empresa recuperada.

Entre as 67 ERTs pesquisadas, 50 responderam sobre a situação jurídica do espaço físico, 44% das empresas dessa amostra relatam que alugam o imóvel para a produção, 36% conseguiram comprá-lo (do

antigo dono ou de terceiros) e 14% ocupam o espaço (com autorização judicial ou como uma medida de força). Existem também casos em que há a concessão de terceiros para manutenção da atividade da ERT.

Com relação à propriedade do maquinário, 66,6% das ERTs adquiriram o maquinário, enquanto 19,6% devem alugar para sustentar a produção. Uma parcela utiliza o maquinário por meio de uma autorização judicial (11,7%) e, também têm casos nos quais existe uma concessão de terceiros (13,7%) para fazer uso do maquinário.

Portanto, além de enfrentar os problemas legais com os antigos donos, os trabalhadores precisam para gerar dinheiro começar a produzir, só que neste caminho encontram diversas dificuldades, condicionadas pela situação econômica da empresa (dívidas, maquinários, capital inicial, matéria-prima).

A partir dos dados coletados na pesquisa, percebemos que, a grande maioria das ERTs estava trabalhando com um percentual de capacidade acima de 50%. Entretanto, ainda há empresas que relatam trabalhar com o percentual de capacidade de até 40%. As principais questões relatadas pelos trabalhadores para a baixa produtividade são: dificuldade de inserção do produto no mercado (21%), ausência de capital de giro/crédito (16%), não demanda do produto (13%), falta de matéria-prima (9%), carência de máquinas adequadas (8%), ausência de trabalhadores especializados (6%) e outros (26%): sazonalidade, problemas de qualidade do produto, crise do setor, ausência de planejamento (Henriques et al., 2013).

A maior parte dos empreendimentos opera com a maquinaria e tecnologia obsoletas e deterioradas devido à falta de investimento de capital por parte dos antigos donos. Em muitos casos, os equipamentos da empresa chegam a ser penhorados devido às dívidas acumuladas pela antiga gestão. Isto produz graves obstáculos para levar adiante a comercialização dos produtos.

A preocupação dos trabalhadores com a melhoria das instalações

e maquinários se apresenta como algo constante e presente nas experiências. Fato que comprova isso é que 84% das ERTs promoveram algum tipo de mudança, seja com inovação no processo, adquirindo maquinário novo, ou melhorando as instalações após a recuperação da empresa.

Também, se acrescenta as dificuldades para realizar os pagamentos de impostos ao governo e para as empresas prestadoras de água e luz, com as quais, muitas vezes também, as empresas possuem dívidas acumuladas pela antiga gestão.

## Organização do trabalho

Dentro das 67 ERTs pesquisadas, 43 delas (88%) afirmaram ter realizado alguma alteração na organização do trabalho. As principais mudanças citadas foram: descentralização de poder e nível hierárquico; colaboração, comprometimento e motivação; rodízio e polivalência; flexibilidade (horário, função, posto de trabalho); melhoria do diálogo e relacionamento; autonomia e liberdade e acesso à informação. Estes dados indicam uma ênfase dada pelos trabalhadores nas entrevistas para as mudanças relacionadas à superação das relações de patrão-empregado e da subordinação existente na empresa anterior (Henrique, et al., 2013).

As alterações referidas com maior frequência estão interligadas, os trabalhadores associados, ao assumirem a gestão da cooperativa, devem assumir outras responsabilidades, maiores compromissos e motivação para alcançar a sustentabilidade necessária para sustentar suas famílias. Trata-se, pois, não de uma imposição externa, e sim de uma necessidade.

Também, verificamos que 60% (24 ERTs) já realizaram algum tipo de rodízio nas atividades. Isto significa uma importante inovação, uma vez que permite aos trabalhadores conhecer todo o sistema produtivo e circular por diferentes máquinas e, inclusive setores (Henriques et al., 2013).

Vários autores (Novaes, 2010; Ruggeri, 2010; Sardá de Faria, 2005) ponderam que um dos maiores desafios dos trabalhadores é reorganizar a produção com o fim de reverter às estratégias empresariais antigas. Por isso, é iniciado um processo de ensino-aprendizagem no interior dos empreendimentos, com o intuito de alcançar metas coletivas, construir espaços de representação e participação democráticos.

Em virtude disso, desde o início do processo de recuperação, inclusive antes de iniciar o processo de luta, se organizam assembleias gerais a fim de garantir um espaço para a participação ativa de todos os trabalhadores. Neste espaço, se discute e se debate para poder tomar decisões coletivamente.

Em geral, durante as assembleias, os assuntos mais tratados são: as compras, temas vinculados com a produção, situação legal da cooperativa, comercialização e retiradas, e também se escolhem, mediante votação dos trabalhadores, as pessoas que serão responsáveis pela administração do empreendimento, dessa forma, a direção passa dos representantes do capital aos trabalhadores escolhidos (Henriques et al, 2013)

Com poucas variações entre os casos estudados, o conselho administrativo (CA) das ERTs é composto geralmente por um presidente, um vice, um secretário e um tesoureiro. Também, visando garantir a representação de todos, se desenvolvem mecanismos de participação por meio de comissões por setores de produção e turnos compostos por representantes eleitos pelos trabalhadores. Além dos trabalhadores escolherem as pessoas que vão formar o conselho administrativo, se decide o tempo determinado para desempenhar o mandato.

Em geral, quanto ao período de mandato, observamos que, em 92% das empresas pesquisadas o mesmo ocorre entre 2 e 4 anos, com maior incidência de 3 anos (43%). Há ainda um caso em que não há período de mandato definido. Na maioria das empresas pesquisadas os membros do CA mantêm seus cargos por mais de um mandato (Henriques et al., 2013).

A frequência de realização das AGs varia bastante, sem apresentar qualquer tendência predominante: em 30% das ERTs, elas são realizadas mensalmente ou até mais, conforme as necessidades; em 28% menos de uma vez por mês, e mais de uma por ano; 28% anualmente; e apenas 6% não responderam (Henriques et al. |2013).

Conforme relatado pelos trabalhadores, o principal problema durante as assembleias é que nem todos os trabalhadores conseguem se expressar de forma livre e aberta. Muitos ainda sentem um pouco de medo e vergonha, somados à falta de hábito. Por isso, na maioria dos casos, se busca realizar pequenas reuniões com grupo menores, com a finalidade de criar um ambiente de maior intimidade e confiança.

## **A participação de mulheres obreiras nas ERTs**

Como foi mencionado anteriormente, na maioria das experiências de ERTs se desvenda uma forma alternativa na construção de relações sociais e de produção mediante práticas de ação coletiva. Diante este novo cenário que se apresenta consideramos importante frisar e ponderar sobre o papel e participação das mulheres.

Trata-se, por conseguinte, de realizar uma análise que dialogue com a perspectiva de gênero. Segundo Scott (1999), o conjunto de símbolos culturalmente significativos no contexto de socialização das mulheres se associa às posições tradicionais de representações de “o feminino e o masculino” desde um modelo patriarcal de família (esposas, dona de casa, encarregadas da reprodução e cuidado das crianças).

O conjunto de normas que se geram a partir dos símbolos e de suas interpretações impõe a elas, como mulheres, os valores tais como: compreensão, aceitação, resignação e subalternidade, e que costumam ser tidos como constitutivos de seus papéis tradicionais de gênero.

As práticas cotidianas sustentadas sobre essas representações, limitadas e habilitadas pela ordem normativa restringem muitas vezes

suas ações ao âmbito do privado, como mães e esposas “de”, sendo as mulheres vedadas da participação no mercado de trabalho e carentes de protagonismo no âmbito público da política.

Estas questões colocam a necessidade de perguntamos: o que acontece com a divisão sexual do trabalho<sup>19</sup> e as relações de gênero<sup>20</sup> no âmbito das ERTs? Elas mudam ou se mantém logo após a recuperação? As mulheres obtiveram algum tipo de poder político e institucional dentro desses empreendimentos?

Em grande medida, o processo de recuperação de empresas apresenta-se como um desafio permanente e um aprendizado cotidiano que abre principalmente para as mulheres, um novo mundo de ação (nas assembleias, nas discussões, no trabalho coletivo, nas mobilizações), onde percebem suas próprias capacidades de agir e inovar. Conforme Nobre (2012) as experiências solidárias têm demonstrado um “terreno privilegiado para exercitar novas práticas e proporcionar vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres” (p. 211).

Verificamos que existe uma diferenciação profissional na distribuição dos trabalhadores e das trabalhadoras pelos diversos ramos da economia. Nas ERTs brasileiras, as mulheres encontram-se concentradas

---

<sup>19</sup> O termo “divisão sexual do trabalho” trata-se de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição, e se analisa como isto se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. É a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticas, religiosas, militares etc.) (Hirata; Kergoat, 2007).

<sup>20</sup> Da perspectiva de Scott (1995), a identidade de gênero se compõe de três aspectos inter-relacionados: em primeiro lugar, um conjunto de símbolos culturalmente significativos que se encontram disponíveis e que enunciam representações do que é o feminino e o masculino em contextos específicos. Em segundo, um conjunto de normas que são geradas a partir desse conjunto de símbolos e de suas interpretações (religiosas, educativas, legais, científicas e políticas). Por último, as práticas cotidianas sustentadas sobre essas representações, limitadas e habilitadas pela ordem normativa.

naqueles ramos tradicionalmente vistos como femininos, tais como confecção, têxtil e preparação de alimentos. Em outros ramos, como, por exemplo, metal-mecânica, mineração, dentre outros, a participação das mulheres é muito pequena ou inexistente (Henriques et al., 2013)<sup>21</sup>. Essa distribuição coincide, portanto, com a tendência histórica observada no mercado de trabalho capitalista, a qual não sofreu grandes modificações nas últimas décadas (Saffioti, 2013).

Também constatamos que, nas ERTs existe um acentuado predomínio feminino em um conjunto de ocupações consistentes com os papéis de gênero tradicionais, especialmente nos cargos administrativo-operacionais (auxiliares e secretarias administrativas) ou de serviços gerais (faxineira e copeira). As possibilidades de inserção das mulheres no trabalho também estão limitadas pela desigualdade de gênero na capacitação técnica, derivada de estereótipos sexistas, o que indica que a divisão sexual do trabalho clássica do modelo capitalista e das relações de gênero tradicionais permanece nas ERTs.<sup>22</sup>

Em algumas falas, durante as entrevistas as mulheres expressaram suas dificuldades para participar em âmbitos de coordenação e decisão dentro da cooperativa, em frases como “a política é território dos homens” ou “está permitido para os homens, não para as mulheres”. Nessas representações, aparecem impregnadas de posições determinados pelas relações de gênero, a participação política e a toma de decisão estão associadas exclusivamente aos homens.

Em suma, os dados indicam que nas ERTs existe uma desigualdade na divisão do trabalho pelo gênero, sendo que o fundamento dessa desigualdade pode estar em fatores como um “acesso diferenciado”

---

<sup>21</sup> Inclusive, um caso de ERTs com 15 homens trabalhando, confirmou que não contrata mulheres.

<sup>22</sup> Um dos elementos fundamentais da ideologia da supremacia masculina repousa na ideia de que a fisiologia e o metabolismo psicobiológico da mulher fazem dela um membro do coletivo da força de trabalho com menor capacidade física. Desse modo, a divisão do trabalho entre os gêneros, através da história, tem sido justificada em nome da inferioridade física da mulher (Saffioti, 2003).

ao equipamento técnico e a certos saberes e conhecimentos, os quais se traduzem em condições que mantêm a dominação masculina nas relações sociais.

Não obstante, quando investigamos se houve mudança no papel e participação das mulheres nas ERTs em relação à antiga empresa, a participação delas ainda é pouco expressiva, e em 69% dos casos nada mudou em relação à antiga empresa. Contudo, é importante salientar que nas 31% ERTs restantes, os entrevistados apontam que as mulheres têm participação elevada. Obtivemos relatos de que, após a recuperação, algumas mulheres passaram a ocupar postos de trabalho que eram ocupados somente pelos homens, por exemplo: supervisoras/coordenadoras, gerentes administrativas, gerentes de processo. Isto demonstra que, mesmo aos poucos, o reconhecimento e valorização das mulheres em um ambiente predominantemente masculino, mas com ambiente democrático e igualitário, permite a ascensão e destaque das mulheres. Sem embargo, constatamos que existe uma predominância de homens nas lideranças destes empreendimentos (Henriques et al, 2013; Ruggeri, 2015).

Outro aspecto interessante para analisar, é a modificação da extensão e das atividades compreendidas na “jornada laboral”, que afetam de forma diferenciada às mulheres e aos homens. Verificamos que se diversificam as tarefas realizadas pelos trabalhadores no processo produtivo. O trabalho se modifica e é modificado em função das novas necessidades da cooperativa; os postos e as funções se dividem conforme saberes e condições dos trabalhadores, mas também em função das necessidades produtivas específicas. Desse modo, existe um rodízio de funções, e inclusive entre a parte gerencial/administrativa e a produção.

Em grande medida, constata-se que, por um lado, no momento de recuperação se reduz o pessoal na área administrativa e nos postos hierárquicos (tais como gerentes, engenheiros etc.). Junto com a diminuição do número de trabalhadores, faz-se necessário aprender a realizar diferentes atividades, multiplicando-se as funções de cada trabalhador.

Por outro lado, há uma incorporação de novas atividades, como por exemplo, as ações de mobilizações e passeatas, as negociações com dirigentes sociais e políticos, as reuniões com pessoas do movimento sindical, e assim por diante.

Tendo em vista as necessidades, homens e mulheres devem assumir as tarefas “tradicionais” do processo de trabalho industrial e as novas atividades novas ou “desconhecidas”, ou seja, aquelas que permitem colocar em marcha a linha de produção, e aquelas que constituem a possibilidade de dar continuidade à unidade produtiva.

Esta diversidade de situações adquire distintas expressões na hora de “negociar” as participações individuais principalmente, em todas as atividades que costumam ser realizadas fora do horário da jornada laboral. Verifica-se que, em no início da recuperação em muitas experiências, tanto homens quanto mulheres tiveram que permanecer longas jornadas dentro da fábrica para “vigiar” e “defender a fonte de trabalho”.<sup>23</sup> Isto, implicou uma redefinição das fronteiras entre o “espaço produtivo” e o “espaço reprodutivo/doméstico”. Ou seja, as fronteiras entre a casa/fábrica e produção/política se inter-relacionam, o que traz consequências diretas na distribuição dos tempos dos trabalhadores, assim como também, a necessidade de tomar uma atitude ativa de luta para defender os postos de trabalho e espaço de trabalho.

Para melhor elucidar o sentido da participação política das mulheres nas recuperações das fábricas ponderamos duas categorias fundamentais: tempo e território. Pois, a maioria das mulheres deve dividir seus tempos, entre a jornada laboral, a jornada doméstica (cuidando

---

<sup>23</sup> Principalmente na Argentina em muitas das experiências de ERTs foi necessário, como medida de força e defesa, ocupar as instalações das empresas, tanto para impedir a entrada da polícia ou de juizes quanto para evitar a retirada do maquinário. Inclusive, em varias experiências os trabalhadores tiveram que acampar nos portões da fabrica durante vários dias, pois tinham que realizar turnos para se revezar e ficar na vigia durante 24 horas. Muitas das mulheres tinham que ir com seus filhas/os assumindo seu papel do espaço doméstico, só que fora de ambiente privado. De fato, cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional (Paulucci, 2014; Hirata; Kergoat, 2007).

das casas, das crianças e dos maridos) e a militância política. Essa triple jornada realizada pela mulher não recebe seu devido valor. Nessa linha de pensamento Hirata (2003) salienta que “o fato da mulher ter um trabalho doméstico não-remunerado, de fazer em casa uma série de coisas gratuitamente, por amor aos filhos, ao marido, à família, faz com que ela não seja valorizada, em nenhum tipo de atividade”.<sup>24</sup>

Refletindo sobre as “regulações temporais”, Dora Barrancos (2006) considera que, se para os homens a participação política é um “investimento” do tempo, para as mulheres que participam na política gerenciar o tempo converte-se em um problema, pois estas devem necessariamente enfrentar diferentes encruzilhadas. A mudança em suas práticas cotidianas a partir de sua participação na luta pela recuperação das empresas onde trabalham e, inclusive, muitas vezes onde também trabalham seus maridos, permite-lhes uma ruptura com esses estereótipos de gênero, adotando um protagonismo na luta social e política.

A identidade como trabalhadora se reconstitui continuamente a partir das transformações do conteúdo e a natureza da vida cotidiana, especialmente com a reorganização do tempo e do espaço. As tendências destas mudanças se refletem na expansão dos mecanismos de desmembração das relações sociais, redefinindo o conteúdo das identidades das mulheres. Os dados da pesquisa indicam que para muitas mulheres, a participação no processo de recuperação das empresas implicou a aquisição de certo grau de autonomia e valorização pessoal.

É importante salientar que, várias das ERTs argentinas abriram dentro das instalações e prédio da fábrica centros culturais e escolas para jovens e adultos. A reabertura da fábrica implica, muitas vezes, que o local adquira uma nova função sócio-educativa, organizada e com visibilidade pública. Desse modo, a fábrica passa a ser, além de um lugar de produção, um “espaço de vida”; isto é, um lugar de encontro e participação que inclui à família e a comunidade.

---

<sup>24</sup> Entrevista a Helena Hirata. revista *Época*, ed. 288 de 24/11/03. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT635911-1666,00.html>>.

Estas estratégias resultam uma importante inovação, pois com essas iniciativas se eliminam os limites entre a fábrica e o bairro, entre o público e privado. De fato, a relação entre “a casa” e “o trabalho” foi redefinida imprimindo novos sentidos às formas de habitar e transitar a distancia entre um espaço e outro, tanto nos aspectos físicos e materiais quanto nos simbólicos e afetivos. Vemos assim que se abre uma brecha para que mulheres tenham a possibilidade de questionar os lugares que ocupam, tanto dentro das fabricas quanto em seus lares, e esse questionamento permitiu, em alguns casos, que tenham acesso a novos papéis.

Contudo, verifica-se um processo de resignificação, tanto do feminino quanto do masculino, bem como do trabalho, do espaço da fabrica, não só através do trabalho e da administração como também pelas maneiras de ocupar os espaços. Deste modo, esses processos implicam uma nova definição do espaço fabril, como lugar de troca de experiências e como espaço de aprendizagem coletiva.

Por sua vez, se apropriar do espaço significa mexer com a organização das maquinas, criar um espaço para o debate e centros culturais, tomar decisões e falar durante as assembleias, e poder colocar as demandas dos próprios trabalhadores para o coletivo. Por isso, é necessário garantir o poder de ação, de voz e de participação das mulheres nas ERTs. Esses são alguns dos significados e implicações desses processos de reapropriação.

No entanto, diante do novo cenário, as mulheres como “sujeito de direitos” devem explorar toda sua criatividade a fim de enfrentar os novos desafios e novas tarefas que se apresentam no dia a dia, dividindo seus tempos e os âmbitos produtivos/reprodutivos (Nobre, 2012).

## **Relação com a sociedade e a universidade**

Sobre a relação com a sociedade, do total de 67 empresas obtivemos 49 respostas. Dessa amostra, 41% das ERTs acreditam que seu

papel para a comunidade do entorno é de geração de trabalho e renda. Além disso, 26% definem seus desempenhos como geradoras de vínculos de solidariedade. Dentro desta categoria, relacionadas à solidariedade, colocamos as ERTs que mencionam realizar algum tipo de atividade para comunidade, como organizar eventos e festas. Também incluímos nessa categoria casos em que, além da geração de trabalho e renda, a ERT apóia a melhoria das condições das residências do entorno, as quais estão no terreno da massa falida e, que, por isso, não têm abastecimento público; a empresa que oferece serviços aos artesãos do seu entorno; a experiência que relata apoiar uma escola da região e organizar a produção do que é extraído pelos produtores rurais de sua zona, e outro caso em que foi feita uma ocupação de moradia no terreno da fábrica, que é uma vila operária onde hoje vivem mais de 500 famílias, na qual há também uma “Fábrica de Esportes e Cultura”, com atividades de judô, capoeira, cinema, história em quadrinhos, batucada e eventos para a comunidade do entorno.

Muitos casos, além de gerar fonte de renda, colocam a importância dos benefícios que as ERTs concedem para os associados. Também, 6% das ERTs realizam diferentes tipos de doações para a comunidade, como por exemplo, cestas básicas. Diferentemente de outros 27% dos casos que não têm relação alguma com a comunidade.

Sobre a realização de atividades solidárias ou culturais, das 47 empresas que responderam esta questão, a maioria, 62% (29 ERTs), afirmam que não realiza nenhum tipo de atividade solidária ou cultural, sendo que apenas 38% (18 ERTs) asseguram que sim realizam. Dessas 18 ERTs que realizam atividades culturais, 33% efetuam doações; 28% organizam festas e eventos, tanto para os trabalhadores da empresa quanto para a comunidade; 11% executam cursos de formação; 28% realizam “outros” tipos de atividades. Dentro da categoria “outros” podemos destacar: as visitas na fábrica, a aplicação do programa federal Primeiro Emprego, a organização de palestras e atividades esportivas, a apresentação de peças de teatro e a organização de missas. Além disso, existe uma ERTs que possui uma biblioteca aberta à comunidade e também doou um terreno

para a construção de uma escola (Henriques et al., 2013).

Por último, analisamos a relação com as universidades. Do total de 47 respostas, a maioria das ERTs, 64%, respondeu que possui relação com as universidades. Na análise das respostas afirmativas, de 30 ERTs percebemos que 44% estabelecem um vínculo com a universidade mediante a realização de pesquisas, 22% está dentro da categoria “outros”: na prestação de serviço de alimentação e na relação de convivência como os estudantes das universidades, 19% dos casos informam que instituem parcerias de formação; e o restante, 15%, informam que recebem assessorias das universidades (Henriques et al., 2013).

Do universo de 67 ERTs, apenas 27 empresas responderam com quais universidades estabelecem vínculos, foram mencionadas as seguintes: Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), USP (Universidade de São Paulo), Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Unesc (Universidade do Extremo Sul Catarinense), SATC (Faculdade, Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina) e UFRJ (Universidade Federal de Rio de Janeiro), entre outras.

A fim de sistematizar os dados foram criadas as seguintes categorias: Universidade Privada, Universidade Federal, Universidade Estadual e Universidade Regional.

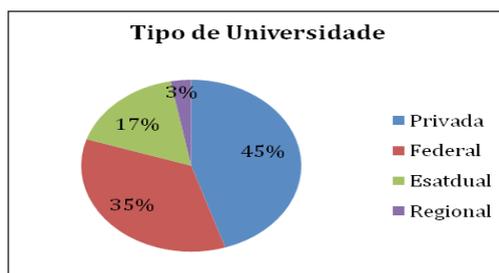


Gráfico 5 – Tipo de universidade citada pelas ERTs. Amostra: 30.

Fonte: Henriques et al., 2013.

Podemos observar que das 29 respostas dadas pelos trabalhadores, 45% correspondem a universidades privadas, 35% a universidades federais, 17%, estaduais e 3% regionais.

Observa-se que a maioria das ERTs informou que recebe pesquisadores. Os trabalhadores relatam que os pesquisadores buscam, principalmente e conhecer a história da empresa, especialmente, sobre o processo de recuperação e após da recuperação a forma de gestão sob o cooperativismo. Os trabalhadores consideram as pesquisas positivas, pois ajudam a divulgar suas próprias experiências, dão legitimidade e agregam um valor positivo. No entanto, em algumas entrevistas os trabalhadores mencionaram que não consideram a visita dos pesquisadores positiva, porque não receberam retorno das pesquisas realizadas nem nenhum tipo de benefício concreto.

## Conclusão

Desde os anos 1990, como consequência da aplicação de medidas econômicas de corte neoliberal – abertura da economia, fim das políticas de emprego, ataque às políticas de proteção ao mercado de trabalho –, a sociedade brasileira sofreu intensas modificações em diferentes âmbitos, principalmente socioeconômico e político. Tais modificações constituem a expressão de uma crise estrutural do capital (Mészáros, 2011) que se expressa principalmente na reestruturação produtiva, que repercute diretamente na crise do trabalho assalariado e na perda dos direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

É nesse quadro que começa um período de fechamento de empresas produtivas esvaziadas ou declaradas em quebra por seus proprietários, ocasionando assim, um aumento considerável do número de trabalhadores desempregados. Em contrapartida, surge uma nova expressão de resistência social: os trabalhadores partem de uma necessidade e de um impulso defensivo inicial de proteger a fonte de

trabalho, e assim, decidem ocupar os espaços de uma forma diferente, não mais apenas como objeto de produção, e sim, como sujeitos de direitos.

Como resultado disso as regras do jogo mudam, os trabalhadores começam a participam ativamente, tomam decisões sobre como produzir e incorporam novas estratégias de ação coletiva. Deixam de ser trabalhadores e trabalhadoras assalariados e passam a ser cooperados-associados.

Nesta passagem, precisam de apoio e de afiançar os vínculos com outros atores sociais, tais como: os sindicatos, a sociedade civil e outros movimentos sociais em luta. As relações de apoio, de solidariedade e de cooperação, facilitam a troca de informação e a possibilidade de vincular-se coletivamente para enfrentar os obstáculos e dificuldades que se apresentam cotidianamente.

Os trabalhadores lutam para sobreviver em meio às suas próprias contradições internas, assim como também, no contexto adverso em que habitam, com o propósito de construir novas lógicas de produção com relações sociais mais democráticas e participativas. Não obstante, isto não acontece de um dia para outro e sem dificuldades. Cada experiência de ERTs possui suas próprias particularidades, nem todas partem da mesma situação e cada uma delas exige diferentes soluções para enfrentar as dificuldades que surgem no decorrer da luta.

Em nosso entender, as ERTs possuem um potencial transformador, pois questiona a lógica produtivista acumulativa capitalista e a propriedade privada (todos os cooperados são os donos dos meios de produção, ou seja, a propriedade é coletiva). A autogestão é um processo em construção permanente e que permite aos homens e mulheres questionar e inovar na suas posições no âmbito laboral e pessoal, pois criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o trabalho remunerado e não remunerado, espaços de discussão, reflexão, deliberação e reivindicações coletivas.

Contudo, é necessário considerar que esses empreendimentos encontram-se imersos na cultura predominante capitalista e patriarcal. Portanto, uma grande parte das determinações sociais que advém dessa cultura segue presente no cotidiano desses coletivos de trabalhadores e trabalhadoras. As eventuais mudanças adotadas nas ERTs convivem com elementos culturais de trabalho hierarquizado e de divisão do trabalho, que são resquícios da organização anterior, mas isso não implica na inexistência de elementos para criar um novo modelo de gestão e de relações de trabalho.

# 3

## AS EXPERIÊNCIAS DE ERTs QUE REIVINDICAM A ESTATIZAÇÃO: CIPLA, INTERFIBRA, FLASKÔ, PROFIPLAST

*Há homens que lutam um dia e são bons,  
há outros que lutam um ano e são melhores,  
há os que lutam muitos anos e são muito bons.  
Mas há os que lutam toda a vida  
e estes são imprescindíveis*

Bertolt Brecht

O objetivo do seguinte capítulo é desvendar a história de cada uma das empresas que participavam do “Movimento de Fábricas Ocupadas” (MFO): Cipla (Joinville-SC), Interfibra (Joinville-SC), Profiplast (Joinville-SC), Flaskô (Sumaré-São Paulo). A proposta é analisar os diferentes períodos pelos quais atravessaram os trabalhadores com o fim de defender seus empregos. Estas experiências se inserem numa outra vertente de empresas recuperadas, uma vez que reivindicam ao governo a estatização.

### Breve resenha histórica do processo de industrialização catarinense

Aproximadamente a partir da década de 1820 inicia a chegada dos primeiros núcleos de colonização de imigrantes europeus, princi-

palmente alemães e italianos no estado de Santa Catarina. Em 1850 são fundadas as futuras principais cidades industriais do estado, Joinville e Blumenau, onde os imigrantes europeus darão início à adaptação econômica do lugar, construindo a infraestrutura necessária para o estabelecimento, em princípio, de colônias agrícolas. Os imigrantes eram principalmente operários da indústria, comerciantes e agricultores, que chegavam no Brasil em busca de terras e emprego (Bossle, 1988).

A entrada de imigrantes em Santa Catarina no século XIX acelerou-se após 1875 com a política imigratória financiada pelo Governo Imperial, principalmente de alemães e italianos, e em menor proporção poloneses, austríacos, árabes, eslavos e espanhóis.<sup>1</sup>

De acordo com Bossle (1988), o desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina possui uma relativa independência em relação ao resto do país. Este autor divide a história da industrialização deste estado nos seguintes períodos: o primeiro período, entre os anos 1880 e 1945, se caracteriza pela ascendência e crescimento do capital industrial; o segundo, de 1945 a 1962, é marcado pela diversificação e ampliação da base produtiva; o terceiro período inicia depois de 1962 com a integração e consolidação da indústria catarinense; e finalmente, o último, a partir de 1990 com a abertura comercial e financeira e a desregulação da economia e das relações laborais que afetou todo o país, como já foi mencionado no capítulo anterior.

Durante o primeiro período, o padrão de crescimento estava centralizado no desenvolvimento do capital mercantil e na pequena propriedade, com uma produção artesanal baseada, principalmente, no comércio de produtos coloniais e a exportação de erva-mate no planalto norte. Nesse período, ocorreram duas grandes mudanças sociais demográficas em Santa Catarina: a primeira, com a entrada de imigrantes

---

<sup>1</sup> As companhias colonizadoras desempenharam um papel fundamental em fixar os imigrantes nas colônias catarinenses, organizavam a viagem e a instalação dos imigrantes e faziam contratos com o Governo Imperial (Gonçalves, 2004). Além disso, os índios da região eram assassinados pelo mesmo Governo.

européus, de 1875 a 1900, no Vale do Itajaí, que se estendeu em ritmo acelerado até o início dos anos 1920; e a segunda, com o movimento migratório de descendentes provenientes do Rio Grande do Sul, a partir de 1917, em direção ao oeste catarinense, estendendo-se até os anos 1950 (Bossle, 1988).

Os imigrantes, primeiro os italianos, seguidos dos poloneses e dos alemães desembarcaram na cidade de Desterro<sup>2</sup> e desceram em direção sul até Laguna e Tubarão, estabelecendo-se nos sítios próximos aos rios, no qual fundaram os primeiros núcleos coloniais no sul da província. Mesmo com a presença de alguns municípios e vilas, ao longo do litoral sul e de núcleos coloniais mais no interior, a região passou a ganhar destaque econômico, somente com o início das atividades carboníferas e da construção da ferrovia após 1880 (Carvalho, 2007).

A chegada de novos imigrantes depois de 1870 contribuiu para diversificar a economia com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais (pequena produção). Por um lado, essas mudanças foram fundamentais para criar uma base produtiva diversificada e, em razão da lentidão da acumulação, tenderam um entrave para gerar um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva. Por outro lado, as construções das estradas carroçáveis e das ferrovias cumpriram um papel essencial para fixar os imigrantes, desenvolver o mercado local e integrar a região ao mercado nacional.

Entre as diversas atividades comerciais e manufactureiras que existia nessa época, podemos destacar: mercearia, atafona, marcenaria, moinho, fábricas de queijo e embutidos, produção de caixas e de sapatos. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, trouxe como consequência o início de uma diferenciação social. Alguns colonos mais enriquecidos começaram a subordinar o trabalho de ou-

---

<sup>2</sup> “Nossa senhora de Desterro” era o nome utilizado antigamente para denominar a atual cidade de Florianópolis. Com a Proclamação da República passou apenas a se chamar “Desterro”, nome que desagradava aos moradores, pois este termo lembrava “desterrado”, ou seja, a pessoa que está no exílio ou quem era preso e mandado para um lugar desabitado. Em 1894, a cidade passou a se chamar de Florianópolis.

tros e a investir em pequenas propriedades, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos (Carvalho, 2007).

No início do século XX, começa a consolidar-se os setores que comandariam a economia catarinense até o início dos anos 1960: têxtil, madeireiro e alimentício. Mesmo assim, o principal setor continuava sendo o mercantil, da mesma forma que o resto do país.

Entre os anos 1920-1940 houve um crescimento da indústria metalúrgica, estimulada pela expansão da indústria têxtil, mas que logo em seguida colapsou, devido ao aumento das importações durante a década de 1930 (Bessler, 1988).

A economia catarinense deu um salto nos anos 1930 e 1940 devido, principalmente, ao forte engajamento do Estado na economia nacional, especialmente na região paulista, onde se produz um acelerado processo de formação do parque industrial integrado.<sup>3</sup> Ao iniciar a década de 1930, o estado de Santa Catarina contava com 2848 empresas industriais, o que representava 5,6% do número total de empresas registradas no Brasil (Bessler, 1988).

O período entre 1945 a 1962 houve um aumento da diversidade industrial e se aplicaram as medidas econômicas de substituição das importações. A economia catarinense atingiu uma expansão dos setores tradicionais, originados no período anterior e uma diversificação com o surgimento de novos setores dinâmicos.

No entanto, esse movimento de ampliação e diversificação da base produtiva padecia constantes limitações, tais como: a falta de energia, a carência de recursos financeiros e infraestrutura viária e portuária. Esses limites reforçavam, ainda mais a desintegração econômica do Estado, em que cada região se especializava em determinado setor, sem articulação comercial ou produtiva com as demais regiões do país. A infraestrutura social básica e os arranjos institucionais não estavam

---

<sup>3</sup> A partir de 1933 a economia nacional alterou o padrão de acumulação do mercantil-agrário-exportador para o industrial (Silver, 2005).

preparados para tal processo de diversificação, obrigando ao Estado a interferir na economia para facilitar o processo de acumulação.

Esse período é considerado como uma fase transitória, porque ainda perduravam os traços do padrão de crescimento baseado na pequena produção mercantil, e, ao mesmo tempo, começavam a surgir elementos de um novo padrão de acumulação, baseado no médio e grande capital industrial. De este modo, o surgimento dessas novas indústrias foi o resultado da metamorfose do capital mercantil para o industrial. A lenta acumulação da pequena produção mercantil foi acelerada quando o capital se engajou no “projeto nacional de industrialização” e no planejamento estadual, propiciando o surgimento das grandes indústrias catarinenses (Bessler, 1988).

Final dos anos 1950, Joinville e Blumenau já eram notoriamente as cidades industriais mais dinâmicas de Santa Catarina, e a economia catarinense já percorria um período de rápida expansão, superior à média brasileira. Também, nessa época, a cidade de Criciúma, se converteu no quarto centro industrial catarinense.

A integração e a consolidação do capital industrial se efetiva entre 1962 a 1990. Nessa fase, o padrão de crescimento da economia catarinense passou a ser comandado pelo grande capital industrial e agroindustrial e pelos investimentos estatais em infraestrutura. A economia catarinense integrou-se no mercado internacional e o planejamento estadual tornou-se uma marca dos sucessivos governos. Os diversos complexos industriais e agroindustriais foram formados e consolidados. O avanço industrial do estado de Santa Catarina significou uma mudança quantitativa e qualitativa, pois a região deixou de ser periferia do centro dinâmico paulista, para tornar-se parte integrante do centro dinâmico brasileiro (Carvalho, 2007).

Segundo Beverly J. Silver (1970) “o milagre econômico” brasileiro de 1968 a 1974 corresponde precisamente ao período em que os capitalistas dos países centrais procuravam fugir cada vez mais das lutas dos trabalhadores militantes. O Brasil parecia ser o lugar perfeito pa-

ra receber investimentos, uma vez que o golpe militar de 1964 havia instaurado um regime extremamente repressivo e bem sucedido na destruição do velho movimento sindical corporativista e na eliminação de qualquer oposição da classe operária, tanto nas fábricas quanto no plano político nacional.

A partir de 1962 o padrão de crescimento alterou-se com o novo sistema de crédito, com os investimentos em energia e transporte e com a consolidação do setor eletro-metal-mecânico, liderado pelas médias e grandes indústrias. Ainda os setores tradicionais se consolidaram, incorporaram outras marcas até tornarem-se líderes no mercado nacional.

Segundo Piazza (1983) a mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela transformação do padrão de acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional.

A década de 1970 foi importante para diversas empresas do setor eletro-metal-mecânico na região, pois foi quando o setor atingiu o mercado internacional, especialmente a América Latina e EUA. No entanto, com a reestruturação econômica iniciada em 1980-90 houve uma influência negativa na indústria de bens de capital, sobretudo no segmento de máquinas e ferramentas, devido à retração do mercado nacional, à retirada do Estado, dando lugar e prioridade à lógica exclusiva do mercado, despolitizando as relações, prejudicando, com a abertura econômica e com o processo de desnacionalização, vários segmentos da indústria (Bossler, 1998).

## **Formação do grupo econômico Hansen**

A história do grupo econômico formado pelo núcleo familiar Hansen inicia em 1941, na cidade de Joinville, quando João Hansen Júnior compra uma pequena fábrica de pentes de osso de chifre de boi da marca Tigre. Essa pequena empresa, logo chamada João Hansen Júnior

& Cia. Ltda. – Fábrica de Pentes, Cachimbos e Artefatos de Massa Plástica Tigre, seria o embrião da Companhia Hansen Industrial, umas das maiores empresas do mundo dedicadas ao segmento de materiais de PVC destinados à construção civil.

No primeiro ano de funcionamento a empresa tinha apenas vinte e três funcionários. Pouco tempo depois, em 1942, com a aquisição de uma máquina extrusora<sup>4</sup>, a empresa conseguiu diversificar sua linha de produtos, passando a incluir, além dos pentes, boquilhas de cachimbos, piteiras para cigarros e charutos, leques, pratos e brinquedos, copinhos para aperitivos, rodas de carrinhos, palhetas de plásticos para leques. Desse modo, a empresa cresceu rapidamente e já nesse mesmo ano contava com 208 funcionários (Carvalho, 2007).

Em 1958 João Hansen viajou pela primeira vez a Europa para visitar a Feira do Plástico de Hannover com o objetivo de conhecer as novidades na aplicação do plástico. Nessa oportunidade, João Hansen ficou interessado em um produto de concepção simples, mas de grande utilidade prática: os tubos e conexões de PVC rígidos, produto que permitiria transformar sua empresa em uma das indústrias mais modernas do país. A partir desse momento, outros investimentos foram realizados nesta empresa. Podemos mencionar os seguintes: uma máquina extrusora, uma injetora e um torno de ar para a fabricação de mangueiras com o objetivo de se adequar às possibilidades ofertadas pelos produtos petroquímicos. Estes investimentos possibilitaram a introdução pioneira dos produtos de PVC no Brasil.

Em 1988 João Hansen Júnior decidiu realizar, ainda em vida, uma partilha dos seus bens a seus herdeiros legítimos. Ele colocou como sucessor da companhia um de seus três filhos, Carlos Roberto Hansen, que ficou responsável por administrar o grupo empresarial. No processo de partilha, Eliseth Hansen Batschauer, a outra filha de João Hansen, e seu esposo, Luis Batschauer, passaram a controlar as seguintes empresas

---

<sup>4</sup> Uma máquina extrusora é um equipamento utilizado para a fabricação de peças de plásticos ou outros materiais através de um processo de extrusão.

que constituíam o Grupo: Cipla – Material de Construção; Produtos do Lar; Tubos, Mangueiras e Flexíveis; Brakofix, Interfibra, Profiplast, Poliex, Glycerin e Flaskô. Com essas empresas o casal fundou a Corporação HB (CHB) (Carvalho, 2007).

Com a implementação desta cisão a Tigre e a Cipla/Interfibra começaram uma trajetória independente das outras empresas. A Tigre continuou sobre a administração da família Hansen, logo depois da morte de Carlos Roberto Hansen num acidente aéreo na Colômbia em 1994, seu irmão João Neto assumiu a presidência. Já a Cipla/Interfibra/Profiplast passaram às mãos da família Batschauer.

## A Cipla

A Cipla, Indústria de Materiais de Construção Companhia Industrial de Plástico, fundada em setembro de 1963, como primeira subsidiária da companhia Hansen é uma das fábricas mais antigas da cidade de Joinville.<sup>5</sup> A empresa pouco a pouco foi ampliando sua produção, ganhando espaço no mercado interno e internacional, até se converter numa das maiores indústrias de plástico do país, e uma marca reconhecida em todo o território nacional, e também em toda América Latina.<sup>6</sup>

Na década de 1980 a fábrica transformava todos os tipos de resinas plásticas, polietileno de alta, média e baixa densidade, polipropileno, poliestireno, PVC, fibras de vidro e vários outros materiais, dos quais a concorrência não possuía domínio. A Cipla era uma das poucas fábricas na região Sul que tinha cinco fases de produção: injeção, sopro, extrusão, cromagem e rotomoldagem, podendo formar qualquer profissional no ramo plástico (Carvalho, 2007).

---

<sup>5</sup> A empresa inicia suas atividades em um galpão de 800 m<sup>2</sup>, apenas com uma máquina extrusora, uma injetora e um torno.

<sup>6</sup> Em outubro de 1963 produzia com 17 funcionários. No mês de dezembro de 1969 já contava com 212 trabalhadores. Logo, em Janeiro de 1970 tinha 224 funcionários e no final do ano 1979 o número de trabalhadores ascendeu para 1.719 (Carvalho, 2007).

Com o crescimento da indústria automobilística nos anos 1970, a Cipla começou a fornecer peças e desenhar moldes na ferramentaria para as empresas automobilísticas: Ford, Volkswagen, Scania, Fiat e Mercedes Benz. Até o ano 2005, além da produção de peças para automóveis, a Cipla possuía três linhas de produção, abrangendo uma variedade de quase duas mil peças comercializadas no mercado interno e internacional<sup>7</sup>:

1. Linha de consumo: cestos para lixo, banheiras para bebês, regadores, suportes para mangueira, baldes de diversos tamanhos, entre outros itens de utilidade doméstica. Peças para banheiros: armários, caixas de descarga, assentos sanitários, bases para válvula de descarga, conexões sanitárias, tapetes flexíveis, bóias para caixa de água.
2. Linha de material de construção: baldes para cimento, válvulas para poço, válvulas para pia e tanque e de retenção de linha.
3. Linha industrial: peças plásticas para caminhões e carros de passeio, como tanques para radiador de água, filtros, acessórios diversos, peças para sistemas de ar condicionado e dutos de ar e os emblemas como a estrela da marca automotriz Mercedes Benz (Do Nascimento, 2004).

No entanto, em 1988 a situação da empresa Cipla começa a mudar, quando João Hansen inicia a partilha de seus bens, desmembrando o Grupo Hansen e doando a fábrica Cipla e Interfibra para sua filha Elisabeth, já então casada com Luis Batschauer. Desse modo, o empresário Luis Batschauer e seu irmão, Anselmo Batschauer, passam a controlar ambas as empresas.

Em 1990 se registram os primeiros conflitos na empresa Cipla. Esses conflitos são deflagrados, por um lado, pela falta de inserção de

---

<sup>7</sup> Já para essa época a empresa estava instalada em um parque fabril com 45 mil metros quadrados, uma frota de caminhões próprios e um campus recreativo para os operários e suas famílias.

capital, o que leva a empresa a produzir com máquinas muito antigas, as quais quebram frequentemente, provocando inúmeros acidentes de trabalho. De fato, conforme os relatos dos trabalhadores entrevistados, com a administração de Luis Batschauer, a empresa foi gradualmente intensificando a sua defasagem tecnológica. Por outro lado, os donos deixam de pagar ao governo as contribuições previdenciárias correspondentes à folha de pagamento de seus empregados e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Diante disso, os empresários Batschauer foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF), sendo condenados à pena de prisão em três ocasiões.

No entanto, em todas as ocasiões, eles conseguiram negociar para poder sair e continuar administrando a empresa sem realizar os depósitos correspondentes dos direitos dos trabalhadores<sup>8</sup> e, ainda, sem pagar as dívidas acumuladas, as quais em 1998 alcançavam a soma de R\$ 21 milhões. Em virtude disso, os problemas com a justiça continuaram, ocorrendo novos pedidos de prisão e pagamento de multas.<sup>9</sup> Rômulo, trabalhador da fábrica durante 10 anos no setor de manutenção das maquinarias, relata,

Quando eu entrei, no ano 1978, era o grupo ouro. Era uma empresa ótima para trabalhar. No ano 1988 a Cipla passou para a filha do velho Hansen, mas não investiram e não compraram máquinas novas. Realmente com o genro na administração, ela foi regredindo do início até o final, só faltou fechar. A empresa foi perdendo mercado, gradativamente, chegaram a perder praticamente tudo. O faturamento baixou, chegou a \$ 700.000 (Entrevista concedida em 28.10.2006).

A partir das entrevistas com os trabalhadores registra-se que no transcorrer da década de 1990 a Cipla sofreu diversas dificuldades econômico-financeiras. Os atrasos nos pagamentos dos funcionários eram

---

<sup>8</sup> Jornal: *A Notícia*, Joinville, 14/07/1998.

<sup>9</sup> Até 2014 existiam mais de 183 processos criminais, todos com andamento travado devido à ausência dos empresários nas audiências.

frequentes e, em várias ocasiões, os empresários demoravam meses para pagar os salários, e não pagavam as taxas e os impostos ao governo. Inclusive alguns trabalhadores não receberam, durante alguns anos, o 13º salário. Além disso, acumulavam dívidas com os fornecedores de matéria prima e com a companhia fornecedora de eletricidade.

Nesse contexto, os trabalhadores achavam que os empresários não estivessem mais interessados em continuar com o funcionamento da empresa. No entanto, os empresários continuavam extraindo lucro, pois os trabalhadores seguiam trabalhando e fabricando os produtos para colocar na venda no mercado. Rafael, trabalhador da fábrica Cipla desde 1975 no setor de preparação da matéria prima relata:

A situação era difícil e havia briga direto sobre o pagamento. Se você ganhava, por exemplo, R\$ 500,00 você recebia R\$ 150,00 ou R\$ 200,00 e o resto ia ficando atrasado. Algumas pessoas acharam outros empregos e foram embora. Meu caso, como o de tantos outros funcionários, como estava aposentando decidi ficar, porque se saia não recebia meus direitos (Entrevista concedida em 23.08.2006).

Devido aos atrasos constantes e ao clima de tensão geral, os trabalhadores estavam totalmente desmotivados para trabalhar, inclusive descuidando o uso das máquinas. Rafael narra,

Antes da greve o pagamento era bem pouco, ganhava R\$ 30,00 por semana ou o pessoal não recebia. O pessoal estava todo revoltado, ninguém queria trabalhar. [...] O setor estava com um clima pesado e tudo sujo, com muito problema com o material (Entrevista concedida em 23.08.2006).

Segundo os testemunhos dos entrevistados, todas estas descrições compõem o clima prévio à tomada da fábrica pelos trabalhadores. Eram tempos de desespero e incerteza, os trabalhadores viviam o dia a dia com ausência quase total de dinheiro para sustentar suas famílias. Por isso, foi necessário, para enfrentar os momentos difíceis, que os trabalhadores se organizem e se ajudem uns aos outros, arrecadando dinheiro para os mais necessitados, comprando cestas básicas e pagan-

do as contas atrasadas de luz e água de suas casas.

No entanto, a situação não era igual para todos os trabalhadores da Cipla. O setor administrativo da empresa e os gerentes recebiam os salários em dia. Os proprietários da fábrica buscavam, deste modo, garantir a continuidade da produção. Vitor, trabalhador da Cipla desde 1998, diz:

Eu trabalhava no setor de expedição, então sabia como estava faturando a empresa. Nós tínhamos a possibilidades de fazer pressão, porque a gente da produção não conhecia a situação. Os trabalhadores devido ao não pagamento faziam esse tipo de sabotagem, na preparação de matéria prima e na produção para prejudicar ainda mais (Entrevista concedida em 22.08.2006).

Finalmente, em 16 de janeiro de 2002, 500 trabalhadores da fábrica Cipla organizaram a primeira paralisação interna, reivindicando o pagamento dos salários, o repasse da segunda parcela do 13º salário, as férias e o depósito das quantias referentes ao FGTS e INSS. Neste momento, a diretoria da fábrica justificou a situação dizendo que seu faturamento era inferior ao planejado. A paralisação cessou e passou a predominar um clima de ameaças de demissões aos trabalhadores, o que finalmente culminou com a demissão de 140 trabalhadores.

Neste ínterim, os trabalhadores demitidos reuniram-se com a diretoria da fábrica e com advogados do Sindicato de Plástico para obter seus direitos, porém, acabaram deixando seus empregos com as “mãos vazias”, conforme relataram em seus depoimentos.

No mês de setembro de 2002, um dos trabalhadores demitidos decidiu ir até a Câmara de Vereadores da cidade de Joinville para procurar ajuda. Foi recebido pelo vereador Adilson Mariano<sup>10</sup> do Partido dos Trabalhadores (PT). Ele relatou para o vereador sua indignação frente à ausência de apoio do Sindicato, e pediu apoio para organizar os

---

<sup>10</sup> Adilson Mariano é natural de Ituporanga (SC), filiado ao PT desde 1989. Mariano foi eleito para seu quarto mandato consecutivo para a Câmara de Vereadores de Joinville em 2012.

trabalhadores. Na busca de soluções, Adilson Mariano convocou Serge Goulart<sup>11</sup> e Carlos Castro<sup>12</sup>, assim como também, a alguns dirigentes da Central Única de Trabalhadores (CUT), para apoiarem os trabalhadores da fábrica.

No dia 24 de outubro de 2002, às 5 horas da manhã, ao invés de iniciarem um novo turno, os trabalhadores da Cipla, organizados e com o apoio do vereador Adilson Mariano e de outros dirigentes políticos, deram início à greve. Após uma semana de negociações com os donos, estes cederam a administração da empresa aos trabalhadores.

## Interfibra

A Interfibra se fundou em 1970, integrava a Corporação HB, sendo uma das poucas empresas no mundo que produzia tubos, tanques, conexões e laminados de plástico reforçado que suportam alto calor e pressão especiais para a extração de petróleo. A empresa chegou a produzir com 600 funcionários e, a partir da década de 1990, teve uma trajetória de crise econômica semelhante à Cipla, que resultou na diminuição dos trabalhadores para apenas 200.

Os trabalhadores da Interfibra aderiram ao movimento de greve da Cipla, paralisando as atividades e dando início a uma greve por tempo indeterminado, sendo a primeira na história da fábrica. Dessa forma, alguns dos trabalhadores de ambas as fábricas acamparam na porta destas, com o intuito de impedir a entrada dos administradores

---

<sup>11</sup> Serge Goulart é fundador do PT e da CUT, foi dirigente do partido em Santa Catarina e atualmente é membro do Diretório Nacional do PT pertence ao “O trabalho”. “O Trabalho” é um dos mais antigos jornais da imprensa operária ainda em circulação no Brasil. Ele também participa da Seção Brasileira da Quarta Internacional (1993) formada por militantes trotskistas.

<sup>12</sup> Carlos Castro é formado em jornalismo, em Joinville, dedica-se há mais de uma década à atividade de radialista. Na época, participava da direção do PT local e coordenava o conselho político do vereador Adilson Mariano, de Joinville, que denunciou o caso da CHB aos demais parlamentares locais, buscando a adesão da Câmara dos Vereadores à luta dos trabalhadores. Atualmente é assessor de Adilson Mariano.

e gerentes. Vários operários foram ameaçados pelos chefes e optaram por não aderir à paralisação por medo de perder seus empregos.

Durante oito dias os trabalhadores das empresas apoiados externamente por representantes do PT e da Juventude Revolucionária, sofreram diversas represálias da polícia militar, munida de gás lacrimogêneo, cavalos e cassetetes. Foram também reprimidos por seguranças contratados pelos patrões. Diante da violência dessa situação, a solidariedade popular aumentou. Algumas pessoas da comunidade acompanharam aos trabalhadores na frente da empresa, dando apoio os grevistas e fazendo doações crescentes para o fundo da greve.

Desde o início do desenvolvimento do processo de recuperação em 2002 os coordenadores da comissão da fábrica Cipla/Interfibra<sup>13</sup> não aceitaram formar uma cooperativa. Assim, sua proposta tem como base a reivindicação ao governo de estatização da empresa. Segundo os coordenadores das empresas, a luta pela estatização tem duas qualidades principais: por um lado, a manutenção dos empregos correspondentes às fábricas recuperadas Cipla (670) e Interfibra (80); por outro lado, a estatização representa a única possibilidade de que o governo receba as dívidas com os Ministérios de Fazenda e Previdência Social acumuladas pelos antigos donos.

O coordenador do movimento, Serge Goulart, defendendo a estatização afirma,

Este caminho se apoia na organização, passa pela unidade e pela ocupação e controle das fábricas pelos próprios trabalhadores. Passa pela luta pela estatização das fábricas ocupadas porque são os capitalistas e seus governos os responsáveis pelas demissões, pela quebra e pelas crises. Somos, portanto contrários à ideia de uma cooperativa. Na realidade isso significaria converter os trabalhadores em capitalistas, debilitar a classe operária. E, ao competir num mercado capitalista, só poderão triunfar

---

<sup>13</sup> Eles foram eleitos pelos trabalhadores para coordenar os primeiros momentos da recuperação.

prejudicando outras empresas. Estamos a favor da estatização, mas estatização sob controle dos trabalhadores para impedir o surgimento de uma nova burocracia.<sup>14</sup>

Deste modo, a insígnia e a bandeira de luta das empresas eram: “Fábrica quebrada é fábrica ocupada. Fábrica ocupada deve ser estatizada”, revelando o conteúdo da proposta de estatização, formando desde 2002, outra vertente dentro das ERTs.

Além disso, os coordenadores teciam uma crítica ao modo de produção capitalista, e tinham a proposta de aplicar um programa político baseado no internacionalismo, que deu início ao “Movimento de Fábricas Ocupadas”.

## Profiplast/Unipol

A terceira fábrica que participou da vertente a favor da estatização no início de sua recuperação foi à empresa Profiplast, do mesmo grupo Hansen e também localizada na cidade de Joinville. A empresa foi inaugurada em 20 de abril de 1979 por João Hansen Júnior. A fábrica produz acessórios plásticos para indústria de refrigeração e esquadrias plásticas para construção civil, perfis plásticos para janelas, ônibus e expositores de supermercados.<sup>15</sup>

No final de 1988 o empresário Luis Batschauer assumiu como diretor-administrativo, junto com seu irmão Anselmo Batschauer. Em 2004 os empresários venderam a empresa para a fundação Kairós, pertencente ao bispo João Paulo de Oliveira.

A partir desse momento começaram os primeiros conflitos na empresa, pois durante a nova administração nenhum investimento foi

---

<sup>14</sup> Declaração do 1º Encontro Latino Americano de Empresas recuperadas pelos trabalhadores, Caracas, 29/10/2005.

<sup>15</sup> Seus maiores clientes eram: Multibrás S.A., Husmman do Brasil Ltda., Pincéis atlas S.A., Busscar Ônibus S.A., Arneg Brasil Ltda., Cipla S.A., Mercofricon S.A., entre outras empresas atuantes no mercado nacional e internacional.

realizado e, além disso, foi gerada uma dívida de R\$ 50 milhões entre impostos e tributos, direitos trabalhistas e previdenciários que se juntaram com a dívida acumulada pela gestão anterior.

Diante dessa situação, no dia 6 de abril de 2004, os operários da empresa, apoiados pelas comissões da Cipla/Interfibra, tomaram o controle da fábrica. De modo semelhante a essas outras empresas, eles decidiram recuperar a fábrica na ocasião de uma assembleia geral, onde participaram os 150 trabalhadores. Em seguida, se formou uma comissão para administrar a empresa, integrada por dez trabalhadores e pelo advogado Francisco João Lessa.

Em outubro desse mesmo ano foi formada uma Comissão Especial, composta por vários vereadores,<sup>16</sup> com o objetivo de analisar e avaliar a nova conjuntura, além de sugerir alternativas para resolver a situação dos trabalhadores da empresa. Os vereadores visitaram o parque fabril, analisaram o funcionamento da produção e conversaram com os trabalhadores sobre a situação da empresa.

No dia 4 de Novembro de 2005 os trabalhadores paralisaram a produção a fim de defender a fábrica da tentativa de reintegração de posse levada adiante pela Companhia Brasileira de Plásticos e Metais (CBPM). Nesta ocasião, os trabalhadores precisaram defender-se e impedir a entrada da polícia na fábrica. Após várias negociações com a justiça, no dia 6 de dezembro de 2005, o interventor Rainold Uessler foi nomeado pelo juiz para trabalhar conjuntamente com os trabalhadores, com o objetivo de analisar a situação econômica da empresa<sup>17</sup>. Com a intervenção judicial decidida, os funcionários abandonaram a proposta de estatizar a fábrica, afastando-se do Movimento de Fábricas Ocupadas.

No dia 12 de setembro de 2007, depois de decretada a falência, com apoio da Unisol, os trabalhadores decidem fundar uma coo-

---

<sup>16</sup> Os vereadores: Lauro Kalfels (sem partido), Carmelina Alves Barjona (PP), Zulmar Valverde (PFL), Jucélio Girardi (PMDB) e como presidente da comissão Adilson Mariano (PT).

<sup>17</sup> Jornal: *A Notícia*, Joinville, 6/12/2005.

perativa: Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria de Polímeros de Joinville (Unipol), independente da fábrica falida e sem nenhum tipo de ligação com os antigos proprietários.<sup>18</sup>

Segundo Danilo, assessor da Unisol que trabalhou durante um período realizando assessorias na Unipol,

A estatização não é uma saída lógica do contexto do estado brasileiro hoje, nós não temos um governo que vai apostar nisso, não vai investir nisso, não temos um governo que queira de fato um estado socialista. [...] A grande questão deles lá, é que os trabalhadores sejam donos da empresa, eles defendem estatização. Nós defendemos os trabalhadores. Agora eles (Unipol) estão no mercado. O mercado é mercado, a gente não pode mentir para as pessoas (Entrevista concedida em 3.03.2013).

A partir da entrevista se percebe como Danilo expressa com clareza os limites das empresas recuperadas, expostas ao “jogo político” do governo brasileiro. Por isso, ele considera que a única saída para defender os postos de trabalho é formalizando uma cooperativa. Finalmente, os trabalhadores da Profiplast decidiram constituir uma cooperativa. Em 2013 funcionava com 44 sócios cooperados e 5 contratados. Vale destacar que quando iniciaram o processo de recuperação eram 99 trabalhadores.

Esta experiência, logo de recuperada, conseguiu importantes melhorias econômicas. Os trabalhadores conseguiram comprar duas máquinas novas com recursos obtidos através da Unisol. Com uma dessas máquinas, os trabalhadores obtiveram a possibilidade de criar a marca e a linha de produtos Ecouni, constituída por produtos ambientalmente sustentáveis. Os itens fabricados são pensados e produzidos para gerar o menor impacto possível ao meio ambiente.

---

<sup>18</sup> Para mais informação sobre a história da Unipol ver: Schumacher Bail, 2010.

O principal produto da linha Ecouni é uma grelha de plástico<sup>19</sup> produzida com material 100% reciclado. O que distingue este produto e se diferencia das grelhas de concreto é: a facilidade na implantação, o baixo peso e alta resistência, suportando por volta de 25 toneladas, e o fato de ser um produto ambientalmente sustentável.

Danilo menciona, durante a entrevista, que a Unipol realizou um acordo com a Prefeitura de Joinville que permitiu a instalação de cinco amostras das grelhas na cidade de Joinville. A durabilidade e resistência do produto chamaram a atenção da Prefeitura, que se interessou pela utilização como excelente opção para substituir as tradicionais grelhas de concreto, que quebram com frequência, e também as grelhas de ferro, que sempre são furtadas. O sucesso da grelha abriu a possibilidade de novos canais de vendas, tanto no mercado nacional quanto internacional.

Outro aspecto interessante para ser destacado da experiência da Unipol é a proximidade que teve com os catadores de lixo da cidade promovida pela Unisol.<sup>20</sup> Essa parceria permitiu que os catadores participassem fornecendo matéria prima para a Unipol confeccionar as grelha de plásticos, assim como também, outros produtos da linha Ecouni.

Além disso, a Unipol cedeu para os catadores um espaço dentro dos galpões para que possam trabalhar com os materiais plásticos recolhidos pela coleta seletiva, transformando-os em matérias primas que serão comercializadas diretamente nas indústrias de plásticos, aumentando, desta forma, a renda e participação dos catadores neste seguimento. Segundo Danilo,

A Unipol optou por outro caminho, mas ele reconhece a importância de grupos do movimento de ocupadas na ca-

---

<sup>19</sup> As grelhas são utilizadas em áreas onde há águas pluviais, como ruas e estacionamentos.

<sup>20</sup> Os assessores da Unisol da Região Sul trabalham em Santa Catarina com o programa Cataforte (Programa de Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis).

minhada da Unipol. No começo eles foram extremamente importantes, então, não dá para negar essa importância. A crítica que se faz, é nos objetivos finais do processo. Eles queriam a estatização e a Unipol foi pelo caminho do cooperativismo. A gente considera que eles tiveram uma visão um pouco equivocada nesse processo: o modelo e a solução que eles encontraram não foram positivos para eles, porque no fundo eles perderam. E não foi positivo para os trabalhadores. O pessoal da Cipla foi muito mais radical e isso prejudicou, e fechou qualquer porta a outras alternativas. Unipol também poderia estar na mão do interventor até hoje. Mais aí a gente teve um processo que convenceu ao interventor pra pedir a falência, teve uma manobra (Entrevista concedida em 03.03.2013).

A Unipol funcionou durante um ano sobre a direção de um administrador externo, da mesma forma que aconteceu na Cipla. Logo, fechou suas portas, e dessa forma a luta pelos trabalhadores de manter uma cooperativa ficou no olvido.

## Flaskô

Além da Cipla, Interfibra e Profiplast, outra fábrica que era antigamente controlada pela Corporação Hansen também fez parte do Movimento de Fábricas Ocupadas a favor da estatização: a Flaskô Industrial de Embalagens Ltda., situada na cidade de Sumaré no interior do estado de São Paulo (SP). A empresa foi fundada em 1977 e dedica-se à produção de embalagens industriais plásticas de grandes volumes destinadas à indústria alimentícia, petroquímica, farmacêutica e frigorífica.<sup>21</sup>

A partir da década de 1990 a Flaskô, da mesma forma que aconteceu com a empresa Cipla, Interfibra e Profiplast, sofre uma grave crise financeira, que leva aos donos a descumprir suas obrigações com os tributos, os direitos e os salários dos funcionários. Durante este período,

---

<sup>21</sup> As embalagens são um tipo de tambores grandes geralmente de cor azul com a capacidade de cerca de duzentos litros, utilizados para armazenamento de alimentos, cosméticos, defensivos agrícolas, produtos químicos, adubos, etc.

ocorrem várias ondas de demissões e a empresa passa a funcionar, em 2003, com apenas 65 funcionários. Vale ressaltar que, na melhor época da empresa, durante a década de 1980, funcionava com 600 pessoas (Oliveira Raslan, 2007).

Em junho de 2003 os administradores deixam de pagar os salários e as férias aos trabalhadores, além disso, tinham dívidas acumuladas com o FGTS e com os fornecedores. Durante o período entre janeiro e maio de 2003 a empresa manteve-se quase abandonada, sem energia e com um faturamento inferior a trezentos reais, chegando à beira da falência.

Diante desta situação, no dia 12 de Junho de 2003, os trabalhadores receberam a visita de 350 trabalhadores da Cipla e da Interfibra que partiam para uma caravana até Brasília.<sup>22</sup> Nessa oportunidade, e aproveitando a coragem e entusiasmo dos colegas das outras fábricas, os setenta trabalhadores da Flaskô decidiram coletivamente em assembleia conjunta com o Sindicato de Químicos Unificados, assumirem o controle administrativo e operacional da fábrica, reativando-a.

Dias depois, no dia 25 de junho, os trabalhadores da empresa receberam a visita de aproximadamente cem pessoas, que foram a manifestar seu apoio e solidariedade à luta dos trabalhadores pela manutenção das fontes de trabalho. Entre estas pessoas encontravam-se representantes dos poderes políticos municipais de Sumaré e Campinas (SP), integrantes de movimentos sociais, populares e sindicais de toda a região, e representantes de associações de bairros próximos à empresa (Rodrigues da Silva, 2012).

Após obter o controle da fábrica os trabalhadores elegeram uma Comissão Diretiva Provisória para administrar o parque fabril. Na comissão participaram sete trabalhadores e um dirigente do Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas. Durante os primeiros meses

---

<sup>22</sup> Nessa ocasião, os coordenadores do Movimento de Fábricas Ocupadas foram recebidos pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

após a reativação da fábrica, os integrantes desta comissão se dedicaram à reorganizar a administração e a produção, além de re-estabelecer contato com os fornecedores, clientes, devedores e credores.

Na Flaskô, como na Cipla e Interfibra, os bens estão penhorados, desde o terreno, passando pelo maquinário. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na Profiplast/Unipol, essas empresas não decretaram a falência, tendo até hoje ela o mesmo CNPJ, sendo a gestão organizada pela Associação Hermelindo Miquelace, formada pelos trabalhadores da empresa.<sup>23</sup>

Nos últimos anos a Flaskô foi acumulando dívidas de impostos equivalentes a mais de 110 milhões de reais com o governo do estado de São Paulo. Porém, os trabalhadores continuam na luta por seus postos de trabalho, enfrentando problemas de ordem tanto financeira quanto política. Além disso, desde o início da recuperação

Vale destacar que desde o início do processo de recuperação, a Flaskô se constitui como um espaço político, social, cultural e acadêmico que manteve fortes vínculos com vários movimentos sociais como: o MST, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Estes movimentos ofereceram em todo momento apoio aos trabalhadores da fábrica, fator que possibilitou a continuidade do seu processo de luta frente a todas as adversidades.<sup>24</sup>

Também, os coordenadores da Flaskô organizaram e participaram de vários eventos no âmbito nacional e internacional<sup>25</sup>. Isto permitiu es-

---

<sup>23</sup> Para mais informação sobre a experiência da Flaskô ver: Henriques (2013), Rodrigues da Silva (2012), Oliveira Raslan (2007).

<sup>24</sup> Desde o início da recuperação houve conflitos e disputas judiciais. As mobilizações, atos e manifestações, organizadas pelos trabalhadores e membros da comunidade em que a fábrica está inserida foram fundamentais para poder continuar com a produção.

<sup>25</sup> Participaram do I e II Encontro Latino Americano de empresas recuperadas sob o controle dos trabalhadores, em outubro de 2005 e em junho de 2009. Ambos foram realizados na cidade de Caracas, Venezuela. Em 2011, os coordenadores da Flaskô or-

tabelecer vínculos com outras empresas recuperadas do Brasil, assim como também, de outros países de América Latina.

Além disso, eles organizam vários eventos culturais (Festival Flaskô – Fábrica de Cultura) <sup>26</sup> nas instalações da empresa; inauguraram uma pista de skate; elaboram dentro do setor de comunicação o jornal “Atenção” e um boletim interno chamado “Chão de Fábrica”; funciona uma rádio dentro das instalações da empresa (Rádio Luta 102,1 FM).<sup>27</sup>

Uma parte do terreno da fábrica foi utilizada para construir aproximadamente 500 moradias, onde moram mais de 350 famílias. A Vila Operária e Popular <sup>28</sup> é fruto de um movimento de ocupação organizado por moradores da região do Parque Bandeirantes, bairro de Sumaré-SP, onde a Flaskô está localizada.

A empresa tem como produtos mais vendidos o tambor de 200 litros e a bombona de 200 litros, sendo eles representantes de cerca de 90% da produção total da fábrica. Por conta da crise econômica nos últimos anos, a empresa teve sua demanda diminuída, o que ocasionou uma diminuição do faturamento. Os custos operacionais, que já estavam elevados se tornaram excessivos, o que reduziu o capital de giro da empresa.

A Flaskô então se viu diante da necessidade de rever sua situação

---

ganizaram o I Simpósio “Trabalhadores e a Produção Social”, organizado pelo Centro de Memória Operária e Popular (CEMOP) nas instalações da fábrica. O CEMOP foi criado em agosto de 2007 em parceria com a Flaskô, com o objetivo de organizar o arquivo do Movimento das Fábricas Ocupadas.

<sup>26</sup> O Festival Flaskô tem como objetivo principal levar à comunidade do Parque Bandeirante o acesso gratuito e diversificado de ampla programação cultural, envolvendo peças teatrais, shows com diversas bandas da região de Campinas etc. O primeiro foi organizado em 2010 e em 2013 foi sua terceira edição.

<sup>27</sup> Esta emissora de rádio está no ar desde dia 28 de fevereiro de 2010, sendo produzida inteiramente pelos trabalhadores. Sua programação vai ao ar ao vivo quinzenalmente, aos sábados, das 8 às 24 horas, com destaque para notícias da luta de classes no Brasil e no mundo e muita música de qualidade.

<sup>28</sup> A Vila Operária foi construída numa área desocupada de 100 mil metros quadrados, que faz parte do mesmo terreno da Flaskô.

jurídica. A empresa que sempre se posicionou contrária à figura da cooperativa, pois sua luta sempre foi pelo controle operário e pela estatização dos meios de produção, iniciou a formação de uma cooperativa. Frente à crise, devido principalmente às dificuldades de capital de giro para adquirir a matéria prima, provocou que o quadro de funcionários diminuísse de 54 para 42 trabalhadores.<sup>29</sup>

Das empresas mencionadas anteriormente, Cipla, Interfibra e Profiplast/Unipol, atualmente a Flaskô é a única em funcionamento, com mais dez anos sob controle operário. Esta experiência vem demonstrando a capacidade de se reformular e se adequar constantemente às novas conjunturas econômicas e políticas.

## Os diferentes caminhos andados

Analisando o contexto mais amplo das fábricas mencionadas, podemos dizer que cada uma delas possui suas particularidades, seus processos singulares na condução da recuperação, seus conflitos internos e suas respectivas parcerias. Entretanto, todas tiveram uma característica em comum: a luta pela estatização <sup>30</sup>, como já ressaltado, e fizeram parte do “Movimento das Fábricas Ocupadas.”

---

<sup>29</sup> Desde 2016, alguns dos pesquisadores que formam parte do GERTs realizam atividades de assessoria na empresa, com a metodologia da Análise Ergonômica do Trabalho. Esta metodologia consiste principalmente em diagnosticar as principais demandas da empresa, com a proposta de desenvolver ações concretas de formação e assessoria. Também, este tipo de ação-pesquisa foi realizada na Cooperminas e resultou em duas teses doutorais: Santos Araujo (2016), Oliveira (2016).

<sup>30</sup> A estatização sob controle obreiro tem uma clara inspiração de esquerda que vem sendo debatida desde a construção da I Internacional (1864-1876). No século XX houve várias experiências de controle operário da produção entre as quais, podemos mencionar: os “soviets” de 1917 na Rússia, que foram analisadas por Leon Trotsky (1879-1940) e os conselhos obreiros surgidos em numerosos países europeus logo depois da Segunda Guerra Mundial, entre os quais, os conselhos italianos, analisados por Gramsci (1891-1936) que reivindica e percebe a capacidade de iniciativa e de criação revolucionária da classe operária. O controle operário seria uma instância de aprendizagem para a classe trabalhadora em função da construção de um futuro Estado operário (Gracia, 2011).

Os coordenadores do MFO, com o intuito de defender os postos de trabalho e manter a atividade industrial funcionando, reivindicavam que as empresas passem a ser administradas pelos trabalhadores sob a insígnia da estatização e sob controle operário. Os principais argumentos dos coordenadores para defender a proposta da estatização são: por um lado a responsabilidade do governo para com as dívidas das empresas, atestada pela ausência de fiscalização efetiva, o que permitiu que as mesmas chegassem a números exorbitantes.<sup>31</sup> Por outro lado a crítica ao cooperativismo, pois acreditam que ela representaria uma perda dos direitos trabalhistas e das conquistas histórica da classe trabalhadora.

Nesse sentido, vale mencionar que na história do movimento operário, alguns autores tais como Karl Marx (1818-1883) e Rosa Luxemburgo (1871-1919) teorizaram sobre as possibilidades e os limites do cooperativismo. Para ambos os autores, as cooperativas geridas pelos próprios trabalhadores representam uma brecha no modo de produção capitalista, sem representar uma ruptura total como o sistema, pois os trabalhadores, ao invés de estarem submetidos ao domínio do capitalista, assumem o lugar dos próprios capitalistas. Para que as cooperativas tenham durabilidade e êxito na transformação do sistema capitalista, devem estar inseridas na luta pelo poder estatal da classe trabalhadora, ou seja, na revolução proletária (Giraldez Vieitez, 2001).

Por um lado, Karl Marx (1864) quando analisa as primeiras experiências cooperativistas, assegura que são uma forma transformadora da sociedade, e, portanto, demonstram praticamente que o sistema capitalista baseado na subordinação do trabalho ao capital podia ser substituído por um sistema superior com a livre associação de produtores e consumidores. Não obstante, o autor também afirma que,

Al mismo tiempo, la experiencia ha probado hasta la evidencia que, por útil que se muestre en la práctica, el trabajo coo-

---

<sup>31</sup> De acordo com Nascimento (2004, p. 55) na Cipla cerca do 80% da dívida de R\$ 500 milhões é com o governo federal, 12% com o governo estadual e 1 % com o municipal e 5% do total são com os trabalhadores.

perativo limitado estrechamente a los esfuerzos accidentales y particulares de los obreros, no podrá jamás detener el crecimiento en progresión geométrica del monopolio, ni emancipar a las masas ni aliviar las miserias (Marx, 1864, p. 20).<sup>32</sup>

A palavra cooperação significa o ato de cooperar ou obrar juntamente com outro, ou outros, para um mesmo fim desvendando um sentido de ação e movimento coletivo, sempre em oposição à perspectiva individual ou individualista. A ação de cooperar faz referência à disposição e compromisso de apoiar, de empreender, de produzir, porém pode ser analisada como um valor, como resultado de uma representação, de uma visão de mundo e do homem. Desta perspectiva, o cooperar significa tomar parte de uma empresa coletiva cujo resultado depende da ação de cada um dos participantes ou sujeitos ativos.

Conforme analisa Marx (1968), a cooperação é “a forma de trabalho onde muitos trabalham juntos, conforme a um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mais conectados” (p. 35). Ou seja, “o simples contato social, na maioria dos processos produtivos, provoca a emulação entre os participantes, motivando-os, e estimulando-os, o que aumenta a capacidade de realização de cada um” (p. 40). Nesse sentido, o produto da cooperação é uma força social comum que estimula, motiva os trabalhadores a aumentar a capacidade, gerando um produto global maior que a soma das forças individuais.

Segundo Marx (1968), as fábricas recuperadas pelos trabalhadores convertidas em cooperativa,

São, dentro da forma tradicional, as primeiras brechas abertas nela, apesar de que, onde quer que existam, suas organizações efetivas apresentam, naturalmente, todas as deficiências do sistema dominante. Mas dentro dessas fábricas aparece abolido o antagonismo entre o capital e o trabalho, embora a princípio somente sob uma forma na qual os trabalhadores associados são seus próprios capitalistas, isto é, empregam os meios de produção para valorizar seu próprio

---

<sup>32</sup> Manifesto Inagural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

trabalho. Essas fábricas mostram como chegar a uma determinada fase do desenvolvimento das forças materiais produzidas e das formas sociais de produção adequadas a elas, do seio de um regime de produção nasce e se desenvolve naturalmente outro novo. Sem o sistema fabril derivado do modo de produção capitalista não haveria fábricas cooperativas, e muito menos sem o sistema de crédito que surgiu do mesmo modo de produção. O sistema de crédito é base fundamental para a transformação gradual das empresas cooperativas em uma escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas como formas de transição entre o regime capitalista de produção e o modo de produção dos produtores associados; a única diferença é que em um caso o antagonismo é resolvido negativamente, enquanto que no outro caso é resolvido em sentido positivo (Vol. III, cap. XXVII, p. 10).

De um modo geral, Marx analisa os aspectos contraditórios e ambíguos das práticas cooperativistas. Por um lado, este autor sustenta que as cooperativas deixam os trabalhadores longe da luta de classe ao fazer-lhes considerar que a emancipação é possível da perspectiva de uma empresa ou de um conjunto delas, sem compreender que no capitalismo, a lógica do capital subsume o conjunto das formas empresariais existentes. Por outro lado, o autor toma o exemplo prático das cooperativas para evidenciar que o capitalista é um agente desnecessário à organização da produção e processo de trabalho.

Os trabalhadores cooperados desvendam, quando eles organizam a produção e o trabalho, e tomam todas as que decisões, que os patrões não são imprescindíveis para administrar o funcionamento de uma fábrica. Assim, o principal mérito alcançado nas cooperativas é a ruptura cultural, pois, destitui o capitalista de seu papel de organizador da produção e distribuição de bens e serviços. Por tanto, ele afirma “Es imposible exagerar la importancia de estos grandes movimientos sociales que han mostrado en los hechos que la producción a gran escala y al nivel de las exigencias de la ciencia moderna, puede prescindir de la clase de los patronos” (Marx, 1968, p. 11).

Não obstante, também Marx (1968), ressalta o fato inegável de que o cooperativismo jamais poderia derrotar os monopólios de mercado, a menos que ele se desenvolva em dimensões nacionais. Só a tomada do poder político pela classe trabalhadora poderia fazer com que o cooperativismo escape dos esforços casuais de grupos de trabalhadores isolados. Segundo este autor, as cooperativas acabam, no médio ou longo prazo, funcionando dentro da lógica mercantil, com todos os excessos que isso traz aos trabalhadores, e por isto, produzindo a concentração da economia sob o capitalismo.

Nesse sentido, segundo Marx, as cooperativas como forma social são efetivas para o desenvolvimento pleno do socialismo, mas não são efetivas para a transformação do capitalismo. Dessa forma, mesmo que Marx elogiasse os princípios em que se baseavam as cooperativas e reconhecesse a importância desta organização frente à lógica vertical e autoritária desenvolvida no processo de trabalho sob o comando do capital, não considerava que fosse um instrumento de mudança social nas sociedades capitalistas (Marx, 1974).

Por outro lado, Rosa Luxemburgo (1999), em seu livro “Reforma ou Revolução”, analisa o cooperativismo como uma forma híbrida, com seus próprios limites no capitalismo, incapaz de atacar as bases do capital. Esta autora afirma que, “as cooperativas, sobretudo as de produção, são uma forma híbrida no seio do capitalismo. Podem ser descritas como pequenas unidades de produção socializada dentro do intercâmbio capitalista” (p. 83). Por isso, considera que no desenvolvimento dos empreendimentos econômicos, a formação de cooperativas não chega a configurar-se como uma via para o socialismo. Segundo Rosa Luxemburgo (1999),

Na economia capitalista o intercâmbio domina a produção (ou seja, a produção depende em grande parte das possibilidades do mercado). Como fruto da concorrência, a dominação total do processo de produção pelos interesses do capitalismo – ou seja, a exploração impiedosa – se converte em fator de sobrevivência para cada empresa. A dominação

do processo de produção pelo capital se expressa de várias maneiras. O trabalho se intensifica. A jornada de trabalho se reduz ou amplia dependendo da situação do mercado. E, segundo as imposições do mercado, a mão de obra é empregada ou lançada de novo à rua. Em outras palavras, são utilizados todos os métodos que permitem à empresa fazer frente a seus concorrentes no mercado. Os operários que formam uma cooperativa de produção se vêem, assim, na necessidade de governar-se com máximo absolutismo. Se vêm obrigados a assumir, eles mesmos, o papel do empresário capitalista, contradição responsável pelo fracasso das cooperativas de produção que se convertem em empresas puramente capitalistas, e se continuam predominando os interesses operários, acabam por dissolver-se (p. 83).

Conforme esta autora, as cooperativas inseridas no modo de produção do capital estão em permanente contradição com o sistema dominante. Assim sendo, as possibilidades de sobrevivência de estas experiências são muito limitadas, e, portanto, não se traduzem em uma forma de transformação do sistema capitalista.

As cooperativas de produção podem sobreviver no marco da economia capitalista só se conseguem suprimir, mediante algum ardil, a contradição capitalista entre o modo de produção e o modo de intercâmbio. E o podem fazer somente se evita artificialmente a influência das leis da livre concorrência. E só podem chegar a isso quando asseguram, de antemão, um círculo fixo de consumidores, ou seja, um mercado constante (p. 85).

Para Rosa Luxemburgo, as cooperativas de produção no seio do capitalismo têm duas alternativas: a falência ou, para sobreviver, a associação com as cooperativas de consumidores para garantir compradores de sua produção, e assim, não precisar concorrer com as empresas capitalistas. Além da necessidade de sobrevivência das cooperativas, existe o risco de que sejam subsumidas pela lógica do mercado e da concorrência e, conseqüentemente, criem condições de autoexploração, oprimindo o trabalhador com baixos salários e extensas horas na jornada laboral.

Deste modo, as cooperativas, segundo ambos os autores mencionados, são alternativas limitadas da luta da classe trabalhadora, com épocas de auge e de declínio, e tendo que lidar com todos os desafios e contradições que resultam da situação de ser sustentáveis e sobreviver no seio do sistema capitalista de produção.

## As parcerias do Movimento de Fábricas Ocupadas (MFO)

Ao longo de todos os anos de luta, os coordenadores do MFO, com o intuito de unir os trabalhadores do campo e da cidade, no nível regional, nacional e inclusive internacional,<sup>33</sup> buscaram apoio e parcerias com outras entidades sociais, sindicais e políticas. Estabeleceram vínculos com: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Regional de Campinas do Sindicato Químicos Unificados, a Central Sindical de Uruguai (PIT-CNT), o Movimento de Empresas Recuperadas da Argentina (MNER) e o Frente Revolucionário de Empresas Recuperadas em Cogestão e Ocupadas da Venezuela (Freteco), entre outras entidades.

Para os coordenadores do MFO, esta aliança visa transformar as relações sociais de produção capitalista com a perspectiva de destituir a classe que detém o poder político e econômico. Deste modo, constata-se que os coordenadores buscam aplicar um programa político que transcenda a estatização as empresas.

Tendo em vista isto, com o objetivo de difundir e aprofundar a proposta de estatização das empresas os coordenadores do movimento de MOF organizaram em três ocasiões a Conferência Nacional em Defesa do Emprego, Terra e Parque Fabril: a primeira se realizou entre os dias

---

<sup>33</sup> Vale destacar que os coordenadores do movimento que participam da IV Internacional seguem algumas das propostas do trotskismo, doutrina marxista baseada nos escritos do político e revolucionário ucraniano Leon Trótski (1879-1940). Segundo este autor a união do campo e da cidade é fundamental para a transformação da sociedade.

3 a 5 de outubro de 2003, em Joinville (SC), a segunda em 2004, entre os dias 24 e 25 de Junho, na sede da CUT Nacional (SP) <sup>34</sup>, finalmente, a terceira organizou-se entre os dias 16 e 18 de dezembro de 2005 na fábrica Cipla em Joinville. Nessa ocasião, participaram cerca de 350 pessoas entre delegações de cinco países <sup>35</sup> e representantes de treze estados do Brasil.

No cenário internacional, o MFO participou de dois encontros fundamentais para o processo de expansão de sua luta: o primeiro em março de 2005, em Madrid, na Conferência Mundial Aberta, organizada pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores. Aproveitando a presença de trabalhadores, sindicalistas e militantes de todo o mundo, os coordenadores apresentaram a proposta de realizar uma campanha internacional pela estatização das fábricas recuperadas; o segundo foi I Encontro Latino Americano de fábricas sob o controle dos trabalhadores, outubro de 2005, na cidade de Caracas, Venezuela. <sup>36</sup> Ambos os encontros facilitaram a possibilidade de realizar acordos políticos e econômicos. Por exemplo, dirigentes da Cipla e representantes do governo venezuelano fecharam um acordo econômico estratégico. Por um lado, a petroquímica estatal Pequiven forneceria matéria prima à empresa Cipla, necessária para a produção dos produtos da linha de

---

<sup>34</sup> O tema central da conferência foi a organização, mobilização e a luta pela garantia de todos os empregos das fábricas recuperadas. Participaram do evento 120 trabalhadores do campo e da cidade, estudantes e sindicalistas, para debater as reivindicações dos trabalhadores frente à conjuntura nacional de desemprego, de quebras do parque fabril, de flexibilização de direitos e da ausência da reforma agrária

<sup>35</sup> Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia e Venezuela. Durante os três dias organizaram-se plenárias e grupos de trabalho com o objetivo de debater sobre diferentes quesitos: a luta do movimento operário e a juventude do campo, a defesa das fábricas recuperadas, a re-estatização das ferrovias, a reforma agrária e a necessidade de articular as ERTs.

<sup>36</sup> Participou o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas, da Argentina, o Movimento de Empresas Autogestionárias, do PIT-CNT, do Uruguai, as empresas estatizadas da Venezuela, a Venepal, Kadafe, a CNV. Além da UNT, a central sindical venezuelana.

materiais de construção: polietileno e polipropileno.<sup>37</sup> Por outro lado, em troca das matérias primas, a fábrica Cipla transferiria tecnologia e assessoria técnica para a instalação de uma empresa estatal de construção de casas em PVC, na Venezuela. Os técnicos da fábrica Cipla seriam os responsáveis de escolher e indicar as máquinas e equipamentos necessários para iniciar a produção.<sup>38</sup> Castro relata a experiência do encontro da seguinte forma:

Nesse evento Chávez firmou um acordo. Na abertura do evento, Chávez botou o bonezinho da recuperada Cipla e falou de nossa história. Foi um evento enorme, em Caracas. Nesse evento, foi fechado um acordo para ajudar as fábricas recuperadas do Brasil, da Argentina e do Uruguai, que o governo Chávez faria parceria. No caso do Brasil, foi com a Cipla: o governo de Chávez viabilizaria matéria-prima, em troca de tecnologia das fábricas para montar as casas populares na Venezuela. Então, a gente mandou uma equipe pra Venezuela para montar a indústria. E eles mandavam 2 bilhões por ano de matéria-prima. Em 2005, vieram 2 bilhões e em 2006 e 2007 também. Essa matéria-prima nos deu fôlego para tocar a fábrica, era uma injeção de capital através de matéria-prima. E assim a gente conseguiu tocar, talvez a fábrica não tivesse ido tão longe como ela foi (Entrevista concedida em 26.11.2012).

Frente à ausência do apoio nacional que tinha a Cipla, a ajuda externa foi fundamental para dar continuidade à experiência.

Vale destacar que, em dezembro de 2006, o MFO junto com a Central Sindical Uruguiaia (PIT-CNT), o Movimento de Empresas Recu-

---

<sup>37</sup> Ambos os produtos são quase o 70% da matéria prima utilizada na empresa. No mercado brasileiro só é vendida por uma empresa multinacional e a preços extremamente caros. A matéria prima recebida entre os meses de janeiro e março de 2006 permitiu um aumento de 40% para 50% na capacidade da produção da Cipla.

<sup>38</sup> O projeto do governo Venezuelano consistia em realizar um investimento de R\$ 50 milhões para produzir 15 mil unidades de habitações por ano, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional que sofre a população venezuelana. A empresa começou a produzir em setembro de 2006, mais infelizmente com a intervenção da Cipla o projeto não teve continuidade.

peradas da Argentina (MNER) e o Frente Revolucionário de Empresas Recuperadas em Cogestão e Ocupadas da Venezuela (Freteco) organizaram o 1º Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril nas instalações da Cipla.

Dessa forma, percebemos que o processo das negociações, acordos, parcerias das ERTs não sucede exclusivamente dentro dos limites da empresa, pelo contrário, a luta se amplia para fora das instalações das unidades produtivas incorporando outros atores sociais, tais como dirigentes políticos e sindicais, a comunidade e pesquisadores das universidades, que possibilitam a divulgação das experiências e a formação de novas parcerias. Nesse sentido, concordamos com Tarrow (2009) quando afirma:

É a mudança nas oportunidades e restrições políticas que proporciona aberturas que conduzem atores com poucos recursos a se engajar no confronto político. Se o confronto resulta ou não em movimentos sociais depende de como as pessoas agem coletivamente, de como o consenso é mobilizado em torno de reivindicações comuns e da força e posição das estruturas de mobilização (p. 39).

As experiências das empresas Cipla, Interfibra e Flaskô que formaram parte do MFO transformaram-se em um espaço político e social, que abrangia diferentes forças sociais. A experiência histórica da gestão dos trabalhadores na Cipla e na Interfibra durou do dia 31 de outubro de 2002 até 31 de maio de 2007, finalizada pelas ações do governo.

Em maio de 2007 a Cipla sofreu um processo de intervenção que desarticulou o processo que os trabalhadores vinham gestando. A decisão de intervenção veio do governo federal, do INSS e do Ministério da Previdência Social, com a justificativa de cobrar as dívidas acumuladas pelos antigos donos desde 1998.<sup>39</sup> Deste modo, 150 policiais federais, em carros de combate, com fuzis, bombas e metralhadoras, invadiram

---

<sup>39</sup> Em 1998 o montante da dívida era de R\$ 21 milhões, anos depois, foi aumentando gradualmente até alcançar quase R\$ 50 milhões.

a Cipla dando posse e direção a um interventor nomeado por um juiz federal. Uma das primeiras medidas tomadas pelo interventor, Rainoldo Uessler, foi demitir os coordenadores da empresa e muitos dos trabalhadores que estavam intimamente ligados à luta política. Além disso, ele aumentou a jornada laboral de 30 horas<sup>40</sup> para 44 horas semanais.

A intervenção foi marcada por um ato com forte caráter simbólico: cobriu-se a placa pendurada na porta da empresa, que dizia “A Cipla sob o controle dos trabalhadores”, e que representava a autogestão dos trabalhadores.<sup>41</sup> Tanto a Cipla quanto a Interfibra até 2003 estavam produzindo com apenas 200 trabalhadores sob a administração do interventor. Segundo Carlos Castro,

Luis Marinho<sup>42</sup> ordenou a intervenção no dia 22 de maio. Deu a canetada. O mandato judicial dizia que a comissão da fábrica ficaria afastada da administração da empresa, durante um período de seis meses e que teria uma auditoria e se comprovasse que estava tudo correto 6 meses depois, essa comissão retornaria à fábrica. Retornaria o controle da fábrica, isso foi o mandato judicial. Sofremos muito ataque político, mas a sentença foi essa. O que aconteceu, teve a intervenção. 150 homens da policia federal. Absurdo, ataque violento para acabar com o movimento.

[...] Porque essa última matéria prima da Venezuela. Ficamos desde janeiro com uma corda no pescoço, afogados, e toda a produção da empresa dependia dessa matéria prima e não chegava, estava travada no porto de Itajaí, ficou 4 meses parada. Dentro da empresa já estávamos com problemas

---

<sup>40</sup> Durante o Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, realizado em Joinville (SC) entre os dias 8 a 10 de dezembro de 2006, a gestão dos trabalhadores, mediante assembleia havia decidido reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais sem diminuição do salário.

<sup>41</sup> Para maior informação sobre a história da Cipla ver: Paulucci (2007); Quiterio de Nascimento (2004).

<sup>42</sup> Luiz Marinho, político e sindicalista brasileiro. Em 7 de junho de 2003, foi eleito presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi ministro do Trabalho e Emprego e ministro da Previdência Social no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi prefeito de São Bernardo do Campo entre 2009 e 2016.

para realizar os pagamentos dos salários. Foi desgastante. A intervenção chegou ao exato momento em que estávamos mais desgastados, então pra mim, isso foi um ataque, tudo pensado e planejado. No dia 31, a intervenção foi no período da manhã e à tarde a matéria-prima entrou. Ou seja, foi tudo pensado para botar a gente para fora. Se tivesse entrado a matéria prima um dia antes, a situação ia ser outra. Era o fôlego que a gente precisava para manter a fábrica em funcionamento. Estávamos espalhando esse projeto para Cuba, para Bolívia e para Equador. O objetivo era montar uma fábrica de plástico de casa de PVC.

[...] O interventor colocou na rua às 20 pessoas que faziam parte da comissão e os trabalhadores que estavam participando na comunicação e na parte política, e ficaram uns 8 lá que eram os caras administrativos que já eram contra nós. Foram no total 45 demissões por justa causa. Hoje a Cipla continua funcionando com 280 funcionários. Daquela época só tem 100. A Cipla ficou na história (Entrevista concedida em 13.03.2013).

A única empresa que conseguiu resistir à intervenção foi Flaskô, com a luta e resistência dos trabalhadores, junto com o apoio e solidariedade da comunidade e diversos movimentos sociais, entidades sindicais e organizações políticas, o interventor foi barrado. Carlos Castro descreve o ocorrido da seguinte forma,

O interventor tentou fazer o mesmo na Flaskô em São Paulo, só que nós fomos pra Flaskô o dia que ele ia entrar lá. A gente já sabia o que tinha acontecido aqui (na Cipla). A gente organizou os trabalhadores, todas as lideranças da sociedade de Campinas, lideranças sindicais, movimentos sociais, e o interventor não conseguir entrar com a polícia federal na fábrica. Porque no dia, nós enlouquecemos o governo, o Ministro da Justiça, o presidente da CUT ligou e detonou com o cara, e essa tarde a polícia federal foi embora (Entrevista concedida em 13.03.2013).

Posteriormente foi comprovado que a decisão judicial que prejudicou as outras duas empresas não poderia afetar a Flaskô, pois esta

se tratava de uma decisão da Justiça Federal do estado de Santa Catarina, enquanto a Flaskô fica no estado de São Paulo. A única ação que interventor conseguiu realizar nesta empresa foi efetivar, mediante a companhia fornecedora de luz, o corte da energia elétrica devido às dívidas acumuladas.

## Conclusão

Podemos identificar no desenvolvimento das quatro experiências de ERTs, duas racionalidades. Por um lado uma racionalidade econômica, pois no primeiro momento, a urgência é ativar a empresa e colocá-la novamente para produzir, assim como também, resolver as questões jurídicas com os antigos donos. Em seguida, com a retomada da produção, começa a gestão autogestionária e a busca de parcerias – com outras recuperadas, com as instituições sociais, com a comunidade, com os sindicatos e com dirigentes políticos- com o intuito de consolidar o movimento.

Por outro lado, a racionalidade política, quando os coordenadores do movimento decidem reivindicar ao governo a estatização das empresas. Esta proposta adquiriu outros significados, pois, ambicionava desenvolver um projeto político mais amplo, no âmbito regional e nacional e internacional. Embora, todas as empresas iniciaram com proposta de estatizar, com o decorrer dos anos, ante a negativa do governo, tiveram que tomar diferentes rumos e se adaptar ao cenário político do país.

Observamos nestas experiências a presença de uma elite político-administrativa nos espaços de poder, que administra a gestão e toma as decisões estratégicas em círculos fechados. Isto coloca em risco os processos autogestionários, pois surgem novamente práticas pouco democráticas dando início aos privilégios e afastando aos trabalhadores da possibilidade de participar nas decisões.



# 4

## AS EXPERIÊNCIAS DE LUTA DAS ERTs NO ESTADO DE SANTA CATARINA: AUTOGESTÃO E COOPERAÇÃO

*La autogestión, en la práctica, aprendiendo y rectificando,  
no es algo definitivamente logrado,  
ni un paraíso prometido,  
sino el comienzo de un proceso para la liberación*

Abraham Guillén

**E**ste capítulo, tem como foco de estudo as experiências de ERTs no estado de Santa Catarina: Cooperminas, Coopermetal, Coopermaq e CDM. Interessa-nos ponderar três períodos de cada uma dessas experiências: 1) a etapa previa à recuperação; 2) as negociações com os donos das empresas; 3) a recuperação da fonte de trabalho e o controle da produção.

### Cooperminas

No dia 29 de agosto de 1988, no município de Criciúma (SC) surgiu uma das primeiras experiências de ERTs no Brasil: a Cooperminas, Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores, com o

objetivo de dar continuidade às atividades da massa falida da antiga Companhia Carbonífera de Araranguá (CBCA).

A CBCA era uma das empresas pioneiras no país na extração e beneficiamento do carvão mineral, fundada por Cândido Gaffreé e Dr. André Gustavo Paulo Frontin, em 12 de janeiro de 1917. Naquela época, os empresários tinham como principal objetivo desenvolver a indústria extrativa mineral na região de Santa Catarina, em especial a extração e beneficiamento de carvão mineral, assim como também, dedicar-se à construção do ramal ferroviário que ligaria os municípios de Tubarão, Jaguaruna, Criciúma e Araranguá (Mamigoniam, 2011).<sup>1</sup>

Anos depois da inauguração da empresa, Sebastião Neto Campos Campos, diretor da Companhia Nacional de Mineração Barro Branco (em Lauro Muller)<sup>2</sup>, empresa do mesmo grupo, comprou, junto com Álvaro Catão, irmão de Francisco Catão, proprietário das carboníferas, parte das ações da CBCA. Eles passaram a administrar a companhia CBCA.<sup>3</sup>

Em 1987, iniciaram-se os primeiros conflitos dentro da empresa,

---

<sup>1</sup> O sul catarinense, durante o início do século XX foi marcada pelo desenvolvimento econômico vinculado à indústria de extração de carvão. A abertura das primeiras minas data de 1917, e em 1920, com a conclusão da extensão da Estrada de Ferro Dona Thereza Christina (EFDTC) até o município de Araranguá (que incluía o atual território de Criciúma), estavam dadas as condições para exploração comercial do minério. Desenvolveu-se um processo migratório de trabalhadores para a região e trabalhadores que já estavam ali vivendo da agricultura passaram para a mineração.

<sup>2</sup> A cidade de Lauro Müller foi o palco da primeira descoberta do carvão mineral, na região sul catarinense, do século XIX. Os trabalhadores de Lauro Müller eram os mineiros mais mal remunerados do sul de Santa Catarina, na região carbonífera. A Cia Barro Branco, além de ter toda uma estrutura para o beneficiamento e extração do carvão, contratava empresas terceirizadas, para lavar o carvão das suas minas

<sup>3</sup> Sebastião e Álvaro criaram a Indústria Brasileira de Coque S/A, com a finalidade de aproveitar o fino do carvão na produção do carvão coque, e em 1980 em paralelo a Barro Branco, criaram uma empresa chamada Ibracoque Mineração (Ibramil), com a finalidade de aumentar a produção carbonífera. As empresas Barro Branco, Ibramil e Ibracoque permaneceram sob o controle de Álvaro e Sebastião até 1988, pois já vinham de um grande período de crises financeiras, pelas sucessivas mudanças na administração do carvão nacional. A Ibramil foi vendida aos Ronsoni e a Barro Branco foi comprada pela Carbonífera Catarinense. A Ibracoque foi sendo progressivamente desativada.

tais como: falta de pagamento dos salários aos funcionários durante três meses e a retirada de parte dos equipamentos. Além disso, logo depois, os trabalhadores descobriram que durante 12 anos, o empresário Sebastião não tinha repassado o Imposto Único Sobre Minerais, o FGTS, nem o INSS<sup>4</sup>, portanto as dívidas acumuladas com o governo eram muito altas (Fantin, 1992).

Nesse momento, a direção do sindicato dos mineiros, recém-passada ao comando de José Paulo Serafim <sup>5</sup>, descobriu uma manobra dos empresários para falir a empresa: toda a empresa seria liquidada e todo o patrimônio da CBCA seria transferido para a Carbonífera Barro Branco, e parte das dívidas da Barro Branco para a CBCA (Araujo, 2016).

Nessa conjuntura, de indiferença e abandono dos empresários junto à incerteza dos trabalhadores sobre o que poderia acontecer com seus empregos, em meados de 1987, 600 mineiros resolveram parar as atividades para dar início a uma greve geral, reclamando os pagamentos dos salários atrasados. Dessa forma, deu início o processo de negociações entre os proprietários da empresa e os trabalhadores a fim de resolver a situação. No entanto, os trabalhadores deviam realizar vigia nas minas para não permitir que o patrimônio fosse retirado, pois já tinham conhecimento sobre as intenções fraudulentas dos empresários (Fantin, 1992).

Como forma de solucionar o conflito, os trabalhadores foram, em várias ocasiões, até Brasília na tentativa de conseguir ajuda do governo Federal, mas nenhuma das promessas recebidas foram cumpridas.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Naquela época as dívidas foram contraídas com o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) que foi extinto em 1990.

<sup>5</sup> Foi eleito como Deputado Estadual pelo PT em 2003. A Cooperminas teve um papel importante na consolidação do PT no município de Criciúma

<sup>6</sup> Nessa caravana, em maio de 87, os mineiros passaram duas semanas em Brasília e saíram com um acordo para pagamento dos salários atrasados (Araujo, 2016)

[...] Lá, ganham a esperança de que os problemas da empresa seriam resolvidos e que a empresa seria reaberta. Voltam para Criciúma. Passam-se dois meses e a empresa não reabre. Sentem-se enganados, já que as promessas foram feitas apenas para que saíssem de Brasília [...] (Anteag, 2000, p. 33).

Diante da falta de soluções frente ao não recebimento dos salários atrasados e a real possibilidade de perder seus empregos, os trabalhadores da mina resolveram, em assembleia geral, ocupar a estrada de ferro, principal canal de escoamento de carvão de toda a produção carbonífera da Região Sul. Essa medida paralisou completamente o transporte de carvão, fato que foi sucedido de uma violenta repressão das forças policiais (Fantin, 1992).

Nessa ocasião, os mineiros receberam ajuda do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, da comunidade, de dirigentes políticos e o apoio dos trabalhadores da CSN<sup>7</sup>, que naquele período estavam lutando contra o processo de privatização da empresa. Até alguns supermercados da região solidarizaram-se e ofereceram alimentos aos trabalhadores a fim de garantir a alimentação das famílias. Ademais, alguns fornecedores facilitaram créditos para comprar matéria-prima e até os postos de combustível outorgaram apoio. Além disso, a Rádio e a TV da região

---

<sup>7</sup> A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a maior indústria siderúrgica do Brasil, da América Latina, e uma das maiores do mundo. Sua usina situa-se na cidade de Volta Redonda, no sul do estado do Rio de Janeiro, tendo suas minas de minério de ferro e outros minerais na região de Congonhas e Arcos, ambas as cidades do estado de Minas Gerais e também de carvão na região de Siderópolis no estado de Santa Catarina. A CSN foi criada durante o Estado Novo (Brasil) por decreto do presidente Getúlio Vargas, após um acordo diplomático, denominado “Acordos de Washington”, feito entre os governos brasileiro e estadunidense, que previa a construção de uma usina siderúrgica que pudesse fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, na paz, ajudasse no desenvolvimento econômico do Brasil. Começou efetivamente a operar em 1946, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Em novembro de 1988, uma greve dos trabalhadores que ultrapassou 15 dias, teve como saldo a morte de 3 operários em um conflito com o Exército, havendo também muitos feridos. Até 1993, a CSN foi uma empresa estatal e logo foi privatizada pelo governo de presidente Itamar Franco (1992-1994). Ver: <http://www.acobrasil.org.br/>, <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos375/EstadoEconomia/CSN>.

acompanhavam, gravavam, transmitiam os acontecimentos.<sup>8</sup>

Todos esses tipos de ajuda e solidariedade foram essenciais, tanto para dar confiança aos mineiros, quanto para ajudá-los a atravessar as dificuldades econômicas que vivenciavam.

Nessa ocupação da estrada de ferro se dá um sério confronto, pois: arrancam os trilhos e paralisam o transporte de carvão. [...] As autoridades locais insistem em tirar todos dali e recolocar os trilhos, para a passagem do carvão. São cerca de 50 mineiros com mulheres e crianças acampados sobre os trilhos. [...] Cento e oitenta homens da polícia militar cercam o acampamento, enquanto o comandante da operação ordena a retirada dos mineiros. A resposta foi imediata: pedras e paus contra cassetetes, bombas de gás de efeito moral e escudos. Em poucos minutos, mais de 1 mil mineiros se aglomeram no bairro Pinheirinho. A polícia recua e negocia. [...]. O acordo foi traído. Por volta das 4 horas dessa mesma madrugada, os mineiros que haviam permanecido no acampamento são alertados por moradores de que havia policiais por todo o bairro. Instantes depois, 600 homens da Polícia Militar desalojam violentamente as famílias [...]. Por volta das 8 horas da manhã, havia cerca de 2 mil mineiros, de várias empresas, em Pinheirinho. O pacato bairro vira palco da maior batalha campal já ocorrida em Criciúma. [...]. Uma nova delegação de mineiros se dirige para Brasília, onde, novamente, foram realizados inúmeros contatos mal sucedidos. Isso foi determinante para a decisão de acampar em frente ao Ministério da Indústria e Comércio [...] (Anteag, 2000, p. 34).

Na experiência da Cooperminas, podemos verificar a hipótese de Ruggeri (2010), que, ao analisar os casos de ERTs Argentinas, percebe que quanto maior for o grau de conflito em todo o processo de recuperação, maior é a solidariedade presente, tanto da sociedade civil quanto dos movimentos sociais. Esses laços se mantêm, por exemplo, no caso dos mineiros que outorgaram apoio ao

---

<sup>8</sup> A mineração era responsável pela economia da região, portanto a falência tinha um impacto muito grande, o que levou ao grande apoio da comunidade em todo o processo de recuperação.

processo de recuperação de colegas de outras ERTs no Brasil, os quais atravessaram situações similares, assim como também, eles mantêm o vínculo com a comunidade.<sup>9</sup>

Finalmente, em 01 de julho de 1987, depois de quase três meses de luta intensa, é decretada a falência da empresa, e a responsabilidade da administração passa para o Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Segundo Sardá de Faria (2012),

No começo buscam estatizar a mina. No processo, os trabalhadores aceitam a reabertura da massa falida tendo como síndico o próprio sindicato dos mineiros de Criciúma. A empresa funcionou dez anos dessa maneira. Até 1997, realizam acordo com antigo proprietário e encaminham a criação da Cooperminas (p. 459).<sup>10</sup>

Em outubro de 1988, é criada a Cooperminas e sua primeira diretoria é formada. Aí se inicia uma nova fase da luta pela autogestão do trabalho na empresa. Os trabalhadores com o controle da empresa colocaram a mina novamente em funcionamento, o que não foi uma tarefa muito fácil. A primeira medida adotada pelos trabalhadores foi a redemocratização da gestão, eliminando todas as hierarquias, e dessa forma, todas as decisões administrativas da mina passariam a ser tomadas, votadas e decididas durante as assembleias gerais.<sup>10</sup> Estas se realizam uma vez por ano e participam todos os trabalhadores da cooperativa, tanto os sócios quanto os contratados, e se debate sobre: demissão, investimentos, contratação de novos funcionários e futuros negócios.

Durante a assembleia também se escolhem os coordenadores (conselho administrativo), em geral, indicados pelos supervisores e pelo corpo técnico. Existe a condição de que o coordenador escolhido seja sócio-cooperado e seu mandato é de quatro anos; também se

---

<sup>9</sup> Vale destacar que, a Cooperminas participou ativamente da fundação da Anteag e esteve na liderança desta entidade durante boa parte da sua trajetória.

<sup>10</sup> A forma jurídica de organização está definida como uma sociedade com Quotas de Responsabilidade Limitada, sucessora da CBCA, com autorização judicial a partir do ano 1998 (Chaves, 2008).

elege o conselho deliberativo com mandato de dois anos. As principais funções do conselho são cuidar da parte financeira, controlar e acompanhar a produção.

Nos anos seguintes após a recuperação, registrou-se, segundo as pesquisas realizadas por Tauile (2005) e Chaves (2008), sobre a experiência da Cooperminas, um avanço nas condições de trabalho, por exemplo: os autores fazem menção das melhorias significativas na ventilação, na iluminação, na segurança dentro das minas e melhorias no cuidado de meio ambiente. Também ao longo dos anos, os trabalhadores conseguiram comprar em leilão todo o maquinário da antiga empresa, que, embora velhos e desgastados ainda funcionam. Inclusive, os próprios técnicos da cooperativa realizaram algumas reformas nas máquinas. Também os trabalhadores conseguiram adquirir novos equipamentos que diminuem a poluição no interior da mina e, em 2013 estavam construindo uma nova mina com todo o equipamento de alta tecnologia.<sup>11</sup>

A cooperativa teve durante muitos anos os melhores salários da região, e segundo os trabalhadores, tinha as melhores condições de trabalho e com menor pressão por produção para os trabalhadores do subsolo, inclusive tinham uma jornada diária inferior a dos trabalhadores da superfície. Uma das principais conquistas foi a redução da jornada de trabalho de 36 para 30 horas semanais.

Em 2013, a Cooperminas funcionava com 440 sócio-cooperados e 280 contratados. Convém salientar que, durante a pesquisa realizada por Chaves (2008), a mina produzia com 400 trabalhadores, ou seja, percebe-se um aumento considerável na quantidade de funcionários,

---

<sup>11</sup> O investimento realizado tem um valor aproximado de 6 milhões. Segundo o relato durante a visita, essa aquisição de dinheiro foi facilitada pelas parcerias com clientes, que adiantaram o pagamento das compras. A área da cooperativa é muito grande. O espaço de produção está dividido basicamente em três partes: a mina II, a mina III, e a mina João Somego. As minas estão localizadas a 8 km da sede da cooperativa, onde está o setor administrativo e o escritório de uns dos engenheiros. Há também um almoxarifado, setor de reciclagem e estação de tratamento de água.

durante esse período.<sup>12</sup> No entanto, verifica-se que nos últimos anos o número de trabalhadores diminuiu consideravelmente, pois em 2017, funcionava com apenas 400 trabalhadores (220 sócio-cooperados e 180 contratados).<sup>13</sup>

Devemos destacar que, no momento em que os conflitos iniciaram, a empresa funcionava com 1.400 trabalhadores. Quando o sindicato dá início à gestão eram apenas 900 operários e no momento em que efetivaram o controle sobre os trabalhadores o número cai abruptamente para apenas 200.<sup>14</sup> Em 2013, daqueles 200 que iniciaram o processo de recuperação, só restavam 25 (muitos dos trabalhadores decidiram sair da cooperativa porque acharam melhores oportunidades de emprego, outros faleceram ou se aposentaram). Em função disso, existe uma preocupação sobre o futuro da mina, pois são poucos os mineiros que vivenciaram todo o processo de luta e de recuperação e que continuam até hoje trabalhando.

Em 2013 a Cooperminas produzia com quase 90% da capacidade instalada e vendia 100% de sua produção para a empresa siderúrgica Tractebel, localizada na cidade de Tubarão.<sup>15</sup> Segundo Fantin (1992) e Sardá de Faria (1992), a experiência da mina teve certa facilidade para reinserir-se dentro do mercado<sup>16</sup>, porque a cooperativa possui como as demais mineradoras da região, uma cota de carvão com compra garantida pelas usinas termoeletricas, o que permite certa estabilidade e possibilidade de projeção a longo prazo.<sup>17</sup>

---

<sup>12</sup> A maioria dos novos trabalhadores contratados é familiar dos mineiros: filho, sobrinho, primo etc.

<sup>13</sup> Vale ressaltar, que as poucas mulheres que trabalham na cooperativa exercem atividades técnicas e de escritório, pois para trabalhar no subsolo só se contratam homens.

<sup>14</sup> Todos os diretores e gerentes decidiram sair da empresa, ficaram apenas os mineiros.

<sup>15</sup> O carvão que a mina produz destina-se à produção de energia elétrica.

<sup>16</sup> Os produtos dessa cooperativa não precisam disputar preço e mercado com as demais empresas do setor.

<sup>17</sup> Para mais informação acerca da experiência da Cooperminas ver: Fantin, (1992); Sardá de Faria (1992); Chaves (2008), Santos Araujo (2016), Oliveira (2016).

Nos últimos anos, houve vários conflitos dentro da cooperativa, um grupo de trabalhadores da base iniciou um processo de paralisação e críticas à direção, o que levou ao afastamento do presidente e à convocação de novas eleições. Esse outro grupo ganhou as eleições de forma bastante acirrada, e iniciou uma gestão. Com o passar do tempo a nova gestão passou a priorizar seus interesses políticos e reproduzia práticas que afastavam outros trabalhadores.

Em 2016, houve uma nova paralisação vinda da base, que levou novamente à convocação de eleições e ao afastamento desta direção. Essas sucessivas trocas na direção, em menos de quatro anos pautadas por projetos políticos divergentes foram desestabilizando politicamente a cooperativa, gerando uma falta de credibilidade dos trabalhadores na direção da cooperativa.

Atrelada a esse processo, a situação econômica se agravou levando a uma drástica redução na produção e na renda. A produção, que até aquele momento girava em torno de 4.500 toneladas de carvão por dia, hoje está no patamar de 2.000 toneladas. A empresa acumula dívidas com trabalhadores, fornecedores e com o Estado.

## Coopermetal

A Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma, Coopermetal, surgiu pela ação coletiva dos trabalhadores da empresa Sidesa, Siderúrgica Criciumense S. A. A Sidesa foi constituída em 1960 por uma iniciativa privada, na cidade de Criciúma. A empresa se dedicava exclusivamente ao processo de produção metalúrgico, metal-mecânico, mineração, cimenteiro e ferroviário.<sup>18</sup>

Entre os anos de 1960 e 1978, a empresa apresenta seus melhores momentos de expansão, mas após 1978, surgiram os primeiros

---

<sup>18</sup> Todo o processo siderúrgico consiste em modelagem, aciaria, tratamento térmico, usinagem, controle de qualidade e acabamento das peças. A empresa possui um parque fabril de 62.425,00 m<sup>2</sup>, sendo 6.337,75 m<sup>2</sup> de área construída (Chaves, 2008).

sinais de crise. Portanto, os donos decidiram vendê-la. Em seguida, em 1991, a Sidesa foi novamente vendida, desta vez, para empresários do transporte urbano e da mineração. Ao longo de quatro anos, incorporaram-se 120 trabalhadores, dobrando, dessa forma, a força de trabalho, chegando a operar com 240 funcionários. Depois, em 1995 produz-se outra venda e a nova administração decide demitir 70 trabalhadores (Chaves, 2008).

Em 1998, a empresa vive uma situação financeira muito difícil, que se manifestava pelo aumento na quantidade de demissões e pelo acúmulo de dívidas (salários dos trabalhadores, décimos terceiros, não recolhimento do INSS nem do FGTS). Diante desta conjuntura, os trabalhadores sem saber como enfrentar essa situação, decidem pedir ajuda ao sindicato e sob sua orientação, resolvem formar uma comissão que os representaria na mesa de negociação com os proprietários. Além disso, decidem acampar na porta da empresa como forma de protesto frente à falta dos pagamentos.

Gustavo, 40 anos, engenheiro de produção e coordenador de toda a produção da cooperativa, exemplifica o tipo de trabalhador, que, como tantos outros, trabalham exclusivamente durante muitos anos dentro da mesma empresa. Seu primeiro emprego foi na Sidesa em 1989, com 17 anos (já tinha trabalhado na roça). Ele passou por vários setores dentro da empresa: no controle de qualidade, na montagem, como supervisor de acabamento. Sobre a situação prévia à recuperação, ele narra:

Em 1999, começamos com o processo de recuperação. A coisa foi que passou por vários problemas, de sai dono, entra outro dono, e vice-versa até o último que pegou começou dar calote e a gente decidiu assumir. Os caras embolsaram o décimo terceiro nosso, sumiu o dinheiro até hoje. Falta de interesse, houve uma situação que não estava boa, tiveram briga entre eles (sic), vários fatores [...]. No final daquele ano, deram calote: pararam os pagamentos, eles pagavam cinco e dez dias depois, mas o principal foi o décimo terceiro, que estava garantido e não pagaram. 1998 – 1999 assumiram na

cooperativa. Ficamos 40 dias parados. Esperando o que a justiça dizia para nós. Um dos donos sumiu, eram dois irmãos, o outro caiu preso, está no processo. Eles eram empresários de Criciúma, era uma empresa familiar (Entrevista concedida em 23.07.2013).

No início do processo de recuperação da empresa, participaram apenas a metade dos trabalhadores (80) junto com familiares e dirigentes sindicais, tanto dos metalúrgicos quanto dos bancários, mineiros, ceramistas, vestuaristas, do setor alimentício e químico da região. Inclusive, a experiência dos trabalhadores da Cooperminas serviu de muita ajuda e incentivo para os trabalhadores,

Até começar a produzir, a gente pegou vale de mercado durante um ano para fazer a comida em casa. No começo, só com vale do mercado. Ficamos um ano sofrendo. A gente até achava que não ia a dar certo, mas depois que as vendas e a produção começou (sic) aumentar a situação melhorou. O sindicato ajudava. Aliás, todos os sindicatos da região: metalúrgico, ceramista, mineiro. Eles colocaram a proposta da cooperativa. No começo foi meio complicado, depois com as assembleias, com o pessoal que veio aqui falaram como era (sic), e logo tomaram controle da situação. Até hoje está funcionando (Entrevista concedida em 23.07.2013).

A partir de esse relato, percebe-se que existia uma boa relação com o Sindicato de Metalúrgicos de Criciúma, mas logo surgiram algumas diferenças e conflitos que acabaram por afastá-lo totalmente.

Gustavo descreve os problemas com o sindicato da seguinte forma,

A cada dois anos tinha eleição, 2008 ia a ter eleição e deu confusão, e gerou uma briga tremenda que o sindicato teve que interferir. Ele ia ficar aqui até resolver a situação, só que eles gostaram tanto do negócio que ficaram um ano e pouco e acabou dando uma crise, que a gente ficou praticamente zero serviço. Aí, na mesma época, final, de 2009, Tonhão assumiu como presidente e está até agora. Ele assumiu, se continuava com o sindicato ia a fechar. Aí ele me procurou

conversou comigo se eu aceitava voltar na empresa. Eu aceitei e retomei, e cortamos vínculo com o sindicato. Na verdade é uma briga grande, na verdade, eles vieram aqui e estragaram tudo. Toninho era do sindicato também, ele pegou e assumiu, ele foi eleito pelos cooperados (Entrevista concedida em 23.07.2013).

Conforme o relatado, Gustavo tinha decidido sair da empresa, no entanto, ele voltou com a esperança de melhorar a situação que os dirigentes sindicais tinham piorado durante sua gestão.

A seguir, Gustavo faz questão de relatar sobre os vínculos entre a cooperativa e a Anteag e a Unisol, por sua própria inconformidade frente à falta de apoios para a cooperativa.

A gente participou no início da Anteag também não teve grandes benefícios. Depois a gente saiu da Anteag e foi pra Unisol não teve grandes benefícios. Até a gente pegou dinheiro emprestado pra pagar os juros altíssimos da Unisol, então não deu certo (Entrevista concedida em 23.07.2013).

Início de 1999, quando não existiam possibilidades de negociar, os proprietários se afastaram da empresa e os trabalhadores começam o processo de administração para colocar novamente a empresa a produzir. Não obstante, a tarefa não foi nada fácil. Durante 1999, os trabalhadores tiveram muitas dificuldades legais para conseguir o registro junto aos órgãos competentes. Além disso, recuperar a confiança dos fornecedores e, principalmente, a credibilidade perante os clientes foi um processo lento.

Entretanto, os trabalhadores tiveram que limpar e reorganizar os diferentes setores da empresa, pois, estava todo muito abandonado. Inclusive, durante esse processo, conseguiram resgatar e vender sucata velha com a finalidade de adquirir um pouco de dinheiro para poder comprar a matéria-prima necessária para começar a produzir.

Em 2013, a cooperativa produzia com aproximadamente 190-195

cooperados.<sup>19</sup> Na época da recuperação, funcionava com 160 e apenas 130 efetivaram o controle da empresa. Apenas 33 funcionários continuaram daqueles 130 que deram início à cooperativa (muitos trabalhadores saíram porque acharam melhores oportunidades de emprego, outros faleceram ou se aposentaram – embora muitos aposentados ainda continuem trabalhando até hoje).

Como foi constatado no levantamento realizado em todo Brasil (Henriques et al., 2013), na maioria dos casos de ERTs, quase todo o pessoal de alto nível hierárquico, de diretores a gerentes saíram das empresas logo após as recuperações. A maior parte do pessoal que permanece na cooperativa trabalha no chão de fábrica, ou seja, são eles que têm o conhecimento sobre a produção, o que nos permite entender como os trabalhadores lograram colocar a produção novamente em funcionamento, sem capital e sem os empresários-patrões. Isso significa que são os operários os que detêm “o saber fazer” dentro fábricas. Nota-se que a instauração de novas relações de produção autogestionárias tem um efeito pedagógico que vai se sedimentando em percepções, habilidades, conhecimento. Os trabalhadores devem aprender a realizar diferentes tarefas, o que permite uma maior circulação de saberes.

Em 2011, segundo a pesquisa realizada por Chaves (2008), a Coopermetal funcionava com 80 cooperados, ou seja, percebe-se que, como aconteceu na experiência da Cooperminas, houve um aumento considerável na quantidade de trabalhadores, desde os início da recuperação até 2013. Este panorama revela a renovação da força produtiva na Coopermetal. Gustavo relata:

Nas antigas, quando nós estávamos na fase boa (2003-2004), a gente dava um incentivo, uma cesta básica e mais 50 reais. Naquela fase boa, estávamos faturando bem, a gente estava

---

<sup>19</sup> Durante a entrevista Gustavo mencionou que dentro da cooperativa não trabalham pessoas contratadas. A pessoa interessada em se incorporar na cooperativa deve realizar um depósito obrigatório de R\$ 150,00 (parcelado em até cinco vezes) referente a um “valor simbólico”. Na cooperativa o controle acionário é privado, ou seja, há uma divisão das cotas iguais entre todos os cooperados.

produzindo bem, hoje não tem condições. Durante dois e quase três anos praticamente fazendo isso. Foi uma maneira de incentivar e deu certo. Chegamos a ter 230 cooperados, naquela época, hoje temos 190. Deu aquela baixa, teve o pessoal que saía, daí, mandar embora, seja muito difícil, ou seja, só se o cara for muito ruim, não tem interesse nenhum. O pessoal sai muito, aquilo que te falei muita dificuldade... ele está aqui mas porque se ele sai, ele não tem seguro de desemprego (Entrevista concedida em 23.07.2013).

Mesmo com a rotatividade, uma das principais características da cooperativa é a preocupação de não demitir ninguém e contratar preferencialmente amigos e parentes dos trabalhadores. Gustavo descreve a situação da seguinte forma,

A prioridade sempre foi do filho, é tudo parente, primo, irmão, cunhado. É uma empresa família, a prioridade sempre é essa: alguém próximo ou conhecido. Porque quando é um pessoal que é família, não vejo tanto problema, mas quando não é nada do pessoal daqui, o pessoal já pergunta, quais são os direitos, e aqui não temos fundo de garantia, não temos seguro de desemprego, aí o pessoal já não quer, por isso é uma dificuldade. Esse é um problema que não foi resolvido ainda. Tivemos uma época que faltava mão de obra, e não foi fácil achar por causa disso (Entrevista concedida em 23.07.2013).

Note-se que, o fato de dar prioridade aos filhos e familiares dos trabalhadores da cooperativa, é uma forma de garantir que o processo de luta vivenciado pelos antigos trabalhadores continue presente e vivo. Esta medida, permite a possibilidade de criar dentro da cooperativa um ambiente com fortes vínculos de solidariedade, reforçando a imagem de grupo de trabalho como uma grande família.

Com relação à parte comercial é importante mencionar que a cooperativa recuperou e ganhou muito mercado nos últimos anos. Em 2013 vendia seus produtos para empresas situadas em várias partes do país e também realizou acordos comerciais com outros países da América Latina. Nessa época eles estavam produzindo entre 60% e 70% da ca-

pacidade instalada, sem poder alcançar novamente o 100 % da capacidade produtiva<sup>20</sup>

No momento da entrevista, Gustavo confirma que estavam produzindo entre 160 e 170 toneladas por mês, e descreve o porquê dessa situação:

A baixa de pedido é a maior dificuldade hoje. A produção tem capacidade para 200 toneladas, não sei se é uma crise. Aqui temos contato com pessoas do ramo que trabalham em outras metalúrgicas e eles contaram que passam pelas mesmas dificuldades que as nossas. Baixa de produção, aparentemente é uma crise que está pegando todo o mundo. Atualmente estamos produzindo entre 160- 170 toneladas, aproximadamente nessa faixa. Agora o mercado não está muito bom, o mercado está ruim para todo o mundo nessa área aí, está complicado, não está fácil, não. Já tentamos de tudo o que você imagina, atacamos em tudo e qualquer frente, e nada. Politicamente, a gente desistiu. O pessoal só vem aqui, quer usar a gente para fazer campanha política e depois sair fora (Entrevista concedida em 23.07.2013).

Conforme o relatado, constata-se que a situação financeira da empresa era crítica, como já foi mencionado anteriormente, os trabalhadores não receberam nenhum tipo de apoio, nem das organizações vinculadas às ERTs nem dos dirigentes políticos. Por isso, os trabalhadores precisaram fazer de tudo para poder dar continuidade à cooperativa.

A cooperativa era administrada por uma comissão formada por 16 trabalhadores (entre o conselho administrativo, deliberativo e fiscal) eleitos por voto universal durante as assembleias. A eleição do trabalhador associado como membro do conselho advém por eleição, todavia, no processo de composição de chapas, os critérios como a indicação e a experiência são decisivos, deste modo, os trabalhadores com maior tempo de trabalho dentro da cooperativa são os nomeados na maioria das vezes.

---

<sup>20</sup> Depois da recuperação o melhor período no âmbito econômico foi em 2008, quando conseguiam realizar 100 % da produção.

O Conselho Administrativo tem o poder para decidir sobre todas as questões relacionadas à cooperativa, não obstante, no dia 15 de cada mês, se organiza a assembleia geral durante o intervalo entre os dois turnos (14h30min)<sup>21</sup> programada para durar aproximadamente 30 minutos. Muitos dos cooperados vão embora. De 190 trabalhadores, apenas entre 80 e 100 participam, os quais são a maioria do quadro administrativo da cooperativa, ou seja, são poucos os trabalhadores da produção que participam.

Durante as assembleias se debate sobre a produção de cada mês, se informa sobre a situação da cooperativa, tanto em relação à parte financeira quanto sobre o maquinário. Temas recorrentes são, por exemplo: a prestação de contas, a decisão de comprar algum maquinário, as dúvidas dos trabalhadores, os cursos dos funcionários.

Um aspecto interessante que cabe destacar é o incentivo que a cooperativa oferece aos cooperados para estudar, por exemplo: em 2005, com ajuda financeira do coletivo da fábrica, um cooperado se graduou em comércio exterior e, desde então, desenvolve suas atividades em prol da cooperativa; outro cooperado iniciou em 2007 o curso de engenharia de produção, custeado integralmente pela Cooperativa, e logo conseguiu trabalhar na seção de engenharia de materiais; outros cinco cooperados estão matriculados em cursos específicos: Laboratório Industrial, Metalurgia, Controle de Qualidade e Usinagem, sendo que todos têm auxílio financeiro de 50% da mensalidade total e a flexibilidade de horário de trabalho para poder estudar.

Em suma a qualificação e a educação permanente dos associados não são apenas um instrumento necessário, mas sim uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento do empreendimento, assim como uma inovação dentro da cooperativa. Nesse sentido, também, a cooperativa oferece a todos os cooperados cursos de formação e desenho, solda-

---

<sup>21</sup> Segundo o relatado durante a entrevista, o funcionamento da cooperativa estava dividido em dois turnos: das 5:30 horas até 14:48 horas, e das 14:48 horas à 12:00 (completando 9 horas diárias e aos sábados não trabalham).

gem (SATC), cooperativismo, administração e a oportunidade de aprender dentro de todos os setores da cooperativa.

Dentro da usinagem, qualquer um pode aprender e pegar. Para ser soldador precisa de um curso, e a gente ensina aqui, se o cara for bom de cabeça, ele aprende. Laboratório tem que saber. O resto, o chão de fábrica aprende tudo aí. Se o cara é esforçado, se o cara veste a camisa, ele aprende rápido.

Quando eu era chefe eu dava oportunidade, cheguei a trabalhar com 15 caras. Pode se converter em um baita profissional. Para aprender tem que ter vontade. Se não tiver vontade não adianta, se tem vontade, a cooperativa a chance dá. A principal qualidade da cooperativa é essa: dar a chance (Entrevista concedida em 23.07.2013).

A partir da entrevista, percebemos a importância que adquire a aprendizagem dentro da cooperativa, não apenas pelo aspecto laboral. Este tipo de práticas está relacionado com o exposto anteriormente no capítulo 2, sobre os processos de ensino-aprendizagem dentro da cooperativa. Também, a necessidade de ocupar postos vazios fez que os trabalhadores aprendam a realizar diferentes tarefas dentro do processo produtivo e no setor administrativo.

Na época em que Chaves (2008) realizou sua pesquisa na Coopermetal, a margem de distribuição do salário estava definida entre R\$ 532 o valor mínimo, e R\$ 4.500 o valor máximo. Segundo Gustavo,

O salário é de acordo com a função que exerce cada trabalhador. A gente vai pelo mercado, mas segundo os comentários, o melhor salário da região, no momento, é da Coopermetal. Ali fora, o pessoal ganha o piso de R\$ 860 ou R\$ 900, e aqui, a gente está pagando como mínimo R\$ 1.000 e máximo R\$ 6.000 valor que corresponde à retirada do presidente e do vice-presidente (Entrevista concedida em 23.07.2013).

Tendo em vista o mencionado, apresenta-se uma melhoria nos salários, embora eles não estejam produzindo 100%. Desde o início do

processo de tomada da produção, houve várias conquistas relacionadas à qualidade do trabalho e também conquistas materiais. Por exemplo, o terreno está em nome dos trabalhadores que iniciaram o processo de recuperação. Eles conseguiram comprar o terreno com o dinheiro das dívidas trabalhistas herdadas dos antigos donos, e atualmente estão conseguindo construir novos galpões. Gustavo relata:

A gente começou a construir em 2007, a gente construiu um pavilhão, depois teve uma mudança da diretoria aqui, aí ficou dois anos sem mexer lá. Mas tudo com recursos próprios, sem financiamento. Já tentamos tudo, BNDES, e nada (Entrevista concedida em 23.07.2013).

Também, os cooperados compraram um forno novo, com a intervenção da Fatma (Fundação do Meio Ambiente) e com o financiamento do Badesc (Banco do Desenvolvimento de Santa Catarina).

O forno de fundição é novo, quando foi aberta a cooperativa, foi comprado, então ele tem 10 anos de uso. A gente tinha um forno antigo e compramos outro. Os tornos, o maquinário de usinagem é toda (sic) a gente sempre renova. A gente compra, a gente passou tudo para frequência elétrica, usinagem, o maquinário, tirando um novo que a gente comprou o resto é da antiga Sidesa, tem alguma coisa penhorada (Entrevista concedida em 23.07.2013).

Conforme mencionado na entrevista, como na maioria das ERTs, os trabalhadores mantêm as máquinas penhoradas da antiga empresa e apesar de elas estarem em condições obsoletas, continuam funcionando, graças às reformas realizadas pelos próprios cooperados.

Gustavo descreve a situação da cooperativa da seguinte forma:

A gente sempre pensou: a Sidesa tem um nome, Coopermetal é muito forte aí fora. Acho que não pode deixar morrer, tem dificuldade, mas ela tem nome e tem mercado e possibilidade de crescer, todo o mundo quer que dê certo. Eu sei que eu posso botar meu filho, o outro sabe que poder colocar o filho dele, é garantido. A relação entre os traba-

lhadores mudou, estão mais conscientes, sabem o tem que fazer, é um negócio nosso. Tem que fazer as coisas para que dê certo (Entrevista concedida em 23.07.2013).

Novamente aparece no relato a esperança para um futuro melhor, que se representa pela possibilidade de que seus filhos continuem na cooperativa, fazendo parte de uma história de luta de uns poucos para beneficiar muitos.

Com relação à sua experiência dentro da Cooperativa, Gustavo diz:

Sempre gostei do trabalho, adquirir experiência, é uma coisa que eu gosto. Atualmente minha função é coordenar o painel, a produção, o setor de moldagem e de acabamento. Eu coordeno tudo. Na real, é dor de cabeça. Cada setor tem seus líderes, eu mantenho vínculo com os trabalhadores e líderes. Na relação com meus colegas é tranquila, graças a Deus, sempre foi tranquilo. Até porque eles me ajudam, eu os ajudo. Por trás está a Coopermetal. Se fizer errado a culpa, não é dele, o prejudicado é a Coopermetal. Tem alguns que são meio cabeça dura, tem aqueles que são mais “pegar junto”, sabe? Faz a coisa certa pra dar certo, são conscientes da cooperativa como tem que ser. Trabalham certinho (Entrevista concedida em 23.07.2013).

De acordo com esta fala existe um interesse do entrevistado de que a cooperativa funcione e melhore para bem comum, no entanto esse espírito não se apresenta de forma homogênea em todos os trabalhadores.

Infelizmente o processo de recuperação e autogestão iniciado pelos trabalhadores na Coopermetal foi finalizado em 2015. Não podemos afirmar quais foram às causas, apenas temos o conhecimento de que no terreno da empresa não existem vestígios desta experiência.

## Coopermaq

A história da cooperativa Coopermaq começa em janeiro de 2005, quando funcionários da antiga Rooster, fundada em 1983 no município de Urussanga, frente à falta de pagamentos (um ano de atraso) iniciam o processo de reivindicação de seus direitos com apoio do Sindicato Metalúrgico de Criciúma.

A Coopermaq é uma metalúrgica especializada no ramo de avicultura, fabrica máquinas incubadoras de ovos de aves diversas (principalmente galinhas e perus), nascedouros e carrocerias climatizadas para transporte de pintinhos e ovos.<sup>22</sup>

Frente às dificuldades financeiras da empresa e a falta de pagamentos dos salários, os trabalhadores negociam com os antigos donos o conseguem permanecer com máquinas da antiga empresa, embora muitas estão penhoradas e outras estão deterioradas, como uma forma de pagamento pelas dívidas acumuladas. O fundo de garantia dos trabalhadores foi recebido como passível trabalhista. Em todo esse proces-

---

<sup>22</sup> Quando realizamos a visita, os funcionários da cooperativa estavam realizando o teste e a avaliação de um projeto para lançar no mercado: uma nova opção de tecnologia na carroceria de transporte de pintinhos. As carrocerias refrigeradas são produzidas sob um chassi reforçado, a partir de um kit de alumínio natural, constituído de paredes laterais, frente, teto e portas traseiras. Recebe revestimento interno em fiberglass e isolamento térmico em poliuretano injetado. São instalados na carroceria todos os componentes eletromecânicos, elétricos e eletrônicos, sob veículo automotor, tipo caminhões de diversas marcas e modelos, adequadas às condições de potência do motor e dimensionamento da carroceria. Também estava em processo de desenvolvimento um novo modelo de máquina incubadora com um design muito moderno. São os próprios trabalhadores que realizam os trabalhos com apoio de uma empresa de engenharia. A linha de produção da Coopermaq é basicamente uma indústria metalúrgica que processa aços planos, tubulares, perfis, efetuando ao longo do processo operações de corte de aços, solda, usinagem, estamparia, pintura e montagem na industrialização de partes e peças, estruturas e equipamentos. Além disso, possui um setor de eletrônica, onde são produzidas placas eletrônicas e sistemas utilizados em diversos produtos da empresa. Os gabinetes das incubadoras e nascedouros são produzidos na empresa utilizando polímeros, resinas e adesivos, com processo de laminação, sistema monobloco, paredes construídas em painéis isotérmicos completamente herméticos, com revestimento em fiberglass e isolamento térmico com poliuretano expandido.

so, não houve conflito nem o apoio da comunidade, diferentemente do que aconteceu com as experiências de ERTs mencionadas anteriormente. No entanto, a cooperativa ainda possui algumas dívidas trabalhistas, e inclusive, com alguns fornecedores. No entanto, os cooperados ainda continuam pagando pelo terreno das instalações do empreendimento, embora a situação seja complicada, pois eles ainda correm o risco de perder a propriedade

Durante o período de 2003 e 2005, o sindicato coloca a diretoria dentro da cooperativa, mais depois os trabalhadores decidem se afastar dos dirigentes sindicais, devido, principalmente, a divergências políticas.<sup>23</sup>

A cooperativa funcionava, durante nossa visita, com 30 sócios cooperados e 40 contratados.<sup>24</sup> Em 1993, a antiga empresa falida produzia com 200 funcionários, uma década depois, em 2003, no momento da falência, só restavam 88. E quando efetivaram o controle, restavam apenas 44 trabalhadores, dos quais 30 continuam trabalhando dentro da cooperativa até hoje.

Como na maioria das experiências de ERTs, dentro da cooperativa, continuam trabalhando cinco pessoas que já estão aposentadas. Isto se deve ao fato de que não houve, por parte dos antigos donos das empresas, o repasse do FGTS ao governo, ainda que este fosse descontado da folha de pagamento dos funcionários.

Já no caso da Coopermaq, a diferença que podemos destacar aqui, em comparação com as outras experiências mencionadas anteriormente, é que os diretores e gerentes da empresa falida continuam trabalhando até hoje dentro da cooperativa.

Durante a entrevista, perguntamos à Amália,<sup>30</sup> quem trabalha no

---

<sup>23</sup> Segundo o informado por Amália durante a entrevista, atualmente só os contratados estão sindicalizados. Amália. 31/11/2012. Criciúma. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

<sup>24</sup> Uma vantagem que ganham os contratados que permanecem na cooperativa durante três anos é a possibilidade de se converter em sócio-cooperado.

setor de recursos humanos, quais foram as principais mudanças realizadas após a formação da cooperativa,

Na real, a principal mudança que temos feito é que não temos engenheiro para que supervisionar a produção. Estamos realizando, principalmente na área da produção, o rodízio de funções, nos serviços mais desgastantes. Por exemplo, no setor em que tem que carregar muito peso, por isso cada semana se realiza um rodízio. Em outros setores não dá para fazer isso, porque precisa ter conhecimento para manipular uma maquinaria (Entrevista concedida em 31.11.2012).

Também, ela descreve a situação da cooperativa da seguinte forma:

Existe maior liberdade, mais tranquilidade. A remuneração compensa, é boa. Experiência muito boa. O pessoal não percebe várias vezes que tudo isso daqui é deles. Alguns se sentem donos do empreendimento, outros não. Por isso, às vezes, é difícil a relação. Eu creio que vai melhorar, para o futuro, dos filhos, dos netos, a tendência é para dar certo. A empresa é boa para trabalhar, quem sai quer voltar porque tem bons benefícios (Entrevista concedida em 31.11.2011).

Conforme o relatado, percebe-se uma posição positiva frente à experiência, e da mesma forma que foi relatado nas outras experiências de ERTs, aparece o interesse de que a cooperativa seja uma herança para a família dos trabalhadores.

Na cooperativa as assembleias se realizam bimestralmente, e só os sócios cooperados participam, deixando de lado os contratados, que não participam, limitando dessa forma, seu poder de decisão e opinião sobre os assuntos da cooperativa. Durante a assembleia, se decide, conforme a decisão da diretoria, por exemplo, quem se contrata e quem passa a ser cooperado, assim como também os assuntos financeiros e administrativos. Ainda, durante as assembleias são eleitos os líderes, que na maioria das vezes, são os trabalhadores mais antigos dentro da empresa. Os líderes têm como principal função coordenar a produção

de cada setor, e todas as segundas-feiras, eles se reúnem para definir as prioridades da produção.

Convém realçar que a Coopermaq consolidou-se rapidamente no mercado, principalmente pela boa qualidade dos seus produtos e serviços e pelos investimentos realizados<sup>25</sup> ao longo dos anos em inovações tecnológicas, tendo em vista a exigência do mercado, conseguindo assim se destacar, tanto no mercado nacional quanto no internacional.<sup>26</sup>

A cooperativa tem uma boa estrutura, com alta eficiência econômica. Ela produz entre 90 e 100% da capacidade total instalada. Em 2011, alcançou 100% da produção, mas logo caiu para 50% devido à falta de demanda. No entanto, nos últimos anos aumentou o faturamento, conseguiu comprar maquinário novo. Esta experiência, a diferença da maioria das ERTs, não tem problemas financeiros nem falta de capital.

Um aspecto interessante para destacar desta experiência é que se organizam palestras e cursos de desenho para os cooperados e, além disso, se algum cooperado tiver interesse em realizar um curso técnico, de eletrônica ou de eletromecânica, a cooperativa disponibiliza recursos econômicos, pagando a metade do custo do curso, e, além disso, outorga gratificações para quem realize um curso técnico.

A cooperativa não tem vínculo com outras empresas recuperadas, e teve, esporadicamente, um vínculo com a Unisol e a Anteag. Além de estar afastada do movimento, percebemos algumas restrições na hora de realizar as entrevistas e aplicar o questionário, diferenciando-se, desta forma das experiências da Cooperminas e da Coopermetal.

Outro detalhe interessante desta experiência é que no seu site de internet não é mencionada a história do processo de recuperação. Assim, percebe-se que prefere traçar um caminho diferente das outras, optando por se manter afastada e, inclusive, isolada do movimento das ERTs.

---

<sup>25</sup> Desde que a cooperativa iniciou a produção, os cooperados realizaram vários investimentos no valor total aproximado de R\$ 500.000 com recursos próprios.

<sup>26</sup> Existe apenas uma fábrica concorrente no Brasil e apenas umas poucas na Europa.

Confirma-se, desta forma, o que analisa Chaves (2008) quando diz que as empresas estão desarticuladas, pensado em seus próprios interesses para continuar suas produções, de maneira a causar o desmantelamento das redes de solidariedade.

A percepção de uma tendência ao isolamento presente nessas experiências: à medida que elas se fortalecem economicamente e conquistam espaço na estrutura produtiva, passam a privilegiar seus negócios e os problemas de gestão, desprezando a apreensão da totalidade do regime social e a manutenção da relação com o conjunto dos trabalhadores (Chaves, 2008, p. 169).

## **CDM – Cooperativa Produção Metalúrgica de Brusque**

A Cooperativa Produção Metalúrgica de Brusque (CDM) é uma das experiências de ERTs mais recentes no Brasil, fundada em 2011 com o apoio do Sindicato de Metalúrgico na cidade de Brusque. Dedicada-se à produção da linha metal-mecânica de precisão, fabricação de gabaritos, matrizes, dispositivos de precisão, principalmente para o ramo automotivo.

A antiga empresa começou a produzir em 2000 com 35 trabalhadores. No final de dezembro de 2010, a situação econômica da empresa estava no limite: os trabalhadores ficaram três meses sem receber os salários e só restavam apenas seis funcionários produzindo, porque muitos decidiram sair em busca de melhores oportunidades. Sem dúvida, diferentemente das outras experiências, não houve demissões, no entanto forma os donos que decidiram fechar a empresa. Lucas<sup>27</sup>, presidente da cooperativa descreve a situação da seguinte forma,

Chegou um momento em que os donos não podiam pagar mais ninguém, aí o pessoal foi saindo e sobraram 4-5 funcionários aqui dentro. Tinha muito serviço, mas não tinha mão

---

<sup>27</sup> Lucas tem 29 anos, oriundo de Rio do Sul, começou a trabalhar na antiga empresa em 2006 como metrologista.

de obra para terminar o serviço. Aí, 4-5 também resolveram parar, porque não tinha mais condição.

[...] Sempre a gente recebeu os salários atrasados, o que era para receber o dia 5 recebia o dia 20. O último mês antes de fechar a empresa nem recebemos, na real nem o mês de dezembro nem o salário de novembro. Os donos falavam pra a gente que a situação ia melhorar.

[...] No final, a gente trabalhou para fazer o encargo de um cliente porque os donos fizeram a promessa de que esse dinheiro ia ser destinado para pagar os salários atrasados da gente. A gente trabalhou mais umas duas quase três semanas para levantar o dinheirinho e nada. A gente ficou chateada, fizemos um serviço, os donos entregaram o serviço, mas o dinheiro não voltou, e deu mais um prejuízo.

[...] Quando a gente chegou uma segunda feira às 7 da manhã pra trabalhar normalmente a empresa estava fechada. Então umas 8h30. chegaram os donos e falaram: "a partir de hoje não tem expediente". Nesse momento, tínhamos que pedir por nossos direitos, no caso, através do sindicato. Aí começou a surgir uma série de alternativas para nós. Alugar a empresa, alugar o galpão.

Então aí fechou, chamamos o sindicato. [...] De início a gente ficou no caso conversando com o sindicato do que daria para fazer ou não, e depois de três quatro dias do fechamento o sindicato veio com a ideia de abrir uma cooperativa. O sindicato ajudou a achar outro galpão para alugar. Quando achamos o galpão, a gente começou a retirar o maquinário da antiga empresa. Até foi uma coisa bem chata, porque até o dono do galpão não queria deixar a gente retirar o maquinário, dificultou a coisa. Os donos não dificultaram, eles estavam abatidos. Eles perceberam que não tinha outra possibilidade, eles iam fazer o que, né. Então eles falaram com o juiz, eles acompanharam o resgate das máquinas, até ajudaram para anotar durante o resgate das máquinas.

Naquele momento, todo gasto que a gente tinha era por nossa conta, almoço, gastava pra ir trabalhar, comer, era

tudo nossa conta, sem ter um reembolso para nós. Se a gente desistia mesmo, aí não ia receber nada. Então pensamos, com um pouco de fé a coisa vai melhorar (Entrevista concedida em 19.05.2013).

Em fevereiro de 2011, a CDM começa a produzir novamente e finalmente no mês de abril do mesmo ano, conseguem formalizar a cooperativa.

No momento que a empresa fecha eram cinco, mas logo em seguida, os trabalhadores decidem convocar sete colegas que já tinham saído sem receber seus direitos, inclusive até o antigo gerente. Tendo em vista que, segundo a lei<sup>28</sup>, para formalizar uma cooperativa era necessário 20 pessoas e eram apenas 12 trabalhadores, eles decidiram colocar no estatuto os nomes de familiares e do presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Brusque. Assim, finalmente, a cooperativa se formalizou com 10 sócios ativos e 10 inativos.

Embora os dirigentes sindicais formassem parte legalmente da cooperativa, em nenhum momento, eles participaram na toma de decisões nem se envolveram com a organização da produção dentro da cooperativa. Isto se difere, das outras experiências de ERTs mencionadas anteriormente. Lucas, durante a entrevista descreve a relação com o sindicato da seguinte forma:

A relação com o sindicato é boa, sempre tem contato com eles. Eles vêm aqui, a gente vai lá. Eles pagam o aluguel do galpão. O sindicato, também, entre aspas se orgulha, querendo ou não, ele fala que foi iniciativa deles, colocam nossa experiência como exemplo para outras empresas. Até a gente recebeu visitas de trabalhadores de outras empresas, outros sindicatos de outras cidades (Entrevista concedida em 19.05.2013).

---

<sup>28</sup> A lei 5764/71 exigia para a formalização de uma cooperativa pelo menos 20 associados diferenciando-se de países com tradição cooperativista, como Itália ou Espanha, onde exigem apenas três sócios. No Brasil essa lei se modificou e atualmente são necessários 10 sócios.

Para concretizar a formalização da cooperativa, os trabalhadores receberam, além da ajuda do sindicato, o apoio do prefeito de Brusque, Paulo Eccel. Ele participou da cerimônia de inauguração acompanhado pela chefe de gabinete Ana Baron Ludvig e do vereador líder da bancada do PT, Valmir Ludvig. Lucas relata, “a gente estava dependendo do aval, e não vinha, aí o prefeito chegou e, de um dia para o outro saiu. Só no dia da inauguração ele apareceu.” (Entrevista concedida em 19.05.2013).

Em 2013, a cooperativa produzia com dez trabalhadores e dois contratados, todos eles trabalhavam na antiga empresa. Apesar de esta experiência ser uma da mais recente no país, em pouco tempo de funcionamento, eles conseguiram produzir 70% de sua capacidade instalada e recuperar as vendas no mercado. As vendas concentram-se principalmente na região sul de Santa Catarina, e também possui alguns clientes em São Paulo.

As principais dificuldades da cooperativa são: a falta de capital de giro, o alto valor dos impostos a pagar <sup>29</sup> e a necessidade de adaptar o maquinário (precisa de manutenção e o custo da arrumação é muito alto)

O maquinário estava parado e a gente recuperou algumas máquinas. Parte elétrica foi modificada, como o maquinário é antigo, não tem as peças, obrigatoriamente tivemos que readaptar. Algumas modificações fizeram os trabalhadores, e, em outros casos, a gente contratou pessoas especializadas. Estava sucateado, na verdade (Entrevista concedida em 19.05.2013).

Os trabalhadores realizaram algumas adaptações simples no ma-

---

<sup>29</sup> Essa é uma dificuldade que se apresenta na maioria dos casos de ERTs no Brasil, porque ainda os empreendimentos provenientes de massas falidas constituídos em cooperativas não possuem nenhum tipo de lei nem política pública que os beneficie, ou deixe-os isentas dos pagamentos dos impostos ao governo (Henriques, et al., 2013). A cooperativa deve pagar o imposto por antecipação, ou seja, antes da entrega do produto ser realizada, embora a cooperativa receba o total do pagamento apenas quando o produto é entregue. Por enquanto, até o momento da visita, os cooperados não tinham conseguido nenhum tipo de facilidade.

quinário com o intuito de poder continuar produzindo. Por enquanto, as máquinas continuam em processo judicial e o sindicato tem a guarda. A intenção dos cooperados é que, uma vez finalizado o processo judicial, colocar todo o maquinário em leilão, a fim de poder trocá-lo pelas dívidas trabalhistas acumuladas durante a antiga gestão. Muito embora o valor da venda das máquinas não consiga saldar o total dessa dívida, a possibilidade de adquirir uma porcentagem já é um alento para os cooperados.

Eu, com 6 anos e Fabrício com 4, não tem nada de fundo de garantia, nada nunca foi depositado. Na época, a gente não conseguiu negociar com o governo essas dívidas. Tanto é que a gente não conseguiu tirar seguro de desemprego, nada. Nem de acordo com a lei, como não tinha nada de fundo de garantia e na época deu problema com a contabilidade e a contabilidade não queria passar os dados da antiga empresa. Os donos também estavam devendo para a contabilidade fazia tempo. Então tudo aquilo se juntou e a gente ficou sem salário, sem décimo terceiro, sem fundo de garantia, não conseguia retirar o seguro de desemprego. Nada, nada. Aqui na cooperativa, ficamos praticamente entre 6 e 7 meses só gastando sem receber nada e depois começou a tirar um pouquinho da cooperativa, mas os primeiros meses foram às famílias que ajudavam a gente. Pai, esposa, para manter-se. Acreditavam, confiavam na gente. Vocês querem continuar com isso, vai dar certo. Então o apoio da família, foi fundamental. Imagina a gente gastando e sem que entre nada de dinheiro.

Detalhe, a gente vendeu, a sucata toda na época deu 2500 reais, por aí, a gente colocou na cooperativa para comprar o básico, material de limpeza, foi no início, foi bem sofrido. Desde o começo, estamos trabalhando todos juntos (Entrevista concedida em 19.05.2013).

Como já foi ressaltado nas outras entrevistas, percebemos nesta fala a menção sobre o apoio que os operários receberam de suas famílias durante o período de maior crise. Sem esse apoio, e essa confiança, teria sido muito difícil para os trabalhadores continuar com o

processo de luta para recuperar seus empregos com a esperança de um futuro melhor.

Como muitas outras ERTs, com o intuito de comprar o mínimo de matéria prima para poder iniciar a produção, os trabalhadores da CMD venderam alguns insumos que estavam na fábrica junto com materiais descartáveis, por exemplo: papelão, vidro, ferro e sucata velha.

Para iniciar a produção os trabalhadores tiveram que reorganizar todo o processo produtivo e o lugar de trabalho. Em vários momentos, eles precisaram revezar suas funções ou fazer rodízio, dependendo das necessidades. Desta forma, a rotação das atividades começa por uma questão de necessidade momentânea, pois eram poucos trabalhadores. Os trabalhadores que tinham pouco conhecimento em matéria de administração, direção, comercialização tiveram que aprender novos saberes e habilidades. Segundo Lucas<sup>30</sup>,

A gente não fica só numa máquina específica. Tipo, Flávio é projetista, mas também às vezes ele trabalha na produção, no torno, como qualquer o outro vai (Entrevista concedida em 19.05.2013).

A produção é artesanal e não em série. Isto exige que os cooperados sejam especializados e exerçam suas funções específicas. O que não impede, contudo, que eles aprendam outras funções ou sobre a utilização das diferentes máquinas pelas quais passa o produto.

A CDM funciona com uma jornada de trabalho de nove horas diárias, mas conforme cada setor e, se for necessário os trabalhadores realizam horas extras.

Agora a gente trabalha das 7 às 17 horas. Além dessas horas, é pago hora extra, e se não tiver o dinheiro fica a dívida da cooperativa com o cooperado. Teve um período que não foi assim: tinha bastante pedido, e a gente não estava com capital de giro, então decidimos em assembleia fazer um

---

<sup>30</sup> Idem.

mutirão. Trabalhamos durante quase dois meses, 10 horas por dia, para tirar um pouco excedente, aí não foi pago hora extra (Entrevista concedida em 19.05.2013).

Ao se tornarem associados, os trabalhadores passam a ser orientados por uma lógica coletiva, encarregada de deliberações em conjunto, em busca de benefícios para todos. Percebemos, portanto, que trabalhar além do horário estabelecido, nessa ocasião, foi uma decisão coletiva em pro do benefício da cooperativa e de todos os cooperados. Fabrício, tesoureiro da cooperativa, diz

O nível de desgaste, de carga horária, está sendo maior que na antiga empresa, mas a gente tem um compromisso maior, então não é simplesmente chegar aqui no horário e logo ir embora. A gente fica até mais tarde ou chega mais cedo. A gente tem um compromisso, se tem que entregar tal equipamento naquele dia, a gente faz de tudo para entregar na data marcada. Hoje isso aqui é nosso e por isso, a gente faz o melhor. Sempre tem profissionalismo. A gente vai batalhar, já esta dando certo. Vamos batalhar para que continue (Entrevista concedida em 19.05.2013).<sup>31</sup>

As assembleias são organizadas anualmente depois do horário de trabalho, e se for necessário decidir sobre alguma ocorrência urgente, se realiza uma assembleia extraordinária. Durante as assembleias são eleitos mediante a votação o presidente e os líderes dos distintos setores.

Lucas relata:

Tem líder de produção, tipo encarregado, que coordena o giro da mercancia, o que vai sair, os horários do pessoal, se precisa hora extra, se precisa coordenar os funcionários. Ele é eleito por votação em assembleia, e renova contrato por um ano (Entrevista concedida em 19.05.2013).

---

<sup>31</sup> Fabrício tem 29 anos e é oriundo de Blumenau. Em 1998, ele começou a trabalhar na antiga empresa como projetista. Hoje em dia, realiza ambas as atividades: projetista e tesoureiro da cooperativa. Brusque. 19/7/2013. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

Também, durante as assembleias se debatem diferentes questões relacionadas com o encaminhamento da cooperativa, os assuntos mais frequentes são: aquisição de material, necessidades dos trabalhadores, sob a forma de retiradas, controle de gastos, entre outros. Além disso, a assembleia é um espaço para que os cooperados busquem coletivamente soluções frente às dificuldades que se apresentam e, ao mesmo tempo, colocar as dúvidas sobre qualquer outro assunto. Lucas relata:

Sempre quase todos participam. Às vezes tem discussões, às vezes são 10 maneiras de pensar, sempre tem algum que discorda de alguma coisa, sempre é debatido. A maioria decide o que é melhor para a cooperativa e é colocado em prática, e se uma pessoa discorda de alguma coisa e a maioria decide, infelizmente ela vai ter que aceitar.

Além da assembleia, temos o conselho fiscal e conselho administrativo. Conselho fiscal fiscaliza a gente. Todos os meses é debatido tudo. O conselho administrativo sugere, faz alguma sugestão, do que pode ser feito, e o que não pode. Todo o mês é feito isso. A gente muitas vezes leva sugestões e ideias e é feita votação: sim ou não, aprovado ou não, aprovada a medida. Todos têm direito a tomar a palavra (Entrevista concedida em 19.05.2013).

Conforme o relatado, é interessante destacar sobre a importância do direito de “tomar a palavra”. Isto representa muito mais que apenas falar, é uma forma de construir-se como sujeito referenciar-se à sua própria identidade.

Vale mencionar sobre a apropriação de novos conhecimentos por parte dos cooperados. Trata-se de uma forma de sociabilização do saber, ou seja, não se guarda nada para si, tudo se compartilha com os companheiros de luta. Inclusive, alguns trabalhadores tem a função de ensinar aos trabalhadores contratados o funcionamento das máquinas e a a realizar as peças. Lucas diz:

Teve uma palestra na região sobre cooperativismo, tem um cooperado que foi na palestra, se interessou, a gente trocou

uma ideia aqui na assembleia, e, através de votação, a gente decidiu que duas pessoas iam fazer isso aí. O que eles aprenderem no curso, a gente pode tentar programar dentro a cooperativa (Entrevista concedida em 19.05.2013).

Vale salientar que a CDM é a única ERTs no Brasil na qual, durante um período todos os trabalhadores receberam a mesma retirada<sup>32</sup>. Nas outras experiências brasileiras, percebe-se que apesar de estabelecer retiradas diferenciadas para as diversas categorias de trabalho, essa diferença não passa de 5 para 1 na maioria dos casos (66%) e raramente passa de 10 para 1 (Henriques et al., 2013).

Lucas descreve o assunto das retiradas da seguinte forma:

A retirada é igual para todos desde o começo. Esse valor a gente decidiu na primeira assembleia que a gente fez e ficou determinado esse valor, até hoje nunca foi questionado. No início, não tinham como retirar tudo, há três meses que a retirada é certinha. A gente tem intenção, claro, de aumentar a retirada, mas por enquanto a gente está mantendo ela.

[...] Nossa cooperativa só tem concorrente em São Paulo. Então para a cidade e para a Região Sul essa é uma oportunidade que a gente não poderia deixar escapar. Por isso, é necessário manter essa oportunidade. Agora tá indo bem, a gente tem bastante coisinha para melhorar, a gente fez o refeitório, a gente fez uma sala pra máquina que não tinha. A gente melhorou bastante o maquinário. A parte de estrutura e galpão, a gente vem mexendo constantemente, embora seja alugada, a gente está fazendo melhorias (Entrevista concedida em 19.05.2013).

Novamente, neste trecho da entrevista, percebe-se a importância outorgada à cooperativa para todo o coletivo dos trabalhadores, existe a esperança de alcançar uma melhoria. Assim, os novos aprendizes e compromissos assumidos se retroalimentam e se potencializam a partir de um conjunto de práticas sociais que tendem a democratizar

---

<sup>32</sup> Esta prática é aplicada na maioria das ERTs Argentinas (Ruggeri, 2011).

os mecanismos de informação e de tomada de decisão na gestão do trabalho, na produção e na divisão dos excedentes de produção.

Nos últimos anos houve varias melhorias na produção, compraram novo maquinário com investimento próprio, incorporaram novos trabalhadores (assalariados) e reformaram o espaço de trabalho.

Em 2016, os trabalhadores da CDM decidiram mudar a figura jurídica, deixam de ser uma cooperativa com o intuito de pagar menos imposto. Não obstante, os sócio-cooperados (7)<sup>33</sup> continuam tomando as decisões coletivamente, em reuniões e assembleias.

## Conclusão

Nas quatro experiências de ERTs analisadas – Cooperminas, Coopermetal, Coopermaq, CDM – existem vários aspectos interessantes para destacar. Por um lado, distinguimos que, em todos os casos mencionados, os trabalhadores são motivados a recuperar a empresa, pela urgência e pela necessidade de conservar seus postos de trabalho. O ato de recuperar, portanto, não advém de uma vontade, ou com uma proposta planejada de tomar o controle da produção como uma luta contra o capital. De fato, as todas as ERTs vendem seus produtos a empresas capitalistas e estão inseridas no jogo competitivo do mercado.

É diante da ausência, do abandono da atividade ou do descumprimento das obrigações dos empresários, que o direito ao trabalho é adquirido na ação coletiva. No entanto, isso significa que, mesmo não agindo com o objetivo de abolir a propriedade privada, os trabalhadores questionam o direito da propriedade frente ao direito do trabalho.

É possível verificar que os trabalhadores vão construindo novas subjetividades diante da restituição de seus direitos com: as mudanças no uso dos espaços da fábrica, a maior diversidade de tarefas, os

---

<sup>33</sup> Em 2013, a CDM funcionava com 10 sócios-cooperados, logo em 2017 eram apenas 7, pois 2 sócios decidiram sair da cooperativa e 1 faleceu.

processos de requalificação da força de trabalho, a flexibilização das normas e dos horários e a nova distribuição do saber.

Os trabalhadores devem aprender a realizar tarefas que nunca tiveram conhecimento e na maioria das vezes não possuem qualificação para executá-las, como exemplo, podemos citar: a gestão, as rotinas financeiras do empreendimento, estipular os preços aos produtos etc.

Em grande medida, constata-se que, que no momento de recuperação diminui o pessoal da área administrativa e dos postos hierárquicos (tais como gerentes, engenheiros, etc.). Inclusive, às vezes, trabalhadores do chão de fábrica, também decidem sair, frente às adversidades e às incertezas, uma vez que não existe nenhum tipo de garantia, preferem buscar outras opções de emprego. Dessa forma, eles vão embora sem receber seus direitos, pois, na maioria dos casos, os empresários não realizaram os depósitos correspondentes de INSS e FGTS.

Um dos maiores desafios refere-se às expectativas dos trabalhadores sobre as dívidas trabalhistas. O fato de permanecer na empresa e continuar na luta significa a possibilidade de receber algum benefício pelos anos trabalhados, seja com a aquisição das máquinas ou com a propriedade das instalações. Nesse caso, isso significaria a possibilidade de construir um espaço próprio junto com outros trabalhadores, e consequentemente, em longo prazo para sua família.

# 5

## SEMENTES DE ESPERANÇA: O MOVIMENTO DAS ERTs NA AMÉRICA DO SUL

*La unidad de nuestros pueblos  
no es simple quimera de los hombres  
sino inexorable secreto del destino.*

Simón Bolívar

**N**este capítulo discorreremos sobre as características do fenômeno das ERTs na Argentina e no Uruguai. Com o intuito de desvendar a dinâmica sociopolítica do fenômeno das ERTs como um movimento internacional, faremos referência, em primeiro lugar, às estratégias de articulação sociopolítica e econômica entre os países da Região Sul e as políticas públicas adotadas pelos governos diante do fenômeno das ERTs. Em segundo lugar, mencionaremos dos dados mais gerais das ERTs argentinas e uruguaias, como: dimensão do setor em termos quantitativos, características do processo de recuperação, as relações e vínculos que se estabelecem com os movimentos sociais e sindicais.

### **As estratégias sociopolíticas da Região Sul da América Latina**

Ao longo das últimas décadas, os países latino-americanos vêm experimentando diversas alterações através da reconfiguração dos processos sociais e políticos, tais como ciclos de luta desde diversas

forças sociais que se trasladaram às forças políticas institucionais, com a finalidade de deter o impulso neoliberal característico da década de 1990. Em função disso, tornou-se uma tendência, nos países da Região Sul, instaurar e dar continuidade, a regimes democráticos com tendências progressistas, viabilizados por diversos presidentes: Chávez (1999-2013) e Maduro (2014-2018) na Venezuela; Nestor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2015) na Argentina; Evo Morales na Bolívia (2006-2014), Rafael Correa no Equador (2007-2014); Luiz Inácio da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) no Brasil, Tabaré Ramón Vázquez Rosas (2005-2010) e José Alberto Mujica no Uruguai (2010-2014), e Fernando Armindo Lugo de Méndez no Paraguai (2008-2012).

No entanto, os anos recentes, estamos vivendo retrocessos políticos, sociais e econômicos, com os novos governos conservadores, de Mauricio Macri na Argentina e Michel Temer (PMDB) no Brasil.

Convém lembrar que, entre os anos 1940 e 1980, a maioria dos países latino-americanos sofreram uma sucessão constante de golpes de Estado extremamente violentos com consequências devastadoras na sociedade civil.<sup>1</sup> Em seguida, foram sucedidos por governos de tendência neoliberal, que seguiram as políticas econômicas recomendadas pelo “Consenso de Washington”.

A abertura das economias dos países, em um contexto de globalização econômica, e diante do risco de serem marginalizados frente à formação de grandes blocos econômicos, estimulou aos diversos governos a realizar alianças e estabelecer uma colisão de países da região com o objetivo de desenvolver políticas independentes das potências mundiais hegemônicas, apoiados na consolidação das democracias, que adjudicava aos Estados respeito e credibilidade no cenário internacional (Amorim, 2009).

---

<sup>1</sup> Entendemos a sociedade civil definida como uma esfera organizada da vida social, na qual os atores coletivos expressam tanto interesses quanto valores, e efetuam demandas ao Estado (Portantiero, 2000).

Nesse sentido, faz-se necessário abordar a relevância da constituição do Mercosul (Mercado Comum do Sul) e da Unasur (União de Nações Sul-americanas), no âmbito regional. Por um lado, o Mercosul é uma união aduaneira formada em 1991, inicialmente, pelos países Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e, desde o dia 31 de julho de 2012, Venezuela se incorporou como membro pleno.<sup>2</sup>

Embora o Mercosul tenha sido criado em 1991, os esboços deste acordo datam da década de 1980, quando Brasil e Argentina assinaram vários acordos comerciais com a intenção de integrar-se economicamente. Observa-se que, se tratava de negociações entre dois países recém saídos de regimes autoritários, característica também presente, tanto no Paraguai quanto no Uruguai, no momento das suas adesões (Mellado, 2001).

A integração regional representava, nesse contexto, um apoio externo a suas incipientes democracias, reforçando sua estabilidade por meio de compromissos internacionais, que erigiram o princípio democrático como condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração.<sup>3</sup>

Por outro lado, a Unasur é um organismo internacional de âmbito regional intergovernamental, formado por doze Estados: Argentina, Peru, Chile, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname, Bolívia, Uruguai, Colômbia, Brasil, Paraguai. O tratado constitutivo se firmou no dia 23 de maio de 2008<sup>4</sup> na cidade de Brasília, onde se estruturou e se oficializou a organização.

A Unasur, como projeto de integração regional, apresenta como principal objetivo, construir de forma participativa e com consenso, uma

---

<sup>2</sup> Como consequência da remoção de Fernando Lugo da presidência do Paraguai, o país foi temporariamente suspenso do bloco, e esse fato tornou possível a adesão de Venezuela.

<sup>3</sup> Protocolo de Ushuaia, 1998, artigo 1º. Ver: <http://www.Mercosur.int>

<sup>4</sup> A primeira em ocupar o cargo da presidência foi à presidenta de Chile, Michelle Bachelet, com um mandato de um ano de duração.

identidade e cidadania sul-americana, um espaço de integração e união em diferentes âmbitos (cultural, social, econômico e político) entre seus integrantes. A proposta é utilizar o diálogo político e as políticas sociais, para abordar diversos assuntos (educação, energia, infra-estrutura, questões financeiras e do meio ambiente) com o intuito de eliminar a desigualdade socioeconômica, lograr uma inclusão social, a participação da cidadania e fortalecer os governos democráticos (Meunier e De Almeida, 2013).

Apesar de ter sido constituída em 2008, a Unasur é resultado de um processo de discussão iniciado com as Reuniões dos Presidentes da América do Sul, sucedidas entre 2000 e 2004. O primeiro encontro de presidentes sul-americanos desenhava os novos contornos de como pensar a região, em período marcado por questionamentos do neoliberalismo e pela eclosão de movimentos sociais reivindicativos de novas agendas políticas. De fato, a Unasur surge das discussões políticas sobre como fomentar a convergência de interesses dentro da região (Vizentini, 2007).

Vale mencionar que nos últimos anos, se fundaram outros organismos de integração regional na América do Sul, como: a Comunidade Andina (CAN) e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba). Existem, também, várias iniciativas de cooperação bilaterais no interior do subcontinente e multilaterais, compreendendo outros países da América, como a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), a Organização de Estados Americanos (OEA) e a recente Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a Aliança do Pacífico.<sup>5</sup>

Nesse contexto político de governos democráticos e acordos regionais surgidos no final da década de 1990, e início do ano 2000, se apresenta um marco de oportunidades políticas (Tarrow, 2002-2009),

---

<sup>5</sup> Em 2012 formou-se a aliança como um bloco comercial latino-americano. Os membros-fundadores foram Chile, Colômbia, México e Peru. A Costa Rica incorporou-se ao grupo em 2013.

que leva também ao surgimento, nos diversos países latino-americanos, de movimentos sociais de resistência ao conjunto das políticas neoliberais adotadas pelos governos nos anos anteriores. Podemos mencionar como exemplos: o MST no Brasil, o movimento de desocupados, de assembleias nos bairros<sup>6</sup> e das ERTs na Argentina, e o impulso do movimento cooperativo no Uruguai.

O impacto desses movimentos percebe-se, tanto no âmbito social quanto no plano político institucional. Segundo o pesquisador A. Melucci (1998), os movimentos sociais não são homogêneos e não devem, necessariamente, adquirir uma qualidade organizativa centralizada. O autor analisa os movimentos sociais como expressões simbólicas de uma nova ordem cultural emergente. Por tanto, ele afirma:

El surgimiento de nuevos tipos de movimientos sociales: a. cuestiona el viejo orden político centralizado, b. invocan la solidaridad, c. manifiestan un conflicto social, d. conllevan una ruptura de los límites de compatibilidad del sistema capitalista dentro del cual la acción tiene lugar...por lo tanto no todas las formas de acción colectiva son movimientos sociales. El punto crítico es definir el sistema de acción concreto y el momento o el grado en que sus límites se rompen (Melucci, 1998, p. 109).

---

<sup>6</sup> As assembleias de bairro são núcleos organizados espontaneamente pelos vizinhos da cidade de Buenos Aires, e de outras grandes cidades do país. As assembleias se organizam a fim de reclamar e exigir a mudança do sistema político do país. Essa exigência radicalizada se expressava no lema “que se vayan todos”. Uma característica central das assembleias é sua apropriação do espaço urbano, por meio de reuniões periódicas nas esquinas, nas praças. Essa apropriação gerou literalmente um espaço público para estimular os debates, as discussões, as reclamações e as propostas. Durante as assembleias se discutia uma agenda extensa e variada de diversos temas e problemáticas, e se elaboravam propostas alternativas de aprofundamento democrático. Por meio dessas discussões, se promoviam os princípios de uma democracia não delegativa e a ação direta, a autonomia com respeito a toda a forma organizada externa, a horizontalidade na tomada de decisões. As assembleias voltaram-se paulatinamente para atividades vinculadas com a organização de serviços sociais e culturais para o bairro de inserção, desde compras comunitárias até a instalação de “merendeiros”, a geração de empreendimentos produtivos, oficinas de capacitação, ciclos de cinema, grupos de estudo etc (Fajn, 2004; Rebón, 2005)

Nesse sentido, consideramos que as novas formas de ação coletiva, tais como as ERTS e as cooperativas, que surgem em diversos países de latinoamérica, constituem em seu conjunto, um movimento social, na medida em que se questiona o velho padrão de ação política e descentraliza o poder, reivindicando, valores tais como: ação coletiva, democracia direta, solidariedade, confiança e reciprocidade.

O novo marco de oportunidades promove, a partir de alguns setores do Estado e dos movimentos sociais, a possibilidade de realizar acordos políticos que precisam de um trabalho de construção de confiança entre as partes com base em necessidades comuns objetivas (Tilly 2010). A construção das políticas públicas<sup>7</sup> não pode ser já vista exclusivamente como uma função do Estado e seu aparato institucional, senão, desde uma perspectiva relacional centrada na interação entre as organizações do Estado e da sociedade civil, que tome em consideração as características de cada uma delas e a forma em que estas incidem nessa interação, constituindo uma tríade entre Estado, sociedade e mercado.

Concordamos com Ianni (1989) quando afirma que a dinâmica da sociedade reflete na configuração do Estado:

A análise do Estado é uma forma de conhecer a sociedade. Se é verdade que a sociedade funda o Estado, também é inegável que o Estado é constitutivo daquela. As forças sociais que predominam na sociedade, em dada época, podem não só influenciar a organização do Estado como incutir-lhe tendências que influenciam o jogo das forças sociais e o conjunto da sociedade. É claro que o Estado não pode ser organizado senão em conformidade com as tendências da

---

<sup>7</sup> Entendemos as políticas públicas “como conjunto de acciones y omisiones” (iniciativas y respuestas, manifiestas o implícitas) que expresam “una determinada modalidad de intervención del Estado en relación con una cuestión que concita la atención, interés o movilización de otros actores en la sociedad civil” (Oszlak e O’Donnell, 1995, p. 112-113). Em conjunto, a política estatal indica as “tomas de posición del estado respecto de cierta cuestión, y si este conjunto tiende a variar tanto a través de diversos organismos estatales como a lo largo del tiempo, es evidente que tal política no puede ser entendida ni explicada prescindiendo de las políticas de otros actores” (Oszlak e O’Donnell, 1995, p. 115)

sociedade, mas pode ser levado a privilegiar uma ou outra direção, conforme os desígnios dos que detém o poder (p. 36)

Consideramos relevante aprofundar sobre as estratégias políticas aplicadas pelos governos de Argentina e do Uruguai em torno do movimento de ERTs. Assim, como também, desvendar o processo de articulação que, ao mesmo tempo em que preserva as identidades dos países, avança na configuração de um movimento internacional. Este movimento foi adquirindo força política e social mediante a construção de laços sólidos e parceria que visam projetar estratégias de integração produtiva.

## As experiências de ERTs na Argentina

As primeiras recuperadas surgiram finais dos anos 1980, na zona sul de Gran Buenos Aires, quando a seccional de Quilmes da União Obreira Metalúrgica (UOM)<sup>8</sup> incentivou a formação de cooperativas, com o intuito de recuperar as empresas. No entanto, a origem das ERTs se acentua e se torna visível em todo o país depois de dois dias intensos de estouro social, 19 e 20 de dezembro de 2001.<sup>9</sup>

Nesta data, mulheres, homens e crianças de distintas classes sociais e diferentes faixas etárias decidiram sair de suas casa, na cidade de Buenos Aires, com o objetivo de repudiar a declaração de Estado de sítio decretada pelo presidente Fernando De la Rúa (1999-2001). A população saiu nas ruas, também, com o intuito de protestar pela situação econômica, social e política crítica que afetava todo o país<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> É o sindicato que agrupa aos trabalhadores metalúrgicos da República Argentina, é tradicionalmente um das bases do sindicalismo peronista. Ver: <http://www.uomquilmes.org.ar>

<sup>9</sup> No entanto, as primeiras experiências de ERTs surgiram principio dos anos 1990 de forma isolada de outros movimentos sociais. Uma das primeiras experiências de recuperada foi a Industrias Metalúrgicas y Plásticas Argentina Cooperativa Ltda. (IMPA), situada na cidade de Buenos Aires (Rebón, 2004).

<sup>10</sup> A Argentina atravessou durante a década de 1990, e principalmente durante o governo do presidente Carlos Saul Menem (1989-1999), uma mudança de modelo econômico, que na verdade, já tinha começado durante o governo de fato (1976-1982).

Este momento marcou um ponto de ebulição política e deu início a um processo de forte ampliação da participação da população em espaços abertos de debate aumentando, dessa forma, a politização da sociedade.

Convém realçar que, durante a maior parte do século XX, e apesar da recorrente instabilidade política introduzida pelos governos militares, os partidos políticos argentinos conseguiram subsumir-se à política. No entanto, o cenário em 2001 apresentou graves desajustes, fissuras e brechas. O colapso político, institucional e econômico, pôs em questão o sistema de partidos e as formas delegativas da democracia que prevaleceram desde o ano 1983 com o fim da ditadura. De acordo com Sidney Tarrow (1997), o ciclo de protestos consiste em:

Una fase de intensificación de conflictos y de confrontación dentro del sistema social, que incluye una difusión rápida de la acción colectiva de los sectores mas movilizados a los menos movilizados, un ritmo de innovación acelerada de las formas de confrontación, cuadros nuevos o transformados por la acción colectiva, una combinación de participación organizada y no organizada, y secuencias de interacción intensificada entre los disidentes y las autoridades que pueden terminar en la reforma, la represión y, a veces, en una revolución (p. 163-165).

Em todo este processo de ciclos de protestos, as ações coletivas adquirem a capacidade de transformar-se em movimento social a partir do momento em que se elabora uma estratégia política que orienta o protesto até o poder governamental. Segundo Tarrow (1997), os fatores estruturais conjunturais (tanto econômicos quanto políticos) são determinantes para o desenvolvimento do movimento social.

Daí a importância de destacar que o processo de recuperação de

---

As principais medidas de ajuste econômico recomendadas pelo "Consenso de Washington" foram: a abertura comercial, as privatizações, e o desmantelamento do aparelho estatal. As consequências destas medidas foram principalmente: o aumento do desemprego a mais de 20 % da população, o que causou uma das piores recessões que a Argentina já teve na história e aumento da pobreza (Basualdo, 2001).

empresas na Argentina foi acompanhado pela formação de assembleias nos bairros, sociedades de troca<sup>11</sup>, organização de amplas mobilizações em todo o país e pelo surgimento de um novo grupo de resistência social: os *piqueteros*.<sup>12</sup> Segundo Martinez (2004), as empresas recuperadas se apresentam como uma situação defensiva,

Es oportuno inscribir la experiencia de las fábricas recuperadas, como un cambio en la respuesta de la clase trabajadora a la posibilidad de un desempleo seguro en una economía que lleva más de cuatro años de recesión. Los trabajadores han comenzado a creer en sus propias fuerzas y en la posibilidad de dar la lucha para mantener la fuente de trabajo, sin tener otra posibilidad que la ocupación de los espacios productivos (p. 14).

Nessas circunstâncias, muitos homens e mulheres que, diante do desespero de perderem seus empregos, decidiram apropriar-se de seu lugar de trabalho e se tornarem os responsáveis pela direção das empresas, com a insígnia de luta: “Fábrica quebrada, fábrica tomada”.

É importante salientar que, antes de iniciar a recuperação, a maioria das empresas estavam em processo de falência ou pré-falência, sob as cobranças de credores, ou haviam sido abandonadas por seus proprietários, inclusive sem realizar os processos formais de fechamento do

---

<sup>11</sup> A sociedade ou clubes de troca surgiram em 1995. Na época, foram definidos por seus promotores como uma rede de economia alternativa à economia formal. As redes de troca se sustentavam nos valores de cooperação e de intercâmbio recíproco e solidário, porém, significavam uma verdadeira contracultura perante o individualismo e a competição valorizada pelo neoliberalismo predominante durante os anos 1990. O crescimento das redes de troca foi muito rápido, e em 2002, chegou a incorporar vários milhões de pessoas Magnani (2003); Rebón, (2004).

<sup>12</sup> O *piquetero* constitui-se na personificação social de homens e mulheres desempregados que resolveram se organizar e se manifestar nas estradas para enfrentar a crise, como forma de protesto diante da falta de emprego. Após os anos 1990, a medida de corte das estradas e dos caminhos converteu-se na forma dominante que os desempregados utilizaram para manifestar-se e assegurar a sua sobrevivência. Os bloqueios de estrada alcançaram um forte e imediato efeito na mídia e dessa forma a luta se tornou pública. Nesse período surgiram movimentos de desempregados e piqueteiros centrados em torno do protesto social e baseados na solidariedade e na busca de soluções para as necessidades individuais e coletivas (Magnani, 2003; Rebón, 2004).

estabelecimento. É possível verificar que os trabalhadores vivenciaram todo o processo de deterioração industrial e de flexibilização laboral.

Em geral, a crise de cada empresa foi precedida pela ruptura dos contratos de trabalho, traduzida em diminuições de salários, pagamentos em “vales”, falta de contribuições previdenciárias, demissões sem causa justa.

Diante desse cenário, e com uma conjuntura de crescente desemprego, os trabalhadores se viram obrigados a aceitar essas condições de precariedade contratual para preservar seus postos de trabalho. Conforme Ruggeri (2011) a recuperação,

Se trataba de un camino impensado e, inclusive, no deseado, porque la perspectiva de la lucha inmediata era la continuidad del trabajo asalariado. La autogestión se da, como ya señalamos, en un contexto claramente defensivo y en el cual, para estos trabajadores, cualquier otra opción era peor (p. 65)

Deste modo, ante a possibilidade de perder os empregos e com o intuito de manter a empresa funcionando e lutar por seus direitos, a luta pela recuperação era a única alternativa possível. O efeito imediato foi a necessidade de utilizar diversas medidas de força com o intuito de defender os empregos e seus direitos. Em muitos casos, os trabalhadores devem: ocupar as instalações para impedir, tanto a entrada da polícia ou do juiz quanto para evitar a retirada do maquinário (73,58% das ERTs); acampar na frente da empresa ou nas ruas (30%), organizar passeatas e mobilizações chamando à comunidade, partidos políticos e movimentos sociais (15%) (Ruggeri, 2011).

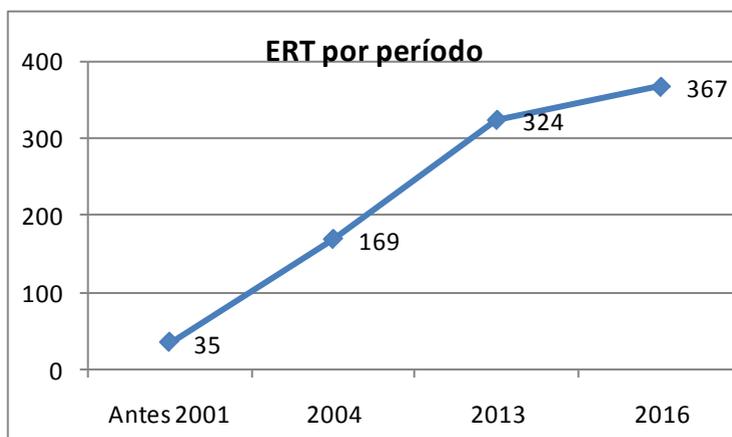
Essas tendências e caráter social de luta permitem articular o repertório de ação coletiva (Tilly, 1978-2002), e o ciclo de protestos (Tarrow, 1997- 2009), com a dimensão cultural e as formas de mobilização, como forma de rupturas culturais que fazem aflorar à superfície as contradições latentes. Nesta condição, o movimento de ERTs envolve a redefinição das relações entre capital-trabalho e põe em discussão

a vigência irrestrita do direito de propriedade, proporcionando aos trabalhadores uma nova ferramenta de pressão e negociação frente aos empresários.

Segundo os dados do último levantamento das ERTs realizado em 2017 pelo “Programa de Facultad Abierta”<sup>13</sup> existem 367 casos, que incorporam um total de 15.948 trabalhadores e trabalhadoras.

Tendo em vista os resultados dos levantamentos anteriores, realizados em 2003, 2005, 2010, 2014, percebe-se um considerável aumento das experiências: em 2002 existiam 128 casos de ERTs, depois em 2004 foram registradas 161 ERTs com um total de 6900 trabalhadores, logo em 2011 existiam 205 (Ruggeri, 2011).

Gráfico 6 – Evolução do processo de recuperação



Fonte: Ruggeri, 2017.

<sup>13</sup> Constituído em março de 2002 como um programa de extensão universitário, combina atividades de pesquisa e o apoio à luta dos trabalhadores de empresas recuperadas. O programa realizou vários levantamentos gerais sobre as ERTs. O objetivo desses levantamentos é analisar as ERTs, com o intuito de precisar o alcance do fenômeno em termos quantitativos e qualitativos. A equipe de pesquisa, em termos gerais, está formada pelos membros do Programa e por estudantes voluntários de vários cursos das Faculdades de Filosofia e Letras e Ciências Sociais da Universidade de Buenos

Desta informação, constata-se que o ritmo e consolidação de novos casos de ERTs é contínuo e estável nos últimos anos. Também, é importante mencionar que o fechamento de ERTs é relativamente baixo, desde 2002 até 2016, fecharam apenas 43 experiências, ou seja, a taxa de mortalidade é de aproximadamente 1 de 10 ERTs.<sup>14</sup>

Este dado se diferencia do que acontece no Brasil, onde nos últimos anos não surgiram novos casos de ERTs e muitas tiveram que fechar suas portas. No entanto, cabe mencionar que houve algumas tentativas de recuperação, mais apenas uma só conseguiu se formalizar. Deduzimos que esta situação se deve principalmente, à falta de políticas públicas específicas para as ERTs, assim como também a ausência de um movimento social forte que outorgue assessorias e apoio a estas iniciativas.

Igualmente ao que sucede no Brasil, a maioria das ERTs na Argentina pertence ao ramo metalúrgico (19,62%) em segundo lugar, coloca-se a indústria alimentícia (13,62), e em terceiro lugar, as gráficas (10,358%). A seguir a tabela com todos os dados:

Tabela 1 – Distribuição por atividade

Ramo	Quant.	%
Metalúrgicas	72	19,62%
Alimentícias	50	13,62%
Gráficas	38	10,35%
Textil	28	7,63%
Gastronomia	25	6,81%
Industria da Carne	25	6,81%
Construção	18	4,90 %
Saúde	12	3,27%

---

Aires. A equipe interdisciplinar obteve os dados através de visitas conduzidas e a aplicação de um questionário semiestruturado aos trabalhadores das ERTs. Ver: [www.recuperadasdoc.com.ar](http://www.recuperadasdoc.com.ar)

<sup>14</sup> Las empresas recuperadas por los trabajadores en los comienzos del gobierno de Mauricio Macri, 2016. Disponible en: <http://www.recuperadasdoc.com.ar/informe-mayo-2016.pdf>.

## A caminhada de luta dos trabalhadores das empresas recuperadas

| Maria Alejandra Paulucci

Madreira/aserradero	10	2,72%
Industria do Couro	9	2,45%
Educação	9	2,45%
Meios de Comunicação	8	2,18%
Transporte	8	2,18%
Químicas	8	2,18%
Vidro	7	1,91%
Plástico	6	1,63%
Comercio	6	1,63%
Combustível	5	1,36%
Hotelaria	5	1,36%
Logística e Manutenção	5	1,36%
Industria de Calçado	4	1,09%
Papelaria	3	0,82%
Industria naval	2	0,54%
Minería	2	0,54%
Borracha	1	0,27%
Editora	1	0,27%
Total	367	100%

Fonte: Informe das ERTs Argentina – março, 2016.

Verificamos, tomando como referencia os dados dos levantamentos anteriores sobre as ERTs que, desde o ano 2010, a importância relativa das metalúrgicas está diminuindo: em 2004 ocupavam o 29% das ERTs. Efetivamente, se apresenta uma maior diversificação de sectores económicos e um aumento das experiências recuperadas dedicadas aos serviços. Por exemplo, houve um aumento de restaurantes e de meios de comunicação (jornais e rádios), mostrado assim, que não é apenas um fenómeno industrial.

Vale ressaltar que a maioria das ERTs são Pymes (pequenas e médias empresas). A média é de 43,4 trabalhadores em cada empreendimento, número pouco menor em comparação aos levantamentos anteriores: em 2004 a média era de 44,3 trabalhadores e, em 2010, de 45,6.

A maior parte das ERTs estão concentradas em Gran Buenos Aires (GBA)<sup>15</sup>, 112 casos, a seguir no interior da província de Buenos Aires com 70 casos, e na província de Santa Fe existem 26 experiências, as restantes de ERTs estão espalhadas por todo o país. A tabela abaixo sintetiza os dados da distribuição geográfica das ERTs:

Tabela 2 – Lista do número de ERTs por província

<b>Províncias</b>	<b>Nº ERTs</b>
GBA	119
CABA	70
Bs As (interior)	54
Santa Fe	26
Córdoba	15
Río Negro	12
Chaco	9
Mendoza	8
Misiones	7
San Luis	6
Entre Ríos	6
Neuquén	6
La Pampa	6
Corrientes	5
La Rioja	5
Chubut	4
Tucumán	3
Jujuy	2
San Juan	2
Santiago del Estero	1
Tierra del Fuego	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Ruggeri, 2016.

---

<sup>15</sup> Gran Buenos Aires (GBA) é a denominação genérica utilizada para referir-se à Cidade Autônoma de Buenos Aires e cercanias na Província de Buenos Aires. O GBA é um dos polos industriais e econômicos mais importantes da Argentina.

Nos últimos levantamentos, verifica-se uma maior distribuição, existem experiências nas 21 das 24 províncias. No entanto, nas primeiras pesquisas sobre as ERTs se verificava que a maioria estavam concentradas em Buenos Aires e Gran Buenos Aires (Ruggeri, 2016).

## A formação legal dos empreendimentos

Depois de recuperada a empresa, a maioria das experiências de ERTs (95%) opta por formar uma cooperativa. Alguns casos mantêm a forma legal de sociedade comercial estabelecida anteriormente e, em outros casos, chegam a realizar acordos com os patrões para se incorporar como acionistas da empresa.

A adoção da figura de cooperativa responde, sobretudo, à necessidade de constituir um sujeito juridicamente responsável para realizar as transações econômicas e financeiras da empresa. Diversos autores apontam que a opção de constituir uma cooperativa não se deve a uma questão ideológica, e sim, ao contexto sociopolítico do país: políticas públicas dos governos e o apoio dos movimentos sociais e sindicatos nessa direção (Fajn, 2003; Rebón, 2006; Ruggeri, 2005).

O contexto desfavorável para outras alternativas pode ser exemplificado por duas iniciativas fracassadas de estatização: a empresa Brukman (na cidade de Buenos Aires) e Zanón (na província de Neuquén) que, ante a negativa do governo, optaram pela formação de uma cooperativa.<sup>16</sup>

Note-se então, que o Estado institucionaliza certas formas de acionamento para recuperar a empresa, neste caso a alternativa legal que

---

<sup>16</sup> Ambas as experiências foram casos emblemáticos de ERTs. A “Fábrica Sin Patrón” (FasinPat – ex Zanón) foi uma das primeiras ERTs em conseguir a expropriação temporária em 2009. Finalmente, em janeiro de 2014, depois de 12 anos de luta, os 450 trabalhadores conseguiram o título da propriedade da fábrica (Jornal: Pagina/12, 17/01/14, Buenos Aires Argentina). Para maior informação sobre a história das empresas Brukman e FasinPat ver: Chaves, 2008; Picchetti, 2002; Aiziczon, 2009; Henriques, 2013.

permite recuperar a empresa é a formação de uma cooperativa, junto com a lei de expropriação e doação mediante o pagamento das indenizações aos trabalhadores. As outras opções são pouco conciliáveis com as políticas do governo, por isso se mostram contrárias e, consequentemente, por este motivo as empresas sofrem contínuas ameaças de despejo denúncias etc.

Podemos afirmar que, a eleição do marco legal via cooperativa, implica certas vantagens para os trabalhadores: em primeiro lugar permite obter o controle da fábrica sem assumir as responsabilidades da empresa anterior (as dívidas e os problemas legais), em segundo lugar, operar de forma legal dentro do mercado e serem beneficiários de uma eventual expropriação por parte do Estado.

Com efeito, na Argentina, a aprovação da lei de expropriação<sup>17</sup> permite a declaração da utilidade pública das unidades produtivas e autoriza aos trabalhadores a utilizar, temporalmente, os estabelecimentos mediante a constituição de uma cooperativa de trabalho. A combinação desta prática inaugurou um conflito tanto no âmbito econômico-político quanto jurídico: De fato, declarar a utilidade pública das empresas permite aos trabalhadores negociar um contrato de locação com o juiz a cargo da falência (Ruggeri, 2011).<sup>18</sup>

Tendo em vista esta lei, 63% dos casos de ERTs obtiveram a expropriação a favor da cooperativa, 19% delas foram expropriadas definitivamente, e 81% conseguiram expropriações temporárias (em função disso, os trabalhadores devem mobilizar-se para renovar a expropriação a cada dois anos). Também 5% das ERTs permanecem sobre a ocupação, ou seja, sem nenhum tipo de resolução legal e 10% não conseguiu realizar um acordo, nem com o juiz da causa nem com os antigos donos (Ruggeri, 2011).

---

<sup>17</sup> A lei 238 promulgada em 1999 (Ruggeri et al., 2013).

<sup>18</sup> Durante os governos Kirchenistas, muitas ERTs conseguiram a expropriação. Desde 2005, com o novo governo de "Cambiemos", se vetaram mais de 7 lei de expropriação. Mediante estas medidas, e os atrasos nos processos judiciais, verifica-se a posição contrária ao desenvolvimento das recuperadas por parte do governo de Cambiemos.

Nas experiências argentinas, segundo o levantamento realizado em 2010, constata-se que 88% das ERTs realizam periodicamente assembleias, entre as quais 44% dos casos acontecem semanalmente e em 35% mensalmente (Ruggeri, 2011). Segundo a Lei Nacional de Cooperativa <sup>19</sup>, é necessário e obrigatório realizar uma assembleia anual, pois é o órgão superior e soberano da cooperativa.

Durante as assembleias, se realizam as eleições dos coordenadores e se debate sobre questões relacionadas à cooperativa; determina-se um conselho administrativo, órgão composto por associados eleitos pela assembleia, cuja função é coordenar as operações administrativas; o controle é exercido pelo Inaes (Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social).<sup>20</sup>

A efetivação do modelo de gestão democrático é uma das inovações sociais que se apresentam nas ERTs, pois está estritamente relacionado ao rompimento das relações empregado-empregador na sua essência, deslegitimando, dentro do empreendimento, o controle burocrático e a hierarquização do processo decisório, em suma: a estrutura de poder antigamente legítima.

A possibilidade de quebrar as formas das antigas relações permite aos trabalhadores fazerem e pensarem diferente, se transformarem como sujeitos que descobrem as novas potencialidades dentro de si, tanto individualmente quanto coletivamente, onde o coletivo predomina sobre o individual e se decide coletivamente como construir relações que devem dessa forma, reconquistar espaços e reconstruir todo o aprendizado.

Cabe destacar que, há ainda a inexistência de um marco normativo que reconheça esta forma coletiva de organizar o trabalho. E além do mais, continua a impossibilidade de acesso ao plano de saúde e ao se-

---

<sup>19</sup> Lei n. 20.337, sancionada em 1973 (Ruggeri, 2011).

<sup>20</sup> O Inaes faz parte do âmbito governamental, depende do Ministério de Desenvolvimento Social. É um organismo que agrupa todas as cooperativas do país e regula suas atividades. Ver: [www.Inaes.gov.ar](http://www.Inaes.gov.ar)

guro de desemprego. Segundo a legislação vigente, se um trabalhador não é um assalariado, ou seja, não possui uma relação de dependência estabelecida, ele é um trabalhador autônomo. Mas os trabalhadores das ERTs não são trabalhadores independentes que desenvolvem sua atividade de forma individual, pelo contrário, eles são autogestionados, ou seja, trabalham coletivamente e realizam suas atividades através do trabalho associativo.

Diante desta ausência, atualmente as demandas dos trabalhadores excedem o direito ao trabalho, e apontam a definição de uma política pública orientada ao setor das recuperadas. Portanto, o protesto constitui também uma reivindicação de direitos institucionalizados ligados ao trabalho assalariado.

## Perfil dos trabalhadores

Verifica-se que, da mesma forma que sucede nas experiências brasileiras, na maioria das ERTs Argentinas os trabalhadores que optaram por sair da empresa pertencem ao setor administrativo, pois são os que possuem maiores probabilidade de se inserir novamente no mercado de trabalho. Os trabalhadores que permanecem com o fim de recuperar a empresa são predominantemente o pessoal da produção e do chão de fábrica, que conhecem o funcionamento das máquinas e o processo produtivo. Ou seja, eles sabem produzir, mas este conhecimento existe de forma fragmentada dentro da fábrica, por isso foi necessário a apropriação coletiva desse conhecimento para iniciar a produção e logo alcançar sustentabilidade.

Ainda já com a empresa recuperada, muitos trabalhadores decidiram sair, devido, principalmente, aos problemas iniciais para começar a produção, pelos baixos ingressos (especialmente no primeiro período da recuperação), e também pelas dificuldades de adaptar-se à forma de gestão autogestionária. Também, muitos trabalhadores estão no limite para se aposentar, não obstante, em 85% casos de ERTs os aposenta-

dos continuam trabalhando. O elevado número de trabalhadores nesta situação se deve, muitas vezes, a que os antigos empregadores não realizavam os aportes correspondentes. Ou seja, quando o trabalhador alcança a idade para se aposentar, não consegue cobrir a quantidade de anos de aportes.

Diante da saída de alguns trabalhadores, e da necessidade de renovar o pessoal, a maioria das experiências prefere colocar familiares para trabalhar, que conhecem todo o esforço e a luta que atravessaram os trabalhadores para conseguirem colocar a empresa novamente em funcionamento. Inclusive, preferem incorporar os trabalhadores demitidos antes de recuperação que conhecem o funcionamento da fábrica, o processo produtivo, as funções e os colegas de trabalho (Gracia, 2012; Rebón, 2006; Ruggeri, 2005).

## A produção

As maiores dificuldades que atravessam as ERTs argentinas são: inserir-se novamente no mercado (52,32%), falta de capital (25,37%) e falta de maquinaria adequada (17%). Também podemos mencionar a dificuldade de acesso a crédito, que ajudaria a: substituir equipamentos parados da antiga empresa, participar de leilões da massa falida. No entanto, 70% dos casos de ERTs afirmaram que as máquinas estão em boas condições, um pouco mais de 26 % confirmam que estão obsoletas e apenas 14% dos casos consideram que faltam máquinas.

Convém salientar que o bom estado do maquinário deve-se, principalmente, ao fato de que 60% das empresas incorporaram maquinário com investimento realizado pelos próprios trabalhadores, 20% conseguiram juntando dinheiro da cooperativa e adquirindo subsídios e apenas 10% conseguiram subsídios estatais (Ruggeri, 2011).

Vale destacar que, uma das maiores inovações sociais dentro das experiências de ERTs na Argentina é a equiparação das retiradas. Visto

que durante o primeiro período da recuperação, o salário dos trabalhadores era quase nulo, percebe-se que se consolidam laços de solidariedade grupal mediante o estabelecimento de critérios igualitários para repartir o pouco que tinham. Pois bem, depois, quando as ERTs conseguem clientes e começam a sustentar a produção, a retirada de salário igualitário manteve-se em 56% das experiências, se diferenciando assim das experiências do Brasil (Ruggeri, 2011).

## Relação com o governo, os movimentos sociais e os sindicatos

Durante os governos de Nestor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2015) não se registraram, políticas exclusivas para desenvolver o potencial econômico das ERTs, apenas foram vistas como empreendimentos com muitas dificuldades econômicas e problemas sociais (Gracia, 2012; Ruggeri, 2011). Não existia uma política pública unificada que concedera ajuda às ERTs. No entanto, houve algumas políticas públicas destinadas às ERTs efetivadas pelo Ministério de Trabalho, distanciando estas experiências do âmbito econômico.

Os dados durante esse período mostram que a maioria das ERTs recebeu ajuda estatal (85%), subsídios (85%)<sup>21</sup>, assessoria legal (18%), e direito a plano de saúde (14%).

Com o novo governo da aliança “Cambiamos” e o novo presidente a Mauricio Macri (2015-2019) houve uma mudança drástica na economia e nas políticas sociais. Tanta na Argentina quanto no Brasil com Michel Temer no poder (PMDB), se vive o regresso das políticas neoliberais.

As conseqüências imediatas com o novo governo na Argentina são: caída dos salários, aumento do desemprego, fechamento de pe-

---

<sup>21</sup> A maioria dos subsídios foram outorgados pelo Ministério de Trabalho, administrado pelo Programa Trabalho Autogestionário, pelo Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (Inaes) e pelo Ministério de Desenvolvimento Social de Argentina (Ruggeri, 2011).

quenas empresas e a perda do poder aquisitivo da população em geral. Todas estas medidas afetam, principalmente, aos setores mais vulneráveis. Os direitos e as proteções aos trabalhadores estão sendo atacadas, por exemplo, o impulso da reforma laboral e do sistema previdenciário.

As principais medidas econômicas adotadas são: desvalorização da moeda, abertura das importações. Além disso, foram eliminados os subsídios nas empresas fornecedoras de luz, água e gás, provocando importantes aumentos nas tarifas (de 400% e, inclusive, mais do 1.000%). Estes aumentos afetam, tanto às casas familiares quanto nas empresas, hospitais, teatros, cinemas e empresas.

É importante mencionar que 78% das experiências possuem algum tipo de vínculo com as organizações sociais vinculadas as ERTs. Atualmente agrupam-se principalmente em dois movimentos: o MNER<sup>22</sup> (Movimento Nacional de Empresas Recuperadas), dirigido por Eduardo Murúa fundado em setembro de 2002, e o MNFRT (Movimento de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores), com o advogado Luis Caro como principal representante.

Participam de MNER aproximadamente 80 ERTs de diversas regiões do país. O MNER centra seu discurso em torno de questões sobre a defesa do trabalho da “Produção Nacional”, o que significa a defesa de um projeto de país que questiona o modelo neoliberal implantado nas décadas anteriores. O lema da organização é: “ocupar, produzir e resistir”.

Em geral, os dirigentes do movimento militam ativamente no Partido Justicialista<sup>23</sup> e buscam tecer alianças políticas para consolidar suas forças acedendo ao poder governamental. Note-se que muitos tenta-

---

<sup>22</sup> O Movimento possui uma forte tradição sindical de origem peronista. Cabe lembrar que, até 1973 os sindicatos eram os pilares e a base do movimento peronista.

<sup>23</sup> Também conhecido como Partido Peronista é o maior partido político argentino, fundado pelo general Juan Domingo Perón (1895-1974), presidente da Argentina durante 1946-1955 e 1973-1974. Perón, durante seu primeiro mandato fez da Confederação Geral do Trabalho (CGT) uma organização popular e com ela planejou a política social e as transformações econômicas de seu governo. A CGT é a central sindical his-

ram, em alguns casos com êxito, inserir-se no sistema político pela via eleitoral, com a finalidade de ganhar espaços institucionais para consolidar os processos de luta das ERTs, porque veem nessas experiências a base para alcançar uma transformação político-econômica no país.

Também, buscam parceria no nível internacional. Por exemplo, durante o I Primeiro Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas realizado em Caracas-Venezuela em 2005, Eduardo Murúa entrou em contato com o Movimento de Fábricas Ocupadas do Brasil. As afinidades políticas entre ambos os movimentos induziu ao planejamento, em parceria com a Federação de Mineiros da Bolívia, a Freteco (Frente Revolucionária de Trabalhadores de Empresas em Gestão e Ocupadas) da Venezuela<sup>24</sup>, o MST do Brasil e a CUT de Santa Catarina-Brasil, do Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, nas instalações da recuperada Cipla. O encontro, como foi mencionado anteriormente no capítulo 3, permitiu estabelecer acordos políticos e econômicos entre as ERTs dos distintos países: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

No início de 2005 o MNER sofreu uma divisão interna da qual surgiu o MNFR, constituído recentemente como organização não governamental (ONG). Esta ruptura em dois movimentos originou-se, principalmente, pelas divergências entre ambos: o MNFR avalia que é possível recuperar as empresas pela via pacífica e legal enquanto o MNER considera que a via da ocupação é a resistência (Di Loreto, 2006; Chaves, 2008).

Em dezembro 2006, após a ruptura do MNER, José Abelli, ex-

---

tórica de Argentina, fundada em 1930 a partir de um acordo realizado entre socialistas, sindicalistas e independentes com a proposta de formar uma central sindical unitária e plural. O papel da CGT foi fundamental para lograr o retorno de Perón ao país e assumir seu segundo mandato presidencial em 1973 (Rapoport, 2008).

<sup>24</sup> Desde sua constituição em 2005, a Freteco vem lutando pela defesa dos interesses dos trabalhadores das empresas recuperadas, assim como também incentivando e outorgando apoio na tomada e recuperação das empresas (Hintze, 2010).

-líder sindical, fundou a Federação Argentina de Cooperativas de Trabalhadores Autogestionados (Facta), cuja base mais forte encontra-se nas experiências tanto de cooperativas quanto de ERTs situadas no interior do país. O objetivo da Facta é unir empreendimentos sociais, cooperativas de trabalho, ERTs e formar um movimento amplo de economia social.

Além dessa, fundaram-se outras duas federações: a Fecootra (Federação de Empresas Recuperadas e Cooperativas de Trabalho) que reúne muitas das ERTs que se organizaram junto com a UOM Quilmes e a Fencooter (Federação Nacional de Cooperativas de Trabalho e Empresas Reconvertidas) (Gracia, 2012).

A Fencooter está vinculada ao Inaes e defende os princípios do cooperativismo, por isso reúne exclusivamente empresas recuperadas que tenham adotado a figura jurídica de cooperativa de trabalho. Sua principal atividade é assessorar os trabalhadores das empresas quebradas ou empresas abandonadas sobre o cooperativismo. Pelo fato de a federação estar em contato com o governo, ela conta com acesso a outros organismos públicos que podem assessorar esses trabalhadores em diversos temas. No entanto, seus métodos de luta e mecanismos de pressão são limitados, pois o vínculo com o Estado obriga a federação a agir dentro dos limites legais estabelecidos, que ainda não contemplam as novas formas de expressão social características das ERTs.

Tanto o Inaes quanto o Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI) criaram vários programas de apoio para as cooperativas e ERTs com o objetivo de outorgar assistência aos empreendimentos. Dessa forma, ambos os programas buscam assistir tecnicamente às cooperativas de todo tipo e ordem, bem como apoiar a reabertura de empresas recuperadas colaborando durante o primeiro período (Ruggeri, 2011).

Podemos mencionar ainda que existem outras organizações regionais, tais como: a Mesa de Empresas Recuperadas de Mendoza, que também se constituiu como regional da Facta, o Foro de Co-

operativas de La Matanza, e a União Produtiva de Empresas Autogestionadas (Upea).<sup>25</sup>

Com relação aos sindicatos, podemos mencionar que na Argentina, da mesma forma que no Brasil, eles têm tomado diversas atitudes frente às ERTs. Por um lado, houve setores sindicais que apoiaram os trabalhadores desde o início das recuperações e, por outro, outros buscaram solucionar os conflitos com medidas conciliatórias, surgidas das estratégias de negociação sindical tradicional. Também houve sindicatos que atuaram em cumplicidade com os empresários e optaram por tentar expulsar aos trabalhadores que resistiam ao esvaziamento da empresa (Ruggeri, 2011).

Vale destacar que, a Central de Trabalhadores da Argentina (CTA)<sup>26</sup> apoiou algumas ERTs da província de Santa Fé, mas de modo geral, seu papel foi escasso no nível nacional, sem oferecer nenhum tipo de apoio a experiências de outras regiões. No entanto, alguns sindicatos tiveram um papel ativo no processo de recuperação. Por exemplo, podemos mencionar: os gráficos da cidade de Buenos Aires, empregados de co-

---

<sup>25</sup> A Upea fundou-se em 15 de novembro nas instalações da empresa recuperada Mc Body (fábrica de indumentária para crianças e adolescentes). Esta recuperada, como tantas outras experiências, abriram um centro cultural com diversas atividades para a comunidade, por exemplo: aulas de dança de salão, cursos de desenho e maquiagem, etc. Ver: <http://www.elbarriopueyrredon.com.ar/notas/ano-2011/espacio-cultural-en-mac-body.php>. Acesso em: janeiro, 2014.

<sup>26</sup> Fundada oficialmente em 1997 por um grupo de dirigentes sindicais dissidentes da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Seus dirigentes buscavam desenvolver um novo sindicalismo: autônomo, independente do Estado, dos partidos políticos e das empresas. Convém salientar que o sindicalismo na Argentina, da mesma forma que no Brasil, se caracteriza desde seus inícios por ser anarquista e logo vira corporativista, ou seja, o sindicato não era um representante autônomo da classe trabalhadora, senão que dependia das instâncias estatais para alcançar seus objetivos e reivindicações. A proposta da CTA era ser autônoma ao movimento de qualquer estrutura partidária evitando todo tipo de subordinação à política. Em virtude disso, a organização incorporou organizações sociais não sindicais, desde agrupamentos de aposentados e desempregados até representantes de organizações do terceiro setor, ONGs e organismos de direitos humanos. Também incorporou intelectuais, pesquisadores e profissionais, com o fim de nucléa-los em centros de investigação, corpos docentes para formação profissional e sindical. Essa proposta representou uma ruptura significativa com as tradições hegemônicas dentro do sindicalismo argentino, que antigamen-

mércio na cidade de Rosário, o Sindicato de Operários e Empregados Ceramistas (Neuquén), sindicato ceramista em Neuquén e algumas seccionais da União Metalúrgica Operária (UOM), como de Quilmes, província de Buenos Aires <sup>27</sup> (Gracia, 2012; Ruggeri, 2011).

Entretanto, um avance importante no vínculo entre as ERTs e o sindicato foi a fundação, em 2003, da Associação Nacional de Trabalhadores Autogestionados (Anta/CTA) formada por sindicalistas ligados a CTA. A Anta constitui-se como uma entidade sindical. Dessa forma, os trabalhadores das cooperativas de trabalho ou de ERTs recebem a possibilidade de filiar-se à CTA, o que permite aos trabalhadores dispor de programas de capacitação e convênios de estudos com diversas universidades públicas argentinas, entre outros benefícios.

Os trabalhadores também buscaram suporte em outras experiências de empresas recuperadas e organizações sociais formando redes solidárias. Um exemplo disso é a Rede Gráfica Cooperativa, fundada em 2007, reunindo, em princípio, 7 gráficas recuperadas. Hoje em dia está formada por 18 gráficas incluindo cooperativas e empresas recuperadas.<sup>28</sup>

Com a rede, as cooperativas se organizam para realizar compras de insumos e matérias-primas em maior quantidade, adquirir diversos serviços, como comercializar e produzir de forma conjunta, obtendo, dessa forma, preços mais baixos e aumentando assim sua capacidade produtiva. Além disso, a rede possui caráter político, em nível setorial,

---

te sempre tiveram fortemente vinculados à estratégia política do movimento peronista (Godio, 2001).

<sup>27</sup> O apoio brindado pela seccional às ações de recuperação responde tanto objetivos de curto prazo, como a preservação das fontes de trabalho através da recuperação do capital produtivo, tanto com outro objetivo a longo prazo, que possui um caráter político, orientado a fortalecer o setor assalariado nas relações de força com o setor empresarial (Davalos, 2003)

<sup>28</sup> A Rede Gráfica reúne as seguintes cooperativas: Cooperativa El Sol, Cooperativa Artes Gráficas Chilavert, Cooperativa Campichuelo, Cooperativa Gogtal, Cooperativa Patricios, Cooperativa Ferrograf, Cooperativa Gráficos Asociados Ltda., Cooperativa Idealgrafif, Cooperativa La Nueva Unión, Cooperativa Punto Gráfico, Cooperativa Envases Flexibles Mataderos, Cooperativa Grafica Loria, Cooperativa Impresiones Barracas, Cooperativa Montes de Oca e a Cooperativa Visión 7. Ver: [www.redgraficacoop.com.ar](http://www.redgraficacoop.com.ar).

apóia a recuperação de empresas gráficas tanto nas situações de conflito quanto transmitindo sua experiência de gestão às novas empresas recuperadas (Henriques, 2013).

## Relações com a comunidade e a universidade

Diante das medidas de força utilizadas pelos trabalhadores, 50 % dos casos de ERTs sofreram algum tipo de repressão por parte do aparato estatal. Esse contexto de violência para com trabalhadores em luta permitiu instalar os conflitos na esfera pública, muitas vezes facilitada pelos meios de comunicação. O bairro, as numerosas assembleias, movimentos de desocupados, vizinhos, organizações políticas e de direitos humanos, estudantes universitários, trabalhadores de outras recuperadas ajudaram e se solidarizaram com o conflito, tanto no momento das ocupações quanto quando as ERTs já estavam recuperadas.

Este apoio a solidariedade foram elementos chaves para conseguir alimentos, e outros recursos necessários para dar início à produção: energia elétrica e água. Dessa forma, se criam fortes laços de solidariedade entre as recuperadas e a comunidade, como pode ser evidenciado na insígnia: *“Si tocan a uma tocan a todas”*.

No que diz respeito aos elementos sociais, segundo o levantamento, 57% das ERTs afirmaram que realizam algum tipo de atividade solidária e cultural, por exemplo: atividades educativas, doações, colaborações em organizações do bairro e escolas, serviços sociais, difusão e recopilação de experiências de ERTs, colaboração técnica, econômica e política com outras ERTs.

Muitas das ERTs abrem centros culturais frente às demandas e necessidades dos vizinhos do bairro que oferecem diversas atividades para a comunidade, tais como: aulas de teatro, dança, aulas de música, assim como também apresentações de peças de teatro e shows de música. Estas estratégias resultam em inovação, pois se desvanecem os

limites entre o bairro e a fábrica, entre o privado e público. Conquista-se o espaço e se transforma para juntar a cultura e o trabalho, dessa forma a fábrica se converte em um novo espaço social comunitário, um lugar para viver e desfrutar.

Também algumas ERTs cedem parte das instalações da cooperativa para organizar rádios, escolas para jovens e adultos <sup>29</sup>(apoio escolar, creche, escola de nível básico e fundamental) e, inclusive, permitem que os estudantes realizem os estágios de suas respectivas formações nas cooperativas. Dessa forma, as ERTs adquirem uma nova função sócio-educativa organizada e com visibilidade pública, que transcende aos trabalhadores em particular, envolvendo, também outros sujeitos.

Ruggeri (2011) considera que o vínculo com a comunidade, é parte das ações de reciprocidade, pois o apoios da comunidade é fundamental para o desenvolvimento das ERTs . O fortalecimento desses vínculos com a comunidade também alcança esferas que permitem vislumbrar novos tipos de relações sociais.

Alem do vínculo com a comunidade, existe um forte vínculo entre as ERTs e a Universidade de Buenos Aires, através do Programa da Faculdade Aberta. O Programa mantém de forma permanente o Centro de Documentação de Empresas Recuperadas, que funciona na Cooperativa Chilavert <sup>30</sup>, situada na cidade de Buenos Aires. O centro ocupa-se do registro e documentação das experiências de ERTs, tanto da Argentina quanto de outros países latino-americanos e europeus, e permane-

---

<sup>29</sup> A proposta de criação de escolas para jovens e adultos surgem a partir de 2002 da resistência e reação de movimentos sociais pertencentes a campo da sociedade civil vinculados a organizações de desempregados, cooperativas e ERTs. As escolas criticam o sistema educativo atual e propõe a apropriação do conhecimento como ferramenta de transformação política dentro do sistema educativo. As escolas pretendem definir um conjunto de estratégias sócio-educativas válidas para o campo da educação e ao mesmo tempo questionar o caráter regressivo na administração de recursos e tecnologias que o estado promove em detrimento dos setores sociais mais necessitados. Atualmente as escolas populares possuem reconhecimento oficial, por tanto, outorgam as seus alunos diplomas válidos na educação formal (Fajn e Rebon, 2005).

<sup>30</sup> Para mais informação sobre a cooperativa ver: Henriques, 2013.

ce aberto diariamente para consulta de trabalhadores, pesquisadores e da comunidade em geral.

Nesse sentido, o Programa além de organizar os levantamentos de todas as ERTs na Argentina realizou, em parceria com a Facta e a Rede Gráfica Cooperativa, os “Cuadernos para la Autogestión”. Os cadernos se realizaram com o objetivo de abrir o debate entre os trabalhadores sobre alguns dos problemas relacionados com o trabalho autogestionado, e como uma forma de aportar ferramentas para o desenvolvimento das ERTs, dando alcance aos trabalhadores de elementos para a formação, tanto de questões políticas, conceituais, históricas como da prática administrativa, econômica e jurídica.<sup>31</sup>

## As ERTs no Uruguai

O Uruguai vivenciou processos similares a Argentina e o Brasil, em termos das consequências das aplicações e recomendações promovidas pelas agências internacionais baseadas principalmente na abertura das economias, dando por finalizado o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. Com a retirada das restrições às importações, se produz no Uruguai, o ingresso massivo dos produtos importados contra os quais as indústrias locais não tinham capacidade de competir, sendo as mais afetadas as pequenas e médias empresas que abasteciam o mercado interno (Marti, 2013).

Como consequência dessas novas medidas, desde 1998 se registra que, 40% das empresas uruguaias fecharam. Isso, junto com a desindustrialização e a reestruturação das relações laborais, provocou, em

---

<sup>31</sup> Os títulos dos cadernos são: 1) Autogestão e cooperativismo; 2) Problemas do trabalho autogestionado; 3) O movimento obreiro argentino e a toma de fábricas; 4) O movimento obreiro argentino e as empresas recuperadas pelos trabalhadores; 5) Aspectos legais do trabalho autogestionado; 6) Guia de trâmites básicos para o trabalho autogestionado; 7) A seguridade social e o trabalho autogestionado; 8) Gestão econômica e trabalho autogestionado. Disponível em: [www.recuperadasdoc.com.ar/cuadernos\\_autogestion.html](http://www.recuperadasdoc.com.ar/cuadernos_autogestion.html)

2002, uma forte crise socioeconômica em todo o país, caracterizada pelo desemprego massivo.

Da mesma forma que Brasil e Argentina, como forma de solucionar o conflito do desemprego e resistir frente às novas circunstâncias socioeconômicas, muitos trabalhadores encontraram, como alternativa de trabalho e de vida, iniciar o processo de recuperação das empresas onde trabalhavam, a partir da negociação ou luta. Embora, o conflito ainda não estivesse institucionalizado, a sociedade precisava legitimar a emergência das diversas ações coletivas e a ruptura cultural instalada com novos debates, que representavam uma renovação política e das ferramentas de luta (Rieiro, 2011).

Conforme Martí (2013), no Uruguai o processo de recuperação de empresas sob a forma cooperativa não é uma novidade dos anos 1990, pois desde mediados do século XX já existiam este tipo de experiências. De fato, o primeiro registro que existe de ERTs é a experiência da Cooperativa de Transportes de Paysandú (Coplay), fundada em dezembro de 1952, a partir da antiga Empresa Renacimiento S.A. (Ersa) que, desde 1948, realizava serviços de transporte de passageiros.

Na mesma cidade, Paysandú, também, nasceu a Cooperativa de Talleres Mecánicos (Cotaue), criada em 1957 por 14 sócios, ante a falência da empresa Tapaysa (Talleres Mecánicos de Paysandú S.A.). Sem dúvida, foi a partir de crise econômica que atravessava o país em 2002, que o número de iniciativa de ERTs aumentou consideravelmente.

Comparando com a situação da Argentina e do Brasil, no Uruguai a dimensão do fenômeno das ERTs é bem menor. Segundo as últimas pesquisas realizadas, existiam em 2014 aproximadamente 50 ERTs<sup>32</sup>, com um total de 1500 trabalhadores. Não obstante, o número não represente uma porção significativa do aparato produtivo nacional, se apresenta como um movimento social e político de extrema relevância. Pois, se trata

---

<sup>32</sup> Atualmente a pesquisadora uruguaia Anabel Rieiro está atualizando os dados das recuperadas e aparentemente dessas 50 ERTs, apenas 20 estão funcionando.

de uma modalidade de luta que busca dar respostas e soluções de forma coletiva à crise e ao problema da desocupação (Rieiro, 2011).

Em geral, as ERTs compartilham o perfil produtivo da Argentina e do Brasil, ou seja, é principalmente um fenômeno industrial, no qual participam trabalhadores operários do chão de fábrica (foram poucos os trabalhadores do nível hierárquico-administrativo que ficaram para iniciar o processo de recuperação), em sua maioria de gênero masculino com uma média de idade de 48 anos. Também, podemos mencionar que, segundo as pesquisas realizadas por Rieiro (2011), os trabalhadores tinham uma média de 18 anos de experiência laboral na empresa anterior e 60% dos trabalhadores, no momento em que a antiga empresa fechou, estavam associados a seus respectivos sindicatos.

Durante o processo de recuperação, os trabalhadores participaram em instâncias coletivas centrais para tomar as decisões sob as questões relacionadas à cooperativa. Note-se, no entanto, que embora a maioria seja operário do chão de fábrica, as trajetórias individuais não são homogêneas. Ou seja, se percebe entre os trabalhadores diferenças quanto às suas especialidades, níveis de formação, anos de antiguidade e experiências sindicais. Estas diferenças, em seu conjunto, produzem diversos posicionamentos subjetivos diante da apropriação do projeto produtivo e político. Por isso, o processo de recuperação transcorre entre discussões e diferenças, lutas internas, por momentos intensos, mas que, ao mesmo tempo, geram uma nova atitude entre os trabalhadores e possibilidade de reconhecer-se como parte de um “nós”.

Segundo os dados do censo cooperativo (Inacoop, 2009) de 30 ERTs, 17 casos declararam ter surgido pela iniciativa dos próprios trabalhadores, 6 encontraram sua origem pelo incentivo do sindicato, umas 5 nasceram pela iniciativa de empresas não cooperativas, 1 do incentivo estatal e 1 da organização cooperativa. A maioria das experiências tem adotado a forma de cooperativa, mais existem também três casos que decidiram formar uma sociedade anônima (Rieiro, 2010).

Conforme Rieiro (2011) o “silencioso” dos processos de recupe-

ração no Uruguai, em comparação com as experiências argentinas, se explica por causas de natureza conjuntural, e também, de algumas características próprias da história nacional. Nesse sentido, a autora aponta que os conflitos sociais no Uruguai se caracterizam historicamente por canalizarem-se institucionalmente. Isto se deve, principalmente pela formação política do país, que teve uma implantação colonial débil e tardia onde a institucionalização e a democratização política se fundiram simbolicamente.

Em outras palavras, as tensões sociais no Uruguai, encontraram canais de resolução institucional que amenizam os conflitos extremos. Por exemplo, isto se torna visível nas experiências das ERTs, porque em poucos casos as medidas de ocupação foram necessárias. Inclusive quando todos os caminhos de negociação com os donos estavam esgotados, não existiu confrontação nem desalojamento das instalações dos trabalhadores por parte da polícia, como aconteceu em muitas das experiências argentinas, e algumas brasileiras.

As unidades recuperadas têm um vazio legal grave, porque o governo ainda não aprovou nenhuma lei de expropriação similar à da Argentina. Não obstante, recentemente, dado que as experiências de ERTs ao longo da última década têm crescido e vem se consolidando, evidenciando assim, que é um mecanismo viável para conservar e incrementar as fontes laborais existem alguns organismos que trabalham a favor das ERTs e do cooperativismo. Os mais importantes e com maior legitimidade são: a Associação Nacional de Empresas Recuperadas por seus Trabalhadores (Anert)<sup>33</sup>, o Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT), a Convenção Nacional Trabalhadores Central

---

<sup>33</sup> A Anert foi fundada em outubro de 2007 por 14 ERTs, em 2008 já tinha 20 empreendimentos associados, alcançando logo 30. É constituída como uma associação autônoma aliada ao movimento sindical. No início de 2012, ela participou e formou, em parceria com outras organizações, o Plenário Nacional de empresas autogestionada pelos trabalhadores. Junto com o Departamento de Desenvolvimento Produtivo do PIT-CNT organizaram dois encontros nacionais (Rieiro, 2013).

sindical (PIT-CNT)<sup>34</sup> e a Federação de Cooperativas de Produção do Uruguai (FCPU)<sup>35</sup> (Rieiro, 2006).

Também, em 2010, constituiu-se uma mesa de análises sobre esta temática: Mesa pela Autogestão e Construção Coletiva (MEPACC). Dito espaço de articulação está formado pelas principais organizações autogestionárias: cooperativas de vivenda por ajuda mútua, representantes da FUCVAM, representantes da FCPU, ERTs, representantes da Anert o do PIT-CNT, o Laboratório Tecnológico de Uruguai (Latu)<sup>36</sup> e universitários vinculados a projetos de extensão e formação vinculados à Unidade de Estudos Cooperativos e do Espaço Interdisciplinário da Universidade da República (Udelar).<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> Em maio de 1984 se criou o Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT) e se uniu à velha Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), sob a bandeira “um solo movimento sindical”. A central PIT-CNT se manteve unida ao longo dos anos e tem legitimidade, tanto dos trabalhadores quanto de outros atores sociais, sendo historicamente a principal articuladora e canalizadora das diversas ações coletivas e reivindicações sociais. [www.pitcnt.org.uy](http://www.pitcnt.org.uy)

<sup>35</sup> Fundada em dezembro de 1962 como uma entidade representativa dos cooperados. Durante a década dos anos 1960, as atividades da FCPU foram intensas e frutíferas. Com a proposta de apoiar às cooperativas frente às dificuldades, desenvolveu atividades muito dinâmicas, tais como: assembleias, encontros e jornadas. Dessa forma, o número de cooperativas filiadas passou de 16 a 30 no período dos anos 1960 até 1970. A maioria era do setor industrial: metalúrgica, têxtil, gráfica, vidro, etc. Com o intuito de fomentar e desenvolver o cooperativismo de trabalho a FCPU desempenhou funções de prestação de serviços técnicos e assistência às cooperativas. As ações e mobilizações importantes destinaram-se à luta por obter linhas de crédito. A FCPU possui ligação com a Universidade da República e é membro fundador da Confederação Uruguia de Entidades Cooperativas (Cudecoop). A Cudecoop fundada em 1988 é uma organização de representação e defesa do movimento cooperativo uruguaio. Ao longo dos anos foi consolidando-se como representante das cooperativas uruguaias, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Também, desenvolveu outros tipos de ações com o fim de promover o fenômeno do cooperativismo no país, favorecer as condições para seu desenvolvimento e gerar novas iniciativas articuladoras de colaboração e intercâmbio entre as entidades do setor (Rieiro, 2010).

<sup>36</sup> É uma organização, fundada em 1965, por uma parceria do sector oficial e privada. Seu objetivo é incentivar o desenvolvimento sustentável do país e sua inserção internacional, através da inovação e a transferência de soluções de valor em serviços analíticos, metrológicos, tecnológicos, de gestão e avaliação. Ver: [www.latu21.latu.org.uy](http://www.latu21.latu.org.uy)

<sup>37</sup> A UDELAR comparte com o movimento cooperativo, através da Unidade de Estudos Cooperativos (UEC), uma unidade acadêmica de Extensão Universitária que tem como objetivo aportar à compreensão dos processos associativos e cooperati-

Este espaço converte-se em um espaço aberto à participação e conforma-se como uma plataforma de propostas e reivindicações através das quais suas organizações buscam guiar suas ações coletivas para gerar câmbios de fundo desde as práticas autogestionárias nas experiências de ERTs e nas cooperativas.

Nesse sentido, a proposta é criar um marco normativo com o intuito de facilitar os processos de recuperação já iniciados, assim como também solucionar as lacunas legais que dificultam os inícios de recuperação, visando prever o amparo para os trabalhadores que no futuro se encontrem nessa mesma situação. Uma das propostas debatidas na mesa é a possibilidade de outorgar o direito da propriedade dos maquinários aos trabalhadores, assim como também, oferecer privilégios para obter créditos laborais logo depois de a empresa ser recuperada (Rieiro, 2011).

Segundo os participantes da organização, a proposta autogestionária pode-se transformar em uma nova forma de gestionar a sociedade. A discussão dentro da MEPACC centra-se principalmente em: a construção de uma plataforma conjunta de ação, a necessidade de colocar em debate o desenvolvimento de práticas autogestionárias no âmbito público e com representantes do governo, a criação de redes de solidariedade, e geração de novas relações sociais através de participação direta (Rieiro, 2010).

É nesse quadro que começa com o governo do residente da Re-

---

vos. Também, promove e apóia a realização conjunta com o movimento cooperativo de diversas atividades de docência, investigação e extensão, e recepciona as necessidades do médio cooperativo, apoiando uma resposta em base à planificação de atividades com ênfase no processo ensino-aprendizagem desde um enfoque interdisciplinar. Suas principais atividades são: Curso Universitário sob o Cooperativismo e Associativismo, a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Associativos Populares e o projeto de pesquisa “Impacto da integração regional do Mercosur sobre setor cooperativo” (Rieiro, 2010). Cabe destacar que, segundo as estimativas da Cudecoop, existem mais de um milhão de cooperados em todo o país, distribuídos em diversas entidades: de vivenda, agropecuárias, de poupança e crédito, de consumo e de produção. Nos últimos 20 anos, o número total de cooperativas cresceu para 38,1% (Martí, 2013).

pública, José Mujica (2010-2014), um período de formulação e criação de políticas públicas de incentivo econômico para as ERTs. Segundo o presidente, em discurso pronunciado, durante o Plenário Nacional de Empreendimentos Autogestionados pelos Trabalhadores, organizado pelo o PIT-CNT em junho 2012,

Las empresas recuperadas de Uruguay son un modelo que surgió de la necesidad de preservar la fuerza de trabajo en momentos de crisis, pero que nosotros tratamos de inducir como política de gobierno, para que se vaya extendiendo y afirmando un modelo no de solución de crisis eventual laboral, sino un verdadero modelo alternativo de organización de la sociedad productiva. Este modelo implica la necesidad de establecer políticas de Estado, mecanismos, financiación y hasta la necesidad de contar con un sistema de enseñanza con una universidad propia, porque hay que formar inteligencia para esto.<sup>38</sup>

Em virtude de elaborar instrumentos para incentivar e financiar os empreendimentos autogestionários, existem dentro da esfera estatal, duas organizações: o Instituto de Cooperação (Inacoop) e o Fundo para Desenvolvimento (Fondes).

O Inacoop<sup>39</sup> criou-se em 2008 para oferecer financiamento e assistência técnica a pequenas cooperativas. O Instituto está integrado por um diretório de cinco membros, constituído por três delegados do Poder Executivo e dois delegados do setor cooperativo propostos pela Confederação Uruguaia de Entidades Cooperativas (Cudecoop)<sup>40</sup> e um conselho consultivo integrado por representantes de todas as cooperativas.

---

<sup>38</sup> Jornal *O Observador*, Uruguai. 04/08/2012

<sup>39</sup> Criado como figura jurídica do direito público não estatal pelo Art. 186 da Lei Geral de Cooperativas (Lei 18407) com o propósito de promover, assessorar e executar a Política Nacional de Cooperativismo

<sup>40</sup> Fundada em 1988, como uma associação civil sem fins de lucro, é uma organização de representação e defesa gremial do movimento cooperativo uruguaio. Desde sua criação, ela abrange a totalidade de instituições representativas dos setores cooperativos em todo o país,

O Inacoop tem como principais objetivos: assessorar o Estado, promover os princípios e valores do cooperativismo, formular e avaliar planos de desenvolvimento cooperativo e processos associativos, integradores e participativos entre as cooperativas, coordenar e realizar pesquisas, com o intuito de criar um sistema nacional de informação de caráter público sobre o setor. Entre suas principais responsabilidades, podemos mencionar: dar impulso à formação dos cooperados sob a gestão scioempresarial e fomentar o ensino do cooperativismo em todos os níveis da educação pública e privada.

O Fundo para o Desenvolvimento (Fondes), foi criado pelo impulso do presidente José Mujica, aprovado mediante o decreto N° 341/011<sup>41</sup>, o dia 27 de setembro de 2011 com o fim de dar assistência e ajuda financeira, tanto aos empreendimentos cooperativos quanto às empresas recuperadas. Os recursos financeiros do Fondes são extraídos do 30% das utilidades do Banco da República Oriental do Uruguai (BROU) e são destinados, principalmente, para que as ERTs renovem o maquinário e realizem avanços tecnológicos.<sup>42</sup>

Cabe destacar que, durante a primeira visita que realizou a Uruguai, o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez (1999-2013) em 2005, expressou sua decisão ao ex-presidente Tabaré Ramón Vázquez (2005-2010) de apoiar aos trabalhadores das ERTs. Nessa ocasião, firmaram um convênio econômico estratégico entre ambos os governos que foi fundamental para conseguir a reabertura das empresas: Envidrio, Funsa e ex-Midover.

---

<sup>41</sup> Conforme o previsto no artigo 40 da Lei n. 18.716 de 24 de dezembro de 2010 (Rieiro, 2011).

<sup>42</sup> Desde sua criação o Fondes brindou empréstimos a dez ERTs no valor total de US\$ 30.400.000. Em 2010 teve disponíveis 45 milhões de dólares, em 2011, 70 milhões, e em 2012, um total de 115 milhões. Outros projetos estão na lista de espera, aguardando a aprovação para receber o financiamento. Os projetos devem ser avaliados pela oficina de "Planeamiento y Presupuesto" (OPP) e o Ministerio de Indústria, Energía e Minería (Miem) e se desembolsa mediante a transferência da Corporação Nacional de Desenvolvimento (CND) a partir das utilidades do Banco República. Jornal: El Observador, Uruguai, 16 de outubro 2013.

A Envidrio é considerada um caso emblemático de ERT no Uruguai, constituída legalmente como Sociedade Anônima e declarada de interesse internacional. Em abril de 1999, os donos do Grupo Cristalerías do Uruguai tomaram a decisão de fechar a unidade produtiva. Desde aquele momento, um total de 220 trabalhadores ocuparam a planta durante 14 meses, sem exigir ao patrão que restaurasse os postos de trabalho, pois, eles tinham interesse de continuar com a produção sem a presença do patrão.

Durante os meses de ocupação, os trabalhadores desenharam um projeto para realizar uma nova planta de produção de vidro, que finalmente conseguiram concretizar em dezembro de 2005, com ajuda do governo venezuelano e do Banco da República de Uruguai. O apoio recebido permitiu a instalação e construção do projeto no Parque Tecnológico Industrial do Cerro (PTIC).<sup>43</sup>

O projeto produtivo da recuperada Envidrio adquiriu uma infraestrutura proveniente de França, Itália, China, Bélgica, Estados Unidos, Brasil e Argentina. Não obstante, devido a vários conflitos burocráticos, conseguiram reiniciar novamente as atividades apenas em 2010, com 61 trabalhadores e, em 2014, funcionava com 125.

A Envidrio é a única empresa no Uruguai que produz garrafas de vidro utilizadas para vinho, cerveja, refresco e água. Em 2014, produzia para, aproximadamente, o 70% do total do mercado interno através de clientes como: Coca-Cola, Pepsi, Joanicó, Traversa, Bruzzzone, Conaprole, Los Nietitos, Fábricas Nacionais de Cervejas e Cava de Ancap, entre outras. Além disso, realizava exportações para Argentina e Paraguai e conseguiu realizar um convênio com a empresa brasileira AmBev.

---

<sup>43</sup> Em dezembro de 1998, o Parque, situado em uma zona estratégica, no sul da cidade de Montevidéu, próximo ao porto e conectado com o aeroporto, iniciou suas atividades com seis empresas instaladas. A iniciativa foi da Intendência Municipal de Montevidéu para fomentar a indústria de pequenas e médias empresas produtoras de bens e serviços em diversos ramos. Também ao longo dos últimos anos, o Parque se converteu em um espaço idôneo para a instalação de cooperativas e ERTs. Ver: [www.pti.com.uy](http://www.pti.com.uy).

Desde outubro de 2016 a produção da Endividro está completamente paralisada, pois, os trabalhadores precisam de um crédito para terminar de colocar umas máquinas novas a funcionar.<sup>44</sup> No entanto, os 120 funcionários da recuperada estão recebendo o seguro de desemprego.

A antiga empresa Funsa (Fábrica Uruguaia de Pneumáticos Pneus Sociedade Anônima), administrada por capital norte-americano funcionou desde 1936 até 2003. Durante todos esses anos, a empresa manteve uma posição monopólica do setor industrial da borracha no Uruguai, com a produção de pneus e luvas plásticas. Durante a década de 1970 chegou a produzir com aproximadamente 3.000 trabalhadores.

Em 2002, os donos decidiram fechar a empresa. Diante dessa situação, 300 funcionários se organizaram e lograram atrair um investidor privado e, assim, conseguiram trabalhar em cogestão desde 2003, quando foi formada a cooperativa, até 2012. Nessa oportunidade, muitos trabalhadores, aproximadamente 170, tiveram que sair da fábrica e viver com o seguro desemprego.<sup>45</sup>

Em 2005, os trabalhadores conseguiram comprar em leilão a maioria do maquinário que pertencia à antiga empresa com o apoio financeiro do governo venezuelano. Como troca pelo empréstimo, os trabalhadores da Funsa viajaram para Venezuela, com o objetivo de montar uma fábrica do mesmo tipo.

Em dezembro de 2012, depois da saída do sócio capitalista, os trabalhadores da Funsa receberam um empréstimo do Fondes de um valor

---

<sup>44</sup> Em 2012 a cooperativa recebeu do Fondes um empréstimo de US\$11,5 milhões para construir uma nova planta de produção.

<sup>45</sup> O Estado proporcionou aos trabalhadores da maioria das recuperadas o seguro-desemprego durante a etapa inicial dos conflitos. O seguro-desemprego é legalmente outorgado durante seis meses, não obstante, mediante a autorização do Ministério do Trabalho, logrou-se uma extensão até dois anos. Essa oportunidade foi de muita ajuda para os trabalhadores atravessarem os períodos sem renda e até conseguirem concretizar a reinicialização da produção nas unidades produtivas (Rieiro, 2011).

total US\$ 3.500.000 para adquirir novas máquinas.<sup>46</sup> Também, em 2014 realizaram um acordo para vender pneus à empresa estatal venezuelana Suvinca, que se dedica ao transporte público.<sup>47</sup>

Em 2013 a cooperativa produzia com 120 trabalhadores na seção de pneus e 20 na fabricação de luvas, e vendia sua produção, tanto para o mercado local quanto para o internacional (Venezuela, Brasil e Paraguai).<sup>48</sup>

A história da recuperada Uruven começa quando em setembro de 1997, os empresários da antiga Midover<sup>49</sup> cessam o pagamento dos salários e o décimo terceiro aos trabalhadores. Diante da falta de pagamentos e das dificuldades financeiras, em 1997, os 230 trabalhadores que continuavam dentro da empresa decidiram iniciar, com ajuda do sindicato, o processo de ocupação e recuperação.

Sem perspectivas de receber os salários atrasados, e sem capital para comprar matéria para reiniciar a produção, os trabalhadores, diante da necessidade de sobrevivência, começaram a entrar em contato com os antigos clientes para produzir para outros curtumes sob a forma de facção<sup>50</sup>. Desde 1997 até o ano 2001, os trabalhadores conseguiram trabalhar para todas as curtidoras da região. Mas em 2001, a empresa

---

<sup>46</sup> Jornal: "El espectador", Uruguai, 11/06/2012.

<sup>47</sup> Funsacoop proverá à empresa venezuelana mais de 144.000 pneus por um valor total de US\$ 27 milhões. Jornal: "El espectador", Uruguai, 11/06/2012.

<sup>48</sup> Jornal: "O Observador", Uruguai, 07/01/2014. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/noticia/268987/Funsa-concreto-negocio-con-gobierno-venezolano/> Acesso em: Janeiro, 2014.

<sup>49</sup> Midover foi durante a década dos anos 1970 e 1980 uma empresa líder de curtume. A empresa funcionava com 800 trabalhadores. Ao longo dos anos 1990, como muitas das empresas uruguaias de porte médio, foi perdendo mercado, tecnologia e produção.

<sup>50</sup> A estratégia produtiva denominada facção funciona da seguinte forma: um empresário outorga a matéria-prima aos trabalhadores e eles a processam para ser comercializada pelo empresário. Portanto, com essa situação, se apresenta um limite na autonomia econômica dos trabalhadores, pois, o trabalho depende do empresário-façoneiro, que se beneficia, porque não precisa cumprir com os direitos salariais e sociais que seriam exigidos se contratasse os trabalhadores diretamente (Rieiro, 2010).

anunciou que ia a leilão devido às dívidas acumuladas com o Banco República. Nessa oportunidade, uma empresa Argentina conseguiu comprar parte do terreno, o que permitiu a retomada da produção com 70 trabalhadores, até o ano 2002.

Em 2005, alguns dos trabalhadores da Uruven conseguiram viajar para Venezuela para participar do I Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas, onde tiveram a possibilidade de expor a complicada situação econômica que atravessavam e as dificuldades para reiniciar a produção. Assim como também, tiveram a oportunidade de buscar apoios e alianças. Deste modo, o governo venezuelano se solidarizou com as experiências e iniciou uma parceria que consistia em uma troca: os trabalhadores transmitiam o conhecimento para montar uma fábrica do mesmo tipo na Venezuela e o governo concedia um empréstimo de 500.000 dólares. Dessa forma, os trabalhadores da Uruven obtiveram os fundos necessários para investir e fundar, em 2006, a cooperativa denominada Uruven (Uruguai-Venezuela).<sup>51</sup>

Além de receber o empréstimo da Venezuela, os trabalhadores receberam do Fondes, o valor total de US\$ 600 mil para realizar as reformas necessárias para iniciar a produção. A cooperativa, até 2013 funcionava com 60 trabalhadores e estava abrindo um novo galpão nas instalações do Parque Tecnológico “La Teja”, que pertence à intendência municipal de Montevideo.<sup>52</sup>

## O contexto favorável para as ERTs na Venezuela

A partir do contexto exposto anteriormente, e tendo em vista as alianças entre Venezuela e Uruguai, é importante fazer menção, brevemente, à posição do governo venezuelano diante da Economia Solidária e suas políticas públicas referentes às ERTs.

---

<sup>51</sup> Até 2006, a Uruven estava constituída como Sociedade Anônima.

<sup>52</sup> Documento da República, 26/10/2013, Uruguai. Disponível em: <http://www.republica.com.uy/nuestra-produccion>. Acesso em: Janeiro, 2014

Em função disso, torna-se importante ressaltar que, Venezuela, assim como Brasil, Argentina e Uruguai, sofreu durante anos 1990, as consequências do modelo neoliberal, com efeitos econômicos e sociais similares ao conjunto da região. O momento mais agudo se expressou em fevereiro de 1989, com uma explosão social como reação popular, denominada de “Caracazo”, diante das medidas de ajuste impostas pelo presidente Carlos Andrés Pérez (1974-1979/1889-1993) (Cormenzana, 2009).

Convém lembrar que a situação de Venezuela, tanto política quanto econômica, lidou com profundas oscilações. As de maior envergadura foram em 1994, devido à crise financeira, e logo em 2002-2003, pelos efeitos colaterais do “paro petrolero/patronal”.<sup>53</sup> A partir de uma perspectiva histórica, o desenvolvimento deste processo pode ser analisado da seguinte forma:

El crecimiento económico de Venezuela sufrió un grave derribe en las décadas de 1980 y 1990, después del pico de su Producto Interno Bruto (PBI) real en 1977. En ese sentido, su situación, es similar a la de la región en su conjunto, que desde 1980 ha registrado el peor desempeño de largo plazo en materia de crecimiento económico en más de un siglo. Hugo Chávez Frías fue electo en 1998 y asumió la presidencia del país en 1999, y los primeros cuatro años de sus administración estuvieron signados por una gran inestabilidad política que afectó muy adversamente la economía. Esto culminó con un golpe de Estado militar que derrocó transitoriamente al gobierno constitucional en abril de 2002, y fue seguido por una devastadora huelga petrolera que se extendió desde diciembre de 2002 hasta febrero de 2003. La huelga petrolera precipitó al país a una severa recesión económica, en el curso de la actual Venezuela perdió el 24% de su PBI (Weisbrot y Sandoval, 2007, p. 3).

---

<sup>53</sup> A economia venezuelana está baseada principalmente, e quase exclusivamente, na extração de petróleo, especialmente desde meados do século passado. Porém, ela padece de uma forte dependência das importações, tanto dos produtos para consumo, em particular os alimentícios, quanto dos insumos básicos para a produção (Hintze, 2010).

O presidente Hugo Rafael Chávez Frías<sup>54</sup> (1999-2013), durante seus mandatos, se diferencia dos governos dos países como Argentina, Brasil e Uruguai, pois com a revolução bolivariana de 1999 inicia um processo de nacionalização e expropriação das empresas quebradas. Em outras palavras, é a partir do próprio governo se propõe e incentiva a nacionalização das empresas, apoiando-as tanto economicamente como estrategicamente, estimulando o processo autogestionário sob controle operário. Esta política faz parte, entre outras, das políticas adotadas dentro do denominado *“desenvolvimento endógeno do país”* (Cormerzana, 2009).

O governo tem incentivado o desenvolvimento e a evolução do trabalho associado da Economia Social, com instrumentos normativos e de política públicas, com a finalidade de construir um setor econômico relevante na economia mista, disputando e compartilhando espaços com a economia pública e privada.

Com efeito, um aspecto muito significativo, é o fato de que a Economia Solidária esta incluída na Constituição Nacional firmada em 1999, aprofundando formalmente a proposta desta e colocando as cooperativas, junto com as empresas nacionalizadas como pilares fundamentais do governo. Note-se que o artigo nº 308 da Constituição Bolivariana estabelece:

El Estado protegerá y promoverá la pequeña y mediana industria, las cooperativas, las cajas de ahorro, así como también la empresa familiar, la microempresa y cualquier otra forma de asociación comunitaria para el trabajo, el ahorro y el consumo, bajo régimen de propiedad colectiva, con el fin de fortalecer el desarrollo económico del país, sustentándolo en la iniciativa popular. Se asegurará la capacitación, la asistencia técnica y el financiamiento.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Uma das insígnias favoritas de Chávez, tomada de Simon Bolívar era: “Inventamos ou fracassamos”.

<sup>55</sup> Para mais informação ver: [www.constitucion.ve](http://www.constitucion.ve)

Com referência a isso, no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007 indica que:

Uno de los aspectos más novedosos de la Constitución Nacional es la disposición sobre la protección y el fomento de la economía social como una estrategia para la democratización del mercado y del capital (...) Se considera que las diversas formas asociativas constituyen una forma de ejercer los derechos del ciudadano.

Nesse sentido, o governo adota como política pública o incentivo à co-gestão, como proposta para vislumbrar a transformação das relações de produção e as relações de trabalho, com participação direta dos trabalhadores na administração e direção das empresas, mediante a formação dos conselhos de fábrica<sup>56</sup> e a organização de assembleias.

Em todo este processo, Chávez anunciou, durante o I Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas na Venezuela (2005), a intenção de expropriar mais de 1000 fábricas que estavam improdutivas ou trabalhando por baixo do 100% de sua capacidade instalada. De fato, o

---

<sup>56</sup> Antonio Gramsci (1891-1937) teoriza e assinala a importância dos conselhos operários. Nesse sentido, Gramsci apontava que a semente que impulsionaria uma organização operária que servisse de base e suporte para a criação de um Estado socialista encontrava-se nas Comissões Internas de Fábrica, que já vinham sendo constituídas na Itália desde 1906, principalmente em Turim. Segundo Gramsci, “[...] são o organismo através do qual o operário pode se levar à condição de produtor, superando sua condição de mercadoria e sua conseqüente subordinação ao capital, na medida em que assume em suas próprias mãos o controle do processo produtivo. E mais: já que a dominação do proletariado tem seu pressuposto básico na fábrica, ou seja, nesse controle do processo produtivo, os conselhos são igualmente a base para a construção do novo Estado Socialista” (Gramsci, Bordiga, 1981, p. 10). Os conselhos de fábrica são instituições de um novo tipo, constituídas pelos próprios trabalhadores, antagônicas às instituições burguesas. Gramsci afirma que, na prática autogestionária dos conselhos de fábrica existe um grande potencial pedagógico. Dessa forma, a autogestão se apresenta como um processo de aprendizagem constante, a partir do qual, se abre para o trabalhador, um novo horizonte de ação e pensamento, uma nova forma de ser trabalhador. As assembleias e as discussões entre colegas, e a responsabilidade assumida coletivamente, modificam a forma de compreender a realidade histórica. Segundo Gramsci, dentro dos conselhos de fábrica se materializa a unidade da classe operária, devido à mobilização espontânea do conjunto da classe trabalhadora contra a exploração, se institucionaliza em função de objetivos comuns e tarefas cotidianas (Gramsci e Bordiga, 1981; Coutinho, 1981).

governo começou a implantar as chamadas “empresas sociais” nas antigas indústrias abandonadas pelo capital, promovendo as propriedades mistas, ou seja, do Estado e dos trabalhadores.

É nessa conjuntura que começam em 2005, a surgir as primeiras recuperadas: a VENEPAL<sup>57</sup> e a Indústria Venezuelana Endógena de Válvulas (INVEVAL)<sup>58</sup>, ambas duas cogéridas pelos trabalhadores e o Estado.

A instituição que representa as ERTs na Venezuela é a Frente Revolucionária de Trabalhadores de Empresas em Cogestão e Ocupadas (Freteco), fundada o dia 25 de fevereiro nas instalações da recuperada Inveval. Na ocasião foram convidados trabalhadores de diversas empresas cogestionadas e de cooperativas. O objetivo da Frente é debater a situação das empresas e articular políticas conjuntas, em defesa do processo revolucionário, contra o imperialismo, os capitalistas e a burocracia.

Também, a organização administrativa da Economia Social é o Ministério de Estado para o Desenvolvimento da Economia Social (ME-DES), criado em 2002, como órgão assessor da presidência da república em matéria de proteção e fomento da Economia Social.

## Conclusão

Como tem sido destacado, existe uma continuidade e similaridade nos processos de recuperação das empresas em ambos os países, Argentina e Uruguai. Não obstante, o contexto socioeconômico e po-

---

<sup>57</sup> A Indústria de papel foi expropriada em 2005. Para maior informação ver: Cormerzana, 2009.

<sup>58</sup> INVEVAL surgiu diante da falência da empresa Construtora Nacional de Válvulas, por meio da pressão dos trabalhadores durante três anos e a decisão do Estado de recuperá-la, sob cogestão, por motivos de interesse público. A empresa se tornou estatal em 2005, o Ministério do Trabalho, Economia Popular e Finanças possuem 51% do capital e o outro 49% pertence aos trabalhadores. Desde a expropriação, os trabalhadores recuperaram e repararam os equipamentos deteriorados conseguindo reiniciar o processo produtivo. Hoje em dia, funciona com 62 trabalhadores, no entanto cabe ressaltar que durante a gestão anterior chegou a funcionar com 300 funcionários (Cormerzana, 2009).

lítico de cada um desses países marca suas características singulares, nas relações que se estabelecem com os diversos atores sociais: os governos, os sindicatos e os movimentos sociais e a comunidade.

Vimos como o movimento das ERTs batalha para inserir suas demandas nas agendas dos governos, em busca de legitimidade e poder institucional. A pesar de ter conseguido alguns avanços em termos de política públicas, ainda existe uma ausência de um marco jurídico adequado para as ERTs. Por isso, consideramos necessário que desde os governos se criem políticas de incentivo e fomento para as ERTs e reconhecimento dos direitos aos trabalhadores cooperados.

Como tem sido destacado, consideramos que existe um potencial<sup>59</sup> de construção político-social-econômica nas experiências de ERTs. As parcerias, as redes e as organizações informais, abrem a possibilidade de criar espaços comuns e ações solidárias. Nas redes sociais, os vínculos exigem uma dimensão de compromisso coletivo, a dimensão econômica é relevante, mas está subordinada a outras dimensões, por exemplo: ético- solidárias. A articulação produtiva resulta positiva para outorgar-lhes maior peso próprio às ERTs, para negociar condições financeiras, comerciais frente à ausência de políticas públicas que as amparem.

É importante destacar que a capacidade de inovação aparece como um dos fatores chave para a sobrevivência das ERTs num cenário de acirramento da concorrência. Por isso, a autogestão em redes permite repensar o processo produtivo e construir cadeias de produção e de intercâmbio de informações e conhecimentos em diferentes âmbitos (regional, nacional, internacional) que potencializem essa outra forma alternativa de organização social e econômica e política.

---

<sup>59</sup> Por potencialidade entendemos aquilo que é possível, e ainda incipiente; também se refere ao poder e à força que requer para sua construção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer destas páginas, constatamos que o surgimento do fenômeno das ERTs esta inserido por um lado, em um período no qual o mercado e o Estado abandonam as garantias de reprodução social da classe trabalhadora, Por outro lado, em um cenário de proliferação de organizações e movimentos sociais de resistência contra-hegemônicos, desenvolvidos ao longo da história de luta e resistência dos trabalhadores frente ao capital.

Nota-se que o movimento das ERTs faz parte da realidade de vários países latino-americanos, e tende a permanecer, após a crise dos anos 1990 até atualidade, com muitos avances, assim como também, ainda com muitos obstáculos, desafios e contradições.

Para concluir, é importante destacar umas das principais inovações que surgem no interior dos empreendimentos: as práticas autogestivas e democráticas permite que o “saber operário” apareça perante a quebra das relações empregado-empregador, deslegitimando e questionando, dentro do empreendimento, o controle burocrático e a hierarquização do processo decisório, em suma: a antiga estrutura de poder heterogestionária.

Além disso, as ERTs representam uma lógica que restabelece valores de solidariedade, cidadania, igualdade de oportunidades, cooperação, trabalho coletivo. A nosso ver, valores que se contrapõem aos já existentes e instaurados em nossas sociedades, que fazem parte do

modelo capitalista, tais como: individualismo, competência, injustiça social e opressão.

Em virtude disso, afirmamos que as práticas autogestionárias, além de construir um modo alternativo para administrar as unidades produtivas, induzem ao surgimento de um novo sujeito social e político. Note-se que o trabalhador, ao restabelecer seu próprio poder, percebe sua capacidade para alcançar novos espaços e passa de ser um “trabalhador assalariado” a “trabalhador cooperado-associado”. Diante o novo cenário, este “sujeito de direitos”, deve explorar toda sua criatividade a fim de enfrentar os novos desafios e novas tarefas que se apresentam cotidianamente.

As estratégias de luta adotadas pelas ERTs podem ser consideradas como uma forma incipiente para o desenvolvimento de “outro tipo de economia”, suprimindo espaços dentro da sociedade e do mercado. No entanto, nos deparamos diante um atrito entre duas lógicas opostas. Por um lado, a lógica do mercado que persegue o lucro, baseado na divisão e submissão do proletariado, no qual as ERTs estão inseridas. Por isso, devem alcançar sustentabilidade e viabilidade econômica, para continuar produzindo para vender é, inevitavelmente, subordinar-se ao jogo das oscilações do mercado. Por outro lado, a lógica autogestionária, baseada na unidade da classe trabalhadora reivindicando seu direito ao trabalho mediante formas democráticas.

Uma pergunta que permanece, se é possível considerar a Economia Solidária e as experiências de ERTs como um modelo viável de economia alternativa ao sistema capitalista. Pergunta difícil e complexa para ser respondida. Pois ainda continua sendo um grande desafio, tanto para os trabalhadores quanto para os dirigentes políticos e pesquisadores, colocar as necessidades das ERTs dentro da agenda pública. Então, resulta difícil vislumbrar, na atual conjuntura socioeconômica e, principalmente política, a possibilidade que desde os organismos de poder se considere a Economia Solidária e as ERTs como alternativas transformadoras no âmbito econômico, social, político, cultural e subjetivo.

Por tanto, não consideramos que seja possível, hoje em dia, dissolver completamente o modo de produção de capital mediante as práticas autogestionárias e as ERTs. No entanto, estas práticas e experiências, podem enfrentar e questionar o sistema que cada dia nos leva a viver e a conviver com formas desumanizadas de opressão, pobreza, precarização, e injustiça. Por isso, embora o horizonte que se apresenta seja incerto, acreditamos que o esforço de continuar arriscando no futuro e no desenvolvimento das ERTs é merecido.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Ana Luz; CASSANO, Daniel; SABATÉ, Alberto Federico. **Empresas sociales y economía social**. Una aproximación a sus rasgos fundamentales. Buenos Aires: UNGS, 2003.

ABRAMOVICH, Ana Luz ; VÁZQUEZ, Gonzalo (2007). Experiencias de economía social y solidaria en la Argentina. In: BASUALDO, Victoria; FORCINITO, Karina (Org.). **Transformaciones recientes de la economía argentina: pasado reciente y perspectivas**. Buenos Aires: Coed. Prometeo-UNGS, 2007

ABRAMOVICH, Ana Luz. Emprendimientos productivos de la economía social en Argentina: funcionamiento y potencialidades. In: CIMADAMORE, Alberto (Org.). **La economía política de la pobreza**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

ACOSTA, María; RASPALL, Tomás. **La articulación de las cooperativas de vivienda con el Estado y otros actores sociales**. Documento de Trabajo 61.2008. I. Disponível em: <<http://www.econ.uba.ar/cesot/docs/documento%2061.pdf>>. Acesso em: 15 sep. 2010.

AIZICZON, Fernando. **Zanón, una experiencia de lucha obrera**. 1era. ed. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

ALEXANDER, Robert J. **A organização do trabalho na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ÁLVAREZ, María Inês Fernández; ROSA, Marcelo Carvalho. **Estado y movimientos sociales: estudios etnográficos en Argentina y Brasil**. Buenos Aires: Antropofagia, 2009.

AMORIM, Celso. A integração sul-americana. **Diplomacia, Estratégia & Política**, Brasília, n. 10, p. 5-26, 2009.

ANTA. **Documento Fundacional y Programa**. Asociación Nacional de Trabajadores Autogestionados (Anta) en el marco de la Central de

Trabajadores Argentinos (CTA), 2005. Disponível em: <<http://www.cta.org.ar/base/article1935.html>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

ANTEAG. **Autogestão:** construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. São Paulo: MTE/SPPE/DEQ, 2000.

\_\_\_\_\_. **Autogestão e Economia Solidária:** uma nova metodologia. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2005. V. 2.

\_\_\_\_\_. **Autogestão e Economia Solidária:** uma nova metodologia. Brasília, MTE/SPPE/DEQ, 2006. V. 3.

ATLAS da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. **Que são comissões de fábrica.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez Editora/Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. **O continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

ARIAS, Cora. Representación sindical y fábricas recuperadas: un mapa de la cuestión. **Kairos**, Buenos Aires, v. 12, n. 22, p. 2-20, 2008.

ARRUDA, Marcos. Trabalho emancipado. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

AZEVEDO, A; GITAHY, L. Cooperativismo e competitividade? O caso da Corporación Cooperativa Mondragón – MCC. **Revista Inovação**, UNIEMP, ano 2, n. 4, p. 40-41, set. 2006.

AZEVEDO, A. **Autogestão e competitividade:** estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

AZPIAZU, Daniel; NOCHTEFF, Hugo. **El desarrollo ausente.**

Restricciones al desarrollo, neoconservadurismo y elite económica en la Argentina. Ensayos de Economía Política. Buenos Aires: Flacso, 1995.

AZPIAZU, D; BASUALDO, E; SCHORR, M. **La reestructuración y redimensionamiento de la producción industrial argentina durante las últimas décadas**. Buenos Aires: SUTNA, FETIA e CTI, 2000.

AZPIAZU, Daniel et al. **Imparables**: resistencia y lucha en una empresa recuperada por sus trabajadores. Buenos Aires: La Autora, 2009.

AZZA, Walter F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1985.

AZZELLINI, Darío. Economía Solidaria en Venezuela: del apoyo al cooperativismo tradicional a la construcción de ciclos comunales. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio (Org.). **A Economia Solidária na América Latina**: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, 2012.

BADENES, Daniel. Empresas recuperadas en América Latina: cooperativismo, autogestión de la producción y dignidad del trabajo. **Revista del Instituto de la Cooperación Idelcoop**, año 34, n. 176, mar./abr. 2007.

BARBIERI, Estela Maria; SÍGOLO, Vanessa Moreira. **Economia Solidária e autogestão**: encontros internacionais. V. 2, p. 29-46. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BATTISTINI, Osvaldo. Las interacciones complejas entre el trabajo, la identidad y la acción colectiva. In: BATTISTINI, O. (Org.). **El trabajo frente al espejo**: continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitaria de los trabajadores. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

BATISTONI, Maria Rosângela. **Confronto operário**: a oposição sindical metalúrgica nas greves nas comissões de fábrica de São Paulo (1978-1980). São Paulo: AIEP, Oposição Metalúrgica, Projeto Memória, 2010.

BAKUNIN, Mikhail. **A liberdade**. Texto extraído do livro Socialismo e

anarquia. Enrrico Malatesta Espanha: Ayuso, 1977.

\_\_\_\_\_. **O socialismo libertário**. São Paulo: Globo, 1979.

BASUALDO, Eduardo. **Sistema político y modelo de acumulación en la Argentina**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2001.

BECCARIA, Luis Alberto; FELMAN, Silvio; LÓPEZ, Nestor. (Org.). **Sin trabajo**: las características del desempleo y sus efectos en la sociedad Argentina. Buenos Aires: UNICEF, UNICER, Losada, 1997.

BENINI, Edi. A Economia Solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? **Revista ORG & DEMO**, Marília, n. 4, 2003.

\_\_\_\_\_. **As políticas públicas e relações de trabalho**: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? In: VEIETEZ, C. G.; RI, Neusa Maria Dal. (Org.). **Revista ORG & DEMO**, Marília, n. 4, 2003.

BENINI, Edi A; SARDÁ DE FARIA, Maurício; NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012. V. 1.

\_\_\_\_\_. **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012. V. 2.

BERTHIER, René; MINTZ, Frank. **Autogestão e anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2002.

BEVERLY J SILVER. **Forças do trabalho movimentos dos trabalhadores e globalização desde 1970**. São Paulo: Boitempo, 2005. Coleção Mundo do Trabalho.

BLANC, Louis. Organização do trabalho. Tradução Ana Paula Ornellas Mauriel. In: BRAVO, Gian Mario. **Les socialistes avant**: Marx. Paris: François Maspero, 1970. V. II. p. 134-166.

LANC, Louis. Organização do trabalho (1839). In: TEIXEIRA, Aloísio. **Utópicos, heréticos e malditos**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002.

BONIN, John et al. Estudios teóricos y empíricos sobre cooperativas de producción. In: MORALES, Alfonso; MONZÓN, José Luis; CHÁVEZ, Rafael (Ed.). **Análisis económico de la empresa autogestionada**, Valencia: Ciriec, 2004. p. 47-100.

BORON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. O campo econômico. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 6, 2005.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro**. 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento sul-catarinense**. Florianópolis, SC, 1979. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 1979.

BRINER, Agustina; CUSMANO, Adriana. Las empresas recuperadas en la ciudad de Buenos Aires. Una aproximación a partir del estudio de siete experiencias. In: **Empresas recuperadas**. Ciudad de Buenos Aires: Edic. Buenos Aires, 2003.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva. 1971. Coleção Debates.

CAILLÉ, Alain. Dádiva, cidadania e democracia. In: MEDEIROS, Alzira; MARTINS, Paulo Henrique. **Economia popular e solidária: desafios teóricos e práticos**. Recife: Bagaço, 2002.

\_\_\_\_\_. Sobre los conceptos de economía en general y de economía solidaria en particular. In: CORAGGIO, J. L. (Org.). **Qué es lo económico?** Materiales para un debate necesario contra el fatalismo. Buenos Aires: CICCUS, 2009.

CAILLÉ, Alain; CATTANI, A.; CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J. L. (Org.).

**Diccionario de la otra economía.** Buenos Aires: UNGS-Altamira-Clasco, 2009. Colección Lecturas sobre Economía Social.

CAMPERO, Guillermo. **La cuestión laboral en el Mercosur:** procesos, opciones y posibilidades. Santiago de Chile: Friedrich Ebert Stiftung, 1999

CARAMELO, João Carlos Pereira. **Educação e desenvolvimento comunitário num processo de transição autogestionário.** Porto/PT, Universidade do Porto, Tese de Doutorado-Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2009.

CARPINTERO, Enrique; HERNANDEZ, Mario (orgs.) **Produciendo realidad. Las empresas comunitarias.** Buenos Aires: Topia, 2002.

CARRETERO, José Luis. **Las empresas recuperadas. Hacia una comprensión de la autogestión obrera real.** Nómadas, Madrid, N 25, Universidad Computense de Madrid, 2010.

CARVALHO, Junior Luiz Carlos. **Polos industriais do sul do Brasil: experiências de competitividade e empreendedorismo:** (s.n), 2007.

CASTEL, R. **La metamorfosis de la cuestión social:** una crónica del asalariado. Buenos Aires: Paidós, 1995.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHAVES, Luis Carlos. **Laboratórios sociais de autogestão no Brasil e na Argentina:** cooperativas na produção e reprodução da vida em cooperação. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

CHOINACKI, Luci. **Mineiros de Santa Catarina:** sua luta e sua história. Brasília: Ed: Câmara dos Deputados, 1993.

CHULMAN, Valeria. **Los trabajadores autogestionados:** una perspectiva desde la Asociación Nacional de Trabajadores Autogestionados – CTA. Buenos Aires: Mimeo, 2009.

CORAGGIO, José Luis. **Economía social como vía para otro**

**desarrollo social.** Actividad Central del debate distintas propostas de Economía Social lanzado en Urbared. Disponível em: <www.umbared.ungs.edu.ar>. Acesso em: nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da Economia Solidária. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Katia (Org.).

**Economia dos setores populares:** sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). **La economía social desde la periferia:** contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Economía social, acción pública y política:** hay vida después del neoliberalismo. Buenos Aires: Ciccu, 2007.

CORMENZANA, Pablo. **La Batalla de Inveval, la lucha por el control obrero en Venezuela.** Madrid: Fundación Federico Engels, 2009.

COTERA, Alfonso; ORTIZ, Humberto. Comercio justo. In: CATTANI, A.D. et al. (Org.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009. p. 60-67.

CORTINA, Ruben. Balance y perspectiva de la acción sindical en el Mercosur. Instituto del Mundo del Trabajo. **Revista Pistas**, Buenos Ares, n. 5, oct. 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci.** Porto Alegre: L&PM, 1981.

CRUZ, Antônio. **Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext\_doc4.doc>. Acesso em: 11 mar. 2004.

\_\_\_\_\_. **A diferença da igualdade:** a dinâmica econômica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DAGNINO, Renato. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. In: **Tecnologia social:** uma ferramenta para construir uma outra sociedade. Campinas: IG/Unicamp, 2009.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr. et al. **Tecnologia social:** uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.

DAL RI, Neusa; VIEITEZ, Candido. Trabajo asociado: gestión democrática y cambio social. In: **Observatorio Social de Empresas Recuperadas y Autogestión**, Buenos Aires, n. 1, 2009. Ver en: <<http://www.iigg.fsoc.uba.ar/empresasrecuperadas/>>.

DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Trabalho associado, Economia Solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideú. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideú: Editorial PROCOAS, 2010.

DÁVOLOS, Patricia; PERELMAN, Laura. Empresas recuperadas y trayectoria sindical: la experiencia de la UOM de Quilmes. In: FAJN, Gabriel (Ed.). **Fábricas y empresas recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad**. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación, 2003.

DEFOURNY, Jacques. Economia social. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

DEJOURS, Christophe. O trabalho como enigma. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (Org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Paralelo 15; Editora Fiocruz, 2004.

DELMONDES, Camila; CLAUDINO, Luciano. **Flaskô: fábrica ocupada**. Campinas: PUC Campinas: Editora CEMOP, 2009.

DE SOUZA Gomez, Silvio. **Um trabalhador na revolução latino-americana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

ECHAIDE, Javier. Sobre lo político y lo jurídico: la batalla legal de las empresas recuperadas. **Revista del Instituto de la Cooperación. Idelcoop**, año 34, n. 176, p. 82-102, mar./abr. 2007.

ESTEVES, Egeu. **Sócio, Trabalhador, Pessoa: negociações de entendimento na construção cotidiana de uma autogestão industrial**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Autogestão e identidade: a experiência dos trabalhadores da Metal-Coop**. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FAJN, Gabriel (Org.). **Fábricas y empresas recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad**. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2004.

FAJN, Gabriel; REBON, Julián. El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas. **Herramienta**, n. 28, 2005.

FANTIN, Marcia. **Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1992.

FARIA, José Henrique. **Economia política do poder**. Fundamentos V. 1. 5. reimpressão. Curitiba: Juará, 2009.

\_\_\_\_\_. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009c.

FERNANDEZ, Ana María. **Política y subjetividad: asambleas barriales y fábricas recuperadas**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

FERNANDÉZ, Ana María; LÓPEZ, Mercedes; IMAZ, Xabier, CALLOWAY, Cecília. Brukman: de la estrategia de supervivencia a la autogestión. In: FERNANDÉZ, Ana María (Org.). **Política y subjetividad: asambleas barriales y fábricas recuperadas**. Buenos Aires: Biblos, 2008.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. Inés. Sentidos asociados al trabajo y procesos de construcción identitaria en torno a las ocupaciones y recuperaciones de fábricas de la Ciudad de Buenos Aires: un análisis a partir de un caso en particular. In: BATTISTINI, O. (Org.). **El trabajo frente al espejo: continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitaria de los trabajadores**. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

FERNANDEZ, M. Inés. De la recuperación como acción a la recuperación como proceso: prácticas de movilización social y acciones estatales en torno a las fábricas recuperadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 25, 2007.

FESTI, Ricardo Colturato. **Zanón, fábrica sem patrão: um debate sobre classismo e controle operário na vanguarda operária**. Dissertação

(Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FERRAZ, Ana Lúcia Marques Camargo. **Dramaturgias da autonomia:** a pesquisa etnográfica entre grupos de trabalhadores. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FIGARI, Claudia; JABBAZ, Marcela; LOZANO, Rubén. Estrategias empresariales de los 90' frente a la crisis y su impacto sobre el trabajo. In: MARTÍNEZ, Oscar; XIMÉNEZ, Daniel. **Reconversión y movimiento obrero.** Buenos Aires: CIPES, 1994.

FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean Louis. **A Economia Solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FILHO G, FRANÇA; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Org.). **Ação pública e Economia Solidária:** uma perspectiva internacional. Porto Alegre/Salvador: Editora da UFRGS/Edufba, 2006.

FONTENLA, Eduardo H. **Cooperativas que recuperan empresas y fábricas en crisis.** Buenos Aires: Universidad Nacional de Lanús (UNLA), Departamento de Planificación Políticas Públicas, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979

GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007.

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária e o valor das relações sócias vinculantes. **Katálysis,** Florianópolis, v. 11, n. 1. p. 11-19, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências de Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 371-402.

GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Org.). **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, 2009.

GARTEIZ-AURRECOA, Javier. **Filosofía de la cooperación.** Deusto Estudios Cooperativos 42, n. 1, 2012. Bilbao, p. 33-53.

GERMER, Claus. A Economia Solidária: uma crítica marxista. **Outubro** n. 14, p. 193-214, 2006. Disponível em: <[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14\\_10.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_10.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2013.

GHIBAUDI, Javier Walter. **Um lugar para eles:** fábricas recuperadas na região metropolitana de Buenos Aires (2001-2003). Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1994.

GIRALDEZ VIEITEZ, Candido; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado, cooperativas e empresas de autogestão.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GODIO, Julio; ROBLES, Alberto José, Observatório del movimiento sindical argentino. Instituto del Mundo del Trabajo. **Revista Pistas**, n. 3, feb. 2001.

GODOY, Raúl. **Crisis del neoliberalismo, movimientos sociales y alternativas en América Latina.** Panel realizado en la Facultad de Ciencias Sociales UBA, Buenos Aires, 2002.

GONÇALVES, Adelaide. Comunidades utópicas e os primórdios do socialismo no Brasil. **Etopia**, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10561.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **A nova lei de falência e as empresas recuperadas sob o sistema da autogestão.** Nota técnica, IPEA, Mercado de trabalho: conjuntura e análise, Brasília: MTE, 2005.

GORZ, André. **Historia y Enajenación.** México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

GOULARTI, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

GRACIA, María Amalia. **Fábricas de resistencia y recuperación social, experiencias de autogestión del trabajo y la producción en Argentina.** D.F, México: El Colegio de México, 2011.

GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo Bordiga. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **La alternativa pedagógica**. México: Fontamara, 1981.

\_\_\_\_\_. **Escritos políticos 1917-1933**: apuntes sobre la historia de las clases subalternas. Critérios de método. México: Siglo XXI Editores, 1997.

\_\_\_\_\_. Caderno n. 22: americanismo e fordismo (1934). In: **Cadernos do cárcere: v. 4**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GUERRA, Pablo. Crisis y empresas alternativas en Uruguay. El caso de las cooperativas de producción como emergentes de un sector solidario. **Serie Documentos de Trabajo**, n. 1, set. 2013.

GUERRA, Pablo; Amorín, Carlos; Martí, Juan Pablo. **Empresas recuperadas**: entre la reflexión y la práctica. Montevideo: Instituto Goethe, 2004.

GUIA 2005. **Empresas y fábricas recuperadas, autogestionada por sus trabajadores**. Ministério de Trabajo, Empleo y Seguridad Social.

GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GUIMARÃES, A; COMIN, Á; LEITE, M. Por um jogo de soma Positiva: conciliando competitividade e proteção ao emprego em experiências inovadoras de negociação no Brasil. In: GUIMARÃES, N. A; MARTIN, S. (Org.). **Competitividade e desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001.

GUIMARÃES, Gonçalo; Ângela Schwengber (Org.). **Diretrizes para políticas públicas de Economia Solidária**: a contribuição dos gestores públicos. Promoção: Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In: VIEITEZ, Cândido Giraldez. **A empresa sem patrão**. Marília: Unesp, 1997.

GÜTTLER, Antonio Carlos. **A colonização do Saí (1842-1844)**: esperança de falansterianos, expectativa de um governo. Dissertação

(Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **La lógica de las ciencias sociales**. Madrid: Tecno, 1998.

HALPERIN Dongui, Tulio. **La democracia de masas**. Buenos Aires: Paidós, 1983.

HENRIQUE MARTINS, Paulo. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, n. 73, p. 45-66, dez. 2005.

HENRIQUES, Flávio. **Assessoria a empreendimentos de autogestão**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HENRIQUES, Flavio et al. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: MultiFoco, 2013.

HERRERA, Paloma; ANTIVERI, Javier; RUGGERI, A. El movimiento obrero argentino y la toma de fábricas. **Cuadernillo**, n. 3. Centro de Documentación de Empresas Recuperadas, Programa Facultad Abierta, Fac. de Filosofía y Letras de Buenos Aires: Buenos Aires, Edic. de la Cooperativa de Chilavert, 2012.

HINTZE, Susana. **La política es un arma cargada de futuro**. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUC, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CIACSO, 2010.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os vinte oito tecelões de Rochdale**. Porto Alegre: WS Editor, 2000.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Operários sem Patrões**. Tese (Doutorado) – FFLCH,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

HOPSTEIN, Graciela. **A rebelião argentina:** assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

INACOOP. **Base de microdatos del censo cooperativo.** 2009. <<http://www.Inacoop.org.uy>>.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo, Violência e terrorismo.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

IBASE/ANTEAG. **Autogestão em avaliação.** São Paulo: Anteag Edições, 2003.

JOYEUX, Maurice. **Autogestão, gestão direta, gestão operária.** Brasília: Novos Tempos, 1972.

KLEIMAN, Fernando. **Lições de Catende:** a construção de uma autogestão em Pernambuco. São Paulo: Annablume; Recife: Fetape; Brasília: Contag, 2008.

KOROL, Claudia (Org.). **Obrero sin patrón:** sistematización de la experiencia de los obreros y obreras de Zanón. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, América Libre, 2005.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça.** São Paulo: Kairós, 1980.

LAVACA. **Sin patrón:** fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores. Una historia, una guía. Buenos Aires: Lavaca, 2004.

LAVACA (Org.). **Sin patrón:** fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores. Buenos Aires: Lavaca, 2007.

LAVILLE, Jean-Louis. El marco conceptual de la Economía Solidaria. In: LAVILLE, J. L. (Org.). **Economía Social y Solidaria.** Una visión europea. Colección Lecturas sobre Economía Social, UNGS-Altamira, Buenos Aires, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA FILHO, Genauto C. **Economía Solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. **Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 20-42, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Definiciones e instituciones de la economía. In: CORAGGIO, J. L. (Org.). **¿Qué es lo económico?** Materiales para un debate necesario contra el fatalismo. Buenos Aires: CICCUS, 2009.

\_\_\_\_\_. Economía plural. In: CATTANI, A., CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J. L. (Org.). **Diccionario de la otra economía**. Colección Lecturas sobre Economía Social. Buenos Aires: UNGS-Altamira-Clasco, 2009.

\_\_\_\_\_. El marco conceptual de la Economía Solidaria. In: LAVILLE, J. L. (Org.). **Economía social y Solidaria**. Una visión europea. Colección Lecturas sobre Economía Social. Buenos Aires: UNGS-Altamira, 2009.

LEITE, Márcia. **Trabalho e sociedade em transformação**. Mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecções em São Paulo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, ano 1, v. 2, 2004.

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, 2009.

LEITE, Márcia; SOUZA, Silvana Custos. Do trabalho feminino: imagens e realidades no ABC Paulista. In: ABRAMO, Lais (Ed.). **Questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres**, Brasília: OIT, 2005.

LESER de MELLO, Silvia; BARBIERI, Estela Maria, MOREIRA, Vanessa (Org.). **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: Nesol-USP,ITCP-USP, 2007. V. 2.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, 2002.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, out. 2004.

\_\_\_\_\_. **As artimanhas da flexibilização:** o trabalho em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

\_\_\_\_\_. Paradoxos do trabalho associado. **Tempo Social**, São Paulo, v. 21, n. 1 p. 113-132, 2007.

LÍNEAS Generales del Plan Nacional de Desarrollo Económico e Social de la Nación 2001-2007. República Bolivariana de Venezuela. Disponível em: [www.mdp.gob.ve./pdeysn/pdesn.pdf](http://www.mdp.gob.ve./pdeysn/pdesn.pdf). Acesso em: 8 Dez 2013.

LÍNEAS Generales del Plan Nacional de Desarrollo Económico e Social de la Nación. 2007-2013 República Bolivariana de Venezuela. Disponível em: <[www.cenditel.gob.ve/carpetas/archivos/fuente/290](http://www.cenditel.gob.ve/carpetas/archivos/fuente/290)>. Acesso em: 10 dez. 2013.

LOBO, Valeria Marques. **Fronteiras da cidadania: sindicatos e (dês) mercantilização do trabalho no Brasil.** Belo Horizonte: MG: Argvmentvm, 2010.

LUCENA, Héctor. **Lo laboral en tiempos de transición.** Valencia: Universidad de Carabobo, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular Ltda., 1999.

MC, Adam.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 2009.

MACDONALD, José Brendan. A autogestão enquanto modo de produção e algo mais. In: CANDEIAS, Cezar Nonato; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco (Org.). **Economia Solidária e autogestão:** ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: Edufal, 2005.

MACIEL, Vera de Fátima; SOUTO, Luiz. Visão sintética dos resultados da pesquisa exploratória nas empresas pioneiras. In: VALLE, R. **Autogestão:** o que fazer quando as fábricas fecham? Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MAGNANI, Esteban. **El cambio silencioso:** empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

MALVAZZI AUED, Idaletto. Alienação, maquinaria e grande indústria moderna. In: MAMIGONIAN, A. (Org.). **Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social**. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011. Série Livros Geográficos IV.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. V. 1.

\_\_\_\_\_. **Razón y revolución**. Buenos Aires: Altaya, 1998.

MARINHO, Pedro. **A pesquisa em ciências humanas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

MARQUES, Ivan da Costa. Engenharias brasileiras e a recepção de fatos e artefatos. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005. p. 13-25.

MARQUEZ, Paulo Lisandro Amaral. **Trabalho emancipado: empresas recuperadas pelos trabalhadores – a experiência autogestionária dos metalúrgicos gaúchos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARTI, Juan Pablo. Las empresas recuperadas. Montevideo. **La Diaria**, año 7, n. 137, p. 8, España: Editorial Alianza Universidad, 1992.

\_\_\_\_\_. Transformaciones en el mundo del trabajo y recuperación de empresas. In: CAMOU, María M.; R. PORRINI (Org.). **Trabajo e historia en el Uruguay**. Investigaciones recientes. Montevideo: UdelaR – FHyCE/FCS/CSIC, 2006.

\_\_\_\_\_. **Desafíos en la relación entre empresas recuperadas y movimiento sindical en Argentina y Uruguay**. 2006. Disponível em: <[www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/10.Marti.pdf](http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/10.Marti.pdf)>. Acesso em: nov. 2013

MARTINEZ, Carlos. **Procesos de autogestión en empresas recuperadas**. Ponencia al II Congreso Nacional de Sociología, 2004.

MARTINEZ, Oscar; VOCOS, Federico. **Las empresas recuperadas por los trabajadores y el movimiento obrero**. Disponível em: <[www.iisg/labouragain/publications.htm](http://www.iisg/labouragain/publications.htm)>. Acesso em: jul. 2013.

MARTINS, Aderaldo Alves. **Socioeconômica do carvão em Santa Catarina: uma contribuição ao estudo de sua trajetória**. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MARX, Karl. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Civilização, 1965.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Vol. III, Cap. XXVII. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: 1978.

\_\_\_\_\_. **Crítica ao programa de Gotha**. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz, 1984.

\_\_\_\_\_. **A guerra civil na França**. Editora Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <[http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original\\_guerracivil.pdf](http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_guerracivil.pdf)>. Acesso em: jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Trabajo cooperativo. Instrucción sobre diversos problemas a los delegados del Consejo Central Provisional. In: **Obras escogidas**, Tom II. Moscú: Ed. Progreso, 1974.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, 1998. Edição comemorativa dos 150 anos do Manifesto do Partido Comunista.

MATTINI, Luis. Sujeto y trabajo. In: **Contrapoder**. Ediciones De mano en mano. Argentina, 2001.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELUCCI, Alberto. La experiencia individual y los temas globales en una sociedad planetaria. In: IBARRA, Pedro & TEJERINA, Benjamin (Ed.). **Los movimientos sociales**: transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Trotta, 1998.

MELLADO, Noemí B. **Canales y formas de participación en el Mercosur**, VI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, 5-9 nov. 2001.

MEUNIER, Isabel; DE ALMEIDA, Marcelo. Construindo a América do Sul: identidades e Interesses na formação discursiva da Unasul. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 673-712, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2011.

MICHEL, Maria Helen. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MINTZ, Frank. Ensinamentos da autogestão espanhola. In: BERTEHIER, René; LEVAL, Gaston Mintz. **Autogestão e anarquismo.** São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

MONZÓN, José Luis. **Las cooperativas de trabajo asociado en literatura económica y en los hechos.** Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.

MONZÓN, José Luis; DEFOURNY, Jacques. **La economía social:** entre economía capitalista y economía pública. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2000.

MORBELLI, María Teresa; PAROLIN, Claudia Isabel; RODRIGUEZ, Marisa Andrea; RODRÍGUEZ GARAY, Rubén Enrique. **La importancia de la cultura en el marco de la autogestión productiva de empresas recuperadas.** Instituto de Investigaciones y Asistencia Tecnológica en Administración (IIATA), Facultad de Ciencias Económicas y Estadística, Universidad Nacional de Rosario. Otra Economía. Volumen n. 2 –1º semestre, 2008. Disponível em: <[www.riless.org/otraeconomia](http://www.riless.org/otraeconomia)>. Acesso em: maio 2013.

MORUS, Tomas. **A utopia.** São Paulo: Nova Cultural. 1997. Coleção Os Pensadores.

MOTA LOPES, Arildo. Os efeitos da crise mundial sobre os empreendimentos autogestionários da Economia Solidária filiados a Unisol Brasil, e o papel anticíclico das políticas públicas. **Mercado de Trabalho**, n. 41, nov. 2009.

MOTHÉ, Daniel. Balanço crítico do conceito de autogestão na França. In: MELLO, Silvia Lese de (Org.). **Economia Solidária e autogestão:** encontros internacionais. São Paulo: Esol-USP, ITCP-USP, PW, 2005. p. 102-118.

\_\_\_\_\_. Autogestão. In: CATTANI, Antônio. et al. **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo, 2009.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária**. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MURILLO, M. Victoria. La del sindicalismo argentino a las reformas de mercado en la primera presidencia de Menem. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 37, n. 147, Fondo de Cultura Económica, 1997.

\_\_\_\_\_. Del populismo al neoliberalismo: sindicatos y reformas de mercado en América Latina. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 40, n. 158, Fondo de Cultura Económica, 2000.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e Economia Solidária. **Revista Temporais**, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Socialismo autogestionário. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. **A autogestão e o novo cooperativismo**. Texto para discussão da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, maio 2004.

\_\_\_\_\_. **Do “Beco dos Sapos” aos canais de Catende: os “ciclos longos” das lutas autogestionárias**. Brasília: Senaes, 2005. Disponível em: <[www.mte.senaes.gov.br](http://www.mte.senaes.gov.br)>.

NASCIMENTO, Janaína. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada. Fábrica ocupada é fábrica estatizada: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1.000 empregos**. Joinville, 2004.

NEFFA, Julio César. **Los paradigmas productivos tayloristas y fonditas y su crisis**. Buenos Aires: Lúmen, 1998.

\_\_\_\_\_. **Las principales reformas de la relación salarial operadas durante el período 1989-2001 con impactos directos e indirectos sobre el empleo**. 2002. Disponível em: <[www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/argentina/cei/neffa1.pdf](http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/argentina/cei/neffa1.pdf)>. Acessado em: abr. 2013.

NEUFELD, M. R.; GRIMBERG, M.; TISCORNIA, S.; WALLACE, S. (Org.). **Antropología social y política: hegemonía y poder – el mundo en movimiento**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

NEUHAUS, Susana et al. **Hegemonía y emancipación: fábricas**

recuperadas, movimientos sociales y poder bolivariano. Caracas, Venezuela: Milenio Libre, 2006.

NEUSA, Maria Dal Ri et al. (Org.). **Las empresas recuperadas como cooperativas de trabajo en Uruguay:** entre la crisis y la oportunidad. 2013. Documento en elaboración. Disponível em: <[www.fcs.edu.uy/archivos/Marti\\_Thul\\_Cancela%20Historia%20de%20las%20empresas%20recuperadas%20en%20Uruguay%2028052013.pdf](http://www.fcs.edu.uy/archivos/Marti_Thul_Cancela%20Historia%20de%20las%20empresas%20recuperadas%20en%20Uruguay%2028052013.pdf)>. Acesso em: dez. 2013.

NOVAES, H. T. **Para além da apropriação dos meios de produção?** O processo de adequação sócio-técnico em fábricas recuperadas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. Quando os patrões destroem máquinas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias. **Revista de Ciências Sociais da Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 166, 2005c.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre fábricas recuperadas na Argentina e Uruguai.** Relatório de pesquisa (Capes). 2005e. Disponível em: <[www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br)>. Acesso em: sep. 2012.

\_\_\_\_\_. **O fetiche da tecnologia:** a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **A relação universidade-movimentos sociais na América Latina:** habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

\_\_\_\_\_. As bases sócio-históricas do socialismo autogestionário e a contribuição de István Mészáros. In: NOVAES, Henrique Tahan (Org.). **O retorno do caracol a sua concha:** alienação e desalienação em associação de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O retorno do caracol à sua concha:** alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Reatando um fio interrompido:** a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NOVAES, H. T.; DE LIMA, Paulo. A filosofia da política cooperativista na Venezuela de Hugo Chávez: lições preliminares. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 64, set. 2006. Disponível em: <www.espaçoademico.com.br>. Acesso em: abr. 2013.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, Renato. A participação do trabalhador na fábrica: contrastes entre as propostas do modelo japonês e as propostas autogestionárias. In: NOVAES, Henrique Tahan (Org.).

**O retorno do caracol a sua concha:** alienação e desalienação em associação de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ODA, N. T. Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In: SINGER, Paul I., SOUZA, André R. (Org.).

**Economia Solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gestão e trabalho em cooperativas de produção:** dilemas e alternativas à participação. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

OFFE, Claus. La sociedad del trabajo, problemas estructurales y perspectivas de futuro. Mercado laboral. Un análisis a medio plazo de las respuestas disponibles. In: **Qué crisis?** Retos y transformaciones de la sociedad del trabajo. Donosita, Tercera Prensa-Hirugarren Prensa, 1997.

OLIVEIRA, Vicente Aguilar Nepomuceno de. **Ergonomia e formação:** limites para formar e transformar o trabalho numa mineradora de carvão autogestionária. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

OSZLAK, O; O'DONNELL, G. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. **Redes**, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, v. 2, n. 4, 1995.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. **Liberdade e necessidade:** empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sociopolítica da economia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo e cooperativismo: entre a criação e a destituição. In: SOUZA, André Ricardo et al. **Uma outra economia é possível:** Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

- PAULUCCI, M. Alejandra. **O internacionalismo e as fábricas recuperadas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- PEDREIRA FILHO, Valdemar S. **Comissões de fábrica: um claro enigma**. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.
- PEREIRA da SILVA, Rafael. Autonomia aparente: educação popular, sindicalismo e política na década de 1980, Criciúma (SC). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2. n. 2. p. 223-239, jul./dez. 2010.
- PETRAS, J. et al. **Produciendo realidad: las empresas comunitarias**. Buenos Aires: Topia Editorial, 2002. Colección Fichas.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.
- PICCINI, Valmiria Carolina. et al (Org.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- PICCHETTI, Valentina. Fábricas tomadas, fábricas de esperanzas. Las experiencias de Zanón y Brukman. In: CARPINTERO, Enrique e HERNANDEZ, Mario (Org.). **Produciendo realidad: las empresas comunitarias**. Buenos Aires: Topia, 2002.
- PEIXOTO de ALBUQUERQUE, Paulo. **Autogestão**. In: CATTANI, Antonio David. *A outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.
- POCHMANN, Márcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco A. de (Org.). **Economia e trabalho: textos básicos**. Campinas: Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. Posibilidades y límites de la economía solidaria latinoamericana. In: CORAGGIO, J. L. (Org.). **La economía social desde la periferia: contribuciones latino-americanas**. Buenos Aires: UNGS – Altamira, 2007.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. **El tiempo de la política (1983-2000)**. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2000.

POSADAS, J. **Os ensinamentos da Polônia, para o progresso socialista da humanidade, Coletânea de textos 1970-1981**. São Paulo: Ciência Cultura e Política. s/d.

PRAXEDES, S. Políticas públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **Boletim Mercado de Trabalho – Ipea**, Brasília, n. 39, maio 2009.

PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

QUIJANO, Anibal. **La economía popular y sus caminos em América Latina**. Lima: Mosca Azul Editores, 1998.

\_\_\_\_\_. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

QUINTERO do NASCIMENTO, Janaina. **Fábrica quebrada e fábrica ocupada, fábrica ocupada e fábrica estatizada**. A luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1.000 empregos. Livro reportagem, s/e, 2004.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social en la Argentina: 1880-2003**. Buenos Aires: Emecé, 2008.

RASLAN, Filipe. **Resistindo como classe: o caso da ocupação da Flaskô**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RAZETO, Luis. **Economía de solidaridad y organización popular**. In: Organizaciones Económicas Populares. Más allá de la informalidad, Servicio Cristiano de Cooperación, Buenos Aires, 1990.

RAMALHO, José Ricardo. Associativismo sindical e experiências regionais de flexibilização do trabalho em cadeias produtivas globais. In: GOMES, Ana Célia; MANESCHY, Maria Cristina; MAGALHÃES, Sônia; FERREIRA, José Maria (Org.). **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização: estudos em Portugal, África e Amazônia**. Belém: NUMA-UFPA, 2010.

RAZETO, Luis. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Buenos Aires: Editorial Lumen Humanitas, 1997.

\_\_\_\_\_. La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto. In: CORAGGIO (Org.). **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 317-338.

\_\_\_\_\_. **Lecciones de economía solidaria. Realidad, teoría y proyecto**. Santiago de Chile: Ediciones Uvirtual.net, 2007.

REBON, Julián. **Desobedeciendo al desempleo. La experiencia de las empresas recuperadas**. Buenos Aires: Ediciones Picaso – La Rosa Blindada, 2004.

\_\_\_\_\_. **Trabajando sin patrón. Las empresas recuperadas y la producción**. Buenos Aires: Instituto de Investigación Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2005.

REBON, Julián; SAAVEDRA, Ignacio. **Empresas recuperadas. La autogestión de los trabajadores**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

REBÓN, Julián. Trabajadores: estrategias laborales y personificaciones sociales – el proceso de recuperación de empresas. **Ciencias Sociales**, Universidad de Buenos Aires, n. 63, p. 44-48, jul. 2006.

\_\_\_\_\_. La empresa de la autonomía: apuntes acerca de la recuperación de empresas por sus trabajadores en Argentina. In: **Observatorio Social de América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)**, año 7, n. 21, p. 263-275, set./dic. 2006.

\_\_\_\_\_. **La empresa de la autonomía: trabajadores recuperando la producción**. Buenos Aires: Colectivo Ediciones/Picaso, 2007.

REBON, Julián; Rodrigo Salgado. Empresas recuperadas y procesos emancipatorios. In: **Resistencias laborales: experiencias de re-politización del trabajo en Argentina**, eds, 2009.

RECH, Daniel. **Cooperativas: una alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIEIRO, Anabel. Cooperativismo y sindicalismo en Uruguay: el difícil

camino a la emancipación. Retomando los aportes de Marx y Gramsci para el caso de las empresas recuperadas por sus trabajadores.

**Revistas de Estudios Cooperativos**, Montevideo, año 13, n. 1, p. 123-144, 2008.

\_\_\_\_\_. **Gestión obrera y acciones colectivas en el mundo del trabajo:** empresas recuperadas por sus trabajadores en Uruguay. 2008. (Mestrado en Sociología) – Departamento de Sociología, Universidad de la República, Montevideo, 2009.

\_\_\_\_\_. Sujetos colectivos y la recuperación del trabajo en un contexto de reificación. In: **AA.VV. Gestión Obrera:** del fragmento a la acción colectiva, p. 161-188, Montevideo, Editorial Nordan – Extensión Libros, Udelar, 2010.

\_\_\_\_\_. **Gestión obrera y acciones colectivas en el mundo del trabajo:** empresas recuperadas por sus trabajadores en Uruguay. Alemania: EAE, 2011.

RIELA, Alberto (Org.). **El Uruguay desde la sociología IX. Trabajo y negociación colectiva. Política y procesos sociales emergentes, Jóvenes y juventud. Educación y formación docente. Estratificación y movilidad social.** Facultad de Ciencias Sociales. Departamento de Sociología. Montevideo: UR.FCS-DS, 2011.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos.** São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUEZ da SILVA. **Controle operário e formação de trabalhadores no chão da fábrica.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, v. 7, n. 2, p. 305-322, dez. 2005.

RUFINO, Sandra. **(Re)fazer, (re)modelar, (re)criar:** a autogestão no processo produtivo. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Escola Politécnica da Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2005.

RUGGERI, Andrés. **La política en las empresas recuperadas.** Trabajo presentado II Congreso Nacional de Sociología, Buenos Aires, 2004.

\_\_\_\_\_. Los trabajadores toman el control: implicancias políticas de las empresas recuperadas en la Argentina. **Pensar a Contracorriente**, 2, La Habana: Editorial Ciencias Sociales, Instituto Cubano del Libro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Las empresas recuperadas en La Argentina**: informe del segundo relevamiento del Programa. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras. SEUBE. Universidad de Buenos Aires, 2005.

\_\_\_\_\_. **Las empresas recuperadas en la Argentina. Informe del Segundo Relevamiento**. Facultades de Filosofía y Letras. SEUBE. Universidad de Buenos Aires, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Las empresas recuperadas**: autogestión obrera en Argentina y América Latina. Buenos Aires: Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Las empresas recuperadas en la Argentina**: informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert, 2011.

RUGGERI, Andrés; MARTINEZ, Carlos; TRINCHERO, Hugo. **Las empresas recuperadas en la Argentina**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2005.

RUGGERI, Andrés; ANTIVERO, Javier. La crisis del modelo sindical argentino. In: RODRIGUES, Fabiana C., NOVAES; Henrique Tahan; BATISTA, Eraldo L. (Org.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

RUGGIERI, Andrés et al. Ley de Quiebras y Concursos. Argentina 1995-2011. Recorrido histórico de la normativa y papel de las empresas recuperadas por sus trabajadores. In: IV ENCONTRO ECONOMIA DOS TRABALHADORES. **Anais...** 2013. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/002525558d4fbae350aea>. Acesso: dez. 2013.

RUGGIERI, Andrés. **Informe**: Las empresas recuperadas por los trabajadores en los comienzos del gobierno de Mauricio Macri. Estado de situación a mayo de 2016. Disponível em: <http://www.recuperadasdoc.com.ar/informe-mayo-2016.pdf>.

SALLES, Vania. El trabajo, el no trabajo: un ejercicio teórico-analítico preliminar desde la sociología de la cultura. In: DE LA GARZA

TOLEDO, Enrique (Org.). **Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 1999.

SANTOS ARAUJO, Fernanda. **Gestão do trabalho na Cooperminas**: mobilização de competências e coletivos de trabalho na atividade dos operadores de uma mina de carvão em luta pela autogestão. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**, 6. ed. Lisboa: Afrontamento, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o canône da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SARDÁ DE FARIA, Maurício. **Massa falida CBCA**: proposta de leitura weberiana numa experiência de gestão operária. Monografia de conclusão de curso de graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

SARDÁ DE FARIA, Maurício. **“...Se a coisa é por aí, que autogestão é essa...?”** Um estudo da experiência autogestionária dos trabalhadores da Makerli Calçados. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SARDÁ DE FARIA, Maurício. **Autogestão, cooperativa, Economia Solidária**: avatares do trabalho e do capital. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SARDÁ DE FARIA, Maurício. S.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. Santa Catarina, **Katalysis**, Florianópolis, maio/jun. 2008.

SCHARZER, Jorge. Agentes económicos y relaciones sociales hacia el 2000. In: **Implantación de un modelo económico:** la experiencia argentina entre 1975 y 2000. Buenos Aires: Ed. A-Z, 1998.

SECRETARIA DE DESARROLLO SOCIAL DEL GOBIERNO DE LA CIUDAD. **Empresas recuperadas:** ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires Artes Gráficas Chilavert, 2003.

SENNEN GONZALEZ, Santiago. El movimiento sindical en Argentina: entre el justo reclamo y la política partidista. **Revista Pistas**, Instituto del Mundo del Trabajo, n. 4, abr. 2001.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter.** 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SÍGOLO, Vanessa M. **Trabalho em movimentação:** a formação de movimentos sociais de Economia Solidária no Brasil e na Argentina pós-90. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. **Caderno de resoluções finais** [do 3º congressos Metalúrgicos do ABC]. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1999.

SINGER, Paul. Desemprego: uma solução não capitalista. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 32. jul./ago./set. 1996.

\_\_\_\_\_. **Uma utopia militante:** repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; Souza, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Uma utopia militante:** repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 2008.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Fernando. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

S THIAGO, Raquel. **Fourier, utopia e esperança na península do Saí**. Blumenau: Editora da FURB; Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

SILVA, C. D.; Oda, N. T. Unisol Brasil e as ações de apoio às empresas recuperadas: cooperativas autogestionárias, trabalho, renda e desenvolvimento social. **Revista de Economia Solidária**, ano 1, n. 0, dez. 2005.

SILVA, Jaqueline. **Controle operário e formação de trabalhadores no chão da fábrica**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SCHORR, M. **El proceso de privatización en Argentina**. Buenos Aires: Página/12; Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

SCHWENGBER, Ângela Maria. O Programa Oportunidade Solidária. In: POCHMANN, Marcio (Org.). **Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUL, María Julia et al. **El mundo del trabajo en América Latina: Tendencias y resistencias** / 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.

SOUZA, Giane Maria; NUNES, Teresinha de Fátima. O processo de ocupação/recuperação de fábricas ocupadas na América Latina. **Revista HISTEDBR**, Campinas, p. 285-292, 2009. On-line.

STANCANELLI, Pablo. Apropiarse de la fuente de trabajo. **Le Monde Diplomatique**, Buenos Aires, año IV, n. 38, 2002.

TARROW, Sydney. **El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

\_\_\_\_\_. **O poder em movimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales. En: **Movimientos sociales: perspectivas comparadas**, eds. Doug McAdam, 1999.

TARROW, Sydney. Ciclos de acción colectiva: entre los momentos de locura y el repertorio de contestación. En: **Protesta social**. Repertorios y ciclos de acción colectiva, ed. Mark Traugott, p. 70-110. Barcelona: Hacer Editorial, 2002.

TAUILE, J. R.; DEBACO E. S. **Autogestão no Brasil**: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. Disponível em: <www.ecosol.org.br/Textos>. Acesso em: maio 2013.

TAUILE, José Ricardo. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TAUILE, José Ricardo et al. **Empreendimentos autogestionários provenientes de massa falida**. Brasília: MTE/IPEA/ANPEC/Senaes, 2005.

TEDESCO, João Carlos. **Economia Solidária e reestruturação produtiva**. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEIXEIRA, A. **Utópicos, heréticos e malditos**. São Paulo: Record, 2002.

THIOLLENT, Michel. Problemas de metodologia. In: FLEURY, A.; VARGAS, N. (Org.) **Organização do trabalho**: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Atlas, 1983.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

TILLY, Charles. Repertorios de acción contestataria en Gran Bretaña. En: **Protesta Social**. Repertorios y ciclos de acción colectiva, ed. Mark Traugott, p. 15-69. Barcelona: Hacer Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Confianza y gobierno**. Buenos Aires: Amorrortu, 2010.

TIRIBA, Lia. **Autogestão e chão de fábrica**: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington. Relatório final de pesquisa, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

\_\_\_\_\_. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Rio Grande do Sul: Editora Ijuí/Unijui, 2001.

\_\_\_\_\_. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura de trabalho. In: SINGER, Paul; DE SOUZA, André. **Economia Solidária como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto 2001.

\_\_\_\_\_. Pedagogía (s) de la producción asociada: ¿hacia dónde camina la economía popular? In: CORAGGIO, José Luis (Org.). **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: UNGS/Editorial Altamira, 2007:

\_\_\_\_\_. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Economía popular y movimientos populares y una vez más, el trabajo como principio educativo**. Disponível em: <[http://www.riless.org/investigadores\\_desarrollo.shtml?x=24601](http://www.riless.org/investigadores_desarrollo.shtml?x=24601)>.

TOCQUEVILLE, Alexis. **As lembranças da revolução**. São Paulo: Edusp, 1977.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. **A revolução russa**. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o socialismo**. 8. ed. rev. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

TRINCHERO, Hugo (Ed.). **Producción doméstica y capital**. Estudios desde la Antropología Económica. Buenos Aires: Ed. Biblos, 1995.

\_\_\_\_\_. **Exclusión, economía social e innovación popular: las empresas recuperadas por sus trabajadores**. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2008.

\_\_\_\_\_. De la exclusión a la autogestión: innovación social desde la experiencia de las empresas recuperadas por sus Trabajadores (ERT). In: RUGGERI, Andrés (Coord.). **La economía de los trabajadores: autogestión y distinción de la riqueza**. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert Artes Gráficas, 2009.

TRINCHERO, Héctor; BOWMAN, Betsy et al. (Org.). **La Economía de los trabajadores: autogestión y distribución de la riqueza**. Selección de trabajos presentados al Primer Encuentro Internacional. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert, Artes Gráficas, 2009.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

UCHOA FERNANDEZ Aragon, Raquel. **Entre o chão e a gestão da fábrica:** as trajetórias dos trabalhadores da Facit. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro Centro de Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

VALLE, Rogério. (org.). **Autogestão:** o que fazer quando as fábricas fecham? Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VERAGO, Josiane Lombardi. **Fábricas ocupadas e controle operário:** Brasil e Argentina (2002-2010). Os casos da Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanón. Sumaré: Edições CEMOP, 2011.

VIZENTINI, Paulo G. O Brasil, o Mercosul e a Integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 82-94, 2007.

VIETEZ, Candido G.; DAL RI, Neusa **Trabalho associado:** Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIETEZ, Candido Giraldez; NAKANO, Marilena. A Economia Solidária no Estado de São Paulo e os diferentes tipos de empreendimentos. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VUOTTO, Mirta. **Economía social.** Precisiones conceptuales y algunas experiencias históricas. Buenos Aires: Altamira-UNGS, 2003.

WARREN, Ilse S.; CHAVES, Iara M. (Org.). **Associativismo civil em Santa Catarina:** trajetórias e tendências. Florianópolis: Insular, 2004.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da Economia Solidária. **Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 105-115, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=17961396801>>. Acesso em: jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da “Economia Solidária”.** 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

WESISBROT, Mark; SANDOVAL, Luis. **La economía venezolana en tiempo de Chavez.** Washington: Center for Economy and Policy Research). 2007. Disponível em: <[www.cepr.net](http://www.cepr.net)>.

WOODCOCK, G. **História das ideias e movimentos anarquistas:** a ideia. Porto Alegre: L&PM, 2002. V. 1.

WYCZYKIER, Gabriela. Sobre procesos de autogestión y recolectivización laboral en la Argentina actual. **Polis**, Revista de la Universidad Bolivariana 8, n. 24, p. 197-220, 2009.

ZAPATA, Francisco. **Autonomía y subordinación en el sindicalismo latinoamericano**, México: Fondo de Cultura económica, 1993.

## ANEXOS

### ANEXO A – Listas das ERTs no Brasil, 2013

<b>Nome da ERT</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de trabalhadores</b>	<b>Setor</b>
CAEB – Cooperativa Agro-Extratativista Bom Destino (Bonal)	AC	269	Alimentício
COOPEL – Cooperativa dos Agricultores e Pecuáristas da Regional do Baixo Acre	AC	75	Alimentício
CCLB – Cooperativa Central de Laticínios da Bahia	BA	55	Alimentício
COOPERPLASTICO – Cooperativa de Reciclagem Plástica da Bahia	BA	19	Químico
COOPERBEL – Cooperativa dos Produtores de Cerâmica	MG	40	Ceramista
COOPERTEXTIL – Cooperativa de Produção Textil de Pará de Minas	MG	210	Têxtil
COOPERTRIM – Cooperativa dos Trabalhadores da Ind. Metalúrgica de Raul Soares	MG	23	Metalúrgico
Exata Retífica Motores	MG	8	Metalúrgico
Minas Brasil Retífica de Motores	MG	12	Metalúrgico
Retífica São Bento	MG	17	Metalúrgico
POLYUTIL S.A	PB	94	Químico

Coobertores Parayba – Indústrias de Cobertores Parahyba Ltda	PE	130	Têxtil
USINA CATENDE – Cooperativa Industrial Catende Harmonia	PE	1000	Agroindustrial
COOPERBOTÕES – Nova Diamantina	PR	10	Químico
CFF – Cooperativa Friburguense de Ferramentaria	RJ	51	Metalúrgico
Colégio Graham Bell	RJ	42	Educacional
COOPARJ – Cooperativa de Produção de Parafusos do Estado do RJ	RJ	28	Metalúrgico
GPCANTELMO	RJ	48	Metalúrgico
HAGA S/A Indústria e Comércio	RJ	310	Metalúrgico
COMTERN – Cooperativa Mista dos Têxteis do Rio Grande do Norte	RN	38	Têxtil
COOTALL – Cooperativa Taquarense de Laticínios Ltda	RS	115	Alimentício
ALUMIFER – Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores de Fundação de Alumínio e Ferro Ltda	RS	28	Metalúrgico
COOFITEC – Cooperativa de Trabalhadores Profissionais de Fiação e Tecelagem	RS	36	Têxtil
COOPECA – Cooperativa Caxias de Móveis	RS	80	Moveleiro
COOPEN – Cooperativa do Vestuário de Encantado Ltda	RS	40	Têxtil
COOPERCANA – Cooperativa dos Produtores de Cana Porto Xavier Ltda	RS	283	Agroindustrial

COOPEREI – Cooperativa de Produção Cristo Rei	RS	37	Metalúrgico
COOPERLEO – Cooperativa Leopoldense dos Trabalhadores da Indústria de Carnes e Derivados Ltda	RS	59	Alimentício
COOPERSHOES – Cooperativa de Calçados e Componentes Joanetense Ltda	RS	3328	Calçados
COOPERSPUMA – Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria e Comércio de Espumas Colchões em Tecidos de Gravataí	RS	7	Têxtil
COOPHOTEL – Cooperativa Gaúcha de Hotéis e Turismo LTDA	RS	26	Hoteleiro
COOTEGAL – Cooperativa Têxtil de Galópolis	RS	123	Têxtil
COSIDRA – Cooperativa de Produção de Sistemas Hidraulicos Ltda.	RS	21	Metalúrgico
CTMC – Cooperativa dos Trab. Metalúrgicos de Canoas	RS	245	Metalúrgico
FUNDECCOOPE	RS	83	Metalúrgico
CDM – Cooperativa de Produção Metalúrgica de Brusque	SC	12	Metalúrgico
COOPERMAQ – Cooperativa de Máquinas e Equipamentos	SC	70	Metalúrgico
Coopermetal – Cooperativa do Metal de Criciúma	SC	195	Metalúrgico
Cooperminas – Cooperativa De Extração De Carvão	SC	720	Mineração
Unipol – Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria de Polimeiros de Joinville	SC	49	Químico

COOPERVEST – Cooperativa dos Profissionais de Fabricação de Vestuário LTDA	SE	115	Têxtil
CONES – Cooperativa Nova Esperança	SP	274	Têxtil
Cooperativa Monte Sinai	SP	12	Alimentício
Cooperativa Unimáquinas	SP		Metalúrgico
COOPERAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária de Itatiba	SP	320	Alimentício
COOPERCAIXA- Cooperativa Paulistana de Produção de Chapas de Papel Ond.	SP	110	Papeleiro
COOPERFOR – Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria	SP	224	Metalúrgico
COOPERINCA – Centro de Eventos Convenções e Lazer	SP	15	Hoteleiro
COOPERLAFE – Cooperativa de Trabalho em Laminação Forjado Especial	SP	58	Metalúrgico
COOPERSALTO – Cooperativa de Produção dos Metalúrgicos de Salto	SP	88	Metalúrgico
COOPERTEX – Cooperativa Autogestionária Industrial dos Trabalhadores Têxteis	SP	não informou	Têxtil
COOPERTEXTIL – Cooperativa de Produção Textil São José (Cobertores Parahyba)	SP	152	Têxtil
COOPERTRATT – Coop. Ind. de Trab. Trat. Term.	SP	133	Metalúrgico
COOPERVIGUE – Cooperativa Vitoriosos Guerreiros	SP	34	Químico

COOPEVAL – Cooperativa de Produção de Embutidos da Região de Valinhos	SP	170	Alimentício
COPEMA – Cooperativa de Produção de Esquadrias de Aço e Alumínio (COPRAM)	SP	40	Metalúrgico
COPROMEM – Cooperativa de Produtos Metalúrgicos de Mococa	SP	516	Metalúrgico
COVAL – Cooperativa de trabalho de profissionais do abate de animais de Louveira	SP	240	Alimentício
CSJ – Cooperativa de Produção e Serviços Metalúrgicos São José	SP	381	Metalúrgico
FLASKÔ Embalagens Plásticas	SP	79	Químico
HIDROCOOP – Cooperativa Industrial Hidrocoop	SP	35	Metalúrgico
METALCOOP – Cooperativa de Produção Industrial de Trabalhadores em Conf. Metais.	SP	124	Metalúrgico
Metalúrgica Rio Grande	SP	176	Metalúrgico
PLASTCOOPER – Cooperativa Industrial de Trabalho em Artefatos de Plástico	SP	85	Químico
UNIFERCO – Cooperativa Indústria de Trabalho em Usinagem e Fundição de Alumínio	SP	32	Metalúrgico
UNIFORJA – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia	SP	202	Metalúrgico
UNIWIDIA – Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Ferramentas de Metal Duro	SP	38	Metalúrgico

## ANEXO B – Lista das ERTs que estão em funcionamento, 2017

<b>Nome</b>	<b>Setor</b>	<b>UF</b>
CAEB – Cooperativa Agro-Extratativista Bonal	Agrícola	AC
COOPEL – Cooperativa dos Agricultores e Pecuarias da Regional do Baixo Acre	Agrícola	AC
COOPERLEO – Cooperativa Leopoldense dos Trabalhadores da Indústria de Carnes e Derivados Ltda.	Agrícola	RS
Cooperativa Monte Sinai	Alimentício	SP
COOPERAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária de Itatiba	Alimentício	SP
COOPEVAL	Alimentício	SP
COOPERINCA – Centro de Eventos, Convenções e Lazer	Hoteleiro	SP
COOPHOTEL – Cooperativa Gaúcha de Hotéis e Turismo LTDA	Hoteleiro	RS
CDM – Cooperativa de Produção Metalúrgica de Brusque	Metalúrgico	SC
CFF – Cooperativa Friburguense de Ferramentaria	Metalúrgico	RJ
ALUMIFER – Coop Autogest Trab Fund Alum Ferro Ltda.	Metalúrgico	RS
Coop de Produção Cristo Rei – COOPEREI	Metalúrgico	RS
Cooperativa Unimáquinas	Metalúrgico	SP
COOPERFOR – Coop Ind. De Trab. Em Forjaria	Metalúrgico	SP
COOPERLAFE – Cooperativa de Trabalho em Laminção Forjado Especial	Metalúrgico	SP
COOPERMAQ – Cooperativa de Máquinas e Equipamentos	Metalúrgico	SC

COOPERSALTO – Cooperativa de Produção dos Metalúrgicos de Salto	Metalúrgico	SP
COOPERTRATT – Coop. Ind. de Trab. Trat. Term.	Metalúrgico	SP
COOPERTRIM – Cooperativa dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Raul Soares	Metalúrgico	MG
COPROMEM – Cooperativa de Produtos Metalúrgicos de Mococa	Metalúrgico	SP
COSIDRA – Cooperativa de Produção de Sistemas Hidráulicos Ltda.	Metalúrgico	RS
CTMC – Cooperativa dos Trab. Metalúrgicos de Canoas	Metalúrgico	RS
Exata Retífica Motores	Metalúrgico	MG
GPCANTELMO	Metalúrgico	RJ
HAGA S/A Indústria e Comércio	Metalúrgico	RJ
METALCOOP – Cooperativa de Produção Industrial de Trabalhadores em Conf. Metais.	Metalúrgico	SP
Metalúrgica Rio Grande / Coopercaldeiraria	Metalúrgico	SP
Minas Brasil Retífica de Motores	Metalúrgico	MG
Retifica Contagem	Metalúrgico	MG
UNIFORJA – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia	Metalúrgico	SP
UNIWIDIA – Cooperativa Indl de Trabalhadores em Ferramentas de Metal Duro	Metalúrgico	SP
Cooperminas – Cooperativa De Extração De Carvão	Mineral	SC
COOPECA – Cooperativa Caxias de Móveis	Moveleiro	RS
PLASTCOOPER – Cooperativa Industrial de Trab. em Artefatos de Plástico	Plástico	SP

COOPERPLASTICO – Cooperativa de Reciclagem Plástica da Bahia	Química	BA
COOPERVIGUE – Coop. Ind. Trab. Art. Plástico	Químico	SP
FLASKÔ	Químico	SP
POLYUTIL	Químico	PB
COOPERCANA – Cooperativa dos Produtores de Cana Porto Xavier Ltda.	Sucroalcooleiro	RS
COMTERN – Cooperativa Mista dos Têxteis do Rio Grande do Norte	Têxtil	RN
CONES – Cooperativa Nova Esperança	Têxtil	SP
COOFITEC – Cooperativa de Trabalhadores Profissionais de Fiação e Tecelagem	Têxtil	RS
COOPERSHOES – Cooperativa de Calçados e Componentes Joanetense Ltda.	Têxtil	RS
COOPERTEX – Cooperativa Autogestionária Industrial dos Trabalhadores Têxteis	Têxtil	SP
COOPERTEXTIL – Cobertores Parahyba	Têxtil	SP
COOPERTEXTIL – Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas	Têxtil	MG
COOTEGAL – Cooperativa Têxtil de Galópolis	Têxtil	RS
Coopercheide	Metalúrgica	SP
Retífica de Motores BLU	Metalúrgica	SC
COOPERSUL	Metalúrgica	SC
COOTRANS	Metalúrgica	SP
COTRAVIC	Vidreiro	SP

Fonte: Levantamento a partir da pesquisa realizada em 2017 pelo GERTS

**ANEXO C – Lista das ERTs com processo de recuperação finalizados no Brasil**

<b>Nome</b>	<b>UF</b>
CIA HARMONIA – USINA CATENDE	PE
CCLB – Cooperativa Central de Laticínios da Bahia	BA
COOTALL – Cooperativa Taquarense de Laticínios Ltda	RS
COVAL	SP
COOPERBEL – Cooperativa dos Produtores de Cerâmica	MG
GRAHAM BELL	RJ
COOPARJ – Cooperativa de Produção de Parafusos do Estado do RJ	RJ
FUNDECCOOPE – Cooperativa Fundeccoope	RS
Coopermetal – Cooperativa do Metal de Criciúma	SC
CSJ – Cooperativa de Produção e Serviços Metalúrgicos São José	SP
UNIFERCO – Cooperativa Indústria Trab. Fund.	SP
Unipol – Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria de Polímeros de Joinville	SC
COOBERTORES PARAYBA	PE
COOPERBOTÕES – Nova Diamantina	PR
COOPEN – Cooperativa do Vestuário de Encantado Ltda	RS
COOPERSPUMA – Cooperativa dos Trabalhadores na Indústria e Comércio de Espumas Colchões	RS
COOPERVEST – Cooperativa dos Profissionais de Fabricação de Vestuário LTDA	SE
FOR NORDESTE S.A. – Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Bahia	BA
COOMEFER -Cooperativa Mineira de Equipamentos Ferroviários	MG

COOPERMAMBRINI – Cooperativa Autogestionária dos Trabalhadores da Mambrini	MG
COOPETEX – Cooperativa de Produção de Artigos Têxteis	MG
FACIT	MG
MAMBRICAR	MG
Nova Amafrutas	PA
Cooperativa dos Trabalhadores em Corte e Costura de Puxinanã	PB
FIBRACOCO	PE
JB DA COSTA	PE
CAL FORTE	PR
COOPERAMIDOS	PR
Cooperativa de Confecção Lidianópolis	PR
AUTOVIAÇÃO GLÓRIA	RJ
CTMV – Cooperativa de Trabalhadores Metalúrgicos de Valença	RJ
Fábrica YPU	RJ
REMINGTON	RJ
COOPAC – Cooperativa Parobense de Calçadistas Ltda.	RS
COOFAG – Cooperativa de Calçados Fabrica e Associação Gerais	RS
COOFUND	RS
COO MEC	RS
COOPER – Cooperativa Taquarense de Calçados Ltda.	RS
Cooperativa de Trabalho dos Empregados no Comércio de Novo Hamburgo Ltda.	RS
Cooperativa Produtores Calçados Vale dos Sinos Ltda.	RS
Cooperativa Tênis Ltda	RS

COOPERFÊNIX – Cooperativa de Calçados e Componentes Ltda.	RS
COOPERLINAS – Coop Calc Colinas Ltda .	RS
COOPERMUM – Cooperativa de Trabalho De Couros e Peles de Muçum Ltda.	RS
COOPERNOVI – Cooperativa de Calçados Nova Vida Ltda.	RS
COOPERPLAST – Cooperativa Autogestionária dos Trabalhadores do Plástico Ltda.	RS
COOPERPRINCES -Cooperativa de Calçados Princes Ltda.	RS
COOPERTURISCAR – Cooperativa dos Trabalhadores da Turiscar Ltda.	RS
COOPERVENCE – Cooperativa Operário Vencedor Ltda.	RS
COOPERVISA – Cooperativa de Trabalhadores Visão Ltda.	RS
COOPERVOGG	RS
COOPERZAGO	RS
COOPSERRA – Cooperativa de Trabalhadores União Serrana de Calçados Ltda.	RS
COOTRÊS – Cooperativa de Calçados Três Coroas Ltda.	RS
GERALCOOP – Cooperativa dos Trabalhadores em Metalurgia de Guaíba	RS
Glacial Coop	RS
REFRICOOP – Cooperativa de Móveis e Refrigeração	RS
RENACOOOP – Renascer Cooperativa de Produção Calc. com Ltda.	RS
UNIMETAL – Cooperativa de Reforma de Ônibus e Motor Home	RS
CAPCOOPER – Cooperativa de Serviços e Confecções	SC
CIPLA	SC
COOPERCRISTAL	SC
COOPERMOVEIS	SC

COOPERVECTRA – Cooperativa dos Trabalhadores Ceramistas de Içara	SC
CRISTAIS HERIG	SC
Fino Toque Têxtil Cooperativa	SC
INTERFIBRAS	SC
UNICRISTAL	SC
Augemetal	SP
CERÂMICA MATARAZZO	SP
COFAZ	SP
Coop. de Produção Ind. de Trab. na Fabr. de Alto Falantes e Componentes	SP
COOPERARA	SP
Cooperativa de Produção de Massas Alimentícias	SP
Cooperativa do Sabor de Produção dos Trabalhadores da Área de Alimentação	SP
Cooperativa Industrial de Trabalho	SP
COOPERAUTEX – Cooperativa Automotiva Têxtil	SP
COOPERBAND	SP
COOPERCON	SP
COOPERJEANS – Cooperativa dos Produtores de Confecções	SP
COOPERTRONIC	SP
ELLEN	SP
FAKEPLET	SP
FIBERCOOP	SP
GAROA	SP

HIDROPHOENIX	SP
MARKELI	SP
PERTCAMPS	SP
PROTON	SP
SAKAI	SP
SKILLCOPLAST	SP
TECNOSHOES	SP
TEXTILCOOPER – Cooperativa de Trabalhadores na Fiação, Tecelagem e Confecções	SP
UNITROM – Cooperativa de Produção de Artigos de Caldeiraria Leve	SP



## LISTA DE SIGLAS

- ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário.
- Anert – Asociación Nacional de Empresas Recuperadas por sus Trabajadores.
- Anta – Asociación Nacional de los Trabajadores Autogestionados.
- Anteag – Associação de Trabalhadores em Autogestão.
- Badesc – Banco do Estado de Santa Catarina.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul.
- BROU – Banco da República Oriental del Uruguay.
- CAF – Comissão Administrativa Financeira.
- CAU – Conselho Administrativo Unificado.
- CND – Corporación Nacional para el Desarrollo.
- CGT – Confederación General del Trabajo
- CTA – Central de los Trabajadores Argentinos.
- CUT – Central Única de Trabalhadores.
- Cudecoop – Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas.
- Facta – Federación Argentina de Cooperativas de Trabajadores Autogestionados
- FCPU – Federación de Cooperativas de Producción de Uruguay.
- Fencooter – Federación Nacional de Cooperativas de Trabajo y Empresas Reconvertidas.
- Fercootra – Federación de Empresas Recuperadas y Cooperativas de Trabajo.
- Freteco – Frente Revolucionário de Empresas Recuperadas em Cogestão e Ocupadas da Venezuela
- FGTS – Fundo de Garantia por tempo de Serviço.
- Fondes – Fondo para el Desarrollo.
- GBA – Gran Buenos Aires.
- Inaes – Instituto Nacional de Economía Social.
- Indec – Instituto Nacional de Estadísticas y Censos.

Inti – Instituto Nacional de Tecnología Industrial.  
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.  
Inacoop – Instituto Nacional del Cooperativismo.  
Latu – Laboratório Tecnológico de Uruguai  
MEPACC – Mesa pela Autogestão e Construção Coletiva  
Mercosur – Mercado Comum del Sur  
Miem – Ministério de Indústria, Energia e Minería.  
MNER – Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas.  
MNS – Movimento Negro Socialista.  
MNFR – Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores.  
MPF – Ministério Público Federal.  
MST – Movimento Sem Terra.  
MTD – Movimiento de Trabajadores Desocupados.  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.  
OIT – Organização Internacional do Trabalho.  
PLR – Participação nos Lucros e Resultados.  
PIT-CNT – Plenário Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores.  
PTIC – Parque Tecnológico Industrial del Cerro.  
SDTS – Secretaria de Desemprego, Trabajo e Solidariedade.  
Senaes – Secretaria Nacional de Economía Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego.  
Sedai – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Institucionais.  
Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo.  
Udelar – Universidade da República.  
UEC – Unidade de Estudos Cooperativos.  
Unasur – Unión de Naciones Suramericanas.  
UOM – Unión Obrera Metalúrgica.  
Upea – Unión Productiva de Empresas Autogestionadas.

## Outros lançamentos de 2018

*Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo*

Danilo Enrico Martuscelli

*Uma caixa de Pandora: crítica à expansão do ensino superior catarinense no período 1960-2010*

Maurício José Siewerdt

*Trabalho e capital na virada do milênio*

Paulo Sergio Tumolo

*“Terra, trabalho e teto”: Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Grande Florianópolis*

Fernando Calheiros

*A Carta Aberta de E. P. Thompson a L. Kolakowski e outros ensaios*

Ricardo Gaspar Müller e Mario Duayer (Org.)

## **Maria Alejandra Paulucci**

Licenciada em Ciência Política pela Universidade de Buenos Aires (UBA), mestre e doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realiza o pós-doutorado em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores (GRERT). Atua especialmente na área da Sociologia do Trabalho, nos seguintes temas: empresas recuperadas por trabalhadores, autogestão, cooperativismo e Economia Solidária. Escreveu diversos artigos publicados em livros e revistas especializadas.

E-mail:  
pauluccimariaalejandra@gmail.com

Este livro trata das características do movimento de empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs) no Brasil, Argentina e Uruguai, em especial os desafios enfrentados por essas empresas para sua sobrevivência. O foco aqui são as relações de força que se desenvolvem junto com o movimento e a análise recai sobre as políticas públicas aplicadas pelos distintos governos, as relações que se estabelecem com as organizações e movimentos sociais, com os sindicatos e as universidades, além das alianças e parcerias engendradas entre as ERTs no âmbito regional, nacional e internacional. Para o caso brasileiro, foram tomadas como referência 5 ERTs localizadas em Santa Catarina e, para o tratamento das experiências argentinas e uruguaias, utilizaram-se pesquisas empreendidas em ambos os países.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-45535-22-5



9 788545 535225

